

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**RUPTURAS E RECONSTRUÇÕES.
MIGRAÇÃO FORÇADA E REDES SOCIAIS EM MEIO DA GUERRA EM
COLÔMBIA.**

Olga del Pilar Vásquez Cruz

**SÃO CARLOS
2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**RUPTURAS E RECONSTRUÇÕES.
MIGRAÇÃO FORÇADA E REDES SOCIAIS EM MEIO DA GUERRA EM
COLÔMBIA.**

Olga del Pilar Vásquez Cruz

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Karl Martin Monsma.

**SÃO CARLOS
2007**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

C957rr

Cruz, Olga del Pilar Vásquez.

Rupturas e reconstruções : migração forçada e redes sociais em meio da guerra em Colômbia / Olga del Pilar Vásquez Cruz. -- São Carlos : UFSCar, 2008.
192 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

1. Migração. 2. Redes sociais. 3. Suporte social. 4. Conflito armado – Colômbia. 5. Deslocamento interno – Bogotá. I. Título.

CDD: 303.43 (20^a)



BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO

Olga Del Pilar Vaquez Cruz

06/12/2007

Prof. Dr. Karl Martin Monsma
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Profa. Dra. Maria da Gloria Bonelli
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Prof. Dr. Marcos César Alvarez
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Juan Mario Fandino Marino
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A minha filha Sara Juliana.

AGRADECIMENTOS

Este documento significa não só o fechamento de um processo acadêmico, mas também o final de um capítulo importante da minha vida. O Brasil foi o local onde consegui olhar o que tinha feito, profissional e pessoalmente, até agora, valorizando as coisas boas e mudando aquelas que não me permitiam crescer como pessoa. Foi o lugar para tomar um tempo, pensar na vida, decidir e, com novo ar, continuar meu caminho.

Assim, quero homenagear, em primeiro lugar, à energia maravilhosa deste país e, em segundo lugar, às pessoas que aqui conheci, no percurso destes 4 anos de Doutorado.

Na UFSCar, meu orientador Professor Dr. Karl Martin Monsma, pela sua amabilidade, pela qualidade e rapidez com que respondeu às inúmeras inquietações e questionamentos.

A Ana Maria Suficiel Bertolo, por seu bom-humor, pelas palavras de ânimo que sempre soube expressar e sua eficiência na hora de resolver as centenas de situações e tramitações que envolviam meu status de estudante estrangeira.

Aos professores do PPGCSO e, especialmente, às Professoras Maria Aparecida de Moraes Silva, Norma Felicidade Lopez Da Silva Valêncio e Maria Inês R. Mancuso, por sua disposição para escutar e orientar. Aos professores Igor José de Reno Machado e Maria da Glória Bonelli, pelos comentários, sugestões e recomendações durante a banca de qualificação.

Não posso deixar de agradecer ao Professor Dr. Pedro Galetti, do departamento de Genética e Evolução, pelo especial carinho com que assumiu, como sua, a luta por uma bolsa para que eu e Maurício garantíssemos a nossa permanência no Brasil.

Aos meus colegas e amigos Rennê Martins Barbalho, Flávia de Souza Pereira, Valentin Wawzyniak, Adriana Marcela Bogado, Isabel Cristina Rossi, Valquíria Pereira Tenório, Vitor Amorim de Ângelo –e sua esposa, Michelly- e Claudirene P. Bandini.

Às minhas queridas amigas Michelle Montovani, Raquel e Alaíde.

À colônia colombiana em São Carlos; especialmente, Maria Alejandra Guzmán, Margarita López, Hernan Cerón e Ana Maria Ayala, por sua solidariedade e parceria.

Sou grata também, à Irmã Inês, da Pastoral do Migrante, em Guariba, por suas orientações quando estava prestes a realizar meu trabalho de campo.

Na Colômbia, agradeço o especial apoio e confiança do *Programa de Iniciativas Universitarias para la Paz y la Convivencia* da *Universidad Nacional de Colombia*, em especial à diretora Professora Martha Núbia Bello, porque, com generosidade e desinteresse, abriu as portas da universidade e gerenciou outras parcerias para garantir meu trabalho de campo.

Agradeço ao Centro *Juan Bosco Obrero*, especialmente ao *Programa de Asistencia Económica – PAE* – e à diretora Lady Maldonado, por acreditar na minha proposta e facilitar o espaço necessário para contatar a população-sujeito desta pesquisa.

Aos amigos de *Juan Bosco*, Claudia Hernández, Leonardo Rincón e, especialmente, a William Fernando Martínez, meu colega, com quem percorri as ruas íngremes de Ciudad Bolívar; com William compartilhamos reflexões e preocupações, assim como momentos de descontração durante o trabalho; por isso, fico muito grata.

Sou muito grata também aos Professores Magdalena León de Leal – Universidad Nacional –, Anita Rico de Alonso – Universidad Central – e Francisco Leal – Universidad de los Andes e IEPRI-UN –, por suas orientações nos temas de conflito armado e deslocamento forçado.

À família Carrillo Ávila, especialmente à Sonia e à Senhora Amada, por sua preocupação constante e o apoio moral e material oferecido.

A Minha família. Minha mãe, Blanca, por suas orações e palavras de ânimo; a Sandra e Sérgio, por seu apoio moral e econômico nas etapas mais críticas de minha permanência no Brasil, e por abrirem, generosamente, as portas de sua casa no ano em que estive na Colômbia fazendo minha pesquisa de campo; a Rocío, por não se esquecer de escrever, semanalmente, um e-mail com palavras de apoio.

A Luciana C. Garcia, pela dedicação e rigorosidade com que realizou o trabalho de correção de texto desta tese.

A Jean-Claude M'Peko, que esteve comigo neste último ano, oferecendo-me seu apoio na difícil fase de escritura da Tese. *¡Siempre tendrás un lugar especial en mi corazón!*

Quero, enfim, fazer um agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, ao me outorgar uma bolsa do programa PEC-PG e ao manter o apoio econômico durante o trabalho de campo na Colômbia. Sem este apoio institucional hoje, esta tese, não seria uma realidade.

RESUMO

A história da Colômbia se caracteriza por violentos processos de expulsão de população que datam da metade do século XX, e que têm se aprofundado como consequência do conflito armado interno que recomeça na década de 90. Estatisticamente, desde o ano de 1985 até hoje são 3.700.000 pessoas que têm se deslocado.

Quem está obrigado a fugir, sai das zonas rurais até os municípios mais próximos de seu lugar de moradia. No entanto, o aprofundamento do conflito obriga as pessoas a continuarem se deslocando até as grandes cidades onde são maiores as possibilidades de anonimato. Assim, considerando as particularidades do deslocamento interno, se propôs caracterizar – a partir da percepção dos atores – a forma como as redes pessoais de um grupo de migrantes advindos do conflito armado interno – que, hoje, moram nos bairros da subprefeitura de *Ciudad Bolívar*, em Bogotá – agem, se afetam e se reconstróem na trajetória migratória.

Nosso intuito era evidenciar se, da mesma maneira como acontece com outros tipos de migração, há uma lógica de comunicação, permanência, reconfiguração e organização das redes sociais; além de descrever as situações que facilitam, condicionam ou limitam estes processos.

A metodologia de pesquisa enfatizou o registro – em caderno de campo e mediante gravação – das observações e narrativas feitas pelas pessoas durante os contatos com a pesquisadora, em entrevistas informais e em profundidade. A configuração das redes pessoais foi complementada com a aplicação de um *survey*.

Como resultado da pesquisa, podemos dizer que existe uma lógica de redes na hora de eleger Bogotá como destino, geralmente porque há familiares ou conhecidos que migraram antes – por causa da violência ou por razões econômicas – ou porque existe uma experiência prévia de moradia ou contato com Bogotá. Estes laços constituem-se chave nos processos de adaptação à cidade.

Com o convívio na cidade, as pessoas deslocadas vão conhecendo vizinhos, colegas de trabalho, funcionários de ONGs ou de instituições do Estado, que vão se adicionando ao seu leque de relacionamentos.

No entanto, a violência, o medo e a desconfiança são alguns fatores que condicionam a incorporação de novos laços e a conservação de antigos, afetando a dinâmica e a configuração das redes destes migrantes.

Palavras Chave: migração; migração forçada; redes sociais; suporte social; conflito armado – Colômbia; deslocamento interno – Bogotá.

ABSTRACT

The history of Colombia is characterized by violent processes of population expulsion that date back half of the twentieth century and which has been deepened as a consequence of internal armed conflict which resumes in 90's. Since 1985 until nowadays, 3,700,000 people have been displaced.

Who is obliged to flee, leaves rural areas to the cities closest to his place of housing. However, the deepening of the conflict is forcing people continue moving to the big cities, where are greater opportunities for anonymity. Thus, considering the peculiarities of internal displacement, we proposed to characterize -from the perception of actors- the personal networks of a group of migrants by the internal armed conflict, which today live in neighborhoods of Ciudad Bolívar in Bogotá. This is, the way of the networks act, are affected and rebuilt on the migratory path.

Our aim was evident if, in the same way as it happens with other types of migration, there is a logic of communication, permanence, re-configuration and organization of social networks; In addition to describe the situations that facilitate, influence or limit these processes.

The methodology of research emphasized on record -in a notebook and a record- the comments made by people and the narratives during the contact with the researcher in informal and formal interviews. The configuration of personal networks was complemented with the application of a survey.

As a result of search, we can say that there is a logical of networks in time to elect Bogotá as destination. Usually, relatives or acquaintances, whose migrated before - because of the violence or economic reasons- or there is a previous experience housing in Bogotá. These links are essential in processes of adaptation to city.

With the coexistence in the city, displaced persons will meet neighbors, co-workers, employees of NGOs and institutions of the state, which will be adding to the range of their relationships.

However, violence, fear and distrust are some factors that influence the incorporation of new ties and the preservation of ancient, affecting the dynamics and the configuration of networks.

Keywords: migration; forced migration; social networks; social support; armed conflict-Colombia; internal displacement-Bogotá.

LISTA DE FIGURAS

		Página
FIGURA 1.	Mapa físico político da Colômbia.....	34
FIGURA 2.	Dinâmica do conflito armado na Colômbia. Comparativo de ações bélicas e violações ao DIH 1990-2000.....	56
FIGURA 3.	Dinâmica do conflito armado na Colômbia. Distribuição percentual de violações ao DIH por ator armado 1990-2000.....	57
FIGURA 4.	Dinâmica do conflito armado na Colômbia. Distribuição percentual de ações bélicas por ator armado 1990-2000.....	57
FIGURA 5.	Mapa Geografia da guerra na Colômbia 2000-2004.....	60
FIGURA 6.	Mapas dos focos e da intensidade da confrontação armada na Colômbia - 1998, 2002, 2006.....	62
FIGURA 7.	Comportamento do deslocamento na Colômbia 1985-2005.....	76
FIGURA 8.	Comparativo da dinâmica do conflito armado (ações bélicas e violações ao DIH) e comportamento do deslocamento na Colômbia 1990-2000.....	78
FIGURA 9.	Mapa administrativo de Bogotá.....	106
FIGURA 10.	Foto bairro Casagrande – <i>Ciudad Bolívar</i>	109
FIGURA 11.	Foto bairro Brisas del volador – <i>Ciudad Bolívar</i>	109
FIGURA 12.	Foto calçada 1 bairro La Estrella- <i>Ciudad Bolívar</i>	109
FIGURA 13.	Foto calçada 2 bairro La Estrella- <i>Ciudad Bolívar</i>	109
FIGURA 14.	Foto refeitório comunitário bairro Bella flor- <i>Ciudad Bolívar</i>	110
FIGURA 15.	Foto <i>Transmilenio</i> , portal El Tunal- <i>Ciudad Bolívar</i>	110
FIGURA 16.	Distribuição por faixa etária.....	144

FIGURA 17.	Distribuição por etnia.....	145
FIGURA 18.	Distribuição por departamento de origem. Comparativo Estudo Redes e SUR Bogotá.....	146
FIGURA 19.	Rede com ênfase em socialização. Mulher 29 anos.....	152
FIGURA 20.	Rede com ênfase em socialização. Homem 34 anos.....	152
FIGURA 21.	Rede com ênfase em suporte emocional. Homem 41 anos.....	153
FIGURA 22.	Rede com ênfase em informação. Mulher 45 anos.....	155
FIGURA 23.	Rede com ênfase em ajuda prática. Mulher 46 anos.....	156
FIGURA 24.	Rede com exemplos de ajuda financeira. Mulher 31 anos.....	157
FIGURA 25.	Forma de relação predominante por tipo de suporte.....	159

LISTA DE TABELAS

	Página
TABELA 1. Percentagem -por idade- das pessoas que mantém contato com familiares ou amigos nas regiões de origem.....	131
TABELA 2. Percentagem -por sexo- das pessoas que mantém contato com familiares ou amigos nas regiões de origem.....	131
TABELA 3. Distribuição percentual por sexo, dos chefes de família da população deslocada em Bogotá.....	143
TABELA 4. Tamanho do grupo com que chegou a Bogotá.....	148
TABELA 5. Distribuição percentual do tempo de moradia em Bogotá e no bairro.....	148
TABELA 6. Média por tipo de suporte	151
TABELA 7. Distribuição percentual das formas de relação com os alteres, por tipo de suporte.....	158
TABELA 8. Respostas mais freqüentes relacionadas com os alter, para cada tipo de suporte.....	161

LISTA DE APÊNDICES

	Página
APÊNDICE A..... Informativo Programa de Assistência Econômica-PAE (<i>Juan Bosco Obrero</i>)	183
APÊNDICE B..... Survey	184
APÊNDICE C..... Guia de entrevista.....	192

LISTA DE ABREVIATURA

ACCU	Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá
ANAPO	Alianza Nacional Popular
ANUC	Asociación Nacional de Usuarios Campesinos
ARS	Análise de Redes Sociais
AUC	Autodefensas Unidas de Colombia
CAP	Comandos Armados del Pueblo
CHF	Cooperative Housing Foundation
Cinep	Centro de Investigación y Educación Popular
CICR	Comité Internacional de la Cruz Roja
Codhes	Consejería para los Derechos Humanos y el Desplazamiento
Conpes	Consejo de Política Económica y Social
Corabastos	Corporación de Abastos de Bogotá S.A.
CNRR	Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación
CSGB	Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estadística
DIH	Direito Internacional Humanitário
DNP	Departamento Nacional de Planeación
ELN	Ejército de Liberación Nacional
EMBO	Estado Mayor del Bloque Oriental (FARC-EP)
EPL	Ejército Popular de Liberación
ERP	Ejército Revolucionario del Pueblo
ERG	Ejército Revolucionario Guevarista
FARC	Fuerzas Revolucionarias de Colombia
Fudra	Fuerza de despliegue rápido
GNSS	Geradores de nomes de suporte social
GSS	General Social Survey
IDH	Informe de Desarrollo Humano
ISSB	Inventory of Socially Supportive Behaviors
JEGA	Jorge Eliécer Gaitán
MAS	Muerte a Secuestradores
M-19	Movimiento 19 de abril

MIR-Patria Libre	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
Morena	Movimiento de Renovación Nacional
NSSQ	Norberk Social Support Questionnaire
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Programa de Asistencia Económica
PC	Partido Comunista
PNR	Plan Nacional de Rehabilitación
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRT	Partido Revolucionario de los Trabajadores
PSR	Partido Socialista Revolucionário
Piupc-UN	Programa de Iniciativas Universitarias para la Paz y la Convivencia- Universidad Nacional de Colombia.
RUT	Nome da personagem Bíblica com que foi batizado o Sistema de Informação sobre deslocamento da Conferencia Episcopal Colombiana.
SENA	Servicio Nacional de Aprendizaje
SIG	Sistema de Información Georeferenciada
Sisdhes	Sistema de Información sobre Desplazamiento Forzado y Derechos Humanos
SSR	Social Support Resources
SUR	Sistema Único de Registro de Población Desplazada
UAO	Unidad de Atención y Orientación
UP	Unión Patriótica
UNIR	Unión Nacional de Izquierda Revolucionaria
Unodc	Escritório das Nações Unidas contra Droga e Crime
UTC	Unión de Trabajadores de Colombia

SUMÁRIO

	Página
1. MIGRAÇÃO FORÇADA E REDES SOCIAIS.....	17
2. CONTEXTO DO CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA.....	32
2.1. Os cenários.....	32
2.1.1. <i>Território, população e Estado.....</i>	<i>33</i>
2.1.2. <i>Os âmbitos político e social e o papel da violência.....</i>	<i>36</i>
2.2. Os atores.....	41
2.2.1. <i>A via política armada. O surgimento dos grupos guerrilheiros de esquerda.</i>	<i>41</i>
2.2.1.1. <u>Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC).....</u>	<u>43</u>
2.2.1.2. <u>Ejército de Liberación Nacional (ELN).....</u>	<u>46</u>
2.2.2. <i>A contraofensiva paramilitar.....</i>	<i>48</i>
2.2.3. <i>O Estado.....</i>	<i>51</i>
2.3. A dinâmica do conflito.....	54
2.3.1. <i>O crescente envolvimento da população civil.....</i>	<i>55</i>
2.3.2. <i>A expansão do conflito pelo território nacional.....</i>	<i>58</i>
2.3.3. <i>A crescente militarização em contraste com uma despolitização dos atores.</i>	<i>63</i>
2.3.4. <i>A degradação dos métodos de guerra utilizados.....</i>	<i>66</i>
2.3.5. <i>O narcotráfico como catalisador do conflito.....</i>	<i>67</i>
2.4. O deslocamento forçado de população.....	70
2.4.1. <i>Causas do deslocamento.....</i>	<i>71</i>
2.4.2. <i>Características dos deslocados.....</i>	<i>75</i>
2.4.3. <i>Trajectoria da migração forçada.....</i>	<i>78</i>
2.4.4. <i>Conseqüências do deslocamento forçado.....</i>	<i>80</i>
2.4.5. <i>A política de atendimento à população internamente deslocada.....</i>	<i>83</i>
2.4.5.1. <u>O processo de atendimento.....</u>	<u>86</u>
2.5. À guisa de conclusão.....	89
3. AS TRAJETÓRIAS DO DESLOCAMENTO INTERNO.....	91
3.1. Os condicionamentos da saída.....	92
3.2. O percurso rumo a Bogotá.....	98

4.	A VIDA NA CIDADE.....	104
4.1.	O local de chegada: Bogotá e <i>Ciudad Bolívar</i>.....	104
4.2.	Um lugar para morar e um emprego para sobreviver.....	110
4.2.1.	<i>A moradia.....</i>	110
4.2.2.	<i>O emprego.....</i>	115
5.	CONSTRUINDO E CONSERVANDO RELAÇÕES.....	123
5.1.	As novas relações na cidade.....	123
5.2.	Conservando antigos laços.....	130
6.	AS REDES DE SUPORTE SOCIAL.....	136
6.1.	Uma aproximação ao conceito de rede.....	137
6.2.	O processo de mapeamento das redes de suporte social dos migrantes forçados que chegam a <i>Ciudad Bolívar</i>.....	138
6.3.	Características gerais das pessoas entrevistadas.....	142
6.4.	As redes de suporte dos migrantes forçados: configuração.....	149
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171
	APÊNDICES	183

1. MIGRAÇÃO FORÇADA E REDES SOCIAIS.

O conflito armado interno na Colômbia, nas quatro últimas décadas, tem se caracterizado pelo crescente número de municípios atingidos, o aumento das ações violentas, a crueldade com que atuam os diferentes grupos armados – guerrilha, paramilitares e força pública – e o movimento migratório de famílias, principalmente do campo até as favelas das grandes cidades, em um fenômeno conhecido como deslocamento interno.

Segundo a *Consejería para los derechos humanos y el desplazamiento – Codhes*¹, o deslocamento interno atingiu 3.721.000 pessoas nos últimos 20 anos. É um fenômeno visível ao observar que, desde 1985 e continuamente, expulsam-se cerca de 3.700 famílias por mês, e a média entre 2002 e 2005 tem se incrementado ao patamar de 6.300 famílias/mês². Territorialmente, no mesmo período, aproximadamente 90% dos municípios do país foram afetados, seja em seu caráter de expulsor ou receptor de população³.

O deslocamento interno para as famílias que fogem é sempre uma forma temporária de se afastar das ameaças e do terror do conflito. Porém, a continuação das situações que produzem o deslocamento, e que não permitem o retorno dessas famílias, faz do deslocamento um fenômeno de permanente transitoriedade, como baliza Martha Bello (2001). Além do mais, a preocupação diária pela subsistência básica, o constante temor frente à perseguição dos atores armados, as dificuldades para se adaptar ao meio urbano e o interesse em voltar ao campo dão um caráter particular ao deslocamento quando comparado com outros tipos de movimentos migratórios.

Assim, considerando as particularidades do deslocamento interno como processo migratório forçado, nossa pesquisa buscou descrever, a partir da percepção e experiência dos homens e mulheres deslocados, a forma como antigos laços – forjados no

¹ Codhes, *Comportamiento del desplazamiento en Colombia 1985-2005*, www.codhes.org/info/grafico-tendencias.htm, acesso realizado em 18/07/2007.

² Cálculo feito pela pesquisadora com base em dados Codhes para o período 1985-2005, *Ibid*.

³ Sistema Único de Registro de Población Desplazada-SUR, acumulado população deslocada desde 1995 até outubro de 2006, em <http://www.accionsocial.gov.co/Estadisticas/Publicacion%20Abril%2021%20de%202007.htm>, acesso realizado em 5/07/2007.

local de origem – e novos laços – criados com a convivência nas cidades – vão aparecendo na experiência de saída, eleição do local de destino e adaptação ao novo meio. Por fim, o objetivo da pesquisa foi delinear a forma como agem, se afetam e se reconstróem as redes sociais na trajetória migratória das pessoas deslocadas pela violência.

Este objetivo de pesquisa derivou-se do intuito de que, embora o caráter forçado e intempestivo do deslocamento interno, há, no processo, uma lógica característica de todo processo migratório, a saber, uma lógica de comunicação, permanência, re-configuração e organização de redes sociais. Por isso, o tema de nosso trabalho foi determinar a forma com que isso acontece, segundo a percepção e vivência dos atores.

O conceito “migração forçada” ou involuntária foi um dos eixos sobre o qual transcorreu a nossa pesquisa. Este estabelece, desde o começo, uma diferença a respeito de um oposto, a migração não forçada ou voluntária. No entanto, na literatura não existe acordo entre os parâmetros que definem e diferenciam um tipo de migração de outro, e sim, uma discussão bastante álgida sobre os pontos de encontro que, na realidade, dificultam estabelecer as fronteiras entre uma e outra experiência migratória.

Os constrangimentos que causam a saída; o leque de opções e a capacidade dos sujeitos de decidir sobre se mover; as conseqüências e perdas da saída; a trajetória da migração e os processos de adaptação nos locais de chegada; a responsabilidade internacional e dos Estados Nacionais sobre o assunto; desde qualquer uma destas perspectivas é possível indicar o caminho de uma discussão ainda em andamento.

A migração, em qualquer uma de suas formas, é produto de uma série de circunstâncias e constrangimentos que motivam a saída. O balanço entre a situação no local de origem e as condições no possível local de chegada fazem parte de um processo complexo de avaliação, mediado por elementos culturais, condições do contexto, expectativas grupais ou pessoais, entre outras. Em cada experiência parecem existir variações no leque de possibilidades que os indivíduos têm para decidir sobre a maneira, o tempo e o lugar para se deslocar.

Desta maneira, ao longo da historia da humanidade, as pessoas têm se movimentado por diversas razões: algumas delas produto de atos violentos, outras da

iniquidade ou da estigmatização social, ou simplesmente, como resposta à busca de melhores horizontes para desenvolver projetos de vida autônomos. Todos estes condicionantes podem se entrecruzar e desencadeiam, no final, o processo de migração.

Encaixar e dar um nome a uma forma particular de deslocamento, a partir dos constrangimentos que deram origem à saída, é um dos caminhos mais comumente usados para estabelecer diferenças entre um e outro(s) tipo de migração.

As ameaças contra a vida e a liberdade – advindas em marcos de guerra ou de conflitos internos – são, hoje, uma das causas mais diretamente relacionadas com a migração forçada. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – Acnur – para 2006, há 33 milhões pessoas no mundo desarraigadas por causa das guerras, sob proteção da agir internacional. Destes, 14 milhões são refugiados, 13 milhões são deslocados internos⁴, e 5.8 milhões correspondem a apátridas⁵.

O interesse pelos refugiados, no âmbito da política internacional, surge após a segunda guerra mundial. Com a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de Genebra, de 1951, a comunidade internacional reconhece o fenômeno e o coloca na agenda de trabalho da ONU. Nesse mesmo ano, se cria o Acnur⁶ como entidade que busca “garantir a proteção internacional (...) e procurar soluções permanentes para os problemas dos refugiados”.

A Convenção estabelece como refugiado

“(...) toda pessoa que por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer, regressar ao mesmo” (artigo 1º, Convenção de 1951).

De acordo com Richard Black (2001), esta definição – elaborada para fins legislativos – era adequada para o contexto político e econômico internacional da época, mas

⁴Colômbia reporta 3 milhões de deslocados internos (26% do total) colocando-se no primeiro lugar nas cifras. Depois da Colômbia encontram-se Iraque, Líbano, Sri Lanka, Timor leste e Sudão.

⁵ *Colombia es el país con el mayor número de desplazados en el mundo*, matéria do jornal El Tiempo 19/06/2007, em http://www.acnur.org/paginas/?id_pag=6508, acesso realizado em 01/08/2007.

⁶ Em 1951, a Organização Internacional para os Refugiados – OIR – foi substituída pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – Acnur.

no campo acadêmico poder-se-ia ter discutido ainda mais seu significado e sua capacidade explicativa da realidade. Para o autor, o uso generalizado e acrítico do termo validou pelo menos duas questões: primeiro, a definição em si, que permanece ainda hoje como referente das políticas e dos estudos sobre o tema; segundo, a necessidade de uma política dirigida a este grupo específico, deixando de lado a possibilidade de uma política mais abrangente, que tratasse o tema da migração – ou pelo menos da migração forçada – em seu conjunto.

Contudo, a partir deste momento, proliferam centros acadêmicos, associações, publicações específicas sobre o tema – promovidos por pesquisadores independentes ou ligados ao trabalho do Acnur. Para Colson (2003), a relevância que o fenômeno do refúgio tem como matéria de política e pesquisa fez com que o século XX seja reconhecido como “o século dos refugiados”.

No entanto, os esforços por dar maior exatidão ao termo surgem do âmbito político e não do âmbito acadêmico. Um dos documentos mais referenciados a respeito é a declaração de Cartagena, de 1984, na qual os representantes dos países centro-americanos e Colômbia propõem estender o conceito como forma de considerar as características do conflito na região – colocando, pela primeira vez, nos documentos internacionais, os conflitos internos entre as circunstâncias que geram o fenômeno do refúgio. Assim, propõem elevar ao caráter de refugiado aquelas pessoas que

“(…) têm fugido porque a vida, a segurança ou a liberdade tem sido ameaçada por causa da violência generalizada, a agressão estrangeira, *os conflitos internos*, a violação massiva dos Direitos Humanos ou outras circunstâncias que perturbem gravemente a ordem pública.” (Cláusula terceira, Declaração de Cartagena, Novembro de 1984, grifo nosso).

O contexto mundial se transforma novamente, e surge a preocupação por outra forma de experiência migratória forçada: o deslocamento interno. As pessoas internamente deslocadas aparecem no contexto internacional após a finalização da guerra fria. O final da ameaça de uma terceira guerra mundial contrasta com a proliferação de conflitos internos, muitos dos quais fundamentados em diferenças étnicas e religiosas. A preocupação por conter os fluxos de possíveis refugiados em seus países de origem colocou sobre a mesa o problema dos deslocados internos (Muggah, 2003).

O fato de os deslocados não serem considerados desde a Convenção de 1951 não queria dizer que eles não existissem no contexto dos conflitos mundiais da época. Turton (2003b, p.15), citando Hathaway (1991), aponta que a exclusão dos deslocados internos, naquele momento, não foi uma questão de contradição de princípios, mas, sim, surgiu da impossibilidade de levar proteção e atendimento às vítimas, devido a que elas se encontravam dentro dos limites de seus próprios países. De tal modo, o fato de se deslocarem não significava a perda do status de cidadão de um país – portanto, teoricamente, continuavam a receber a proteção do Estado a que pertenciam.

Ainda com relação à restrição de proteção e atendimento às vítimas, em 1990 o Acnur desenvolve o interesse por trabalhar com deslocados internos, mantendo a idéia de evitar “futuros refugiados”. Isto teve um custo alto para o organismo, que foi criticado por se afastar de seu mandato – o que fez diluir o assunto entre as discussões sobre a legitimidade, ou não, da agência sobre o tema.

Por volta de 1992, o Secretario Geral de Nações Unidas, por recomendação da Comissão de Direitos Humanos, cria a figura do Representante para os Direitos Humanos das Pessoas Deslocadas Internas⁷. Em 1998, Francis Deng, como Representante, proclama os Princípios Orientadores sobre a deslocação forçada. Neste documento, entende-se por deslocados internos

“(…) as pessoas ou grupos de pessoas que têm se visto forçadas ou obrigadas a escapar ou fugir de seu lar ou seu lugar de moradia habitual, como resultado ou para evitar os efeitos de um conflito armado, de situações de violência generalizada, de violações dos Direitos Humanos ou de catástrofes naturais ou provocadas pelo ser humano e que não tenham cruzado uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida” (ponto 2, anexo Princípios Orientadores sobre a deslocação forçada).

⁷ Muitos críticos sublinham a ausência de um ente único dentro de Nações Unidas – como o Acnur – que reúna as funções de proteção e assistência aos deslocados internos. Atualmente, além do Representante do Secretário Geral, cujo papel é promover os direitos das pessoas deslocadas internas, estão a *División Inter-agencias sobre Desplazamiento Interno* – DDI –, que coordena ações e programas de ajuda entre as diferentes agências de Nações Unidas; o Projeto Global sobre Deslocamento, que organiza as cifras e oferece capacitação sobre os princípios orientadores; e o Escritório para Assuntos Humanitários – OCHA –, que oferece assistência humanitária. O Acnur se integra oferecendo proteção, organizando os abrigos de emergência e os campos para deslocados internos. Estas instituições assinaram, em novembro de 2004, um memorando de entendimento no qual se estabelecem as competências aqui assinaladas (Entrevista com Walter Kälin, Representante do Secretário Geral de Nações Unidas para os Direitos Humanos das Pessoas Deslocadas Internas, Revista Migraciones Forzadas, No. 23, octubre de 2005, p. 4).

Os desarraigados por fenômenos naturais e os reassentados por projetos de desenvolvimento – que não estivessem “justificados por um interesse público superior ou primordial” – são, também, matéria deste documento. No entanto, na prática, poucas vezes são considerados dentro do grupo dos deslocados internos. No contexto colombiano, por exemplo, existe um corpo legislativo, instituições e programas diferentes para o atendimento às vítimas de catástrofes naturais e para a proteção e assistência das pessoas deslocadas – de fato, o termo “deslocado” aplica-se unicamente ao caso dos migrantes por causa do conflito armado interno⁸.

No conceito de Turton, parece haver um interesse político em manter refugiados e deslocados internos juntos, e bem separados dos migrantes por projetos de desenvolvimento, em razão de que os dois primeiros se movimentam pela ausência de proteção de seus direitos por parte dos governos de seus países de origem, enquanto que os outros são expropriados e expulsos por seus próprios governos em procura de objetivos de “bem-estar geral”. Conseqüentemente, os deslocados do desenvolvimento esperam ser compensados pelas terras e propriedades que perderam – e permanece a responsabilidade, dos respectivos Estados, de movimentá-los e provê-los com assistência e proteção (Turton, 2003 b)

Muggah (2003) tem outra hipótese a respeito. Para o autor, as razões para afastarem deslocados por desenvolvimento e deslocados por conflitos internos relacionam-se com o fato de separar, analiticamente, desenvolvimento e conflito. Segundo ele, recentes estudos nas áreas da política econômica e desenvolvimento e na área de conflitos estabelecem que aquela divisão não seja tão forte – e que, ao contrário, ambos os campos encontrem-se conectados causalmente. Assim, atualmente, é amplamente aceito que o conflito contribui ao subdesenvolvimento, e que a distribuição desigual do desenvolvimento e o subdesenvolvimento mesmo guardam uma estreita relação com a geração de conflitos. O autor nos provoca a analisar ambos os fenômenos desde uma perspectiva dinâmica, menos simplista, evidenciando suas complexas e constantes inter-relações, afastando, ao mesmo

⁸ O *Sistema Nacional de Atención y Prevención de Desastres* presta atendimento às vítimas de catástrofes naturais. Para o caso dos deslocados por conflito armado interno está o *Sistema Nacional de Atención a la Población Desplazada – Snaipd* –, e à frente está a *Agencia Presidencial para la Acción Social y la Cooperación*. Na definição da lei 387 de 1997, o termo “deslocado interno” só se aplica aos casos da saída forçada pelo conflito armado interno.

tempo, a ligação mono-causal entre deslocamento interno/guerra e reassentamento forçado/desenvolvimento.

No entanto, em consonância com Muggah, é evidente a relação direta que existe entre o movimento compulsivo e massivo de pessoas e a realização de grandes projetos de desenvolvimento. Este é um exemplo que, em palavras de Vainer (1996), mostra que a guerra pelo desenvolvimento tem sido tão implacável quanto as guerras propriamente ditas. Cernea (1996 e 2000 citado em Turton, 2003b, p.3) estabelece que, durante a década de 90, deslocaram-se 10 milhões de pessoas por ano – resultado de grandes projetos de infraestrutura como represas, rodovias, sistemas de irrigação, etc. As estimativas feitas pelo autor indicam que, somadas as últimas duas décadas do século XX, o número global de deslocados por projetos de desenvolvimento ultrapassou os 200 milhões.

Da mesma maneira que existe uma preocupação por parte da comunidade internacional pelos refugiados e os deslocados internos, ela existe – desta vez, para o caso dos deslocados por projetos de desenvolvimento – por parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – e da Banca multilateral representada no Banco Mundial. Ambos desenvolvem e promovem instrumentos operativos com o fim de prestar apoio às populações afetadas por projetos de desenvolvimento (Muggah, 2003).

Para Cernea (1997 citado em Muggah, 2003, p. 9), no âmbito acadêmico, pouco tempo atrás, o tema tinha sido tratado como periférico dentro do campo dos estudos sobre migração forçosa. As razões para isto, segundo o autor, têm sido variadas: a ausência de atenção internacional; a falta de prioridade sobre estas populações antes de serem deslocadas – o que reflete o grau de marginalização em que se encontravam; e a limitada atenção dada ao fenômeno pelos cientistas sociais. No entanto, as experiências documentadas pelo mesmo Banco Mundial trazem muitos aprendizados que têm sido aplicados em diferentes partes do mundo⁹.

Para concluir, tomar a causa da saída para definir o caráter forçado da migração é, de fato, um parâmetro importante e bastante utilizado nos estudos acadêmicos e na prática

⁹ Ver Cernea, M. and McDowell, C.(eds.), 2000, *Risks and Reconstruction: Experiences of Resettlers and Refugees*, Washington, D.C: The World Bank.

política. No entanto, muitas vezes, a realidade se torna tão complexa que acarreta ambigüidades e confusões quando, por exemplo, tentamos separar conflito e desenvolvimento como causas da saída forçada, sendo que, na realidade, podem se encontrar intimamente relacionadas. Este é o caso do deslocamento forçado interno na Colômbia, que ampliaremos no capítulo 2 deste trabalho.

Além disso, as classificações, tal como se apresentaram até aqui, correspondem a necessidades políticas, que, na prática, procuraram estabelecer as competências dos Estados, dos capitais privados ou da comunidade internacional na geração de respostas ao deslocamento forçado e massivo de pessoas. O panorama é ainda mais complexo quando se trata de outros tipos de migrantes, como, por exemplo, os migrantes por degradação ambiental, acidentes industriais, por radioatividade ou por poluição, ou aqueles que fazem parte do tráfego de pessoas – o que evidencia as limitações das categorias que atualmente se usam para entender e prestar atendimento a estas realidades (Turton, 2003b).

Muitos pesquisadores, ao evidenciarem estas dificuldades, orientam a se centrar mais nas experiências de migração do que nas causas propriamente ditas. Compartilhar e comparar os resultados e conclusões das pesquisas até hoje realizadas em matéria de migração forçada é o primeiro caminho para alcançar isto. Para Cernea (2000), os ganhos potenciais ao juntar, por exemplo, pesquisas sobre refúgio e deslocados por desenvolvimento, são quádruplos.

“Empiricamente, os dois corpos de pesquisa poderiam se enriquecer comparando seus achados e resultados. Teoricamente poderiam ampliar suas conceitualizações explorando as ligações e as similaridades entre seus sistemas de variáveis. Metodologicamente podiam melhorar seus inquéritos pedindo emprestado e trocando técnicas da pesquisa. E politicamente podiam influenciar a arena pública mais fortemente, reforçando mutuamente a capacidade de advocacy e as recomendações operacionais” (Cernea and McDowell 2000, citado em Turton, 2003b, p.7, itálico no original)

Nesta mesma linha, Colson (2003), após analisar diferentes estudos antropológicos sobre refugiados, deslocados internos, deslocados por desenvolvimento e repatriados, destaca o que ela chama de “experiência comum de desproteção”. A experiência comum revela que todos eles foram compelidos a deixar parentes, relacionamentos importantes, pertences – o que produz impotência, raiva e perda de confiança na sociedade e no Estado. O sentido de desproteção justamente acontece com relação ao Estado, não só

porque desatendeu o dever de proteger e garantir os direitos destes cidadãos, mas também porque, ainda hoje, controla suas vidas nos abrigos e campos de refúgio ou através dos programas de assistência, reassentamento e retorno.

O assunto do controle externo, ou melhor, das limitações para decidir de maneira autônoma, é, para muitos autores, um excelente ponto de partida para diferenciar o caráter forçado da migração. Sendo assim, quando a capacidade de decisão ou de agir (*agency*) das pessoas se reduz, tanto na hora da saída quanto no processo de deslocamento, pode-se dizer que se está ante um tipo de migração forçada.

Como Turton assinala, a capacidade de agência é uma característica dos migrantes e em si, de todo ser humano, que “inclusive nas mais constrangedoras situações, como os campos de concentração, (...) luta por se libertar mantendo uma área de decisão individual, fator no qual radica o sucesso de quem melhor sobrevive” (Turton, 2003a, p.10). Neste sentido, quando uma pessoa migra, este deslocamento não é resultado de um impulso “involuntário” ou “compulsivo” – da mesma forma com que choramos quando cai um tijolo sobre um de nossos pés –, é produto de complexos processos de deliberação nos quais intervêm fatores sociais, culturais e individuais.

Bello (2001), entre outros autores, enfatiza, em seus trabalhos sobre deslocamento interno na Colômbia, o fato da saída obrigada não só como estratégia dos atores armados, mas também como forma de salvaguardar e proteger a própria vida e a dos familiares, resgatando, com isto, a “opção” de migrar como alternativa considerada pelos sujeitos em meio a situações de ameaça e forte pressão.

Para Muggah, retomando Penz, se já há um acordo geral em que toda migração envolve um elemento de decisão, deslocar-se ou reassentar-se converte-se em forçado quando não existe a opção de permanecer. Esta opção é central quando se trata da dicotomia entre forçado e não forçado¹⁰ (Penz 2002, citado em Muggah, 2003, p. 10). Centrar-se neste aspecto da migração é bastante informativo se considerarmos que a opção de ficar, assim como a decisão de retornar, está restrita a muitos migrantes devido às limitações econômicas, à

¹⁰ No texto original, a dicotomia estabelecida pelo autor corresponde à migração voluntária e involuntária (*voluntary – involuntary*).

continuação da guerra, à perda dos meios de produção, à mudança total do local que lhes servia de moradia, à coerção física e moral, entre outras.

Sendo assim, a migração forçada será aquela em que os níveis de decisão e autonomia das pessoas são extremamente baixos, e o leque de possibilidades reduzido a poucas alternativas – tanto que a opção de “permanecer” não faz parte das escolhas.

Mas a capacidade de agir das pessoas não só se expressa na hora de decidir – com tudo e as restrições existentes – a saída ou a permanência. Durante o percurso até chegar ao local final e nos processos de adaptação, apresentam-se distintos níveis de inovação, criatividade e ajuste que permitem observar como as pessoas vão tomando vantagem das oportunidades que oferece seu novo entorno (Turton 1996, citado em Turton 2003b, p.9). Os casos mais extremos, na análise de Hitchcox (1990, citado em Colson 2003, p.10), seriam os campos de refugiados e de deslocados internos, nos quais autoridades e profissionais dos organismos de ajuda perpetuam a relação de dependência, atentando contra a autonomia das pessoas.

Centrar-se na capacidade de agir dos sujeitos que migram tem desencadeado também a análise de tipo econômico, que abrange desde aqueles que consideram que indivíduos, famílias e grupos tomam decisões sobre sua movimentação, a partir de cálculos racionais; passando por aqueles que consideram que as circunstâncias estruturais relacionadas com a conformação da sociedade antecedem e predeterminam a migração, e fazem desta um ato inexorável. Segundo Vainer (1996), a primeira corresponderia a uma análise liberal que dá ênfase às forças do mercado e aos sujeitos como um dos recursos de produção; e a segunda, a uma interpretação neoclássica que enfatiza as condições estruturais que vão além do controle dos indivíduos – apesar de que nenhuma das duas vias é totalmente certa ou errada.

Assim, concordando com Silva, os processos de migração são produtos de intrincados relacionamentos entre fatores históricos, sociais, políticos e econômicos que se expressam na experiência social e individual de sujeitos e comunidades. Portanto, “a complexidade dessas situações exige do pesquisador a adoção de uma postura teórico-metodológica capaz de compreender a migração como um processo social e os migrantes como agentes desse processo” (Silva, 2005, p. 54).

De acordo com esta perspectiva, analisar o processo de migração forçada na Colômbia nos levaria a relacionar fatos históricos que derivam da repressão da mobilização social por meio da violência; de estratégias regionais e locais de apropriação da terra; de interesses relacionados com grandes projetos econômicos e de desenvolvimento; de redes econômicas ligadas ao tráfico de armas e narcóticos – que poucas vezes se ligam como explicação da saída individual de famílias que vão chegando de maneira silenciosa às favelas das grandes cidades –, contando somente com o apoio de parentes – antigos migrantes – e outros deslocados que formam complexas redes de recepção e ajuda.

A respeito deste último aspecto, a importância das redes nos processos migratórios tem sido foco de diferentes pesquisas sociológicas e antropológicas realizados desde a década de 80. Assim, trabalhos pioneiros, como o de Bodnar (1985, citado em Monsma & Truzzi, 2003, p.5), apresentam evidências a respeito de uma grande variedade de grupos imigrantes nos Estados Unidos, mostrando que a migração e a inserção no lugar de destino se realizam principalmente por meio de redes de parentes e conhecidos, e que os imigrantes reconstróem comunidades locais no novo país. Nessa mesma linha, Massey (1990), em seu estudo sobre os processos da migração internacional mexicana, enfatiza, o papel das redes sociais – em especial as de parentesco e amizade – na ponderação e eleição dentre as diferentes alternativas de deslocamento e no posterior processo de adaptação ao lugar de destino.

Para o assunto que nos interessa – a migração forçada, Tilly faz uma interessante aproximação a uma definição, que parte também da análise das redes sociais. Assim, para o autor, a migração por coação ou forçada é definida como a “imposição de uma saída obrigada forçando a separação parcial ou total com os vínculos de origem e com mínimas ou nulas conexões com a população no local receptor” (Tilly, 1990, p.88). Neste sentido, o autor considera as motivações e constrangimentos violentos que operam na saída, juntando-os com a impossibilidade de manterem ativos – ou de reativar – vínculos dentro da rede de familiares, amigos e outros migrantes, já nos locais de chegada.

Assim, as redes de migrantes – como conjunto de relações e vínculos entre indivíduos nos locais de saída e de chegada – apresentam uma dinâmica particular a cada processo migratório. No caso da migração forçada, as experiências de ameaça e violência que

desencadearam a saída condicionam o relacionamento entre antigos e novos membros da rede e a adaptação dos indivíduos e suas famílias no meio receptor.

Derivada da discussão até aqui apresentada, nossa proposta consistiu em entender a migração forçosa desde a forma que toma esta particular experiência migratória. Neste sentido, referiu-se tanto à análise dos elementos de coerção que provocaram a saída, aos processos de tomada de decisões – relacionados com a determinação de migrar, a trajetória da migração e a acomodação ao novo meio – quanto ao comportamento das redes de origem, à recuperação de antigos vínculos e à formação de novos laços.

A ênfase nas redes sociais das pessoas deslocadas levou-nos também ao aprofundamento em sua descrição, o que significou, por um lado, recriar a rede – definindo as pessoas que forneciam um tipo específico de apoio – para, depois, delinear as características de seus membros em termos de idade, sexo, etnia, relação com o entrevistado ou a entrevistada; por outro lado, significou descrever a forma como se expressava a relação com a pessoa entrevistada (ou *ego*) em relação ao tempo de conhecidos, o local onde se conheceram, a frequência com se encontram, o equilíbrio, na relação, entre dar e receber e o grau de proximidade.

A análise centrada na trajetória da migração e nas redes sociais permitiu ver os efeitos sociais da violência em termos das múltiplas rupturas nos sistemas de relacionamentos das famílias deslocadas: as separações entre familiares que terminam fugindo para diferentes lugares; as perdas de relacionamentos antigos que nascem e se consolidam como produto de compartilhar o trabalho, o estudo ou a vizinhança; os processos de organização comunitária truncados, que são alguns exemplos dos efeitos do conflito e da migração obrigada. No local de chegada, as dificuldades para se relacionar com os novos vizinhos e colegas de trabalho se derivam da desconfiança e do medo, que ficam como consequência das experiências violentas vividas nos locais de origem. Desta maneira, os efeitos do deslocamento e a violência sobre o tecido social de famílias e comunidades foram visíveis desde a perspectiva de análise utilizada neste estudo.

Baseado neste marco investigativo, entre os meses de março e outubro de 2006, e graças ao apoio do *Programa de Iniciativas Universitarias para la Paz y la Convivencia – Piupc* –, da *Universidad Nacional de Colombia*, foi possível desenvolver o trabalho de campo

que se dividiu em duas fases: uma primeira, de aproximação à realidade da população deslocada através de visitas a seus lugares de moradia em Soacha (município próximo a Bogotá) em acompanhamento dos estudantes que realizavam estágio na *Unidad de Atención y Orientación – UAO*¹¹. Durante esta fase foi possível precisar os objetivos da pesquisa e testar o *survey* que proveria informação para elaborar a descrição das redes sociais das pessoas deslocadas.

A segunda fase consistiu na aproximação com a população em Bogotá e a coleta de dados. Assim, o Piupc-UN oficializou um estágio com o *Centro de Capacitación y de Promoción Popular-Juan Bosco Obrero* – instituição que faz parte da Comunidade Salesiana estabelecida na Colômbia. O Centro opera como executor de *CHF-International* (Cooperação dos Estados Unidos) e *Acción Social* (Entidade do governo nacional com funções de assistência à População em Situação de Deslocamento) no assessoramento e entrega de capital para o desenvolvimento de projetos de subsistência dirigidos à população deslocada que mora na subprefeitura de *Ciudad Bolívar* (apêndice A).

O estágio consistiu em apoiar *Juan Bosco* através de visitas domiciliares e no preenchimento das fichas de avaliação de impacto econômico e psicossocial do PAE junto às famílias que faziam parte do programa. Aproveitando o contato institucional com a população, foi possível aplicar o questionário desta pesquisa (apêndice B), conhecer o processo de saída do lugar de origem e chegada a Bogotá mediante conversas informais, e agendar alguns encontros adicionais para realizar entrevistas em profundidade (apêndice C). A informação obtida foi consignada na folha de respostas do *survey* – em um caderno de campo preenchido diariamente – e gravada nos casos das entrevistas em profundidade.

Além de obter os dados necessários para a pesquisa, durante o trabalho na UAO de Soacha e em *Juan Bosco Obrero* foi possível: conhecer os componentes de ajuda humanitária e restabelecimento socioeconômico em áreas urbanas, que fazem parte da Política governamental de atendimento à população deslocada; vivenciar as dificuldades que enfrentam os profissionais que trabalham com esta população; observar a situação precária em

¹¹ As UAO são espaços dirigidos à população internamente deslocada, apoiados pelos representantes do Ministério Público, da *Acción Social* e das prefeituras que realizam encaminhamentos para os serviços de saúde e educação, e oferecem assessoria jurídica e informação sobre programas habitacionais, projetos produtivos, ou subsídios para mães chefes de família. Em janeiro de 2006, *Acción Social* reportava 34 Unidades nas capitais de departamento e nos municípios com maior índice de recepção de pessoas deslocadas.

que vivem as famílias; dimensionar a crueldade, o “sem sentido” e o impacto que a guerra gera nas pessoas e em nossa sociedade; e ouvir as inúmeras histórias de violência, injustiça, solidariedade e coragem que mostram os paradoxos desta realidade.

O trabalho de campo apresentou dificuldades na localização dos endereços e na mudança de bairro de algumas pessoas, além de algumas situações em que não foi fácil conseguir um ambiente propício com os entrevistados – devido ao medo e à dor que ainda sentem –, o que limitou a possibilidade de aprofundar alguns aspectos da vivência das pessoas.

De outro lado, embora *Ciudad Bolívar* se caracterize por altos níveis de insegurança e a presença de diversos atores do conflito – milícias urbanas da guerrilha, blocos dos paramilitares, delinquência comum, polícia e exército –, nenhuma situação de risco se apresentou durante a coleta dos dados; em boa parte, pelo uso de distintivos de identificação da ONG – jaqueta e carterinha – e ademais, pelo fato de *Juan Bosco* ser uma ONG cujo trabalho é reconhecido positivamente na comunidade. Outro fator que agregou segurança ao trabalho foi o de se desenvolver nos dias e horários em que é possível percorrer a favela “sem dificuldade” – de segunda a sábado, entre 8h e 18h. Finalmente, o fato de realizar os percursos em dupla, contando o tempo todo com a orientação de um dos profissionais de *Juan Bosco*, que conhecia a dinâmica da favela¹².

O documento que hoje apresentamos recolhe os resultados e a análise da pesquisa, com uma estrutura de sete capítulos. Este, como capítulo introdutório, apresenta o assunto de pesquisa e a revisão inicial da literatura pertinente sobre o assunto da migração forçada.

O capítulo 2 contempla uma descrição do conflito armado interno na Colômbia desde os cenários, os atores e as dinâmicas que fazem deste um confronto *prolongado* – por seus mais de 40 anos de duração –, *expansivo* – porque atinge uma vasta área do território nacional –, e *degradado* – pelos métodos de guerra utilizados pelos atores armados¹³ –, para

¹² Conhecer a dinâmica da favela significa saber “o que está rolando”: os lugares em que não é possível entrar, os horários em que não se pode percorrer um bairro ou sector determinado, os boatos de confrontos entre grupos que podem significar risco para quem não é “do pedaço”, etc. Sem dúvida, quem não pertence à favela, assume um alto risco quando entra nela sem o apoio de um morador ou alguém que a conheça.

¹³ Estes três termos constituem os eixos em que se desenvolvem os três primeiros capítulos do Informe de Desenvolvimento Humano para Colômbia - 2003.

logo incluir o deslocamento forçado como uma das conseqüências da guerra, definindo ainda suas causas, as características das pessoas deslocadas, as trajetórias da migração forçada e as conseqüências deste fenômeno. Adicionalmente, se apresentam as características, ganhos e limitações da política governamental de atendimento à população deslocada.

O capítulo 3, como primeira parte da análise propriamente dita, trata o tema da trajetória da migração, as situações que derivaram a saída das pessoas e as razões que as levaram a escolher Bogotá como destino final. Estão presentes, nos relatos, os mecanismos que os atores armados utilizam para dominar a população e a avaliação que as pessoas fazem da forma que tomará a saída em meio a poucas opções, medo e sob a ameaça constante contra a própria vida e a da família mais próxima.

No capítulo 4 tratam-se dois dos aspetos mais importantes a serem resolvidos pelos deslocados assim que chegam à cidade: emprego e moradia. No capítulo descreve-se a forma como começam a operar mecanismos de reciprocidade baseados no parentesco, em ajuda aos familiares recém chegados.

O capítulo 5 desenvolve a forma como integram novos laços no patamar de relacionamentos das pessoas, apesar de que o medo e o fato de serem estigmatizados por causa do modo como chegam à cidade limitam o estabelecimento de novas amizades. Neste capítulo, também se descreve a forma como as pessoas tentam conservar antigos laços nas regiões de origem, achando diversas maneiras de manter a comunicação, e como a guerra, produto também do deslocamento, reúne antigos vizinhos e amigos nas favelas das cidades.

O capítulo 6 contém a descrição e a análise estatística das redes de suporte social das pessoas que fizeram parte deste estudo. O suporte social foi avaliado em cinco sentidos: como apoio emocional, como a possibilidade de compartilhar com outros, como ajuda financeira ou na vida diária e como obtenção de informação. Por último, o capítulo 7 dispõe as conclusões da pesquisa.

Passemos então, à descrição da dinâmica do conflito armado e do fenômeno de deslocamento interno na Colômbia, que constitui o conteúdo do capítulo a seguir.

2. CONTEXTO DO CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA.

O conflito colombiano se caracteriza por seu prolongamento no tempo – contabilizam-se quase 40 anos de confronto armado; é um fenômeno já degradado – em razão dos métodos de guerra utilizados – e expansivo, porque atinge desde territórios afastados de colonização e economia extrativista até centros econômicos integrados à dinâmica nacional, inclusive grandes cidades (PNUD, 2003).

O objetivo deste capítulo, ao qual temos chamado “contexto”, é descrever cada uma destas características e ver como a migração forçada está amplamente associada ao conflito armado – ao pensar na principal motivação dos indivíduos que fogem, diariamente – como uma de suas conseqüências, como estratégia de guerra dos atores – armados ou não – vinculados ao conflito, ou como forma de proteção e preservação da vida.

O capítulo tratará, portanto, dos cenários, dos atores e das dinâmicas do conflito colombiano¹⁴, para depois adentrar no assunto do deslocamento interno, suas características e conseqüências, e as políticas de Estado dirigidas a mitigá-lo.

2. 1. Os cenários.

Para descrever os cenários do conflito colombiano, nos posicionaremos a partir do espaço físico, ou seja, do território e da forma como este tem sido colonizado e apropriado. De outro lado, trataremos do cenário social e político e das diferentes intermediações que a guerra tem exercido entre aqueles, trazendo como exemplo o período de *La Violencia*, da década de 50.

¹⁴ Esta parte do capítulo fundamentar-se-á no trabalho de González, Bolívar e Vázquez (2003) e no *Informe de Desarrollo Humano, IDH-2003* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Ambos os documentos têm se constituído em referência tanto em âmbito de pesquisa acadêmica quanto de decisões políticas, pela clareza com que apresentam as origens, interações e conseqüências do conflito armado, e pelas propostas e alternativas que deles se derivam.

2.1.1. Território, população e Estado.

A ocupação do território colombiano foi produto de expulsões sucessivas de população desde regiões centrais de montanha até áreas afastadas de floresta em processos constantes de colonização¹⁵.

Nos processos migratórios, têm operado fatores de atração por efeito das *bonanzas* econômicas legais e ilegais – quina, tabaco, café, petróleo, esmeraldas, borracha, coca, papoula – e de expulsão violenta que resulta da ação dos grandes latifundiários, dos grupos de segurança privada que operam nas áreas de economia extrativa, da violência dos anos 50 e como efeito do conflito armado interno em épocas mais recentes (PNUD, 2003).

Nas nascentes áreas de colonização, afastadas dos centros políticos e econômicos do país, o exercício de funções por parte do Estado central é dificultosa, e aparecem, em seu lugar, mecanismos de mediação “alternativos”, provenientes de atores de diversas origens, como: políticos de ambos os partidos dominantes – liberal e conservador –; poderes locais baseados na posse da terra; e atores à margem da lei – entre os quais, a guerrilha – que exercem justiça, oferecem segurança em troca de dinheiro ou favores e criam ou impõem normas de convivência que regulam as relações de trabalho, os contratos econômicos e até a cotidianidade de comunidades e famílias.

Deste modo, segundo o Informe de Desenvolvimento Humano para a Colômbia, de 2003,

“Nas zonas de “fronteira interna”, os direitos de propriedade estão por se definir ou tendem a ser precários. Os direitos de propriedade decidem quem se apropria do produto do trabalho, do capital, da natureza, do esforço coletivo, do investimento público e de todos os bens e serviços existentes no momento (North, 1990, p.33). Estes direitos são bases de uma ordem social, e sua precariedade e indefinição são fonte de incerteza, instabilidade e conflitos (...)” (PNUD, 2003, p.22).

¹⁵ As cidades e os departamentos referidos neste capítulo podem ser localizados no mapa da figura 1.

Esta particular configuração de territórios e poderes nos leva a duas conclusões: a primeira, que a guerra se origina e se desenvolve nas áreas mais afastadas do país; portanto, o conflito é periférico – argumento presente no IDH (2003) –; a segunda, que a ausência de um maior ente regulador, neste caso, o Estado, é a principal causa da presença de violentos atores mediadores naquelas regiões.

Acerca destas duas conclusões, embora a dinâmica das áreas de colonização seja ambiente propício para o desenvolvimento do conflito, não podemos deixar de lado o fato de que existem territórios “integrados” social e economicamente, localizados no centro geográfico e político do país, onde operam também mecanismos violentos de mediação ou substituição do Estado. As favelas de cidades como Bogotá ou Medellín são exemplo de como o centro pode também ser vulnerável a práticas de justiça e ordem privada onde se protege quem paga, se manipulam instituições e até se definem orçamentos e investimentos públicos.

De outro lado, os processos de expansão do conflito nos fazem concordar com Pecaat, quando postula

“Estamos ante um processo de *desterritorialización* do conflito, pois a maioria corresponde a territórios em disputa. As divisas entre os territórios de um e outro bando não deixam de evoluir, de ser porosas (...) a luta se orienta a conseguir o poder político e militar, o que não implica prioritariamente uma apropriação de territórios senão a capacidade de assegurar posições chave para mudar os equilíbrios de forças e obrigar o adversário a ceder terreno no político (...)” (Pecaat, 2004, p. 24).

A ausência ou não do Estado é relativa, pois, de acordo com o IDH (2003), sua deficiência não se relaciona à falta de policiais, hospitais, escolas ou obras públicas, mas, sim, a duas questões interligadas: primeiramente, à inexistência, em muitas regiões, de uma ordem jurídica transparente, caracterizada pela clareza sobre os direitos e obrigações derivados dos acordos e contratos entre indivíduos. Posteriormente, ao fato mesmo de o Estado não agir como avalizador do respeito imparcial e efetivo desses contratos.

Para outros autores, a referência ao Estado e sua incidência no conflito se relacionam ao caráter que teve seu processo de formação. Desta maneira, González, Bolívar e Vázquez (2003) desenvolvem a idéia do Estado colombiano como um Estado fragmentado, que, entre suas fissuras, deixa espaço para a gestação do conflito. Assim, baseados em Tilly e

Elias, Gonzalez et al ressaltam o modo como o Estado visa a se moldar quando se tornam complexas as interações da sociedade; portanto, a centralização das estruturas de poder se produz na medida em que, por um lado, se ampliam as correntes de interação entre grupos humanos e, por outro, estes se circunscrevem dentro de um território, chegando à conclusão de que esta última condição, no caso colombiano, não se tem resolvido de maneira fácil pelas características dos processos de povoamento do país, sublinhadas parágrafos acima. Deste modo, sem o “enjaulamento” da população em uma área geográfica, não é possível impor o monopólio estatal da força, nem incrementar as interações que geram uma maior integração entre a população.

Isso significa que os cenários do conflito apresentam uma constante mobilidade advinda da movimentação mesma da população e da abertura de novas e convulsionadas zonas de colonização, além dos marcos de justiça paralelos ao estatal – que ordenam e organizam as relações e contratos entre pessoas – e dos atores do conflito – incluído o Estado – que operam indistintamente em uma ou outra região, de acordo com motivações estratégicas diversas.

2.1.2. Os âmbitos político e social e o papel da violência.

Mas o caráter do cenário espacial do conflito não é suficiente para explicar a persistência da guerra na Colômbia. Diferentes pesquisadores indicam como a violência tem estado presente em diferentes momentos da história do país, algumas vezes agindo como mecanismo de repressão e anulação do protesto social; em outras ocasiões, como meio para obter vantagens políticas ou econômicas de maneira rápida e eficaz; por fim, como forma de relação entre setores sociais, partidos políticos, grupos econômicos e Estado. Para recriar melhor a complexidade destas situações, tomaremos rapidamente, como exemplo da história do século XX, o período de *La Violencia*¹⁶.

La Violencia se dá, segundo os analistas, entre 1945 e 1965, apesar de comumente estar associado ao assassinato do Liberal Jorge Eliécer Gaitán, em 9 de abril de 1948. Os anos que antecederam ao começo de *La Violencia* se caracterizam pela exacerbação

¹⁶ O nome em espanhol e itálico será usado para designar este período da história da Colômbia.

do protesto social, tanto de trabalhadores rurais, colonos e pequenos produtores rurais ligados ao cultivo do café, quanto da nascente massa de operários vinculados à incipiente indústria urbana e aos enclaves de exploração de petróleo em Magdalena Medio¹⁷ e de banana em Urabá¹⁸. Os protestos e greves de maior envergadura acontecem, segundo Pécaut (2001), entre 1923 e 1924, sem que por isto se desconsidere a importância de mobilizações anteriores e posteriores a esta data¹⁹.

A resposta à questão social do momento se dá por via da repressão e da violência – por parte de empregadores, fazendeiros e do Estado – mais do que pela mediação e a conciliação. A maior proximidade, talvez a única neste período, entre Estado e movimento social, acontece por volta de 1934, durante o governo do Liberal Alfonso López Pumarejo (1934-1938) e o grupo de reformas conhecidas como “*La revolución en marcha*”. O relacionamento com as massas se consolida principalmente através de reformas sociais, entre estas: a educativa; a promoção dos processos de sindicalização e a intermediação na negociação entre sindicatos e grevistas; e a expedição da lei 200 de reforma agrária, que procurava regulamentar e mediar os litígios entre colonos e fazendeiros – e que apresentou resultados importantes em departamentos como Tolima e Cundinamarca.

No entanto, os subseqüentes governos, embora alguns deles do mesmo partido político de López Pumarejo, frearam estas reformas e desconsideraram seus avanços. Segundo Pécaut (2001), o renascimento da inconformidade encontra na arena política o surgimento de mediadores políticos como o *Partido Socialista Revolucionário – PSR*²⁰ – e duas vertentes

¹⁷ A região média do Rio Magdalena – o mais importante da Colômbia – está formada por 30 municípios correspondentes aos departamentos de Antioquia, Santander, Boyacá, César e Bolívar.

¹⁸ O golfo de Urabá está localizado no litoral caribe, próximo à divisa com Panamá. Os municípios da região correspondem a três departamentos: Antioquia, Córdoba e Chocó.

¹⁹ Como exemplos, estão os movimentos de estivadores e ferroviários, de Janeiro de 1918, em Cartagena, Santa Marta e Barranquilla; em 1920, o protesto dos ferroviários de La Dorada e Barranquilla; em 1924, a greve dos trabalhadores da fábrica de tecidos *La Garantía*, em Cali, e dos mineiros de carvão, de Valle del Cauca; em 1926, a greve dos trabalhadores da cervejaria Bavária em Bogotá. Nos enclaves, se destacam as greves de 1924 e 1927, na Tropical Oil Company, e de 1928, na United Fruit, em Urabá. Nesta última, se produz um dos massacres mais graves da época: cerca de 1.000 trabalhadores são abatidos entre 5 e 6 de dezembro, por parte de tropas do exército (Pécaut, 2001).

²⁰ A improvisação era também característica das diferentes tendências políticas que, naquele momento, aparecem se proclamando como representantes da “classe trabalhadora”. Vertentes marxistas, anarquistas, comunistas e, posteriormente, socialistas aparecem na arena política. No entanto, nem o movimento popular nem o PSR tinham rompido totalmente os laços com o partido liberal. Os que se proclamavam comunistas no seio do PSR eram uma minoria, e a base social estava formada mais por camponeses e artesãos do que por operários. No entanto, o

radicais-populistas no seio dos dois partidos tradicionais: o radicalismo de direita do conservador Laureano Gómez e o “Gaitanismo”²¹ do liberal Jorge Eliécer Gaitán. O primeiro se manifesta em uma luta acérrima contra o partido liberal; o segundo aparece como movimento de massas tendo como plano de fundo a crises do “lopismo”, de Alfonso López Pumarejo.

Com o assassinato do então candidato presidencial liberal Joge Eliécer Gaitán, em 9 de abril de 1948, a violência já existente se desborda. Por meio das emissoras gaitanistas, se espalha a notícia por todo o país e se difundem consignas revolucionárias; no entanto, durante os dias de caos, nem comunistas, sindicalistas, sequer o grupo de pessoas próximas de Gaitán conseguem canalizar a insurreição.

Segundo Sánchez (2006), o chamado Bogotazo simboliza a pilhagem, a embriaguez e a exortação à vingança. Nas regiões, a história é outra: nos povoados liberais se interrompem todas as atividades e, além de algumas situações menores de ordem pública, formam-se “*juntas revolucionarias*” que retomam o controle local e acalmam a situação durante os vários dias em que a instabilidade imperou. Assim, nas palavras de Sánchez, “a pilhagem e a loucura que se dá em Bogotá contrastam com o sentido de ordem e organização revolucionária nas regiões” (Sánchez, 2006, s.p.).

Uma semana depois, o desenlace no campo político não foi o esperado pelas massas. Contrariamente ao derrocamento do Presidente da República e à formação de um governo liberal, líderes de ambos os partidos²² ratificam o retorno a um governo de “união nacional” que significava paridade partidária em todos os níveis do governo e da administração. O acordo aparece também como o interesse em dar uma saída civil à revolta, desconsiderando rapidamente um golpe de Estado como fórmula para restaurar a ordem. A

“socialismo revolucionário” era a linguagem pela qual se expressavam camponeses, artesãos e operários, inclusive aqueles que estavam vinculados simultaneamente ao partido liberal. Por esta razão, Pécaut afirma que “difícilmente poderá se conhecer, em muito tempo, um estado semelhante de mobilização política a ponto de se articular luta política e reivindicação social” (2001, p. 122-123).

²¹ Embora se fale de “Gaitanismo”, este não conseguiu se consolidar como organização ou partido. A *Unión Nacional de Izquierda Revolucionaria – UNIR* –, criada em 1931 por Gaitán, e na que convergiam diferentes forças populares e da esquerda da época, foi dissolvida por ele mesmo em 1935. Já o JEGA (iniciais do nome do líder) foi um grupo de pessoas de diferentes origens, próximas ao líder populista, que apoiavam as mobilizações e o acompanhavam constantemente. Assim, no que se refere à filiação política, Gaitán nunca se desligou do Partido Liberal.

²² Neste acordo ficou de fora o grupo de Laureano Gómez, que saiu do país para a Espanha como auto-exílio.

ruptura do acordo, em 1949, e a eleição, em 1950, do conservador Laureano Gómez (1950-1953), na ausência de um contendor pelo partido liberal, marcam o aprofundamento da violência.

Em estudo sobre as mobilizações rurais na América Latina, De la Peña (1997) analisa a violência rural na Colômbia durante este período, como sendo produto de vários tipos de situações. A primeira, conhecida como “vingança dos fazendeiros”, consistiu em ações violentas contra os camponeses que, anteriormente, tinham ocupado latifúndios, reivindicando terrenos desocupados ou desafiado à dominação dos fazendeiros – como foi o caso da região sul do Tolima. O segundo tipo se apresentou especialmente em regiões de médias e pequenas propriedades, produto de rivalidades – entre vilas, aldeias e, inclusive, famílias – pela propriedade e uso da terra e pelo controle político local. O terceiro se dá em regiões onde os principais latifundiários e patrões fugiram por causa da perseguição política, deixando seus clientes e sócios envolvidos em amargas disputas pelos recursos econômicos e políticos abandonados. Finalmente, um quarto tipo, definido de forma menos clara, aconteceu no caso de alguns fazendeiros liberais rebeldes que reuniam seus trabalhadores para atacar autoridades conservadoras e seus aliados, como aconteceu na região dos Llanos Orientales. O fato de misturar tensões e velhas diferenças com a filiação política fez com que, ainda hoje, para o comum das pessoas, *La Violencia* tenha sido o período em que ocorreu o confronto armado entre liberais e conservadores.

Para o autor, a freqüente consequência de todas estas situações geradas em âmbito local foi a aparição do *bandidaje* e das guerrilhas partidistas. O resultado global foi o confronto entre as – e dentro das – classes sociais, em uma guerra civil que se auto-perpetuava e apresentava, ao mesmo tempo, um caráter altamente fragmentário (De la Peña, 1997).

De outro lado, a forma como se espalhou a repressão e a violência nas regiões mais remotas do país teve, segundo Sánchez (1990), um sentido de “cruzada de extermínio”, já que o assunto não era só cobrar a vida dos 200 mil ou mais mortos contabilizados neste período. A lógica do terror tinha razões (que poderiam corresponder à tipologia de De la Peña), agentes (policiais, exército, forças conjuntas legais e ilegais, assassinos pagos, guerrilheiros) e rituais de morte (castração, empalação, eventração de mulheres grávidas) que assolaram e deixaram marcas nos milhões de colombianos que sobreviveram a este período.

Desde esta dimensão da violência, o espaço do conflito (social ou político) é definido não em termos de oposição, contradição ou antagonismo – como poderia corresponder a um espaço no qual aquele se dirima por via do consenso e a negociação – mas, sim, em termos de perseguição, aniquilação ou, no melhor dos casos, de diáspora e de fuga em múltiplas direções: da vila para a metrópole, das zonas centrais para as zonas afastadas de colonização, da Colômbia para as nações vizinhas (Sánchez, 1990). Neste momento, acontece a primeira onda massiva de migrantes forçados que a violência provocou no século XX; segundo estudo de Obregón e Stavropoulou (1998), mais de 2 milhões de pessoas tiveram que fugir de seus locais de moradia (citado em Medellín, 2003, p.24). A segunda acontece na ocasião da intensificação do conflito armado interno a partir da década de 90, e já se contabilizam quase 4 milhões de pessoas.

Com o golpe militar do General Gustavo Rojas Pinilla, em 1953, e, posteriormente, com o estabelecimento do *Frente Nacional*, a preponderância dos partidos Conservador e Liberal, na arena política, se consolida. O *Frente Nacional* consistiu na alternância de ambos os partidos na presidência da república, desde 1958 até 1970; para alguns analistas, a permanência do acordo se prolonga até 1978. No entanto, além de não se traduzir no fim da violência, o pacto fechou as possibilidades de consolidação e acesso ao poder por parte de vertentes políticas alternativas, entre elas, a *Alianza Nacional Popular – ANAPO* – partido político contrário ao bipartidismo, liderado pelo outrora General golpista Rojas Pinilla.

Colocando em diálogo os argumentos de Pécaut e Sánchez, durante o período de *La Violencia* no país, o social continua se resolvendo através do político-partidista – e o político, por meio da violência. Embora se quisesse dar um caráter partidista ao confronto social da época, este o ultrapassa, pois, como assinalamos, o desconforto tinha causas de fundo que se cimentavam nas relações de desigualdade e na injustiça social que imperava no país, tanto no âmbito rural quanto no urbano. Assim, neste período, é evidente, por um lado, a segmentação que existe entre atores sociais e políticos que, de maneira mais geral, delineia a profunda fragmentação do social e do político e a mediação da violência entre uma e outra dimensão – o que, com algumas diferenças, continua a aparecer em períodos subsequentes da história da Colômbia.

2.2. Os atores.

Embora todo conflito envolva atores e interesses políticos, econômicos de ordem local, regional e até internacional, é de nosso interesse centrar esta parte na descrição dos atores armados, que representam diversos interesses e encarnam os exércitos que desenvolvem a atual guerra interna na Colômbia. Assim, trataremos do surgimento, dos objetivos e das principais características dos grupos guerrilheiros e dos paramilitares, além de traçar um perfil do Estado no último quinquênio, como atores importantes dentro da dinâmica do conflito.

2.2.1. *A via política armada. O surgimento dos grupos guerrilheiros de esquerda.*

A saída armada como expressão política encontra, na metade da década de 60, o momento ideal para se consolidar na forma do projeto guerrilheiro. Apesar da campanha de extermínio – durante o período de *La Violencia* –, alguns focos de autodefesas campesinas, criadas com o intuito de resistir ao embate das forças armadas estatais, se mantêm foragidos e cada vez mais distantes da idéia de se desarmar. A anulação de opções políticas alternativas, fechadas com o pacto bipartidista do *Frente Nacional*, contrasta com o surgimento de novos segmentos sociais – estudantes, acadêmicos, trabalhadores urbanos –, da reativação do Partido Comunista – PC – e da organização campesina através da nascente *Asociación Nacional de Usuarios Campesinos* – ANUC. O panorama internacional não estava menos convulsionado, evidenciava-se o êxito da revolução cubana; propagavam-se as idéias socialistas e o antiimperialismo pelo mundo inteiro – momento em que se iniciando a chamada guerra fria, que dividiu o mundo em dois sistemas de organização: o capitalismo e o socialismo.

Neste contexto, na Colômbia, surgem três guerrilhas: as *Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia* – *Ejército del Pueblo* (FARC-EP ou simplesmente FARC), ligado ao PC; o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), inspirado na revolução cubana; e o *Ejército Popular de Liberación* (EPL), de vertente Maoísta. Na década de 70, surge a

guerrilha urbana do *Movimiento 19 de abril* (M-19) e, nos anos 80, o *Movimiento Armado Quintín Lame*, como autodefesa indígena²³.

Entre 1989 e 1991 se desmobilizam o M-19, o Quintín Lame, o *Partido Revolucionario de los Trabajadores* – PRT – e a maior parte da guerrilha do EPL. Desta maneira, ainda hoje operam as guerrilhas das FARC e ELN, além de algumas pequenas células de outras guerrilhas menos representativas enquanto número de combatentes e abrangência territorial²⁴.

Duas questões relevantes são sublinhadas no IDH-2003 em relação ao surgimento e desenvolvimento dos grupos guerrilheiros na Colômbia: a primeira entende como instável a relação entre as diferentes guerrilhas – razão pela qual não se poderia falar de uma unificação do movimento guerrilheiro colombiano. Deste modo, ademais de separados por teses ideológicas e concepções estratégicas dissímeis, têm se criado aversões mútuas, resultantes do partilhamento da luta armada ou da apropriação ou defesa de uma determinada fonte de renda. Desta forma, as guerrilhas, algumas vezes, coexistem; em outras, se confrontam nos campos de batalha; em outras mais, constituem alianças para manejar negócios, como o de narcotráfico, ou para se posicionarem frente ao Estado, como foi o exemplo da *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar* – CGSB²⁵.

A segunda questão continua a demonstrar, por um lado, o caráter periférico destes grupos, porque, apesar de terem origens (rural e urbana) e objetivos de luta diversos – direitos de propriedade da terra de camponeses e indígenas, condições de trabalho dos operários –, todos, indistintamente, terminaram desenvolvendo sua luta nas regiões mais afastadas do país, especialmente, nas áreas de colonização. Por outro lado, seu caráter periférico também se relaciona com o fato de que nenhum deles conseguiu, até hoje, colocar suas reivindicações na agenda da sociedade, dos governos e, muitas vezes, sequer ganhar a

²³ Informação obtida no documento “*Historia del movimiento insurgente en Colombia*”, em <http://www.nodo50.org/llar/cosal/colomba/col16.htm>, acesso realizado em 29/08/2007.

²⁴ Entre estes estão o *Ejército Revolucionario del Pueblo* – ERP –, o *Ejército Revolucionario Guevarista* – ERG – e alguns vestígios do EPL.

²⁵ A *Coordinadora Nacional Guerrillera* – CNG – nasce, em 1985, como iniciativa dos movimentos M-19 e Quintín Lame. Em 1987, se unem FARC, ELN e EPL com o propósito de apresentar um frente unido nas negociações de paz com o governo de Belisario Betancourt (1982-1986), além de realizar ações militares conjuntas, mudando seu nome para *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar* – CGSB. No início da década de 1990, a CGSB se desmonta devido ao acordo de desmobilização de quatro dos seis grupos que a integravam.

vontade e apoio dos setores que dizem representar. Este último aspecto tem estreita relação com o favorecimento do componente militar em detrimento do componente político – que tem sido característico da última fase do conflito, e que desenvolveremos posteriormente neste capítulo.

A seguir, abordaremos, detalhadamente, a origem e as principais características das FARC e do ELN como guerrilhas que ainda hoje têm um papel importante no desenvolvimento do conflito armado interno.

2.2.1.1. Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC).

A partir das autodefesas camponesas, que não se desmobilizaram durante o *Frente Nacional*, e da fusão com o PC, que não encontrava espaço no centro do sistema político colombiano, surgem as FARC.

Segundo o IDH-2003, podem-se identificar três momentos nos discursos das FARC.

1. “Agrarismo radical: se manteve até a década de 60 e demandava garantias e indenização para os camponeses deslocados do período de *La Violencia*, além de uma política de reforma agrária e investimento público no campo.
2. Marxismo-leninismo: linha soviética que dominou até início dos anos 1990 sob uma visão rígida em que o poder surge da posse das armas.
3. Bolivarianismo: acentua-se com a queda da URSS. Consiste no ‘reaparecimento e renovação’ de algumas das idéias do libertador Simón Bolívar relacionadas com latino-americanismo, antiimperialismo, militarismo e intervencionismo econômico” (PNUD, 2003, p. 24).

Múltiplas têm sido as mudanças vividas no período de mais de 40 anos de luta armada²⁶. Entre 1966 e 1977, as FARC se caracterizaram como uma guerrilha de partido por sua forte vinculação com o PC. Seu caráter defensivo a fez se movimentar pouco dentro do território nacional; assim, permaneceu nos territórios tradicionais das autodefesas camponesas dos anos 50, especialmente nas regiões de Arari, El Duda, Guayabero, Caguán (El Pato) –

²⁶ A história das FARC, desde seu surgimento até a década de 1990, foi tomada de González et al (2003, p. 54 - 59).

departamento de Guaviare na divisa com os departamentos de Meta, Caquetá e Huila – e em menor medida em Urabá e Magdalena Medio.

Ao final da década de 1970, a repressão do movimento social e político, os bombardeios às regiões de El Pato e o estatuto de segurança do presidente Julio César Turbay (1978-1982) configuravam, na opinião de muitos líderes sociais da época, “um ambiente pré-revolucionário”. Neste contexto, as FARC passam de guerrilha defensiva para se tornar uma guerrilha de caráter ofensivo. Como fato marcante, na VII Conferência de 1982, a organização guerrilheira expressa sua intenção de fazer uso da “combinação de todas as formas de luta”, salientando a ação armada como “a forma superior de luta”. O movimento propôs metas de crescimento dos frentes, incursões em novas regiões, perseguição e assédio do inimigo e, ainda mais importante, novas fontes de arrecadação de recursos para financiar a guerra.

Um ano depois, em 1983, inicia-se o processo de paz com o Presidente Betancourt (1982-1986). Durante este período, se assina um pacto de “cessar fogo” em Uribe-Meta e se lança o movimento político Unión Patriótica – UP –, em 1985, favorecido pelas FARC, junto com dirigentes do PC e outras forças menores da esquerda.

No entanto, o processo de paz fracassou, entre outras coisas, pela coincidência com o momento em que a organização guerrilheira desenvolvia sua proposta de expansão militar, o que trouxe fortes contradições ao interior da UP e a perda de credibilidade frente à nação, a respeito da vontade de paz das FARC. Mas o contra-senso não surge só no interior da guerrilha. O Estado apresentava também uma série de mensagens contraditórias que punham em dúvida sua aposta pela paz, e terminara por revelar que o processo era promovido, unicamente, pelo Presidente, e que apresentava fortes resistências por parte dos grêmios econômicos, dos partidos políticos e, inclusive, das forças armadas. O fato mais marcante, e que, sem dúvida, bloqueou o processo de paz, foi o extermínio desatado contra a diretoria nacional e regional da UP em Urabá, Meta, Arauca, Magdalena Medio e nordeste antioqueño, contabilizando mais de mil integrantes assassinados ou desaparecidos.

Com este fim trágico, as FARC se concentraram, entre 1987 e 1990, em renovar o dinamismo a que tinham se proposto conseguir na VII Conferência. O operativo militar Casa Verde – sede natural das FARC – deu início, em 1990, a uma das maiores

ofensivas armadas do Estado em contra desta organização; e em 1991, 1992 e 1996, as FARC alcançaram o maior registro de ações bélicas até o momento.

Militarmente bem sucedida, a etapa de expansão das FARC esteve acompanhada de vários paradoxos. Primeiramente, mesmo que as FARC tivessem conseguido se consolidar militarmente, através do incremento no número de combatentes e companhias, e dominar vastas regiões do país, este domínio não conseguiu se consolidar em termos de opção política em âmbito nacional. O único intento, na década, foi a criação do *Movimiento Bolivariano* que, por meio da clandestinidade, insistia em afirmar que as discussões da Assembléia Nacional Constituinte de 1991 não recolhiam as múltiplas necessidades de amplos setores do país.

As relações nas regiões de fronteira agrícola e de colonização também eram contraditórias, pois camponeses e colonos só procuravam se incorporar ao mercado e à sociedade majoritária, e não queriam combater o Estado ou tomar o poder. A presença das FARC nestes territórios se converte, paradoxalmente, de forma a atrair a atenção para o investimento social estatal através de programas como o *Plan Nacional de Rehabilitación – PNR* – dirigido às áreas de conflito. Assim, a relação entre guerrilha e população, nas zonas de colonização, não conduz necessariamente a uma empatia com o projeto político social e econômico da guerrilha, e se trata, na maioria das vezes, de uma aliança de interesses.

No que concerne à distância entre teoria e prática, existe uma terceira contradição. O primeiro exemplo tem a ver com a relação da guerrilha com o narcotráfico. É fato que, no processo de consolidação do grupo, seu encontro com os frentes de colonização da coca, nos anos 80, e da papoula, nos anos 90, marcam, para muitos, a transformação da guerrilha em uma máfia mais centrada no narcotráfico. O segundo exemplo é a distância entre o discurso reivindicatório e as práticas de guerra que fazem, desta, uma guerrilha que ainda fala das questões e dos problemas dos camponeses, os seqüestra, os assassina e os desloca forçadamente.

Na década de 1990, também foram desenvolvidos vários processos de diálogo com o Estado. Assim, ante a iminente queda do socialismo, os diálogos de paz entre FARC, ELN e governo começam, desta vez, fora do país – em Tlaxcala (México) e Caracas (Venezuela) – sem resultados evidentes. Posteriormente, a última fase de diálogos com as

FARC aconteceria entre 1999-2002, no governo do Presidente Pastrana (1998-2002), na chamada *zona de distensión*²⁷, cujo fracasso significaria o fechamento total das possibilidades de paz e a abertura a uma guerra sem freio.

A recolhida estratégica atual (2002-2007), após o fechamento da *zona de distensión*, longe de ser reflexo de debilidade militar, é, segundo Francisco Leal, uma tática utilizada pela guerrilha para evitar ser golpeada em uma etapa na qual o Estado apresenta um fortalecimento militar e uma nova atitude ofensiva. Assim, no marco da estratégia de *Seguridad Democrática* do presidente Álvaro Uribe (2002-2010), a guerrilha tem sido chamada de grupo terrorista, eliminando seu status político, razão pela qual o diálogo está fechado, e o objetivo do Estado se torna acabar, militarmente, com ela. Desta maneira, este período se caracteriza pela relativa diminuição das ações bélicas das FARC até 2003, data em que as FARC atacam violentamente algumas bases militares e ameaçam urbanizar a guerra, realizando atentados em Bogotá e Neiva (Leal,2006). A continuidade da manipulação da opinião pública nacional e internacional, a respeito do assunto dos seqüestrados e do intercâmbio humanitário destes por guerrilheiros presos, é outro dos assuntos que relacionam, neste período, as FARC com o conflito.

2.2.1.2. Ejército de Liberación Nacional (ELN)²⁸.

Inspirados na Revolução cubana e nas teorias de Che, um grupo de ativistas do PC de linha Maoísta, da esquerda liberal, da teologia da libertação, e do sindicalismo, cria um “foco” guerrilheiro na zona rural do município de San Vicente de Chucurí – Santander, por volta de 1962.

²⁷ A zona de distensão, significou a criação de uma área de 42 mil km², em 5 municípios do sur do país (San Vicente del Caguán-Caquetá y Macarena, Uribe, Mesetas y Vista Hermosa-Meta) que durante o processo de paz serviriam de local para que além dos representantes do governo e das FARC, diferentes setores da sociedade colombiana em mesas temáticas, discutiram os problemas do país. A vigência da zona foi de 3 anos tempo em que foram poucos os avanços em matéria de paz e muitas as ações bélicas e delitivas que as FARC realizavam, dentro e fora da zona.

²⁸ A história do ELN aqui apresentada foi tomada da Revista Semana, reportagem especial “*La negociación del ELN*”, em http://www.semana.com/wf_InfoSeccion.aspx?IdSec=25, acesso realizado em 31/08/2007.

Ao recém-criado ELN, se soma, em 1965, o padre Camilo Torres Restrepo, sociólogo e acadêmico, que vinha promovendo o “*Frente Unido del Pueblo*”, uma tentativa de articular a esquerda e outros setores políticos que ficaram de fora durante o *Frente Nacional*. Um ano depois, o Padre Camilo morre em combate e transforma-se em um “mito” para muitos religiosos – que optariam, mais tarde, pela luta armada.

O período compreendido entre 1962 e 1980 é considerado uma fase crítica no processo de organização do ELN, devido a brigas, divisões internas e ajustes de contas. Pequenos grupos, alguns no campo e outros na cidade, tratam de manter a bandeira da luta armada, mas as ações do Estado, especialmente o ataque de Anorí, em 1974, conseguiram dismantelar parte importante de suas redes urbanas e debilitar sua capacidade militar, a ponto de quase eliminá-la.

Na década de 80, o ELN entra em uma fase de revitalização, resultado de seu trabalho de mobilização social e de articulação com o movimento camponês. A formação do frente Domingo Laín, em Arauca, a partir da iniciativa de líderes camponeses que participaram nas duas greves nacionais acontecidos nos anos 1970, confere ao ELN uma visão mais próxima sobre o movimento social, além de trazer uma importante fonte de renda para o grupo, proveniente da extorção às companhias petrolíferas estabelecidas nas regiões de “Caño Limón” e “Cravo Norte” – Arauca.

No fim da década de 1980, o ELN supera sua crise política – e organizativa – e realiza dois importantes eventos internos: a reunião “*Héroes y mártires de Anorí*” e a “*Asamblea nacional comandante en jefe Camilo Torres*”. O aparato militar se fortalece após a fusão, em 1987, com o *Movimiento de Izquierda Revolucionario – MIR – Patria libre*, organização marxista-leninista que tem articulado a luta guerrilheira a uma boa parte dos dirigentes das organizações camponesas radicais do litoral caribe e a uma parte dos trabalhadores da indústria bananeira de Urabá. Neste período, também faz parte da CGSB e volta à luta armada individual logo após seu desmonte.

Embora presente em algumas cidades, o ELN continua a ser uma guerrilha rural, e esta característica se acentua desde a segunda metade da década de 1970 – quando a pressão militar e a necessidade de novas fontes para se financiar obrigam-na a se concentrar nas zonas petrolíferas – Magdalena Medio, Norte de Santander, Arauca e Casanare – e de

mineração do ouro – leste de Antioquia e Sul de Bolívar (PNUD, 2003). Os dirigentes desta guerrilha insistem em não se envolver no negócio do narcotráfico; no entanto, na realidade, este se transforma em única fonte de renda para várias frentes. Outras ações, não geradoras de renda, mas que conferem uma marca à ação bélica do ELN, são os atentados a oleodutos e torres de energia, além dos seqüestros massivos.

Ao longo da década de 1990, esta guerrilha sofreu fortes ataques do Exército e dos paramilitares, especialmente em Magdalena Medio, sul de Bolívar, César e Norte de Santander, e nas células urbanas de Bogotá, Cali e Medellín.

O ELN, os representantes de diversos setores sociais e os governos dos presidentes Gaviria (1990-1994), Samper (1994-1998), Pastrana (1998-2002) e Uribe (2002-2006 e 2006-2010) têm se aproximado em busca de um acordo de paz em cenários considerados neutros – Caracas (Venezuela), Tlaxcala (México) – estes dois conjuntamente com as FARC – Palácio de Viana (Espanha), Maguncia (Alemanha) e La Havana (Cuba). A ameaça de extermínio por parte dos paramilitares das *Autodefensas Unidas de Colombia – AUC* – tem sido obstáculo importante em recentes tentativas de negociação com o ELN, grupo que, embora diminuído, ainda se mantém na guerra.

2.2.2. *A contra-ofensiva paramilitar*²⁹.

A formação das *Autodefensas Unidas de Colombia – AUC* –, foi um processo iniciado de baixo para cima, através de iniciativas locais dispersas – algumas pertencentes aos esquemas de segurança ligados a negócios ilícitos, outras como forma de defesa, de fazendeiros e empresários, dos abusos e ameaças da guerrilha. Logo, alguns destes grupos começam a agir como corpos paralelos das forças armadas, cumplicidade que sustenta, até hoje, sua denominação como grupos paramilitares.

Para González et al (2003), o primeiro antecedente desta fase de paramilitarismo foi o grupo urbano *Muerte a Secuestradores – MAS* –, que surge, em 1983,

²⁹ Vários dos fatos históricos aqui apresentados foram tomados da reportagem especial da Revista Semana, “*La presencia paramilitar*” em http://www.semana.com/wf_InfoSeccion.aspx?IdSec=25, acesso realizado em 01/09/2007.

como reação dos narcotraficantes do cartel de Medellín, ante os vários seqüestros de seus familiares por parte da guerrilha do M-19. O objetivo do MAS se estende aos políticos da esquerda, em especial, da UP.

No início da década de 1980, surgem outros indícios da configuração destes grupos, como extensão dos exércitos privados que possuem, necessariamente, os empresários das indústrias ilegais – especialmente, aquelas ligadas ao comércio de esmeraldas e ao narcotráfico. Muitos deles, convertidos em fazendeiros após a compra de grandes extensões de terra, se propõem a “limpar os guerrilheiros” das regiões onde estão suas propriedades (PNUD, 2003). Assim, ao final da década, estes grupos operam na região leste de Boyacá e Antioquia, e nos departamentos de Córdoba e Urabá – estes últimos, sob o comando dos irmãos Fidel e Carlos Castaño Gil, fazendeiros do Norte de Antioquia, que, depois, se tornam cabeças importantes da organização paramilitar. Posteriormente, aparecem no leste do país, no departamento de Meta (San Martín, Puerto López e Puerto Gaitán), sob o comando de Victor Carranza, empresário das esmeraldas. Nesta década, começam os massacres, deslocamentos forçados, assassinato de civis suspeitos de colaborar com a guerrilha, e a apropriação de grandes extensões de terra orientadas a consolidar o negócio do narcotráfico e outros projetos econômicos de grande envergadura, como o cultivo da palma africana.

Entre 1990 e 1994, há um relativo estancamento no crescimento destes grupos – registrado a partir da morte do narcotraficante Gonzalo Rodríguez Gacha. Nesse momento, se inicia uma etapa de ajustes e vinganças internas entre aqueles que insistiam em se articular com os narcotraficantes e aqueles que se mostravam partidários do submetimento à justiça. Isto ocasionou o declive das autodefesas de Magdalena Medio e o fortalecimento das *Autodefensas Campesinas de Urabá y Córdoba – ACCU* – que, em 1994, se estabeleceram como primeiro foco de unidade entre grupos (González et al, 2003).

A partir de 1994 e até 1998, registrou-se, novamente, um processo de expansão territorial ao norte do país, no litoral caribenho e no departamento de Chocó, por conta das ACCU. Entretanto, as Autodefesas de Magdalena Medio avançavam aos departamentos de César, Bolívar e Santander. Nesta fase, os diferentes grupos ganharam um processo de relativa federalização e coordenação por meio de várias reuniões que tiveram como resultado a elaboração de um plano estratégico de ampliação territorial e unificação de um discurso político, que os levou a se autodenominarem atores políticos de extrema direita. Assim,

constituem-se, em 1997, as *Autodefensas Unidas de Colombia – AUC*, processo no qual Carlos Castaño Gil foi ator fundamental (González et al, 2003). Na reportagem especial da revista *Semana*, sobre a presença paramilitar no país³⁰, considera-se que, durante este período, o movimento paramilitar se consolida como uma força contra-insurgente por meio de acampamentos, treinamento militar e financiamento do narcotráfico, com o objetivo de exercer um controle total do território.

Em 2000, o projeto AUC – de Castaño – fracassa, as divisões internas se fazem ainda mais notórias e o objetivo de combater a guerrilha abandonado – frente ao objetivo de fortalecer o negócio do narcotráfico e o poderio econômico destes grupos. Nesse contexto, se iniciam, em 2003, as negociações com o governo de Álvaro Uribe, em Santa Fé de Ralito – Córdoba.

As condições do processo foram a cessação de hostilidades à população civil, a entrega de armamento, a desmobilização gradual dos frentes e a reinserção dos ex-combatentes. A revista *Semana*³¹ destaca como foram desmobilizados 31.671 homens no processo de paz, embora o Observatório de Direitos Humanos da Vice-Presidência tivesse dados de 13.500 homens nas fileiras dos paramilitares, até 2004 – o que poderia estar revelando a repentina “metamorfose” de grupos armados de narcotraficantes em autodefesas, aproveitando a oportunidade de começar a negociar penas dentro de um processo de paz e não dentro da legislação antinarcóticos, muito mais forte e ligada à extradição aos Estados Unidos.

O submetimento dos comandantes à justiça, no marco da lei de *Justicia y Paz*³², significaria, em primeiro lugar, a confissão dos crimes cometidos, a entrega de seus bens – para serem destinados à reparação das vítimas – e o afastamento das atividades delinquentes, sob pena de perder os benefícios da lei se não cumprissem com alguma destas

³⁰ Ibid.

³¹ Ibidem.

³² A lei 975, de 2005, conhecida como lei de *Justicia y Paz*, surge no marco das negociações entre o governo e os paramilitares (2003-2005) como forma de, por um lado, facilitar o processo de negociação e a reinserção dos combatentes desmobilizados e, por outro, garantir os direitos à verdade, justiça e reparação das vítimas. O processo de elaboração da lei suscitou candentes debates no país em razão das dificuldades de outorgar caráter político aos paramilitares – devido a sua origem e aos fatos horrendos por eles perpetrados – e às irrisórias penas que pagariam – de entre 5 e 10 anos, se confessarem e atendessem às disposições da nova lei.

condições. Dois anos após sua promulgação, os avanços na aplicação da lei ainda são precários³³.

Apesar da virtual desaparecimento dos grupos paramilitares, há indícios do surgimento de novos grupos. Segundo dados da revista *Semana*³⁴, calcula-se que 22 novos grupos com entre 3.000 e 5.000 homens operam nas regiões entregues pelos paramilitares, com fins diversos, entre os quais está oferecer segurança privada e controlar os negócios de narcotráfico abandonado pelos paramilitares. Embora o Estado desestime o caráter destes grupos e os considere como simples grupos de delinquência comum, a *Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación – CNRR*³⁵ considera que estes são “mais do que delinquentes e menos do que paramilitares”, alertando para a tomada de providências antes de que eles ganhem mais força e se tornem a “terceira geração de paramilitares da Colômbia”, segundo estima Eduardo Pizarro, diretor da CNRR³⁶.

2.2.3. O Estado.

Nesta “guerra de perdedores” – como é denominado, pelos autores do IDH-2003, o conflito armado na Colômbia – o Estado tem fracassado porque tem sido incapaz de derrotar os insurgentes e conter os paramilitares; em suma, incapaz de remover as causas estruturais do conflito. A razão por trás de tudo isto – sublinha o relatório – está no fato de considerar o conflito um assunto marginal, periférico, com respostas unicamente no âmbito militar, sendo que o conflito vai além de ser um tema de ordem pública para ser um assunto de índole social e político, como já foi apresentado no ponto 2.1 deste capítulo.

³³ Para mais informação, ver Llorente, M. & Ospina, J., (2007) **Dos años de la ley de justicia y paz: llegó la hora de reparar a las víctimas**. Bogotá: Fundación Ideas para la paz, em www.ideaspaz.org, acesso realizado em 23/08/2007.

³⁴ Op. cit.

³⁵ A Comissão se cria no marco da lei de *Justicia y paz*, por um período de 8 anos, para facilitar os processos de paz com os grupos insurgentes e paramilitares, dar continuidade aos programas de desmobilização e garantir os direitos das vítimas.

³⁶ Op.cit.

No entanto, quanto aos esforços nos processos anteriores de negociação com os grupos armados, o Estado ainda está longe de reconhecer o caráter complexo do conflito porque assume uma visão exclusivamente militar sobre ele. A atual política de *Seguridad Democrática* do governo Uribe é uma prova disto.

Segundo Leal (2006), em 2002, perante o fracasso do processo de paz com as FARC e as denúncias a propósito dos abusos cometidos por esta guerrilha na *Zona de distensión*, o tema da segurança se integrou às prioridades dos cidadãos até se converter no problema mais importante, segundo a opinião pública, durante o último ano de governo do presidente Pastrana. Isto foi capitalizado pelo então candidato Álvaro Uribe para construir sua campanha à presidência e, uma vez eleito, desenvolver a proposta de segurança democrática.

Após sua eleição, Uribe declara o *estado de conmoción interior*, que lhe outorga poder para tomar medidas de exceção relacionadas com a ordem pública. Assim, cria um imposto para a segurança; desenvolve o programa de “soldados camponeses” – que consistia no adestramento militar de jovens que permaneciam em suas regiões, a fim de reforçar a segurança –; constitui a rede de informantes – com recompensas milionárias – para alimentar os serviços de inteligência; estimula a deserção de combatentes ilegais; e cria as *Zonas de Rehabilitación y Consolidación* em duas áreas de influência guerrilheira – Arauca e Montes de Maria (departamentos de Bolívar e Sucre) – estratégia que consistia na ocupação militar destas áreas com o objetivo de “garantir a estabilidade institucional, restabelecer a ordem constitucional, a integralidade do território nacional e a proteção da população civil” (Decreto 2002 de 2002)³⁷. Além disso, as “caravanas turísticas militarizadas” fizeram com que, pela primeira vez, em muitos anos, milhares de colombianos pudessem viajar pelas rodovias do país, no período de férias de fim de ano, sem a ameaça do seqüestro e dos atentados. Tudo isto outorgou um alto grau de popularidade ao presidente.

Em julho de 2003, se conheceu o perfil definitivo da *Política de Defensa y Seguridad Democrática*, esforço – considerado por Leal (2006) – quase inédito na história do país. A política incluía cinco objetivos estratégicos: a consolidação do controle estatal do território; a eliminação do comércio de drogas ilícitas; a permanente capacidade dissuasiva e a eficiência do Estado e, por último, a transparência e a rendição de contas, sendo que nenhuma

³⁷ *Por el cual se adoptan medidas para el control del orden público y se definen las zonas de rehabilitación y consolidación*, em <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/1629.pdf>, acesso realizado em 05/09/2007.

das estratégias faz menção às ações desenvolvidas durante os primeiros meses de mandato de Uribe.

Além de não retomar as bem-sucedidas ações iniciais em matéria de segurança, tanto o texto quanto a posterior aplicação da política apresentam outras contradições: a falta de referência a instâncias do Estado, inclusive algumas ligadas diretamente com o tema de segurança – com o qual se diminui a possibilidade de uma aproximação integral ao conflito e aos territórios marcados pela guerra; a ausência de relação entre a política de segurança democrática e o processo de desmobilização com os paramilitares – segundo assunto chave dentro do primeiro mandato de Uribe; a negação explícita da existência de um conflito armado interno na Colômbia – situação considerada como de “ameaça terrorista contra o Estado democrático”, o que traria múltiplas conseqüências para a população civil, o status dos grupos armados, os processos de paz e a participação da comunidade internacional³⁸; e, finalmente, a implementação militar da política através do *Plan Patriota* – complemento do *Plan Colômbia* – que foi se desenvolvendo ao passo que evoluía a situação com as FARC, e não como parte de um plano estratégico global (Leal, 2006).

Durante esta fase, as forças armadas têm se fortalecido graças a uma forte injeção de recursos orientados à compra de armamento, à criação de novos batalhões móveis e de alta montanha, e ao fortalecimento das funções de inteligência. Assim, pela primeira vez na história das forças armadas, estas respondem às características de uma guerra irregular, caracterizada pela alta mobilidade e camuflagem dos grupos armados nas regiões de mata, e pela vinculação da população civil com os mecanismos da guerra³⁹.

³⁸ O interesse do governo pela redefinição do conflito como luta terrorista era, basicamente, destituir os grupos armados – especialmente, a guerrilha – de seu caráter político, já que, por sua origem criminoso, não haveria chance de negociação e restaria sua perseguição, captura e desmobilização. A participação da comunidade internacional mudaria também, pois, por ser – o terrorismo – um problema de criminalidade, as ações seriam de caráter policial e envolveriam a Interpol e outros organismos internacionais de segurança. Da mesma forma, os protocolos de Genebra não se aplicariam às normas a respeito da guerra (DIH) e das vítimas civis, sendo desnecessária a ajuda humanitária orientada a situações de conflito oferecidas pela ONU, União Européia e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Assim, a população civil passaria de vítima da guerra, a ser parte ativa dos esquemas de segurança policial, ajudando na captura dos integrantes dos vários grupos. Isto seria possível se o Estado garantisse a segurança e a justiça em todo o país, o que não acontece, pelas razões que vimos na primeira parte deste capítulo.

³⁹ Segundo Leal (2006), ao finalizar 2005, o crescimento do número de unidades do exército era notório: 7 divisões, 20 brigadas convencionais, 15 brigadas móveis, e 7 batalhões de alta montanha, além de uma brigada blindada, a brigada contra narcóticos, a brigada de aviação, a brigada de forças especiais e a *Fuerza de despliegue rápido – Fudra* –, que passou a depender da *Fuerza de tarea conjunta – Ómega*, entre outras.

Por outro lado, a política tem sido acompanhada de múltiplos escândalos de corrupção nas forças militares e nos aparelhos de inteligência do Estado; denúncias sobre abusos e desrespeito aos direitos humanos e de perseguição a defensores de direitos humanos, sindicalistas e opositores, além de frouxidão no processo de desmobilização dos paramilitares, sendo eles os principais infratores ao Direito Internacional Humanitário – DIH – na última fase de conflito armado.

Em conclusão, com Uribe, o país avançou no fortalecimento da função de segurança do Estado. Isto aproximaria o país a uma situação de “equilíbrio estratégico” – sublinhado por Eduardo Pizarro – à qual, devido ao grau de polarização política e social entre Estado e insurgência e a um empate no plano militar, restaria somente uma saída política, ante o risco de perder o rumo do conflito – questão que já se apresenta – e de que nenhum grupo possa ganhar a guerra pela via militar. Esta foi a situação prévia ao processo de paz em El Salvador (Pizarro, 2003).

Contraditoriamente, o “empate militar”, no atual contexto, não levaria a optar por uma saída política, pois o fato de negar a existência de um conflito armado interno coloca o país ainda mais longe de considerá-lo em suas órbitas social e política e lhe dar uma saída integral e negociada.

2.3. A dinâmica do conflito.

Os cenários territorial, social e político, somados ao tipo de atores armados que vão se integrando ao panorama nacional com intencionalidades, objetivos, métodos e táticas de combate específicas, oferecem uma visão bastante complexa do conflito armado colombiano. No entanto, podemos destacar algumas particularidades que permitem juntar tanto cenários quanto atores para descrever a dinâmica atual da guerra. Primeiramente, está o crescente envolvimento da população civil como alvos dos grupos; em segundo lugar, encontramos a expansão do conflito pelo território nacional; em terceiro, destaca-se o papel do narcotráfico dentro do conflito; a crescente militarização, em contraste com uma

despolitização dos atores, aparece em quarto lugar; e, por último, nos deparamos com a degradação dos métodos de guerra utilizados.

Passemos então, a descrever cada um destes processos.

2.3.1. O crescente envolvimento da população civil.

Para ilustrar a tendência ao maior envolvimento da população civil, tomaremos como referência a análise de González et al (2003), baseada nos dados do *Sistema de Información Georreferenciada – SIG* –, das ONGs *Centro de Investigación y Educación Popular – Cinep* –, e *Comisión Intercongregacional Justicia y Paz*. O SIG utiliza dois tipos de dados: em primeiro lugar, as ações bélicas desenvolvidas por cada ator armado – ações executadas pelos atores armados que se acomodam às normas do *ius in bellis*, ou seja, as ações legítimas de guerra. Nesta categoria, estão os combates, ataques a objetivos militares, incursões, emboscadas e bombardeios que não afetam à população civil (Cinep & Justicia y paz, 2002, citado em González et al., 2003, p. 98).

Em segundo lugar, estão às violações ao DIH nas que estão às ações violentas contra a população civil, assim como o uso de meios ilícitos de guerra como armas de destruição massiva, armas biológicas, minas antipessoais, etc. Também se incluem atos como ataque às missões médicas, bens civis, culturais e religiosos ou indispensáveis para a sobrevivência das pessoas e em geral todo trato indigno do ser humano, como tortura, violência sexual, recrutamento de menores de idade, etc. O deslocamento forçado da população civil também se inclui dentro das violações ao DIH. (Cinep & Justicia y paz, 2002, citado em González et al, 2003, p. 98).

A Figura 2 apresenta ambos os tipos de dados – ações bélicas e violação ao DIH – evidenciando a crescente tendência, durante a década de 90, a envolver a população civil na guerra e uma menor intensidade comparativa das ações propriamente bélicas. Assim, segundo dados do SIG, entre 1990 e 2000, se apresentaram 21.355 ações violentas – das quais 60,7% foram violações ao DIH e ações contra a população civil, enquanto que as ações

bélicas representaram 39,2%. Durante a década, com exceção do período compreendido entre 1991 e 1993, o número de violações ao DIH foi sempre maior (González et al., 2003, p.100).

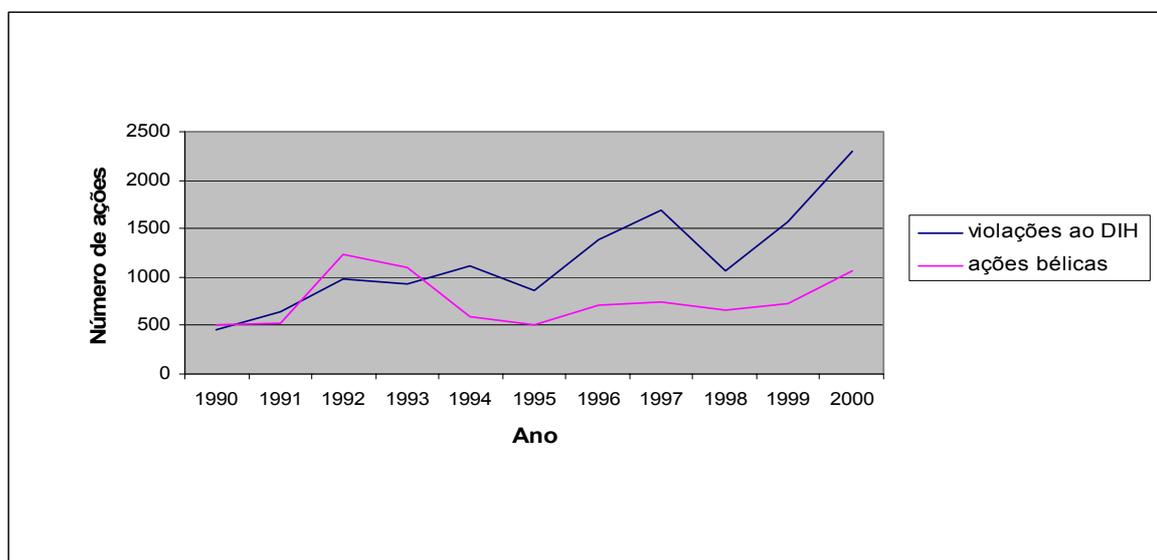


Figura 2. Dinâmica do conflito armado na Colômbia. Comparativo de ações bélicas e violações ao DIH 1990-2000.

Fonte: González et al, (2003) p.100, baseado em dados do *Sistema de Información Georeferenciada – SIG –*, Cinep – Justicia y Paz.

As figuras 3 e 4 apresentam o comportamento dos atores armados no que se refere a cada uma destas ações. Assim, os paramilitares ocupam o primeiro lugar em violações ao DIH, com 35% do total de ações, mas são os que menos ações bélicas desenvolvem (1%), o que resulta coerente com as estratégias de expansão territorial e aniquilação do inimigo deste grupo. As FARC dividem o segundo lugar com o ELN nas violações ao DIH (22%); no entanto, as FARC desenvolveram 31% (contra 20% do ELN) das ações bélicas durante o período, o que permite concluir que a guerrilha das FARC é o grupo dissidente de maior caráter ofensivo. A força pública, com 13% das violações ao DIH, ocupou ou terceiro lugar, mas o primeiro em ações bélicas (38%), o que reforça a coerência com o que se espera dela, em termos de respeito e proteção dos Direitos Humanos e da garantia à segurança – portanto, combate os grupos ilegais, embora ainda esteja longe de exercer o controle sobre todo o território nacional.

Assim, os chamados conflitos modernos – entre eles o conflito colombiano – têm como principal característica o traslado dos campos de batalha aos locais habitados e,

portanto, o maior envolvimento dos civis como vítimas das ações dos exércitos em confronto, o que representa um alto número de violações ao DIH.

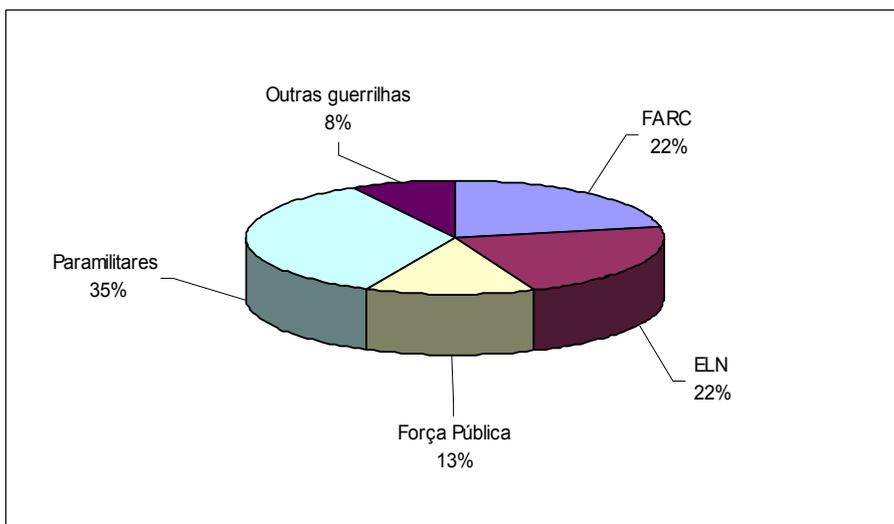


Figura 3. Dinâmica do conflito armado na Colômbia.
Distribuição percentual de violações ao DIH por ator armado.
1990-2000

Fonte: González et al, (2003) p.103, baseado em dados do *Sistema de Información Georeferenciada –SIG*, Cinep – Justicia y Paz.

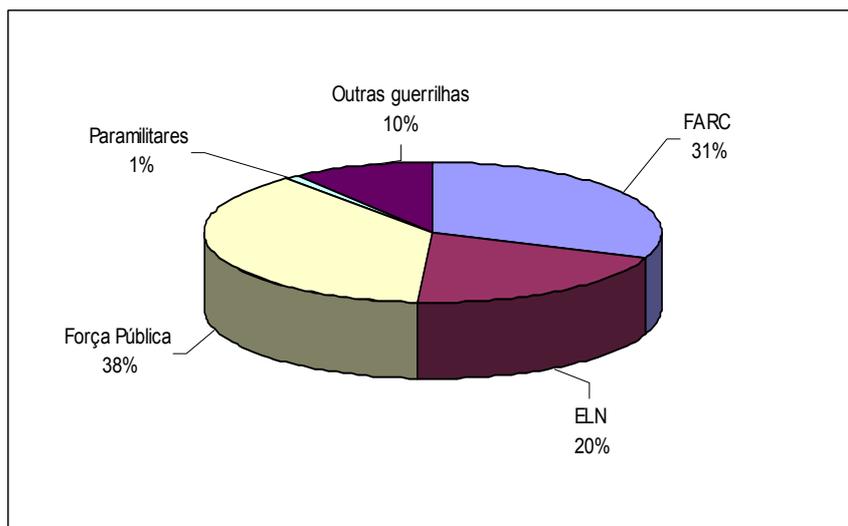


Figura 4. Dinâmica do conflito armado na Colômbia.
Distribuição percentual de ações bélicas por ator armado.
1990-2000

Fonte: González et al, (2003) p.106
Baseado em dados do *Sistema de Información Georeferenciada – SIG*, Cinep – Justicia y Paz.

2.3.2. A expansão do conflito pelo território nacional.

Como descrevemos, no início deste capítulo, o conflito tem atingido todo o país – em maior ou menor grau. Desde as zonas afastadas de colonização às áreas social e economicamente integradas, desde as áreas rurais até as grandes cidades, desde as zonas de montanha até as planícies e florestas.

Particularizando os grupos armados, verificamos que cada um deles conserva uma região de domínio geralmente ligada à origem ou zona de maior expansão do respectivo grupo. Desta forma, as FARC consideram Tolima, Huila, Caquetá – no sul do país – seu território raiz; o ELN, a região do Magdalena Medio correspondente ao departamento de Santander, assim como o departamento de Arauca; e os paramilitares, a região de Urabá e o departamento de Córdoba.

Segundo o IDH-2003, as zonas de expansão das FARC – tendo em conta que este grupo chegou a quase todo o território nacional, algumas vezes com sucesso outras com maiores dificuldades –, têm correspondido mais ou menos de maneira sucessiva com as seguintes áreas: depois da zona que lhes deu origem, passaram a outras áreas de colonização como Amazônia, Orinoquia e Magdalena Medio; logo conseguiram se inserir nas partes altas das cordilheiras, sobretudo, da cordilheira central, formando corredores até os centros urbanos, agrícolas e de mineração; posteriormente, nas áreas de economia extrativa e agrícola, como banana (Urabá), coca (sul do país), papoula (sudeste do país), e petróleo (Magdalena Medio, Casanare e Arauca); em seguida, nas regiões de minifúndio em crise, nos departamentos de Cauca, Nariño, Boyacá, e na área cafeeira de Quindio, Risaralda e Caldas; e, finalmente, nos centros urbanos, mediante milícias e ações de comandos urbanos.

Durante os anos 1970, o ELN se localiza na serra de San Lucas (sul do departamento de Bolívar), epicentro entre as regiões de Magdalena Medio e a foz do rio Cauca, no norte de Antioquia e Córdoba. Adiciona-se o eixo vertical na fronteira com

Venezuela, nos departamentos do norte de Santander, Arauca e César. Estas regiões coincidem com a geografia do petróleo e do carvão, dos quais o ELN obteve seus recursos. Nos anos 1980 foram ganhando presença na costa caribe, em Urabá, e no sul do país – principalmente nos departamentos de Valle, Cauca e Nariño. Na década de 1990, produto dos confrontos com as FARC e, sobretudo, da arremetida paramilitar, apresentam uma presença regular em apenas seis departamentos do país – norte de Santander, Cesar, Arauca (na fronteira com Venezuela), Casanare e Magdalena Medio, nos departamentos de Santander e Antioquia (PNUD, 2003).

Os paramilitares, por sua vez, ligados ao negócio das esmeraldas nos anos 1980, dominam o Magdalena Medio em Santander e Antioquia. Os posteriores grupos ganham a Sierra Nevada de Santa Marta, no departamento de Magdalena, e a região sudeste, nos departamentos de Meta, Caquetá, Guaviare e Putumayo. No final da década, conseguem consolidar o eixo Urabá, Córdoba, foz do Rio Cauca, no departamento de Antioquia, Magdalena Medio e Meta, formando um corredor no qual atravessam o país de leste a oeste. Na década de 1990 consolidam ainda mais este corredor e, em 2001, expulsam o ELN de Barrancabermeja, capital petroleira do Magdalena Medio (PNUD, 2003).

O alto dinamismo e mobilidade dos grupos armados fazem com que muitas regiões passem a ser de domínio de todos os atores, alternadamente, em diferentes períodos de tempo, e que, além dos territórios “próprios” de domínio específico de um ator, se configurem outras formas de apropriação do território – conhecidas como corredores. Assim, dependendo da relação que têm os objetivos do grupo com a segurança de áreas consideradas chave – garantindo a saída de narcóticos ou a entrada ilegal de armas – formar-se-ão os chamados corredores estratégicos. Em territórios onde, ao contrário, o objetivo seja acabar com a influência de um ator sobre uma região e sua população, se configuram as chamadas zonas de disputa territorial. Outras vezes, o propósito é afetar as posições do inimigo com o fim de interromper as ligações entre corredores logísticos que configuram a passagem entre territórios de domínio de um ator armado ou entre estes e os corredores estratégicos. O mapa da figura 5 apresenta as formas de apropriação do território entre 2000 e 2004, que configurava um panorama da guerra para esse período.

Geografía de la guerra en Colombia 2000 – 2004

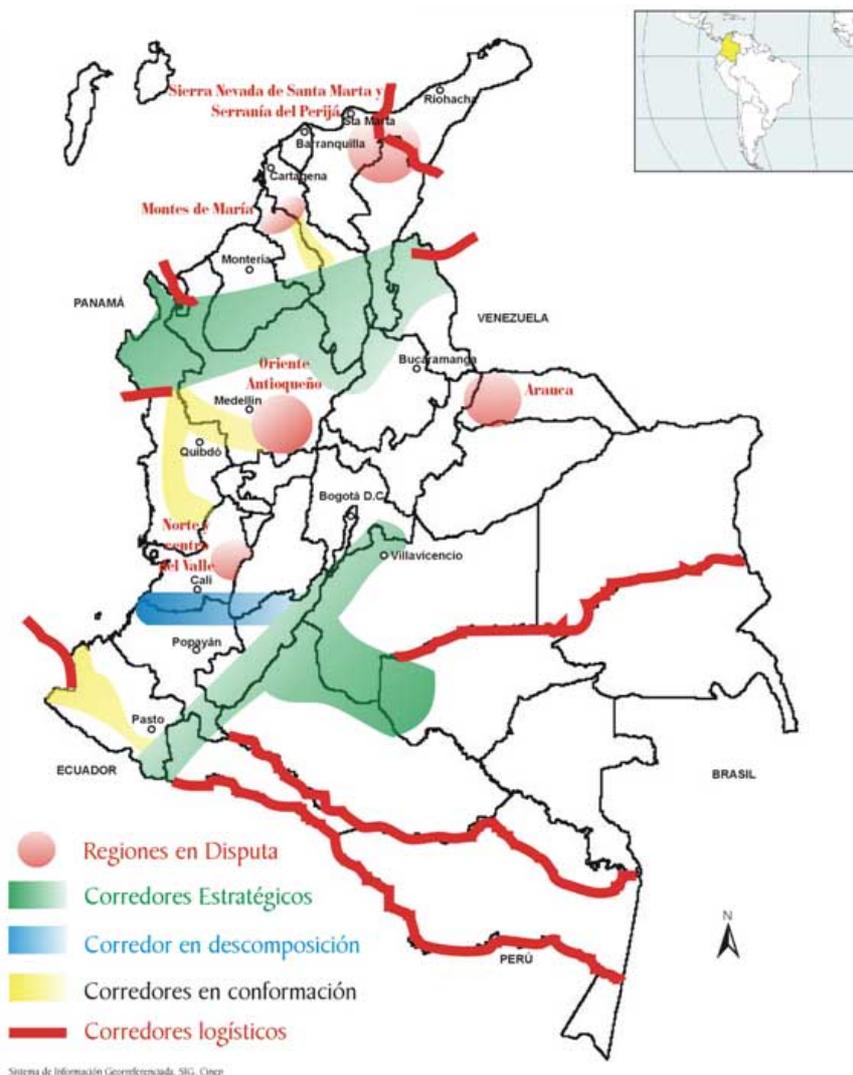


Figura 5. Mapa geografia da guerra na Colômbia. 2000-2004.

Fonte: *Sistema de Información Georeferenciada – SIG –*, Cinep – Justicia y Paz, em <http://www.cinop.org.co/mapageoguerra.htm>, acesso realizado em 03/09/2007.

Embora o mapa seja uma amostra das formas de apropriações do território por parte dos atores armados, é estático demais para ilustrar a dinâmica da guerra em termos de sua intensidade. A figura 6 apresenta três mapas com o registro das ações bélicas e a resposta da força pública nos anos de 1998, 2002 e 2006, facilitando a observação dos territórios atingidos e a intensidade da guerra (em gradações de verde e azul) para o período.

Através destes mapas é possível observar como o conflito aumenta em termos de cobertura territorial e confrontação armada. Destaca-se, também, que, apesar da desmobilização dos grupos paramilitares e da recolhida estratégica das FARC, as ações armadas, em 2006, continuam crescendo e se expandindo pelo território nacional – se comparado com os dois anos anteriores. Isso poderia ser consequência do incremento da ofensiva estatal no marco da política de segurança democrática, ou efeito da ação dos grupos que surgem após a desmobilização dos paramilitares.

O conflito nas cidades é outro sintoma da expansão territorial da guerra. A este respeito, o IDH-2003 destaca cinco fases – mais ou menos sucessivas – da forma como o conflito se integra à dinâmica urbana, advertindo que, não obstante a presença de atores armados e ações terroristas nas urbes colombianas, seria um erro afirmar que o conflito se está deslocando para as cidades, já que este continua a se desenvolver nas regiões rurais do país.

Assim, em um primeiro momento, aparecem as “redes de apoio” que provêm propaganda, recrutamento, informação, assistência médica, compras, manejo de recursos, etc. Com isso, entre as décadas de 60 e 70, as FARC e o ELN montaram suas organizações com simpatizantes de diferentes origens sociais e políticas.

Uma segunda etapa, nos anos 1980, faz referência à “guerra suja” – entre grupos de narcotraficantes e entre estes e as guerrilhas – que se desloca do campo ou se exerce sobre personalidades da vida pública. A guerra suja foi se agravando com o surgimento dos grupos paramilitares, que incluíram batalhas para o controle de capitais regionais como Apartadó (região de Urabá), Montería (Córdoba), Buenaventura (Valle, porto da costa pacífica), Cúcuta (divisa com Venezuela) e Barrancabermeja (centro urbano do Magdalena Medio).

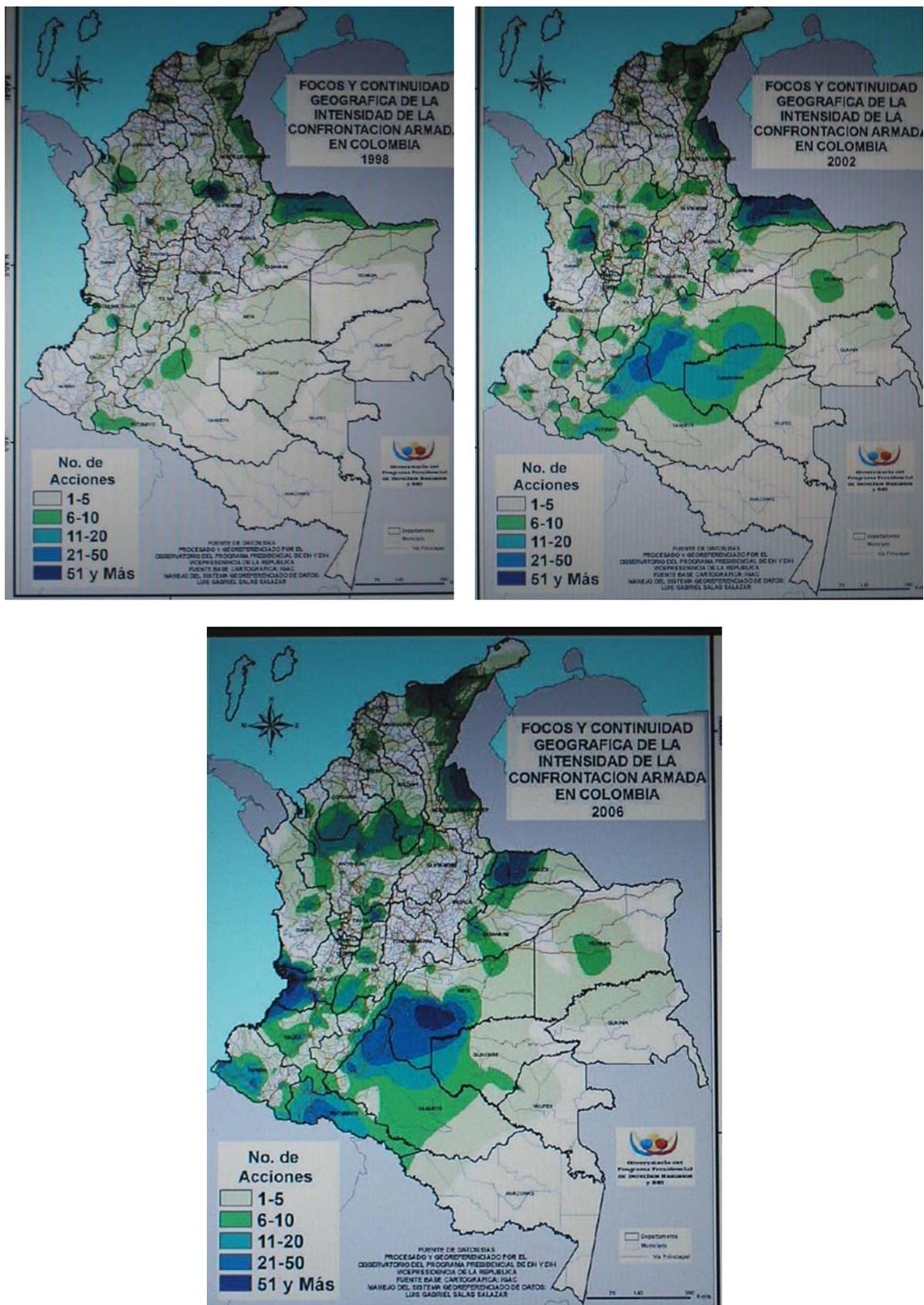


Figura 6. Mapas dos focos e da intensidade da confrontação armada na Colômbia – 1998, 2002, 2006.

Fonte: Observatorio del Programa Presidencial de Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitario, Vicepresidencia de la República, em http://www.derechoshumanos.gov.co/observatorio/imagenes/confrontacion98_06.pdf, acesso realizado em 20/09/2007.

O terceiro momento consiste na fragmentação de algumas áreas das cidades, como subprefeituras, bairros e até quarteirões, sob o controle de uma força guerrilheira ou paramilitar com práticas de limpeza social, absorção de grupos urbanos de delinqüência e a imposição de uma ordem a ser respeitada pelos moradores.

A quarta fase se estabelece a partir de combates abertos em áreas periféricas das cidades, das quais foi exemplo, em 2002, o bairro El Salado – comuna 13 de Medellín –, onde ocorreram confrontos entre as *Milicias Bolivarianas das FARC* e os *Comandos Armados del Pueblo – CAP* – de um lado, e os blocos *Metro* e *Cacique Nutibara* das AUC, de outro.

A quinta e última etapa contempla o terrorismo e as ações psicológicas para ganhar visibilidade nacional e internacional. Esta fase começou no final da década de 1990 e se estende até o presente, com seqüestros massivos em Cali (Igreja da Maria) e Neiva (Edifício Torres de Miraflores), e atentados em Bogotá (Club El Nogal), Neiva (casa bomba) e Cúcuta (bombas em áreas comerciais da cidade).

Assim, o conflito não só se expande territorialmente das regiões rurais às áreas urbanas, mas também em variedade de formas – que vão desde o domínio de territórios, seu uso como corredores ou fontes de finanças até apropriações pontuais com objetivos de desestabilização ou geração de amplos impactos na opinião pública nacional e internacional. As áreas afetadas pelo conflito, assim como a intensidade dos confrontos, permitem conferir a seletiva e crescente expansão da guerra pelo território nacional.

2.3.3. *A crescente militarização em contraste com uma despolitização dos atores.*

A lógica de militarização que envolve o conflito se refere ao crescimento descontrolado dos exércitos em confronto. Embora os dados sejam bastante polêmicos, trataremos de apresentar a evolução numérica de cada um dos grupos.

Segundo o IDH-2003, a guerrilha das FARC passou de 48 camponeses, na década de 1960, a 8.000 combatentes a fins da década de 80, duplicando seu número a 16.500 efetivos, em 2003, distribuídos em 62 frentes (PNUD, 2003, p.83).

O ELN surge em 1965, a partir de um grupo de 120 homens que passam a 2.600, em 1984. Uma década depois, em 1996 tinha 4.500 homens organizados em 41 frentes. Com a arremetida paramilitar há uma diminuição de pelos menos 1.000 combatentes deixando o grupo com 3.300 efetivos⁴⁰.

A taxa de crescimento do exército paramilitar é ainda maior, se comparada com as guerrilhas. Antes de 1987, se calculava em 650 o número de paramilitares; logo, em 1990, eram 1.800; em 2001, formou-se um exército cinco vezes maior, com 10.500 combatentes. Em 2003, se falava em 13.500 homens, divididos em 22 grupos que ocupavam 28 departamentos. No entanto, como já se notava, foram desmobilizados quase 32.000 homens, resultado do processo de paz com o governo Uribe⁴¹.

Este crescimento no âmbito militar contrasta com a diminuição do aparelho político, pois a prioridade dos grupos tem sido vincular mais combatentes, treiná-los, comprar armamento mais sofisticado e não formar novos ideólogos dentro dos grupos.

Segundo o IDH-2003, na década de 70, houve algum equilíbrio entre ambas as alas – política e militar – das FARC, e Jacobo Arenas era o “comissário político” enviado pelo partido comunista, com grande influência sobre as FARC e o PC, a ponto de ser mediador nas relações com os países socialistas. Mas o fim da URSS e a morte de Arenas debilitaram aquela influência, até que a guerrilha decidiu criar seus próprios partidos, como foram a UP e o *Movimiento Bolivariano*, que tiveram o desenlace que anotamos parágrafos acima.

Embora seja destaque a origem política do ELN no seio do PC, igual ao que aconteceu com a guerrilha das FARC, seu aparelho político tem se desenvolvido menos e se apresenta como um apêndice do aparelho militar; e, diferentemente do momento do PC e da UP, no caso das FARC, “A Luchar” – partido político de caráter semi-clandestino do ELN – não participa abertamente nos processos eleitorais do país.

⁴⁰ Reportagem da revista Semana: “*La negociación del ELN*”, disponível em http://www.semana.com/wf_InfoSeccion.aspx?IdSec=25, acesso realizado em 31/08/2007.

⁴¹ Dados do IDH (PNUD, 2003, p.84) e reportagem da revista Semana: “*La presencia paramilitar*” (op.cit.).

O fato de os paramilitares nascerem de maneira dispersa e atendendo a múltiplos e, inclusive, divergentes interesses, faz com que, muito depois de seu início, este grupo se preocupe em criar um discurso ideológico, ganhar apoio da opinião pública e se adentrar na política. Assim, a primeira tentativa política ocorreu em 1989, mediante a criação do partido político *Movimiento de Renovación Nacional – MORENA* –, que anunciava abertamente seu ódio pelas organizações sociais e sindicalistas (PNUD, 2003). Posteriormente, sua estratégia política consistiu em procurar e estabelecer alianças com políticos de diferentes partidos nas regiões, o que hoje se conhece como os escândalos da *Parapolítica*⁴².

Além das questões particulares a cada grupo, o assassinato de dois candidatos presidenciais, cinco congressistas e mais de mil dirigentes da UP, além de milhares de ex-combatentes desmobilizados do M-19, EPL, ELN, FARC e grupos paramilitares – como Ariel Otero e seus homens –, e a perseguição sobre a esquerda colombiana tem sido argumento contundente contra a viabilidade da via política e a favor da prevalência da via armada.

A ênfase militar também tem conseqüências pontuais nas relações com comunidades e organizações sociais. Assim, antes de ganhar simpatizantes para uma “causa” considerada motor do grupo armado – o que seria parte do trabalho político de um grupo dissidente – os moradores de uma região são classificados como “colaboradores” ou “inimigos”, dentro de uma lógica militar das relações. Neste contexto, se identifica, julga, assassina ou desloca quem colabora com o grupo oposto, e se incentiva e premia quem é amigo, ou seja, aquele que ajuda e concorda com os métodos e fins do meu grupo. Desta maneira, não há lugar para neutralidade nem para oposição, o que poderia ser possível se as posições opostas se dirimissem em um cenário democrático baseado em argumentos e consensos e não em armas.

⁴² Para mais informação, ver as reportagens especiais da revista Semana: “*Mapa de la parapolítica en la costa*”, “*Retrato de los congresistas salpicados por la parapolítica*” e “*Los eslabones de la parapolítica em Sucre*”, em http://www.semana.com/wf_InfoSeccion.aspx?IdSec=25, acesso realizado em 01/09/2007.

2.3.4. A degradação dos métodos de guerra utilizados.

A militarização do conflito faz com que a luta pelo controle dos territórios e dos negócios que financiam a guerra, assim como a constante indicação de “colaboradores” e “inimigos”, provoquem uma espiral de violência que utiliza o terror como principal mecanismo.

A espiral do terror, segundo os autores do IDH-2003, se desenvolve em vários momentos ou fases: inicialmente, a incursão do grupo armado numa região com ações de “limpeza social”: desterrando ou assassinando viciados, ladrões, assaltantes e vigaristas – ações que, em princípio, são bem acolhidas nas comunidades; no entanto, quando a perseguição se amplia a homossexuais, rapazes de cabelo comprido, deficientes físicos, ou simplesmente pessoas com “idéias diferentes”, essa limpeza se converte em excesso, aos olhos da comunidade.

A “segurança de graça” prontamente se transforma em um serviço pago, de acordo com a atividade desenvolvida. Comerciantes, donos de hotéis, produtores agrícolas, vendedores ambulantes, pagam para serem protegidos de ladrões, bandidos e, inclusive, do mesmo ator armado, que se transforma, a um só tempo, em protetor e ameaça.

Paralelamente, o ator armado em fase de autodefesa protege os interesses e acordos informais do grupo que lhe deu origem: as FARC, os acordos e normas dos colonos, ELN – com sindicalistas e operários e, no caso de um setor dos grupos paramilitares, com fazendeiros. No entanto, o ator armado vai ganhando autonomia e estabelece suas próprias normas, que são a expressão de uma espécie de “soberania jurídica”, na qual a população começa a ficar aprisionada e sobre a qual estão explicitamente demonstradas as sanções decorrentes. Algumas vezes, os atores, um após outro, entram na mesma região – não que as normas de um sejam melhores ou mais justas que as do outro, simplesmente há que cumprir porque se paga com a vida o fato de não fazê-lo.

As experiências e aprendizados vêm quase sempre justificados no terror. Os autores do IDH-2003 o descrevem da seguinte maneira:

“[a violência] deve atingir o que mais dói [familiares, perda do patrimônio como negócios, terra, casa]; deve transmitir lições macabras (sinais de tortura, chacinas, assassinatos de crianças e idosos, corpos esquartejados); deve castigar individual, mas também coletivamente (pontes destruídas, massacres, greves armadas que não permitem a entrada de alimentos e limitam a saída das pessoas dos municípios ou vilas); deve ser tão cruel ou mais do que o castigo dado pelo outro grupo, e aqui há uma multiplicidade de aprendizados e inovações que configuram uma espiral do terror e desumanidade” (PNUD, 2003, p. 90).

O exército não aplica – pelo menos abertamente – os mesmos métodos que os atores ilegais do conflito em seu interesse por recuperar o controle do território; No entanto, entra em comunidades pedindo informações que, muitas vezes, levam a capturas ou a outro tipo de operações, como: libertação de seqüestrados, localização de laboratórios de cocaína, apreensão de armas, etc. A posterior saída da força pública deixa desprotegida a população que é vítima de novos processos de julgamento e “limpeza” por parte do ator armado de turno.

Mas o terror não só se exerce sobre certas regiões ou comunidades, há ações de impacto geral que atingem infra-estrutura (energética, hospitalar ou de telecomunicações), fontes de riqueza importantes para o país (oleodutos), e sociedade (através de atos como seqüestros massivos e prolongados de soldados, políticos, empresários, sindicalistas, defensores de direitos humanos) que lembram que não existem limites entre o país em guerra e o país em paz. Assim, os métodos de guerra se caracterizam pela crueldade e desrespeitam a condição humana e as normas contempladas no DIH.

2.3.5. O narcotráfico como catalisador do conflito.

Há uma relação bastante sinuosa entre narcotráfico e conflito armado, de modo que não se poderia versar sobre uma relação causal entre eles, pois, por um lado, o narcotráfico chegou à Colômbia e se desenvolveu sem mediação dos grupos armados, funcionando, por anos, com bastante independência, através de uma organização administrativa, tática e de segurança próprias. Por outro, e como vimos nos parágrafos anteriores, o conflito em si tem tido origens e motivações variadas e complexas, razão pela qual seria errado atribuir sua causa à aparição e desenvolvimento do narcotráfico.

No entanto, são várias as formas com as quais o narcotráfico alimenta o conflito. No capítulo 13 do IDH (2003) se descrevem as quatro consideradas mais relevantes pelos autores do relatório.

Primeiramente, como fonte direta de violência, produto dos enormes exércitos privados e da brutalidade com que agem para manter as normas e acordos do negócio ilegal.

Em segundo lugar, como fator de legitimação local dos grupos armados, que, às vezes, agem como protetores das plantações (por exemplo, da perseguição da política antinarcóticos), outras vezes, como reguladores da ilegalidade (estabelecendo normas para o cultivo, a comercialização local, os salários, etc.). É importante notar que nem grupos guerrilheiros tampouco paramilitares participam somente nos níveis locais do negócio – sua participação, recentemente, tem chegado até o ponto de desenvolver contatos internacionais para operações de tráfico, contrabandear insumos químicos e praticar o lavado de ativos através do sistema financeiro internacional e da infiltração de empresas legais.

Em terceiro lugar, a droga age como uma fonte de renda importante para estes grupos, complementando – e, às vezes, ultrapassando – os recursos obtidos por extorsão, seqüestro e impostos (*vacinas*).

Por último, o narcotráfico serve aos interesses dos atores em conflito ao operar como elemento corruptor do sistema político, acentuando uma das condições sobre as quais prosperam os grupos armados: a erosão parcial do Estado⁴³ (Bejarano & Pizarro, 2001, citado em PNUD, 2003, p.310).

Por outro lado, o narcotráfico fez com que o conflito colombiano aparecesse no plano político internacional e então voltasse ao plano político nacional convertido no denominado *Plan Colombia*.

Para os autores do IDH-2003, com o passar do tempo, duas situações convergem, modificando a posição internacional e, especialmente, norte-americana, a respeito da Colômbia. A primeira resulta do fim da guerra fria – tempo no qual a ameaça de uma

⁴³ Para aprofundamento neste assunto, ver Fandino-Marino (2004), em artigo que trata sobre a contaminação do tecido moral, resultado da ação das economias de narcóticos e entorpecentes.

vitória da insurreição colombiana era improvável – conjugado à visibilidade e magnitude que o tema do narcotráfico ganha no âmbito internacional. A segunda, tinha a ver com o rumo que iria tomar o conflito colombiano, afetando interesses norte-americanos – e de outras nações – dentro do território colombiano.

Desta forma, a partir de uma visão externa, o conflito colombiano afeta: **i)** os recursos energéticos – em especial petróleo, gás e carvão – devido a que são objetivos de extorção e ações bélicas por parte dos atores armados; **ii)** a extraordinária biodiversidade concentrada na região da Orinoquia e Amazônia, áreas onde atualmente se intensifica o conflito; **iii)** a segurança e tranquilidade dos países vizinhos e, especialmente, das divisas terrestres com Venezuela, Brasil, Peru, Equador e Panamá, cada vez mais atingidas pela ação dos grupos armados, pelos fluxos de refugiados e pela ação das redes de narcotráfico; **iv)** os Direitos Humanos e o DIH – assuntos sensíveis para a comunidade internacional; **v)** a liberdade, a dignidade e a vida de mulheres, minorias étnicas e grupos perseguidos pelas características de seu trabalho – como no caso de jornalistas, sindicalistas e defensores de Direitos Humanos; e, por último, **vi)** a segurança “global”, após 11 de setembro de 2001, ao entrarem as FARC, o ELN e as AUC na lista de grupos terroristas dos Estados Unidos e, posteriormente, da União Européia (PNUD, 2003, p.109).

Justamente com as mudanças advindas após os atentados terroristas de 11 de setembro, a já antiga colaboração em matéria de política antinarcóticos entre os Estados Unidos e a Colômbia se desloca dos narcotraficantes à “narco-guerrilha”, dos “chefes da droga” aos comandantes, dos cartéis aos atores armados, enfatizando o componente militar-repressivo da política e orientando-a como “luta anti-terrorista” (PNUD, 2003, p.113). No entanto, o combate aos cultivos protegidos ou agenciados pelos grupos armados tem sido desigual por centrar-se nas regiões de controle das guerrilhas, o que provoca diminuição e abandono de cultivo, enquanto as áreas de controle dos paramilitares se mantêm estáveis e/ou em avanço⁴⁴.

⁴⁴ Análise de Daniel Coronell e Eduardo Arias a partir de dados 2001-2005, do Departamento de Estado dos Estados Unidos e do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime - Unodc, em reportagem especial da Revista Semana, “*La guerra perdida contra la droga*”, em http://www.semana.com/wf_InfoSeccion.aspx?IdSec=25, acesso realizado em 19/12/2007.

Este combate se concretiza em ajuda econômica – investimento em programas de fumigações aéreas de cultivos ilícitos, erradicação manual e especialmente, fortalecimento das forças militares da Colômbia –, intervenção militar e assessoria e instrução em temas de inteligência e combate às drogas, que são componentes principais do *Plan Colombia*.

Entre as múltiplas críticas ao *Plan* estão seus exíguos resultados – se comparados com o alto fluxo de recursos investidos – ao observar o aumento constante das plantações, a rápida adaptação dos cultivadores para evadir as formas de erradicação utilizadas pelo governo⁴⁵ e a pouca efetividade das opções oferecidas aos camponeses que se acolhem ao programa de substituição de cultivos. Isto, por um lado, evidencia que a estratégia de atacar os cultivadores – e não os narcotraficantes – está errada⁴⁶ e, por outro, continua a debilitar a já deteriorada relação entre camponeses e Estado nas regiões *cocaleras*.

Para concluir, tanto o narcotráfico (como catalisador da violência), o crescente envolvimento da população civil (como vítima do conflito) a expansão da guerra pelo território colombiano, o crescimento excessivo dos exércitos (em contraste com a despolitização dos grupos dissidentes) quanto a degradação dos métodos de guerra, caracterizam a dinâmica de um conflito que, hoje, parece ter perdido seu sentido.

2. 4. O deslocamento forçado de população.

Como salientado neste capítulo, a Colômbia apresenta uma longa história de movimentação de população, desde áreas rurais até centros urbanos e regiões de colonização, resultado – em sua maioria – de processos de expulsão violenta agenciados por diferentes atores, com interesses e intencionalidades difusas.

Como ressaltamos parágrafos acima, a primeira movimentação massiva do século XX, causada pela violência, ocorreu na década de 1950, como consequência da

⁴⁵ Uma das principais estratégias é avançar em departamentos do país não incluídos nos planos de fumigação ou erradicação manual; adentrar-se em áreas de floresta fechada; ou misturar as plantas de coca com cultivos lícitos e da horta familiar.

⁴⁶ Revista Semana, reportagem especial “*La guerra perdida contra la droga*”, em http://www.semana.com/wf_InfoSeccion.aspx?IdSec=25, acesso realizado em 19/12/2007.

polarização política e social do país naquela época. A perseguição, a morte, mas também a intenção explícita de transformar a configuração política de amplos territórios, “desterrando” liberais para trazer novos moradores de orientação política conservadora, foi a forma como se configurou o processo de deslocamento de população naquela época.

O fenômeno atual de migração forçada continua a ser consequência do confronto entre grupos armados, mas também se configura como uma estratégia de diversos setores que, motivados por interesses militares, políticos e econômicos, se beneficiam e chegam a promover a saída massiva de população de regiões consideradas valiosas por sua riqueza natural, sua localização privilegiada ou pelos macro-projetos próximos a se estabelecerem.

Para entender melhor o caráter deste fenômeno, sua relação com a dinâmica de conflito e outros processos ligados ao modelo de desenvolvimento adotado na Colômbia, tentaremos descrever o deslocamento de acordo com suas causas, algumas de suas características mais relevantes, tendências e trajetórias na movimentação das pessoas, cifras e, por último, impactos demográficos e na vida das pessoas, conseqüentes da migração forçada. Tudo isso configura o fenômeno do deslocamento como expressão de uma das mais graves crises humanitárias vivenciadas no país e no continente, atualmente.

2.4.1. Causas do deslocamento.

Luis Eduardo Pérez (2002) faz uma síntese dos principais fatores associados à ocorrência de deslocamentos forçados, de acordo com uma revisão da literatura existente entre 1992 e 1999 sobre o tema.

Assim, na análise de Pérez, um primeiro bloco de pesquisadores considera o deslocamento uma consequência do conflito armado e, mais especificamente, das ações de combate e de fustigação por parte dos atores armados à população civil. Para outro grupo, este é um bom marco de análise, mas “insuficiente” para entender a dinâmica e os determinantes de um fenômeno que eles consideram um problema nacional que obedece a causas de tipo estrutural – em razão de que o deslocamento passa por múltiplos e complexos problemas

sociais relacionados, em grande parte, com o processo histórico de estruturação da propriedade e uso da terra, e da violência como mecanismo de expropriação.

Assim, para estes autores, é a partir da década de 1990 que se acentua o já antigo processo de formação da grande propriedade rural. Segundo a análise de Peña, as propriedades rurais que mediam entre 0 y 100 hectares ocupavam, em 1984, 40% da área, e as que mediam mais de 500 hectares ocupavam 32.5% da superfície. Treze anos depois, em 1997, as primeiras tinham-se reduzido a 34.5% da área, e as segundas, tinham-se ampliado em 45%. Em outras palavras, de cada 100 camponeses que possuíam terra, 97 eram donos de fazendas que não excediam 100 hectares. No entanto, os 3 proprietários restantes tinham fazendas de mais de 100 hectares que ocupavam quase a metade da superfície rural (Peña, 2001, p.8).

Adiciona-se o fato de que, desde meados dos anos 1980 e na década de 1990, os narcotraficantes contribuíram de forma importante à concentração da terra e à generalização da violência. Segundo dados da *Fundación Social* (1998), os narcotraficantes têm comprado terras em 42% dos municípios do país, e em suas mãos está concentrada a definição das pautas de investimento rural de muitas regiões e uma parte importante da seguridade agro-alimentar do país.

O conflito armado das últimas décadas não tem se desligado desta tendência, pois tem gerado processos de acumulação e concentração da terra. Assim, segundo pesquisa de 2004 desenvolvida por Codhes e Pastoral Social, nos últimos 15 anos, grupos armados ilegais e narcotraficantes têm expropriado camponeses e colonos em, aproximadamente, 5 milhões de hectares – um terço da terra na Colômbia. A pesquisa também estabelece que 54% das famílias deslocadas eram proprietárias de suas terras, 72% as abandonaram e só 13% conseguiram vendê-las a preços insignificantes (Codhes, citado em Piupc-UN, ACNUR, 2006b, p.13).

Além das cifras, o mapa do deslocamento confirma a relação entre concentração da propriedade sobre a terra e desterritorialização. Assim, os departamentos onde têm se apresentado, com maior intensidade, fenômenos de despojo e deslocamento são Tolima, Putumayo, Chocó, Antioquia, Caquetá, Cauca, Norte de Santander, Guaviare, Cesar e Bolívar; departamentos caracterizados por altos índices de concentração da terra, além de

baixo crescimento econômico e baixo nível salarial (Machado, 2004 citado em Piupc-UN, ACNUR, 2006b, p.13)

De outro lado, está o tema da posse da terra por parte de comunidades tradicionais, como indígenas e afro-descendentes, e a existência de interesses econômicos transnacionais sobre seus territórios. Jaime Arocha, em seus diversos trabalhos sobre comunidades afro-descendentes, sublinha a estreita relação entre titulação coletiva da terra e o incremento do conflito e do deslocamento nos territórios destas comunidades. Assim, segundo o autor, têm-se desenhado projetos econômicos multinacionais e multimilionários, como o cultivo massivo da palma africana, a construção de um gasoduto – em sociedade com a Venezuela – e de um canal interoceânico, que aproveita o caudal do rio Atrato, além da saída e entrada de mercados legais e ilegais – de armas e narcóticos – nos quais o denominador comum é o estabelecimento de conexões terrestres e fluviais entre os portos do pacífico e as regiões da Orinoquia, a Amazônia e a Cordilheira dos Andes. Assim, os atores – armados ou não –, com estes interesses, identificam, na presença de comunidades tradicionais exercendo seus direitos patrimoniais e culturais, um obstáculo para o desenvolvimento de seus projetos⁴⁷.

Arocha faz parte de um bloco de autores que considera que o problema atual não obedece, unicamente, à pressão que tradicionais fazendeiros ou narcotraficantes exercem sobre os modelos de uso e propriedade da terra. Como também sublinhado por Bello e Peña (2001), o modelo neoliberal adotado, no início dos anos 1990, exige uma infra-estrutura que o país mal começa a construir, a custos sociais e econômicos ainda não calculados: parte dos novos investimentos se constitui de portos e aeroportos, rodovias nacionais e regionais, zonas francas, hidroelétricas, sistemas de comunicação e equipamentos urbanos.

Nas hipóteses elaboradas por este segundo bloco de autores, inicia-se um processo de construção que permite reconhecer, no deslocamento, uma estratégia de guerra em que os atores armados e não armados agem sobre a base de referentes políticos, militares e, especialmente, econômicos.

⁴⁷ Arocha, Jaime, “Desterrar Afrocolombianos para patentar chontaduros”, em UN periódico, nº. 71, Bogotá, 27 de fevereiro de 2005, em <http://unperiodico.unal.edu.co/ediciones/71/02.htm>, acesso realizado em 19/09/2007.

Um terceiro grupo de pesquisadores chega a conclusões similares, mas seu ponto de partida é diferente. Este grupo tenta superar “velhas” hipóteses sobre a relação violência-pobreza e, para tanto, analisam, a fundo, os dados de expulsão de população por regiões. Assim, constata-se que os deslocamentos concentram-se, fundamentalmente, nas zonas de maior dinâmica econômica: de concentração de recursos estratégicos – como a terra ou bens primários, como o petróleo –, metais preciosos e cultivos ilícitos ou em territórios que experimentam rápidas transformações econômicas, e nos que existem e se desenvolvem mecanismos de exclusão por parte de diferentes grupos de interesses (latifundiários, narcotraficantes, grupos armados, autoridades locais e regionais, etc.).

É precisamente nos processos históricos de exclusão social de amplos grupos dentro dos quais estão indígenas, afro-colombianos, colonos e camponeses, que este bloco de pesquisadores explica o deslocamento. Nas reflexões de Maria Aparecida de Moraes Silva (2007), o campesinato – e as comunidades tradicionais – incomodam por sua força, organização, modo de vida, resistência e especial vínculo com a terra. Isto gera uma constante tensão entre estes e aqueles que procuram, por todos os meios – incluída a violência –, desterrar e despojar as comunidades da terra que lhes dá sustento, sentido vital, identidade e sentido de luta.

Assim, a exclusão se expressa não somente pelas múltiplas carências e privações em termos de bens, serviços e oportunidades econômicas que vivenciam estas comunidades senão também, e especialmente, pela impossibilidade de exercer seus direitos, pelas dificuldades para serem reconhecidos como cidadãos e cidadãs de um país e pelas restrições para viver da maneira por eles desejada. Desta forma, com o deslocamento forçado, grupos socialmente excluídos passam de vítimas históricas dos processos de exclusão a vítimas dos processos de desterritorialização e despojo (Piupc-UN, ACNUR, 2006a).

Conseqüentemente, a partir destes múltiplos olhares, podemos concluir que os processos que geram o deslocamento, assim como aqueles que resultam no conflito armado interno na Colômbia, são variados e complexos, e vinculam o uso da violência a interesses políticos e econômicos locais, regionais e, também, transnacionais.

2.4. 2. Características dos deslocados.

Considerando o interesse dos atores que geram o deslocamento, na riqueza atual ou futura de algumas regiões do país, a população internamente deslocada não tem outra característica comum do que o fato circunstancial de ser morador de uma área de conflito armado e ter sido obrigado a sair. Assim, tal como destacado por Meertens (1999), os deslocados se caracterizam por sua heterogeneidade, e o status compartilhado como “deslocados” não se deriva de nenhuma característica comum, como poderia ser a religião, etnia ou a filiação política – tal como acontece em conflitos internos de outros lugares do mundo.

No entanto, pode-se dizer que a população deslocada está composta, em sua maioria, por camponeses pobres, pessoas dedicadas à lavoura – embora também se encontrem, em menor proporção, pessoas dedicadas a atividades urbanas, como pequenos comerciantes, professores, funcionários públicos, etc.. Alguns deles foram colonos que, durante sua vida, vivenciaram, várias vezes, a experiência da migração forçada.

“Temos sofrido deslocamentos desde 1948. Primeiro, minha família saiu do [departamento do] Vale para Caldas. Depois, de Caldas pra cá [El Castillo – Meta}. Levantamos uma lavoura, mas, desde 1985, começaram a matar companheiros. Assassinaram a Maria Mercedes Méndez, a Prefeita, que vivia só para trabalhar com as comunidades organizadas e não organizadas. O William Ocampo, prefeito eleito que recebeu o cargo; depois, nos caminhos, começaram a pegar as pessoas e a desaparecer com elas. Hoje, continuamos pobres e deslocados, mas continuamos” (Depoimento de homem idoso, reportagem “*Retorno campesino al Alto Ariari*”, El Espectador, semana de 25 de junho-1 de julho de 2006, pág.7A).

Além da origem camponesa dos deslocados, os dados mostram uma alta proporção de pessoas pertencentes a minorias étnicas – principalmente afro-colombianos e indígenas – além de um grande número de crianças e mulheres. Segundo análise de Henao (2004), baseado em dados Codhes, 4 de cada 10 pessoas deslocadas correspondem a grupos indígenas ou afro-colombianos, sendo que, em 2002, 33% do total de deslocados eram afro-colombianos e 5%, indígenas (Henao, 2004, p.1).

Em termos populacionais, 45% das pessoas deslocadas correspondem a crianças entre 0 e 14 anos e 49%, a mulheres – a proporção de mulheres entre 15 e 64 anos é de 52% (Conferencia Episcopal de Colombia, 2005a, p.14).

Em termos gerais, segundo Codhes⁴⁸, em 20 anos (1985 a 2005), 3.721.000 pessoas se deslocaram, sendo quase 3 milhões na última década (barras em rosa na Figura 7), período que coincide com a exacerbação do conflito armado. Deste número, só 1.800.000 têm se registrado no *Sistema Único de Registro – SUR*⁴⁹, a fim de serem beneficiários dos programas governamentais orientados a atender à população deslocada⁵⁰.

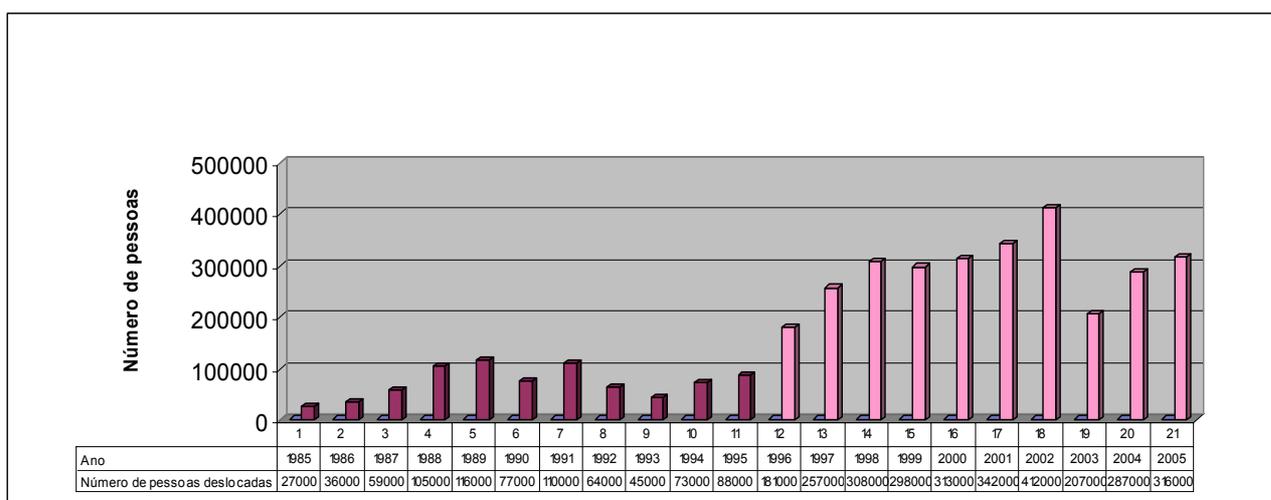


Figura 7. Comportamento do deslocamento na Colômbia. 1985-2005.

Fonte: Codhes, *Sistema de Información sobre Desplazamiento Forzado y Derechos Humanos – Sisdhes* www.codhes.org/info/grafico-tendencias.htm; acesso realizado em 18/07/2007.

A respeito dos geradores de deslocamento, segundo dados da *Conferencia Episcopal Colombiana*, coletados nas Igrejas e escritórios de Pastoral Social do país, a guerrilha aparece em 42,9% dos casos como causadora de expulsão, seguida por 28,7% de “outros atores”, entre os quais estão delinqüência comum, narcotraficantes, esmeraldeiros,

⁴⁸ Dados obtidos em www.codhes.org/infor/grafico-tendencias.htm, acesso realizado em 18/09/2007.

⁴⁹ Dado acumulado de população deslocada desde 1995 até 30 de abril de 2006, em <http://www.acnur.org/crisis/colombia/desplazamiento.htm>, acesso realizado em 18/07/2007.

⁵⁰ As diferenças entre os dados oficiais do SUR, Codhes, *Comité Internacional de la Cruz Roja – CICR* – e Conferencia Episcopal, surgem, principalmente, da fonte e dos métodos estatísticos utilizados. Assim, o *Sistema de Información sobre Desplazamiento Forzado y Derechos Humanos – Sisdhes* – de Codhes parte da triangulação de diversas fontes secundárias de informação: o CICR dos atendimentos humanitários oferecidos; o RUT (nome da personagem bíblica) da Conferencia Episcopal, dos dados obtidos através da aplicação de um questionário nas igrejas e nas pastorais sociais do país, e o SUR daquelas pessoas que se aproximam para declarar sua situação ante os organismos do Ministério Público, com o fim de receber atendimento do Estado. Recentemente, o Acnur, em relatório mundial de 2006, calculou em 3 milhões o número de deslocados na Colômbia, analisando os dados existentes no país a partir de diferentes fontes.

vizinhos, milícias e atores armados desconhecidos. Posteriormente, aparecem os paramilitares, em 27,3% das ocasiões, e o exército e a polícia, com 1.1% (Conferencia Episcopal de Colombia, 2005a, p.14). Embora os atores armados sejam “os geradores visíveis do deslocamento”, atrás deles se escondem agroempresários, fazendeiros, narcotraficantes, empresas multinacionais que, como apontado acima, apresentam interesses diversos sobre as terras ou potencial dos territórios pertencentes às comunidades expulsas.

A difusa relação entre conflito e interesses econômicos como geradores de deslocamento é ainda mais evidente se comparados os dados da dinâmica do conflito – tratados no item 2.3.1 deste capítulo – com os do deslocamento de Codhes apresentados na figura 7. Neste confronto de informações, observamos que há uma relação direta entre conflito e deslocamento nos períodos em que a linha amarela e as barras coincidem, o que corresponde aos anos de 1990, 1991, 1996, 1997 e 2000.

Nos anos de 1992, 1993, 1998 e 1999, podemos arriscar duas hipóteses que julgamos não serem excludentes: a existência de “outros geradores” de deslocamento, relacionados talvez às pressões de fazendeiros, narcotraficantes ou investimentos estrangeiros para desalojar terras; e o impacto diferencial das ações militares dos grupos armados. Nos dois primeiros anos, as pressões pelo desalojamento foram avaliadas pelas pessoas como “suportáveis” – o que contribuiu para que mais famílias conseguissem permanecer nas regiões; porém, nos dois últimos (1998 e 1999), o embate foi tamanho, que provocou a saída em massa de um maior número de pessoas.

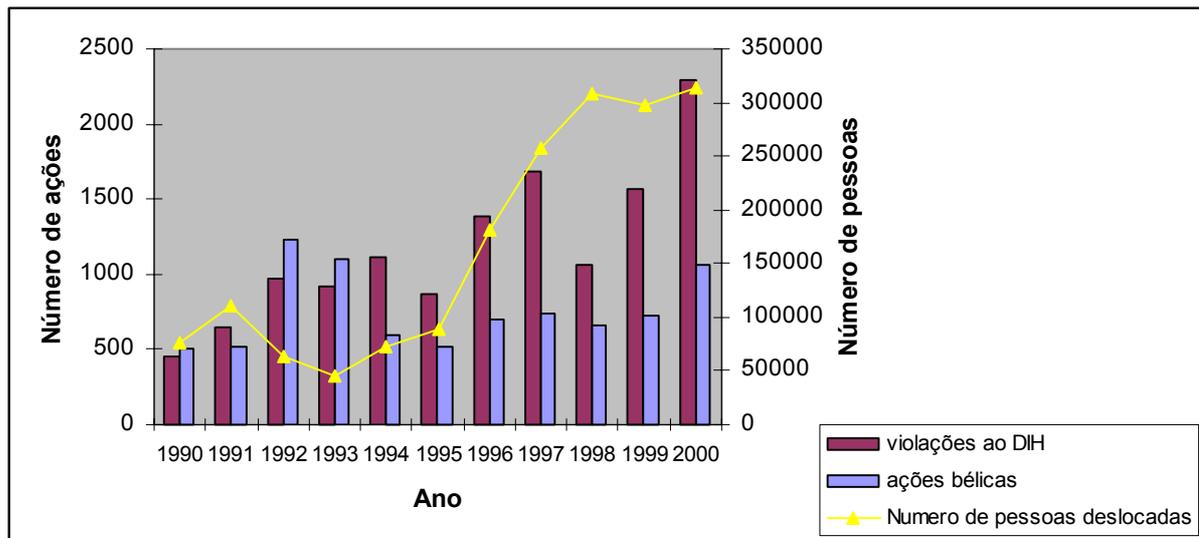


Figura 8. Comparativo da dinâmica do conflito armado (ações bélicas e violações ao DIH) e comportamento do deslocamento na Colômbia. 1990-2000.

Fonte: González et al, (2003) p.100, baseado em dados do *Sistema de Información Georeferenciada – SIG –*, Cinep – Justicia y Paz. Codhes, *Sistema de Información sobre Desplazamiento Forzado y Derechos Humanos – Sisdhes* www.codhes.org/info/grafico-tendencias.htm; acesso realizado em 18/07/2007.

2.4.3. Trajetória da migração forçada.

As trajetórias da mobilização da população têm variado com o passar do tempo e com as mudanças nos métodos de guerra por parte dos atores armados. Assim, frente a assassinatos, massacres ou confrontos entre grupos armados, muitas famílias saem, individual ou massivamente, desde as áreas rurais até os municípios mais próximos a seu lugar de moradia; outras fogem para distritos ou vilas vizinhas, se refugiando, até diminuir a intensidade dos combates. Os indígenas, particularmente, tentam não sair de seu território, adentrando-se em áreas de mata densa.

Quando a ameaça é direta ou as hostilidades persistem, muitas famílias continuam a se deslocar até as grandes cidades, onde são maiores as possibilidades de anonimato, configurando, assim, os deslocamentos “gota a gota” ou familiares, que, segundo

dados do SUR⁵¹, correspondem a 81% dos casos registrados. Este tipo de deslocamento fez parte deste estudo.

Mas a movimentação pode não terminar com a chegada à grande urbe. Muitas pessoas continuam a ser vítimas da violência e da perseguição, configurando deslocamentos intra-urbanos, ou seja, entre bairros da mesma cidade⁵².

Considerando que o deslocamento forçado constitui uma violação à livre mobilidade das pessoas e, mais especificamente, a seu direito a permanecer no local escolhido para desenvolver seu projeto de vida, os confinamentos são outras formas de violar estes direitos. O confinamento consiste na proibição – por parte de um dos atores armados – de saída e entrada de pessoas e de bens (medicamentos, combustível, alimentos, água, insumos agrícolas) de uma aldeia, vila ou distrito, com o fim de manter o controle sobre a população, limitar a entrada do “inimigo” nos territórios fechados e impedir os moradores de procurar ajuda e proteção. Embora seja uma estratégia de guerra utilizadas pelos grupos armados, o Estado ainda não oferece assistência e proteção às comunidades afetadas – o que tem sido objeto de denúncia de diversas ONGs e organismos internacionais de Direitos Humanos⁵³.

O deslocamento também acontece em direção a países vizinhos, especialmente nos departamentos que têm divisa com Venezuela, Panamá e Equador. Para o ano 2002, Codhes estimou em 21.800 os colombianos que transpassaram a divisa destes países para se protegerem dos ataques dos grupos violentos; 12.000 partiram para o Equador, 9.500 para a Venezuela, e 300 para o Panamá. A ONG calcula que, de 2000 a 2002 a cifra acumulada

⁵¹ Dado acumulado de população deslocada desde 1995 até Julho de 2007, em <http://www.accionsocial.gov.co/Estadisticas/Publicacion%20Abril%2021%20de%202007.htm>, acesso realizado em 5/07/2007.

⁵² A *Defensoría del Pueblo* produziu vários documentos a respeito desse problema, entre eles, o “Informe de Riesgo nº.013-04”, que alerta sobre a situação de violência em 10 bairros de *Ciudad Bolívar*, as ameaças dirigidas a líderes das organizações de deslocados e sobre os casos de deslocamento intra-urbano, especialmente entre a população jovem, como consequência das ações dos grupos de autodefesa e as milícias urbanas da guerrilha. A pesquisa *Desplazamiento intraurbano como consecuencia del conflicto armado en las ciudades*, da *Defensoría del Pueblo*, ACNUR e EuropeAid, trata do fenômeno em Bogotá, Medellín e Barrancabermeja (<http://www.acnur.org/pais/docs/785.pdf>, acesso realizado em 12/07/2007). Também é destaque a Sentença da Corte Constitucional T-268/03, de 27 de março de 2003, na qual se obriga o Estado a prestar atendimento às vítimas de deslocamento intra-urbano, dentro do marco da lei 387, de 1997, relacionando especificamente o caso do bairro *El salado*, comuna 13 de Medellín, em que 65 famílias saíram por causa dos combates entre milícias urbanas da guerrilha e paramilitares.

⁵³ Para mais informação, consultar *Consejería en Proyectos*, 2004, *Comunidades confinadas en Colombia*, em <http://www.acnur.org/pais/docs/870.pdf>, acesso realizado em 26/09/2007.

ultrapassa 50 mil pessoas (Codhes, 2003, p.4). Pelo caráter temporal deste movimento de população, tem-se acordado, com as autoridades dos países vizinhos, mecanismos de atenção humanitária de emergência, repatriações voluntárias e, nas situações mais extremas, solicitações formais de refúgio.

O refúgio de colombianos é outro fenômeno crescente que se dá principalmente em países como Equador, Estados Unidos, Costa Rica, Canadá, Espanha, Reino Unido, Venezuela, Panamá e, recentemente, com a política de abertura a refugiados colombianos, Brasil, Chile e Argentina. Acnur estabelece que, entre 1999 e 2004, mais de 90 mil colombianos(as) apresentaram solicitação de refúgio por causa da violência política no país (citado em Conferencia Episcopal de Colombia & Codhes, 2006, p.60).

2.4.4. Conseqüências do deslocamento forçado.

O mapa do deslocamento forçado, igual ao mapa do conflito, atinge, cada vez mais, regiões e municípios do país. A saída e a chegada desta massa de pessoas têm como primeira conseqüência o crescimento intempestivo da população de alguns municípios, e o desaparecimento de áreas povoadas, geralmente rurais, de outros municípios.

Em relatório sobre o ano de 2002, Codhes sublinha que, entre o grupo de municípios *expulsores*,

“pelo menos 152 registraram uma significativa diminuição de população, entanto 124 foram submetidos a um crescimento atípico, como conseqüência da chegada intempestiva de novos habitantes. No total, 276 municípios, que constituem 25% do total do país, estão imersos em um processo de reordenação social e demográfica, forçada pelas circunstâncias da guerra” (Codhes, 2003, p. 2).

Em estudo das estatísticas do SUR entre 1995 e 2005, ressalta-se o incremento anual de municípios *expulsores* de população – 2000 e 2002 foram os anos em que se apresentou o maior índice. Assim, em 2002, do total de municípios do país, 87% (982 municípios) foram expulsos de população. Os casos mais graves foram Chámeza (Casanare), Bojayá (Chocó) e Colosó (Sucre), que expulsaram 59%, 57% e 56% de sua população total, respectivamente (Conferencia Episcopal de Colombia & Codhes, 2006, p.34).

Outro dado que nos permite constatar a expansão deste fenômeno é a ampliação do número de municípios que recebem população migrante forçada. Assim, segundo o SUR, em 2000, eram 506 os municípios receptores; em 2004, 799; e até outubro de 2006, 1027 municípios, o que significa que estes duplicaram-se nos últimos seis anos⁵⁴.

Os casos mais extremos de afetação na recepção, entre 1995 e 2005, se constataram em Murindó (Antioquia), que, em 2001, recebeu o equivalente a 92% de sua população, em 2000, já tinha recebido 34%, e em 2002, recebeu 14%. Alejandria, em Antioquia, recebeu, em 2004, o equivalente a 46% de sua população, e Betulia, no mesmo departamento, 35% em 2000. O Caso de Bojayá, no departamento de Chocó, apresenta características particulares, pois, depois do massacre de 2002⁵⁵ deslocou-se 57% da população do município, e em 2005, recebeu o equivalente a 54,9% de sua população, produto do retorno massivo de famílias, após 3 anos de deslocamento (Conferencia Episcopal & Codhes, 2006, p. 43).

O deslocamento gera, também, conseqüências não quantificáveis nos âmbitos pessoal, familiar e comunitário. O deslocamento desintegra comunidades que, ao longo de gerações, têm dividido espaços produtivos, sociais e culturais – comunidades cujo vínculo com a terra significa segurança vital ao prover o sustento familiar e que, ao mesmo tempo, constituem o espaço onde se compartilham, se criam afetos e se dividem as cargas com vizinhos, parentes e amigos. Assim, o conflito e o deslocamento significam a ruptura com o entorno material e social que dá sentido à vida. Os danos são ainda maiores em comunidades tradicionais com especial apego à terra, como indígenas e afro-colombianos, cuja sobrevivência cultural está sendo posta em risco.

⁵⁴ Dados de 2000 e 2004, em Codhes – Conferencia Episcopal –, 2006, pág.40. Dados de 2006, acumulado de população deslocada desde 1995 até outubro de 2006, em <http://www.accionsocial.gov.co/Estadisticas/Publicacion%20Abril%2021%20de%202007.htm>, acesso realizado em 5/07/2007.

⁵⁵ Em meio aos combates entre guerrilheiros das FARC e Paramilitares, 119 pessoas que se refugiavam na igreja de Bojayá foram mortas pela explosão de uma bomba lançada pelos guerrilheiros a fim de atingir os paramilitares que se escudavam nas casas dos moradores.

Desta maneira,

“o deslocamento implica um custo social e cultural porque obriga os membros de uma comunidade a empreenderem rumos distintos de maneira individual e fragmentada (...) destruindo-se não só sistemas de produção agrícola como também de produção social e cultural” (Bello, 2001, p. 13).

Não somente as comunidades são as que se desfazem no processo de deslocamento. Embora a saída geralmente aconteça a fim de preservar a própria vida e a integridade dos parentes mais próximos, muitas famílias também sofrem fragmentações. A perda de membros por assassinato, recrutamento forçado, separação de familiares que decidem ficar na região, filhos que têm que ser deixados com parentes ou amigos em diferentes municípios, são algumas das situações que danificam a família. Uma vez na cidade, as condições são adversas: a procura de emprego de todos os membros da família para garantir a sobrevivência; a existência de padrões de educação e de comportamento diferentes e, às vezes, opostos aos existentes nas sociedades rurais ou nas comunidades tradicionais; assim como a depressão, o medo, a violência intrafamiliar e outras manifestações dos impactos deixados pelas experiências violentas vividas terminam por desestabilizar a estrutura familiar.

Há também efeitos individuais, específicos, diferenciados pela condição de gênero, idade e etnia. Como exemplificado por Bello (2001), as mulheres, convertidas em chefes de família, devem assumir a manutenção e o cuidado dos filhos, o que transtorna radicalmente sua cotidianidade, entre outras razões, porque devem sair de seus lares, se ausentar por muitas horas, e assumir ainda, na volta, as tarefas do lar. As transformações na vida da mulher implicam mudanças nos filhos e filhas entre 8 e 14 anos (porque devem realizar as tarefas domésticas) e nos adolescentes (que devem se voltar a procurar emprego para contribuir nos rendimentos familiares). Os homens encontram dificuldades para adaptar seus saberes e habilidades ao mercado produtivo urbano; muitos deles vêm frustrado seu papel de provedores da família e, ao permanecerem em casa, alguns desempenham tarefas “próprias das mulheres”, o que lhes resulta altamente insatisfatório.

Em síntese,

“o deslocamento significa a ruptura de todas as redes nas quais as famílias se tem conformado e mantido; a destruição dos projetos individuais, familiares e sociais e, em consequência, um atentado à integridade física e emocional dos afetados” (Bello, 2001, p.32).

2.4.5. A política de atendimento à população internamente deslocada.

Apoderando-nos das palavras de Fernando Medellín (2003), nem sempre a sociedade tem visto a migração forçada como um problema; ao contrário, para algumas pessoas, primeiro aparece o conceito e depois surgem os fatos objetivos.

Embora os fatos históricos apresentados aqui contradigam esta posição – demasiadamente simplista – sobre o fenômeno, não é menos certo que a preocupação pelos efeitos dos conflitos sobre a população civil seja recente, se comparada com a longa história de guerra e desterro vivida na Colômbia.

Assim, no caso colombiano, o deslocamento de pessoas como consequência do conflito começa a ser preocupação do Estado colombiano por volta de 1995. Neste ano, se formula o *Programa nacional de atención a la población desplazada*, estabelecido mediante o documento nº. 2804, do *Consejo de Política Económica y Social – Conpes* – que procurava articular diferentes serviços dirigidos à população deslocada.

Dois anos depois, com a lei 387, de 1997, passa-se a contar com um marco normativo que outorga responsabilidades ao conjunto das instituições do Estado frente a este fenômeno. No âmbito da estrutura institucional, a lei cria o *Sistema Nacional de Atención a Población Desplazada – Snaipd* –, constituído pelas instituições públicas, privadas e comunitárias, que realizam planos, projetos ou ações específicas dirigida a prestar um atendimento integral à população deslocada (capítulo 1, art.5, lei 387, de 1997). A *Consejería Presidencial para la Acción Social y la Cooperación Internacional* – antigamente *Red de Solidaridad Social* – opera como entidade coordenadora do Snaipd.

A lei ratifica o *Consejo Nacional de Población desplazada*⁵⁶, criado no Conpes 2804, para ser o gestor da política e, adicionalmente, cria os *Comités departamentales, municipales y distritales de atención a población desplazada* como entes descentralizados cujo objetivo é oferecer apoio ao Snaipd e operacionalizar a política nos territórios.

⁵⁶ Segundo a lei, estaria constituído por: um delegado do Presidente da República, os Ministros de Interior, da Fazenda, de Defesa, de Saúde (atual Ministério da Proteção Social), de Agricultura e de Desenvolvimento Económico, além do *Defensor del Pueblo*, o diretor do *Departamento de Planeación Nacional – DNP* –, O Conselheiro presidencial para os Direitos Humanos e o Conselheiro para a Política Social, o Gerente da *Red de Solidaridad Social* e o *Alto comisionado para la paz*.

A lei também estabelece ações para quatro etapas (ou momentos) dentro do processo de atendimento: prevenção do deslocamento; atenção humanitária de emergência no momento da chegada dos deslocados aos locais receptores; retorno nos casos em que a população decide voltar e as condições de ordem pública o permitem; e consolidação e estabilização socioeconômica para a população que decide se estabelecer nos locais de chegada ou procurar um local para morar, diferente do lugar do qual foi expulso.

No mesmo ano de promulgação da lei, o governo colombiano solicita ajuda do Acnur para prover assessoria às instituições nacionais encarregadas do atendimento à população internamente deslocada. Com este propósito, em junho de 1998, se abriu o primeiro escritório em Bogotá.

Com o Acnur, chegaram, massivamente, diversos organismos de cooperação internacional, como o Escritório para Assuntos Humanitários – OCHA –, a Organização Internacional para as Migrações – OIM –, o Programa Mundial de Alimentos – PMA –, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICR –, e outros organismos da cooperação bilateral, como CHF Internacional (USA), Oxfam (GB), Fupad (USA), entre outros, que desenvolvem programas de assistência direta à população ou em parceria com ONGs e entidades dos governos nacional e local.

Entre 1998 e 2002, existem múltiplos desenvolvimentos da lei, relacionados com os diferentes componentes setoriais da política, especialmente com temas como saúde, educação, moradia e proteção das terras abandonadas.

A distância entre os objetivos da política e sua operacionalização foi objeto de múltiplas demandas e recursos jurídicos por parte de famílias e organizações de deslocados. Como consequência, a Súmula T-025, de 2005, da Corte Constitucional, considera de maior importância e transcendência a questão de clarificar a responsabilidade do Estado frente à crise humanitária do deslocamento. A Súmula identifica diversas situações anômalas quanto aos procedimentos estabelecidos pelo Estado para garantir, proteger e restaurar os direitos das vítimas do deslocamento forçado, estabelecendo ações de cumprimento obrigatório para modificar estas situações.

Em resposta à Súmula, tem existido uma mobilização importante de instituições nacionais, departamentais e locais, além de organizações da população deslocada. Entre as mudanças conquistadas, se destaca o incremento nas verbas orientadas a programas e serviços de atendimento, a elaboração e aprovação, por decreto, do Plano nacional de atendimento à população deslocada, de 2005, e a maior participação das organizações da população deslocada nas decisões do *Consejo Nacional*.

Nos três relatórios de avaliação da política elaborados pelo Acnur⁵⁷, se reconhecem os avanços em matéria de formulação de normas, desenvolvimento de programas e destinação de verbas dirigidas a prestar atendimento à população em situação de deslocamento. Igualmente, se destaca o programa de assistência humanitária, embora em 2003 tenha-se diminuído o pacote de ajudas⁵⁸; a criação das Unidades de Atención y Orientación – UAO –; o maior compromisso de instâncias do governo nacional, em especial, o Ministerio de Hacienda e o Departamento Nacional de Planeación – DNP –, a respeito das ações derivadas da Súmula T-025 e o prosseguimento que o Congresso Nacional e a Procuradoria Geral estão fazendo para garantir seu cumprimento; o maior compromisso dos níveis locais na formulação e execução de programas de atendimento, como é o caso dos departamentos de Antioquia, Nariño, Santander, dos municípios do departamento de Putumayo e das cidades de Cartagena e Bogotá. Existem também exemplos setoriais, como as secretarias de educação do departamento de Atlántico e do município de Sincelejo – Sucre.

Antes de nos referimos às dificuldades encontradas na aplicação da política, é importante salientar que nenhum país do mundo – em que se apresenta o fenômeno de deslocamento interno – possui um marco normativo, institucional e programático para o atendimento igual ao construído na Colômbia. Esta questão tem emergido tanto por ACNUR quanto por outros organismos de Ajuda Humanitária e Cooperação Internacional com conhecimento sobre o assunto.

No entanto, os principais vazios da política estão: na enorme distância que existe entre a assistência humanitária e os processos de estabilização socioeconômica, sendo

⁵⁷ Com o título *Balance de la Política de Atención a Población Desplazada* foram elaborados relatórios para os períodos de 1999-2002; 2002-2004 e 2004-2006.

⁵⁸ Suprimiu-se a orientação psico-social e os auxílios para transporte, gastos funerários, e carteira de identidade.

que ainda não existem soluções duradouras e oportunas que permitam às famílias se auto-sustentarem e sair das condições de miséria em que a maioria delas se encontra; na pouca efetividade dos sistemas de prevenção do deslocamento, apesar dos recentes avanços da *Defensoria del Pueblo* em matéria de relatórios de risco para, aproximadamente, 75% dos municípios com maiores índices de deslocamento; nas dificuldades para incorporar ações diferenciais de acordo com etnia, idade, gênero e orientação sexual das pessoas em situação de deslocamento; nos problemas e demoras no sistema de registro do SUR, sem o qual as pessoas não podem receber a ajuda oferecida pelo Estado; e, por último, e que reúne as principais objeções da *Corte Constitucional*, na dificuldade de passar de um enfoque assistencialista a um enfoque de direitos que procure *verdade* – esclarecimento dos fatos que derivaram em deslocamento –, *justiça*⁵⁹ – investigação e sanção dos responsáveis – e *reparação* –ressarcimento dos danos materiais e morais causados pelo deslocamento, além da restituição dos direitos econômicos, sociais, políticos e culturais a que têm direito, como cidadãs, as pessoas deslocadas.

2.4.5.1. O processo de atendimento.

Os passos que um indivíduo tem que seguir, para conseguir o atendimento, ilustram melhor as limitações identificadas nas avaliações do Acnur e naquelas que foram matéria do pronunciamento da *Corte Constitucional* na Súmula T-025. O processo padrão para áreas urbanas, em casos de deslocamento individual, é delineado a seguir.

Para ingressar ao SUR – porta de entrada ao atendimento humanitário e aos programas de estabilização socioeconômica – o chefe de família deve declarar, diante de um funcionário do Ministério Público, as razões pelas quais saiu do seu lugar de origem. A maioria das famílias não declara assim que chega à cidade – somente depois de alguns meses, e graças à informação de familiares, amigos ou de outros deslocados, se aproxima para fazer a declaração e solicitar a inscrição no SUR. Há um grande contingente que prefere guardar o anonimato ou, simplesmente, não são informados sobre os procedimentos para o registro e sobre os direitos que têm como vítimas da violência.

⁵⁹ Segundo o *Consejo Superior de la Judicatura*, enquanto, no país, se deslocaram 619 mil pessoas entre 2004 e 2006, apenas 37 investigações se iniciaram e 15 pessoas foram condenadas (Balance de la Política de atención a Población Desplazada, 2004-2006, Acnur, p.319).

Uma vez feita a declaração, esta é enviada à *Acción Social* para análise – baseada na lei 387, de 1997. Caso a resposta seja negativa⁶⁰, o postulante tem o direito de ampliar a declaração e pedir uma nova avaliação.

Oficialmente, o processo de análise deve demorar 15 dias úteis; no entanto, o acúmulo de declarações faz com que demore, em média, 2 meses. Em situações de extrema vulnerabilidade das famílias (sem lugar para morar, alto número de crianças e idosos, mulheres responsáveis pela família, pessoas com deficiências físicas ou doentes), se oferece ajuda humanitária de emergência até a obtenção da resposta sobre a inclusão no SUR, que consiste em dinheiro para aluguel – ou encaminhamento para um albergue – e uma cesta básica.

Assim que a declaração é aceita, o chefe de família recebe uma carta com a lista dos direitos que a lei outorga em matéria de saúde, educação, assistência psicológica e apoio para estabilização socioeconômica – caso pense em retornar ou se reassentar na cidade de chegada, ou em uma área rural diferente do local de origem. Adicionalmente, recebe uma carta de encaminhamento para a secretaria de educação, a fim de obter vagas na rede de ensino público, e uma carta para receber atendimento no sistema de saúde.

Também é encaminhado para uma ONG dentre as que são conveniadas para oferecer ajuda humanitária. Esta ajuda inclui cesta básica e dinheiro para aluguel por três meses, um kit de cozinha (panelas, pratos e talheres) e um kit de moradia (cobertores e colchonetes), além de assistência psicológica para os membros da família. De maneira geral, o recebimento de cestas básicas e aluguel é imprevisível; portanto, as famílias devem procurar rapidamente outras alternativas para cobrir suas necessidades de alimento e moradia.

A qualidade no atendimento recebido pelas ONGs varia de acordo com fatores como o enfoque de trabalho da equipe, o conhecimento dos profissionais sobre o fenômeno do deslocamento e a infra-estrutura disposta para o atendimento. Uma das questões que mais

⁶⁰ Uma declaração pode ser rejeitada se os fatos que ocasionaram o deslocamento não se relacionam com o conflito armado interno ou as ações contra o DIH por parte dos atores armados. Exemplo comum são os deslocamentos pelo programa governamental de fumigação em áreas de erradicação de coca, por não considerarse uma ação diretamente relacionada com o conflito, e, sim, com a política antinarcoóticos; ou quando se argumentam situações de tipo econômico, embora muitas vezes o conflito termine por afetar os mercados locais e os sistemas de produção das comunidades rurais.

chama a atenção é o fato de que, no processo de terceirização do atendimento, as ajudas não são percebidas pelas pessoas como vindas do governo, o que acentua ainda mais a distância entre população e Estado.

Após as três ajudas, as famílias podem fazer solicitação para a ampliação do auxílio por mais três meses. Os funcionários de *Acción Social* realizam uma visita à família para avaliar a situação. Atualmente, se concede ampliação do subsídio nos casos de doença terminal do chefe de família, idosos como chefe de família ou famílias com pessoas deficientes dentre seus membros.

A maioria das pessoas se dirige à UAO da cidade de recepção para receber informação e solicitar ajuda. Nas cidades em que esse órgão não existe, se dirigem ao escritório de *Acción Social* ou à prefeitura.

Nas UAO, ademais dos profissionais de *Acción Social*, se encontram, recebendo declarações, funcionários do Ministério Público; pessoal dos serviços de saúde realizando programas de prevenção ou resolvendo as dificuldades encontradas no atendimento hospitalar; promotores sociais das prefeituras encaminham para diferentes serviços e programas sociais, entre outros. As UAO distribuem também informação e, em determinadas ocasiões, fazem inscrição em programas de subsídio para moradia, capacitação para o trabalho, emprego temporário, bolsa-família e bolsa-escola, suplemento alimentício para mães gestantes e lactantes, acompanhamento psico-social, entre outros.

Como analisado nas avaliações sobre a política, a oferta de programas para estabilização socioeconômica é reduzida. Dirigida à população deslocada que mora em áreas urbanas, se desenvolve, atualmente, o *Programa de Apoyo Económico – PAE* –, em parceria com CHF-Internacional (Cooperação dos Estados Unidos) e *Acción Social*. O PAE é executado por ONGs que prestam assessoria e entregam subsídios para o desenvolvimento de pequenos negócios (mercearias, açougues, varejão, vendas ambulantes, etc.). Alguns destes negócios entram, depois, em programas de micro-créditos, com taxas de juros especiais.

Na área de trabalho, através de parcerias com empresas e indústrias, se oferecem vagas para empregos temporários e permanentes logo após um processo de qualificação e treinamento na área requerida pela empresa. O processo de qualificação é

responsabilidade do *Servicio Nacional de Aprendizaje – SENA* – em parceria com ONGs que oferecem formação técnica.

Entre as famílias, o tempo transcorrido entre cada parte do processo causa inconformidade: a declaração, a inclusão no SUR, a ajuda humanitária, os subsídios para negócio, etc. e o fato de que os programas resolvem situações pontuais e não dão uma resposta integral, diferenciada e oportuna às necessidades e expectativas de indivíduos e famílias. Assim, além de vulnerados em sua integridade moral e física pelos atores que os expulsaram de seus locais de origem, os deslocados são, também, vulnerados como cidadãos quando o Estado não resolve pronta e eficazmente sua situação nos locais de chegada.

2.5. À guisa de conclusão.

Neste capítulo, procuramos caracterizar o conflito armado interno em seu caráter prolongado, degradado e expansivo.

Prolongado pelo tempo em que tem-se desenvolvido (já ultrapassam 40 anos sem que nenhum dos blocos em confronto tenha dado amostras de conseguir a vitória tanto no aspecto militar quanto no político) o conflito se configura – de acordo com as palavras de Eduardo Pizarro (2003) – em “uma guerra de perdedores”, em que cada grupo e a sociedade, em seu conjunto, contabilizam mais prejuízos do que ganhos.

A degradação do conflito se deve à existência de grandes exércitos e aos métodos utilizados por cada um, orientados a gerar terror. Assim, de um lado, os massacres, as desapareições, as torturas, os deslocamentos e, de outro, o seqüestro, a produção e comercialização de drogas ilícitas e a extorsão, apagam o interesse social e político que inicialmente deu sentido à saída armada – especialmente no caso dos grupos de esquerda – como forma de encaminhar as demandas sociais de amplos setores da população, e assimilam os métodos de guerra a atos de delinquência comum. Adicionalmente, a privatização dos exércitos e as múltiplas inércias vindas desde as economias ilegais contribuem àquilo que muitos autores chamam de “perda de norte” da guerra.

Por último, o caráter expansivo significa que, apesar de, inicialmente, se desenvolverem nos territórios afastados, de colonização e de economias extrativistas, as ações bélicas dos grupos armados, desde a década de 90, demonstram que o conflito perpassa longitudinalmente o território nacional e todos os setores e classes da sociedade colombiana. Assim, de um lado, o conflito atinge áreas integradas social, política e economicamente, como as de cafeicultura e, inclusive, grandes centros urbanos – como Bogotá, Cali e Medellín. De outro, camponeses, empresários, políticos, ativistas de ONGs, estudantes, trabalhadores, todos, hoje em dia, são –*somos*– vítimas potenciais do conflito, seja por efeito de uma bomba, um seqüestro, uma incursão armada, uma ameaça, ou um deslocamento forçado.

Vimos também que o deslocamento interno de população durante o século XX contabiliza duas ondas: a primeira, na década de 1950 e a segunda, a partir da década de 1990 até 2000. Esta última onda tem sido considerada parte de uma estratégia utilizada por diferentes atores – armados ou não – que respondem a intencionalidades políticas, militares e, especialmente, econômicas.

Além das conseqüências derivadas das mudanças demográficas que a saída massiva de quase 4 milhões de pessoas gera sobre os municípios *expulsores* e sobre aqueles receptores, o deslocamento provoca rupturas em sistemas produtivos, sociais e culturais que, dificilmente, poderão ser recuperados. Este panorama pareceria não ter fim, se consideramos a ausência de perspectivas frente a uma terminação negociada do conflito e à existência de uma política de Estado de caráter assistencial, que parece estar longe de ser uma política de proteção à população, prevenção do deslocamento, reparação dos danos materiais e morais, e restauração dos direitos vulnerados das pessoas, famílias e comunidades afetadas.

3. AS TRAJETÓRIAS DO DESLOCAMENTO INTERNO.

Como primeira parte da análise, este capítulo tratará da trajetória da migração das pessoas que fizeram parte de nosso estudo, especialmente, dos condicionamentos da saída e do percurso até chegar a Bogotá. A primeira parte resume o conjunto de situações que ocasionaram a migração e que se relacionam com as situações próprias do conflito – algumas delas tratadas no capítulo precedente. A segunda relata o itinerário das famílias até o momento em que decidem Bogotá como destino final.

Os dados qualitativos da pesquisa são apresentados em forma de pequenos relatos – consignados em um caderno de campo preenchido todos os dias, depois das cansativas jornadas de trabalho nos bairros de *Ciudad Bolívar* – que sintetizam as vivências narradas pelos entrevistados. No caderno, cada história foi identificada com o nome da pessoa e a data do nosso encontro.

Além deste diário de campo, realizaram-se entrevistas em profundidade com 5 pessoas do grupo de 63 que responderam o *survey*.

O roteiro da entrevista foi estruturado em duas partes. A primeira tratava sobre a trajetória da migração, tentando reconstruir o caminho percorrido pelos migrantes e suas famílias até chegarem a Bogotá. A segunda tratou da rede de apoio das famílias, o que exigiu a retomada das respostas do *survey*, e o aprofundamento em assuntos como a origem dos relacionamentos; a forma como estes se expressavam antes do deslocamento; as características do apoio oferecido, assim como os conflitos e tensões. Em todas as entrevistas foi solicitada a permissão para gravação, clarificando o uso que se daria aos dados e o anonimato sobre a identidade do entrevistado e/ou as referências a lugares e pessoas citados durante a narração (apêndice C).

Ao utilizar cada história ao longo da análise, buscamos fazer de nossa principal fonte, um instrumento que fosse o mais transparente possível. No entanto, para garantir a segurança e anonimato dos nossos informantes, optamos por trocar os nomes e ocultar o município de origem, deixando só a referência ao departamento. Desta maneira, com a data

em que foi consignado o relato ou o depoimento textual, cada narração foi se juntando às outras, dando conteúdo às páginas a seguir.

3. 1. Os condicionamentos da saída.

Em seu estudo, Moore e Shellman (2004) recolhem dados para o período de 1952 a 1995, sobre refúgio e deslocamento interno no mundo, comparando estatisticamente as motivações para a saída. Os autores partem de duas premissas: a primeira, ponto de partida geral na literatura sobre o tema, é a de que as pessoas deixam suas casas quando sua liberdade, sua integridade física ou sua vida são ameaçadas. A segunda toma como base o trabalho de Davenport, Moore e Poe (2003), que propõe que os países e cidades de origem destas duas categorias de migrantes forçados têm grupos que lutam pelo poder político, e o comportamento destes grupos é a principal fonte de medo e a justificativa fundamental para a saída de população de seus locais de origem.

Para os autores, em todos os países existe um conjunto de informações que são avaliadas por todos os seus habitantes sobre o comportamento dos atores em confronto. As pessoas fazem uso dessa informação e lhe dão um peso na hora de decidir entre sair ou ficar. Assim, “alguém deixará sua casa quando a probabilidade de se tornar vítima de perseguição se faz suficientemente alta (...)” (Moore & Shellman, 2004, p.726-727).

Nos resultados encontrados, a violência da interação entre Estado e dissidência e a ameaça percebida pelas pessoas influenciou para que, entre 1980 e 1990, milhões de pessoas saíssem como refugiados ou deslocados internos em países como Afeganistão, Sri Lanka e Colômbia (Moore & Shellman, 2004).

Nosso estudo confirma as razões encontradas pelos autores, avançando ainda na descrição dos fatos pontuais que geraram deslocamento. Assim, aparecem questões como o não cumprimento das normas impostas pelos atores armados quando exercem domínio sobre uma determinada região; atos atrozos como assassinatos ou massacres; os confrontos entre grupos armados; e o recrutamento forçado de combatentes entre as crianças e os jovens das comunidades.

As faltas às normas que um determinado ator armado impõe – como restrições para sair do município, horários para fechar o comércio, roupas permitidas ou não para se vestir, proibição para estabelecer relacionamentos, pagamento de taxas – foram as causas mais sublinhadas pelos nossos entrevistados.

No sul do departamento de Cauca⁶¹, fica o município onde o Tadeu foi despejado. Com sua esposa e seus dois filhos chega a Bogotá deixando a irmã, os pais e uma vida de trabalho e de lembranças. Um bloco paramilitar chega à região depois de expulsar o frente⁶² da guerrilha que tinha dominado por anos, impõe novas regras e começa a perseguir os povoadores procurando expulsar os guerrilheiros “que ainda ficaram”. Ele trabalhava como comerciante e foram suas constantes viagens para municípios vizinhos o que fizeram dele um “suspeito de levar informação para a guerrilha”. O boato de que o estavam procurando foi o sinal para sair na hora (Caderno de campo, 11 de agosto 2006).

O Senhor Airton é um homem de 54 anos de idade, forte e inexpressivo, daqueles que só falam “o necessário”. Aceitou nossa visita depois de ir à UAO bem cedo – aquela manhã tinha desistido de sair trabalhar por causa dos trâmites na Unidade e da nossa visita. Nosso encontro durou perto de uma hora. Falamos do negócio – mercearia – dos novos produtos que ele queria vender, das características dos fregueses, das outras atividades que ele e a esposa desenvolviam para sobreviver na cidade e, é claro, das filhas. Quando chegamos ao assunto da família, ele ficou abalado: o motivo do deslocamento foi proteger suas outras filhas depois do assassinato da filha mais velha por namorar “o rapaz errado”, um moço que estava no serviço militar numa região em que a guerrilha proibia esse tipo de relacionamentos (Caderno de campo, 4 de outubro de 2006).

Sandra e seu marido tinham um negócio de aluguel de lavadoras em domicílio na capital de um dos departamentos mais afastados do país, mas também um dos mais ricos por causa das explorações de petróleo, Arauca. Nos últimos 4 anos, naquela cidade, dia e noite apareciam pessoas mortas na metade da rua (...). O negócio foi crescendo e a guerrilha se aproximou deles para pedir “vacina” {*taxa mensal ou semanal que toda pessoa deve pagar segundo sua atividade*}. Eles se negaram e em retaliação a guerrilha matou o cunhado dela. No dia do funeral os guerrilheiros voltaram a ameaçá-los. Ela e os dois filhos saíram para Bogotá; o esposo ficou uma semana para fechar tudo – casa e negócio – e tentar vender o que puder, depois ele saiu para se encontrar com a família na capital do país (Caderno de campo, 7 de setembro de 2006).

Como no caso de Airton, Tadeu e Sandra, os fatos violentos recaem diretamente sobre eles e os familiares próximos. Isto faz com que as pessoas decidam se mover em proteção da própria vida e a dos restantes membros da família.

Em outros casos, observamos que, embora as ameaças não se dirigissem às pessoas que hoje estão deslocadas, fatos violentos ocorridos com vizinhos, amigos, líderes ou

⁶¹ Para localizar os departamentos sublinhados neste capítulo, ver mapa figura 1, p.34.

⁶² Forma típica em que se organizam os combatentes dentro da estrutura guerrilheira.

dirigentes da região têm a capacidade de enviar uma mensagem do que pode acontecer quando “se fura uma norma”. Debilitar estruturas organizativas ou de vizinhança, dividir comunidades, acabar com redes sociais, fragilizar os grupos sociais reduzindo sua capacidade de agir são parte dos objetivos que se atinge através da violência.

“A Fernanda, uma conhecida minha de XXXX-Tolima que está aqui em Bogotá há dois anos, trabalhava numa chácara. Despejaram-nos porque o patrão não quis pagar a “taxa” e, de um momento para o outro, mataram-no e disseram para os empregados: ‘Se alguém perguntar o que aconteceu aqui, vocês dizem que não viram nada. Se vocês querem, podem ir; mas se quiserem ficar, esperem para ver o que vem’. Então, o que a gente fica esperando? Eles saíram deixando tudo” (Entrevista concedida por Nilsa em 04 de dezembro de 2006).

Em sua maioria, a causa da migração faz referência ao esforço por evitar o recrutamento forçado dos filhos⁶³. Assim, decide-se mandá-los para a cidade enquanto os pais tentam continuar a morar na região. Os filhos têm boas chances de conseguir emprego na cidade, além de serem recebidos provisoriamente, sem problema, por um familiar ou amigo. No entanto, pouco tempo depois, com o incremento da violência ou a perseguição dos atores do conflito, pais e filhos devem se juntar na cidade. A história de João e dona Nilsa são exemplos do que poderíamos chamar de deslocamento forçado fracionado.

Conheci o João o primeiro dia de voluntariado em JBO. No instante, percebi que ele era indígena. Ele me confirmou que era um Siriano do Vaupés – divisa com Brasil. Contou também que tinha chegado à cidade o ano retrasado junto com seu irmão mais velho. Eles saíram do seu resguardo porque a guerrilha queria-os recrutar. Os guerrilheiros passavam por cada resguardo, família por família, levando menino ou menina que “pudesse manipular uma arma”. Muitos não tiveram chance, eles dois saíram sem pensar. Faz um mês chegaram seus pais porque a situação de violência e as dificuldades para se abastecer de comida no resguardo, chegaram a ser insustentáveis (Caderno de campo, 21 de agosto de 2006).

A dona Nilsa vem do Tolima. Conta como as pessoas têm tido que sair até deixar vilas e distritos inteiros desocupados. Ela chega a Bogotá porque dois de seus filhos mais velhos já tinham vindo por causa da violência. A guerrilha das FARC passa recolhendo meninos ou meninas desde os 12 anos para vinculá-los ao seu grupo ou aos cultivos de papoula e, por isso, ela preferiu mandá-los para Bogotá antes de serem pegos. A filha mais velha saiu primeiro. Anos depois ela recebe o irmão e consegue um emprego para ele como jardineiro na creche onde trabalhava. Quando os guerrilheiros não viram mais os dois filhos da dona Nilsa, começaram as suspeitas. A situação que lhes faz tomar a decisão de sair acontece no dia em que dona Nilsa se negou a pagar a “taxa” pela venda de umas vacas. Os guerrilheiros falaram que se ela

⁶³ O recrutamento de jovens acontece de maneira forçada ou como produto de estratégias de persuasão. Alguns deles, hoje desmobilizados, narram os enganos com que são levados a se unir: primeiro ganham sua confiança, dão-lhes dinheiro ou outros presentes, garantem um salário mensal acima do pago na lavoura, fazem-lhes favores ou usam moças bonitas para atrair aos rapazes (*Ex-guerrillero, ex-paramilitar y desplazada se unen en una obra de teatro en Bogotá*, em http://www.eltiempo.com/bogota/2007-06-30/ARTICULO-WEB-NOTA_INTERIOR-3617523.html, acesso realizado em 30/06/2007)

não pagasse o imposto não poderia vender nada e, neste caso, era melhor sair da região, mas sem levar seus pertences. Imediatamente, ela viaja para a casa da filha, em Bogotá. O esposo fica na região com as duas filhas mais novas. Seis meses depois, ela pede para que ele venha a Bogotá. Ele vai com as duas filhas, mas volta para Tolima para trabalhar como mordomo em uma fazenda, sentindo que ia ser mais difícil adaptar-se na cidade. Ele permanece na região por mais um ano até a guerrilha chegar à fazenda onde se empregou e despejar todos: donos e empregados. No momento de nossa visita ele tinha chegado definitivamente para se juntar aos filhos e à esposa (Caderno de campo, 26 de julho de 2006 e entrevista concedida por Nilsa em 04 de dezembro de 2006).

A necessidade de “mão-de-obra” para as diferentes fases do negócio do narcotráfico – cultivo, processamento, transporte, segurança – faz do recrutamento forçado uma estratégia comumente utilizada pela guerrilha, no Departamento de Tolima. Segundo o *Observatorio del Programa de Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitario* (2002), o narcotráfico aparece na região sul do Departamento na década de 90, mediante o estabelecimento de cultivos ilícitos – especialmente o de papoula. Esta região se caracteriza por ser berço das autodefesas que deram origem às Farc na década de 1960 e pelos profundos conflitos agrários – dos quais a população indígena tem sido historicamente a protagonista –; situação que se agrava devido a que esta zona torna-se alvo de compra e apropriação de terras por parte dos narcotraficantes, na década de 1980, que agem com anuência dos grupos armados ilegais, especialmente as AUCs. Rapidamente, os cultivos ilícitos se estenderam pela cordilheira central e atravessaram todo o departamento – disputados também pela guerrilha das FARC – o que faz do narcotráfico um dos principais núcleos de conflito do departamento.

Regressando aos testemunhos de nossos depoentes, embora não tivesse o objetivo de proteger seus filhos do recrutamento, Célia também teve que fazer seu deslocamento por etapas. Ela e seu marido conseguem – como só uma minoria dos migrantes forçados – planejar a forma como migrarão, com a chance de algum dos cônjuges chegar à cidade, avaliar as possibilidades de morar, encontrar um emprego e transmitir essa informação para os outros membros da família, que conseguem se encontrar depois.

“Cheguei à casa de uma irmã do Jorge, meu esposo. Eu estive sozinha por um mês procurando emprego e um lugar para morar. Jorge tinha trabalhado 14 anos na prefeitura de XXXX-Huila e, embora quisesse manter o emprego, teve que se demitir porque continuaram os problemas. Então, ele viajou com as crianças que tinham ficado lá com ele para terminar o ano escolar. A mudança, foi um irmão meu que mandou, uma semana depois, em um caminhão dos que chegam a *Corabastos*” [*Ponto onde se comercializam os alimentos que logo são distribuídos na cidade*] (Entrevista concedida por Célia em 05 de dezembro de 2006).

A situação de ameaça vivenciada pelo esposo de dona Célia, como funcionário da prefeitura de seu município, segundo o *Observatorio del Programa de Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitario* (2003), é reflexo da estratégia de controle do Departamento de Huila, planejada e executada pelas FARC. Tal estratégia se expressa através de: ataques armados a pequenos municípios; destruição de postos da polícia e assassinato de policiais no denominado “*Plan pistola*”; e pressão sobre as administrações municipais – orientando investimentos e políticas regionais e, de maneira violenta, ameaçando e obrigando a demissão de vereadores, prefeitos e funcionários públicos, a ponto de assassiná-los quando se recusam a seguir suas ordens.

Voltando ao deslocamento como forma de evitar o recrutamento, encontramos histórias como a da Sara, que preferiu sair com todos os seus filhos quando os paramilitares tentaram recrutar o mais velho deles. A migração, feita de uma só vez, foi relatada em maior proporção quando comparada com os casos em que a família sai fracionadamente.

Sara é uma mulher jovem (40 anos), bem arrumada e de um bom nível educacional. Ela trabalhou na capital de um dos departamentos da região leste do país, em várias entidades municipais e na Governação. Há um ano, um dos chefes paramilitares da região aproximou-se do filho mais velho dela (20 anos), que trabalhava como instrutor em uma academia da cidade, “convidando-lhe” para “treinar os homens de seu bloco”. Repetidas vezes, aquele homem foi falar da mesma coisa, até que um dia a fala se tornou ameaça e, em uma situação que a mesma Sonia preferiu não detalhar, ele cortou a orelha direita do rapaz. Sem pensar mais, ela pegou seus três filhos e veio morar em Bogotá (Caderno de campo, 12 de outubro de 2006).

Quem volta do exército é também procurado pelos grupos armados para ser ingressado como combatente. O fato de estarem “treinados” e de terem informação sobre as táticas do “inimigo”, os faz muito procurados pelos blocos em confronto. O Jonas encontrou tantas dificuldades para se livrar da perseguição dos paramilitares, inclusive em cidades de outros departamentos perto do seu, que optou por vir a Bogotá como última possibilidade para recomeçar a vida no anonimato.

Tendo cumprido com o serviço militar e voltado para seu município de origem, Jonas recebe uma oferta para entrar no bloco paramilitar da região. Suas negativas se transformam na confirmação para os paramilitares de que ele estava “em sua contra” e por isso, agora era seu inimigo. Dois homens chegam um dia a sua casa, lhe disparam 7 vezes e, achando que está morto, vão embora. Ele se arrasta pelo mato. É socorrido por um camponês e assim que pode, sai para XXXX – capital de um dos departamentos do sul do país, para a casa de um irmão. Permanece lá alguns meses até se recuperar. Passou por várias cirurgias para tirar as balas do corpo e recobrar a mobilidade da mão direita. Ainda com a ameaça sobre sua vida volta para a capital de seu departamento e contata o comandante do exército que o

conhece do tempo em que esteve no serviço militar. Ele lhe sugere sair do departamento, pois, segundo informações, “os paras” já sabem que ele está vivo. Depois de quase um ano de acontecido o atentado e sem possibilidades sequer de ficar, decide ir para Bogotá, acompanhado de seus filhos e sua nova companheira (...). Quase dois meses depois daquele primeiro encontro, fui visitar o Jonas para marcar uma segunda entrevista em profundidade. Ele e sua família não moravam mais ali. Ninguém sabia onde ele estava, nem telefones, nem endereços. O caso dele e de algumas outras pessoas beneficiárias do programa JBO que se mudaram sem deixar rastro pareciam nos indicar que, tristemente, o deslocamento nem sempre termina com a chegada a Bogotá (Caderno de campo, 26 de setembro de 2006).

O conflito no Departamento de Putumayo – onde acontece a história de Jonas – é bastante complexo por sua localização na divisa com Equador e Peru – estratégica para qualquer um dos grupos armados porque facilita o tráfico de armas, munições e explosivos –; pelos cultivos de coca – que, em 2000, representaram 40% do total nacional –; e pela ênfase da política nacional de fumigação e substituição de cultivos, através do *Plan Colombia*⁶⁴. A presença de todos os atores armados – Exército, Farc e AUC – em busca do controle sobre o território e seus moradores, somado à massa de camponeses, indígenas e colonos com uma história antiga de colonização e conflitos sobre a terra fazem do Putumayo um departamento altamente convulsionado, caracterizado por índices elevados de violência, violação dos Direitos Humanos e deslocamentos forçados (*Observatorio del Programa de Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitario*, 2000)

A iminência da ameaça faz com que o deslocamento seja silencioso e apressado. Muitas vezes, não é possível contar para amigos, vizinhos ou familiares que moram no mesmo município. Poucos conseguem levar seus pertences, só algumas roupas e um pouco de dinheiro. Inclusive documentos, como certidão de nascimento ou carteira de identidade, são esquecidos. Em geral, ficam somente os mais velhos, por se recusarem a sair do lugar onde trabalharam e moraram a vida toda. Aos poucos, vão se desocupando povoados inteiros e os que outrora eram vizinhos, afilhados, compadres, conterrâneos e amigos se dispersam por diferentes pontos do país. Neste sentido, a Tahís nos contou sua experiência.

⁶⁴ O êxito da estratégia do *Plan Colombia* no departamento se traduz na diminuição das áreas plantadas, que passaram de 66 mil hectares, em 2000, a 4.386 em 2004 (5% do total nacional). No entanto, os cultivadores trasladam os cultivos para o departamento vizinho de Nariño, fazendo com que as fumigações passem a se focalizar neste e diminuam em Putumayo. Por volta de 2005, as plantações se duplicam com relação ao ano anterior, passando a 8.963 hectares e se localizando nas áreas montanhosas do departamento, aquelas de mais difícil acesso para realizar as fumigações (Revista semana, reportagem especial “*La guerra perdida contra la droga*”, do site http://www.semana.com/wf_InfoSeccion.aspx?IdSec=25, acesso realizado em 19/12/2007).

Tahís, seu marido e seus dois filhos saem junto com outras 10 famílias da vila no mesmo dia que a guerrilha entrou na vila, com os nomes de alguns dos moradores em uma lista, e matou 5 camponeses. Ela diz que todos se dispersaram: uns saíram para XXXX, outros para Neiva (capital de Huila) e outros mais para Bogotá. Eles decidiram vir a Bogotá, porque ela tinha uma amiga a quem contatou e que os acolheu por alguns dias, enquanto conseguiram uma moradia. Ela receia que nunca mais volte a encontrar antigos vizinhos e amigos (Caderno de campo, 07 de outubro de 2006).

Para concluir, não existe um padrão que defina o momento e o tipo de saída das pessoas. Isto depende da análise que eles façam da iminência da ameaça e da avaliação de sua capacidade para sobrelevar as pressões e se manter na região; ou pelo contrario, das chances que tenham para sair e se proteger. No final, se deslocar fracionadamente – mandando primeiro alguns membros da família, seja para sua proteção ou para analisar a viabilidade do lugar escolhido – depende de tantos fatores quanto as pessoas possam analisar em momentos de alta pressão, quando a própria vida e a de familiares muito próximos está ameaçada.

De outro lado, encontramos que as histórias de ameaça e vivência de violência das pessoas são reflexos pontuais de dinâmicas regionais complexas que entrecruzam processos de apropriação e concentração de terra, inserção de economias ilegais, interesses de diversos setores econômicos e planos estratégicos dos grupos armados a respeito de uma região.

Assim, as relações entre processos estruturais e processos de tomada de decisão individual desdobram-se no prisma do deslocamento interno.

3.2 O percurso rumo a Bogotá.

No *survey* aplicado neste estudo, ao se indagar se as pessoas saíram de seus locais de origem diretamente para Bogotá, 68% responderam afirmativamente, enquanto 32% asseguraram ter passado por outro lugar. Destes últimos, 62% passaram por um lugar, 28% por dois e 10% por mais de três lugares. Para alguns, esse “outro destino” pode ser outra vila ou distrito, a área urbana do município mais próximo, uma cidade menor ou a capital do departamento. A intenção é sempre esperar que as hostilidades por parte dos atores armados

cedam e que, assim, possam recuperar as perdas e voltar a se instalar na aldeia ou distrito de origem.

Em nossa visita à casa da Yadira, ela descreveu o percurso de sua família antes de se instalar em Bogotá.

Faz 6 anos⁶⁵ a família da Yadira (24 anos) teve que sair de XXXX-Tolima. Primos, tios, pais e até os avós, em total 22 pessoas foram ameaçadas pela guerrilha logo que souberam que em um dos golpes dados pelo exército, estava o irmão dela – naquela época no serviço militar – e que a “colaboração oferecida” chegou até a permitir que os helicópteros pousassem na chácara de seus pais. Então, o sobrenome deles começou a aparecer em todas as listas dos comandantes dos frentes das FARC na região. Uma parte da família saiu por uma estrada e outra por uma diferente. Vários dias depois, quando pensavam que tinham se perdido, encontraram-se em Ibagué, capital do departamento de Tolima. Ali, eles permaneceram por um mês esperando as coisas se acalmarem. Algumas das mulheres conseguiram se empregar no serviço doméstico, os homens procuravam como pedreiros, mas as dificuldades para se estabilizar no trabalho os fizeram continuar o percurso até chegar a Bogotá (...) (Caderno de campo, 28 de setembro de 2006).

Outro grupo de pessoas sai de sua região, chega a Bogotá e, não se acomodando nesta cidade, decide procurar outro destino, mas terminam, finalmente, voltando à capital.

Maria do Carmo (35 anos), seu marido (39 anos) e seus filhos (9 e 12 anos) saíram de XXXXX-Antioquia, direto para Bogotá. Ali, uma irmã e a mãe dela lhes ajudaram com moradia, uma cama, um colchão, uns cobertores e comida, cada vez que possível. Tentando melhores chances de emprego e por conselho de um amigo, decidem ir para Cali – terceira maior cidade do país. Ali as dificuldades econômicas e a violência na favela de *Agua Blanca*, lhes fazem pensar em voltar para Bogotá. De novo na capital, eles moram em uma casa da irmã que, embora estivesse em uma área de risco, lhes permite economizar o aluguel e destinar algo de dinheiro para alugar um sobrado na vizinhança para o forno velho e as vitrines de sua padaria (Caderno de campo, 9 outubro de 2006).

Yadira – a moça que sai com 22 membros de sua família de uma vez só – após dois anos de estar morando em Bogotá, decide se arriscar a voltar para a vila. Com o sobrenome de seu marido e trabalhando na chácara dos sogros, ela acha que pode se manter longe da ameaça que há sobre sua família. No entanto, um ano depois de chegar, é de novo despejada pela guerrilha – por outras razões que ela não comenta – e volta para Bogotá com seu filho e seu marido, se reencontrando com seus pais e irmãos (Caderno de campo, 26 de setembro de 2006).

⁶⁵ Essa data corresponde ao primeiro deslocamento dela. Mais para frente, neste mesmo ponto, está a história de seu segundo deslocamento.

Aqueles que chegaram, sem duvidar, ao ponto final de sua viagem, tinham experiências prévias na cidade, ou tinham os dados de familiares ou amigos que esperavam contatar à procura de apoio. Aqueles que não conheciam ninguém vieram porque acreditavam estar o suficientemente longes, para não continuarem a ser perseguidos pelos atores armados, além de achar que a grande cidade oferecia maiores oportunidades para se empregar e recomeçar a vida.

No grupo de famílias com experiências anteriores na cidade, encontramos pessoas que haviam morado em Bogotá, ou que vinham à cidade por questões pontuais, como visitar um familiar ou receber tratamento médico. Os casos da Tahís, da Lúcia e da Daniela são exemplos disto.

Tahís já tinha morado em Bogotá com sua mãe e irmãos. Ela foi com seu marido para XXXXX-Meta faz 8 anos para trabalhar numa chácara que o esposo herdou dos pais. Como arranjar emprego em Bogotá estava muito difícil, ela não duvidou em ir. Trabalhando forte eles tinham conseguido cultivar e ter alguns animais naquela chácara, até quando o esposo ficou doente e ela decidiu, para pagar o tratamento, vender algumas vacas. Como a guerrilha controlava toda atividade comercial naquela região, ela preferiu sair com a família toda, antes de ser expulsa ou morta por não ter pagado a *vacina* para a guerrilha (Caderno de campo, 11 de outubro de 2006).

Lúcia (mãe, 52 anos) e Daniela (filha, 27 anos) já conheciam Bogotá. Elas levavam vários anos sendo tratadas por um médico na cidade. Sempre que elas vinham ficavam na casa de uma tia, que dispunha de um quarto mobiliado para alojá-las enquanto faziam seus tratamentos médicos (Caderno de campo, 10 de outubro de 2006).

Uma proporção dos entrevistados, muito próxima daqueles que asseguram ter chegado diretamente a Bogotá (68%), afirma ter um parente ou conhecido na cidade (70%). Desta porcentagem, 82% teve sucesso ao tentar encontrá-lo. Assim, nosso estudo confirma a tendência encontrada nas pesquisas sobre deslocamento interno de Erazo, Ibañez, Kirchnoff e Galán (1999), e Bello e Mosquera (1999), em que a preponderância para escolher um lugar como destino está estreitamente relacionada com a existência prévia de laços.

Familiares que têm migrado anos atrás fazem diferença na hora de chegar à cidade. Sua ajuda vai desde o material da sobrevivência até o imaterial do apoio moral.

João Davi sai de XXXX-Caldas com a mãe dele e a filha de 10 anos. Eles chegam à casa de uma irmã que mora em Bogotá, há mais de 20 anos. Ela os acolhe por quatro meses, tempo em que lhes ajuda a procurar uma casa e abrir uma mercearia parecida com a que ela e seu esposo possuem. Quando precisa de dinheiro ou assessoria sobre o negócio, é ela quem os apóia. Ele nos diz que, às vezes, fica chateado por conta da chácara que teve que abandonar e pelas dificuldades que agora vive – somado à grave doença da filha. Mas é sua irmã quem não o deixa se abalar, dando-lhe apoio para continuar (Caderno de campo 20 de setembro de 2006).

Do ponto de vista de quem recebe, são os laços de proximidade e o compromisso de apoio mútuo em momentos difíceis que predominam no momento da acolhida. Em consonância com Durham, as redes sociais baseadas no parentesco que definem obrigações recíprocas, dão aos migrantes a segurança de auxílio em caso de necessidade (1978, p.185). Apesar de que aprofundaremos este assunto na seguinte parte da análise, o caso de Danilo pode, desde já, nos mostrar como este mecanismo opera.

Eu estou na minha semana de treinamento em JBO, por isso programo saída com dois dos profissionais de JBO para entender sua dinâmica de trabalho. Vamos à casa do Danilo. Ele chegou faz 6 meses a Bogotá procedente de XXXXX-Córdoba, um município do litoral caribe-colombiano caracterizado por uma forte presença paramilitar. Ele chega com sua esposa e 3 filhos à casa de um irmão que lhe oferece hospedagem e lhe ajuda a procurar um apartamento onde morar. Já em sua própria moradia, recebe uma prima e uma irmã com seus dois filhos que chegaram também por causa da violência na região. Em XXXXX só ficaram os pais do Danilo. O dia que fizemos a nossa visita, no reduzido apartamento de dois cômodos, a prima do Danilo está dando café para as crianças, a esposa estava se preparando para levar os dois filhos para a creche, a irmã estava se arrumando para sair trabalhar no salão de beleza, e no meio daquela movimentação toda, estávamos nós três, os profissionais de JBO. Danilo diz que não se incomoda com o pouco espaço e a quantidade de pessoas que agora estão em seu apartamento, porque seus pais sempre lhes educaram para se ajudar entre si, e agora estavam precisando aplicar aquela lição (Caderno de campo, 26 de agosto de 2006).

Lembrar de um amigo ou conhecido que mora em Bogotá, embora às vezes não tenha um vínculo de amizade muito forte com aquela pessoa, é uma das opções para os que não têm familiares na cidade.

Denise vem com sua família do Valle del Cauca. Enquanto trabalhava na fazenda, ela e seu marido conheceram um pedreiro que era contratado pelo patrão para pintar e fazer pequenos consertos na casa dele. Nas vezes em que ele esteve lá, ficavam conversando. Ele lhes contou que morava em Bogotá, mas viajava para onde “tivesse trabalho”. Deu-lhes seu telefone e ofereceu sua casa para quando decidissem conhecer a capital. Denise guardou bem o telefone e lembrou da oferta quando precisou sair do distrito. Já em Bogotá, tiveram medo de não conseguir encontrar aquele senhor, mas, para sua sorte, além de encontrá-lo, ele lembrava bem deles e da sua oferta (Caderno de campo, 18 de Outubro de 2006).

Nem todos têm a mesma sorte. Alguns possuem familiares cujos dados se perderam com o passar dos anos. Em uma cidade de 8 milhões de habitantes, assustadora pelo tamanho e pela complexidade, torna-se quase impossível seguir o último rastro deixado pelo familiar ou sair à sua procura. Passa-se, então, a depender da caridade da Igreja, de ONGs que acolhem os deslocados, de pessoas solidárias e, em menor medida, da ajuda governamental.

Karine veio do Tolima há um ano. Chegou à rodoviária de Bogotá sem saber onde passar aquela noite. O motorista do ônibus lhe disse para procurar as irmãs da Pastoral do Migrante, que mantêm um pequeno escritório na rodoviária. Ela e suas três filhas passaram alguns dias na casa-albergue das irmãs até procurar emprego e fazer o registro no SUR. Seus laços na cidade foram os outros deslocados que chegavam ao albergue. Benjamin foi um deles. Ele a ajudou a conseguir um quarto na casa onde Karine mora hoje. Suas filhas o chamam de tio, pelo grande apreço que sentem por ele (Caderno de campo, 31 de agosto de 2006).

Inês e seus filhos chegaram ao bairro Santa Librada, no sul de Bogotá, procurando pela irmã dela. No entanto, sem endereço certo não há como encontrar ninguém em Bogotá. Já no início da noite, com fome e sem roupas adequadas para o frio da cidade, são alojados por uma senhora que os viu na rua. Inês contou que procurava a irmã. A senhora lhe ofereceu moradia por uns dias enquanto ela arrumava outro lugar para morar. Assim, foram três dias na casa daquela senhora. Depois, alugou um quarto por R\$ 100/mês, valor que consegue pagar com seu emprego como diarista (Caderno de campo, 06 de julho de 2006).

Ao final, a maioria das pessoas termina resolvendo sua situação alugando um cômodo e devendo um aluguel após outro, à espera de um emprego ou de ser aprovado pelo SUR para receber a ajuda humanitária do governo.

Em conclusão, a trajetória da saída mostra claramente os mecanismos utilizados pelos atores em confronto para ameaçar a vida e reduzir a população ao seu domínio. O exercício da liberdade para se movimentar, para eleger como se vestir, com quem compartilhar, como se organizar, é restringido ao máximo – a ponto de ser perseguido, ameaçado e até morto, por desconsiderar as normas e restrições impostas. É nesse momento que sair se converte em uma “opção obrigada”.

A capacidade de decisão ou de agir das pessoas, da qual tratávamos no capítulo 1 deste trabalho, se observa na habilidade para avaliar os lugares de chegada – muitos deles reduzidos a uma única opção; na análise da pertinência de se deslocar de uma só vez ou enviar primeiro os integrantes da família diretamente ameaçados; ou na espera em um local intermediário antes de enfrentar a grande cidade. Em meio a tantas restrições e a um leque de

opções bastante reduzido, as pessoas vêm, no deslocamento, uma forma de defender sua vida e a de sua família.

4. A VIDA NA CIDADE.

Este capítulo tratará de dois temas-chave dentro das primeiras experiências dos migrantes forçados na cidade: a procura de um emprego e de uma moradia. A forma como as pessoas resolvem estes dois assuntos e o papel de familiares, vizinhos e amigos são ilustrados a partir das narrativas das pessoas deslocadas entrevistadas.

No entanto, primeiramente, descreveremos o contexto urbano que alberga as pessoas chegadas de diferentes cantos do país, com o fim de entender o novo marco – com suas vantagens e limitações – em que se desenvolve a vida destas pessoas.

4.1. O local de chegada: Bogotá e *Ciudad Bolívar*.

Bogotá é uma cidade complexa, como qualquer outra metrópole do mundo moderno. Ativa, cheia de contrastes, possibilidades e iniquidades, a cidade tem sofrido mudanças importantes nos últimos 15 anos, tanto em seu aspecto físico quanto na percepção que habitantes e visitantes têm dela. Essa interação entre a “organização física e moral” da cidade⁶⁶, como denomina Park (1916}1973), é o que brevemente apresentaremos a seguir.

Localizada no centro do país, sobre a cordilheira dos Andes, Bogotá acolhe migrantes de todo o país. Este processo se deu como produto de várias circunstâncias: do processo de industrialização na década de 20; da violência desatada na década de 50 e do conflito armado interno a partir dos anos 80; e, é claro, da movimentação daqueles que, especialmente desde os anos 70, chegaram à cidade com a esperança de melhorar suas condições de vida. Hoje, Bogotá tem, aproximadamente, 7.9 milhões de habitantes, concentra

⁶⁶ Uma região moral, para Park, corresponde àquela que, dentro da organização da vida citadina, se assume espontaneamente: “(...) longe daquela organização que poderia se derivar de interesses ocupacionais ou econômicos, a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e seus temperamentos. Uma região moral não é necessariamente um lugar de domicílio, pode ser apenas um ponto de encontro, um local de reunião. São zonas que toda cidade tende a desenvolver, ambientes isolados nos quais os impulsos, as paixões e os ideais vagos e reprimidos se emancipam da ordem moral dominante” (Park, 1973:64-65).

15% da população do país e se constitui na cidade mais povoada e de maior índice de crescimento populacional anual na Colômbia (2,1% frente a 1,8% nacional) ⁶⁷.

Bogotá se divide em 20 localidades – subprefeituras – que, unidas, abrangem quatro grandes áreas: centro, sede das dependências políticas e administrativas do país e da cidade; compreende também a parte histórica e turística. A região norte, pólo de desenvolvimento financeiro, concentra as classes média e alta da cidade. O oeste, setor industrial, de moradia de classes trabalhadoras, concentra boa parte da infra-estrutura esportiva e de lazer da cidade (parques, reservas ecológicas urbanas, etc.); e o sul, setor industrial, se configura com bairros de operários que albergam os substratos mais pobres da cidade (figura 9).

Apenas duas décadas atrás, a cidade era vista, pelos colombianos e pelos moradores mesmos, como uma cidade fria no clima e na forma de agir de seus habitantes. Bogotá era uma cidade sem *bogotanos*, era a cidade dos que moravam havia 30 anos ou dos que lá nasciam, mas não se sentiam comprometidos com a solução dos seus problemas, tampouco identificados como cidadãos daquela urbe.

A transformação física e cultural da cidade surgiu como produto da gestão articulada dos últimos quatro prefeitos da cidade, que assumiram este processo em várias etapas: saneamento das finanças públicas (Jaime Castro, 1992-1994), cultura cidadã e convivência (Antanas Mockus – 1995-1997 e 2001-2003), infra-estrutura urbana com perspectiva social e ambiental (Enrique Pañalosa – 1998-2000) e investimento social (Luis Eduardo Garzón – 2004-2007). Assim, as transformações nas áreas de educação, serviços públicos, transporte e espaço público, convivência e segurança⁶⁸ fazem que a cidade, tanto em

⁶⁷ Dados obtidos em *Indicadores generales Bogotá* em www.bogota.gov.co, acesso realizado em 23/06/2007.

⁶⁸ Segundo dados da Prefeitura, em termos de educação, a cobertura passou de 95,5% em 1997 a 98,5% em 2004, com um índice médio de deserção de 3,9% para o período. Em 2004, a cobertura de serviços públicos domiciliares, especialmente água, esgoto e energia, era de 99%, 99,7% e 99,9%, respectivamente. O serviço de gás natural domiciliar tem se incrementado, passando de 64,3%, em 2001, a 79,8% em 2004. A respeito da segurança, entre 2000 e 2004, a cidade apresentou importantes avanços na diminuição de delitos, como lesões pessoais, furtos, homicídios e mortes por acidentes de trânsito (Alcaldía Mayor de Bogotá, 2005, p. 186-195). No que concerne ao transporte público, a cidade conta com o sistema *Transmilenio*, que opera em 7 importantes vias da cidade por meio de 1047 ônibus articulados e 410 alimentadores que integram o sistema com aproximadamente 500 bairros da cidade. Também conta com 291,3 km de ciclovias, utilizadas por um grande número de pessoas como meio de transporte (www.transmilenio.gov.co e www.idu.gov.co acesso realizado em 04/07/2007).

esfera nacional como mundial⁶⁹, se destaque como modelo de desenvolvimento social e ambiental.

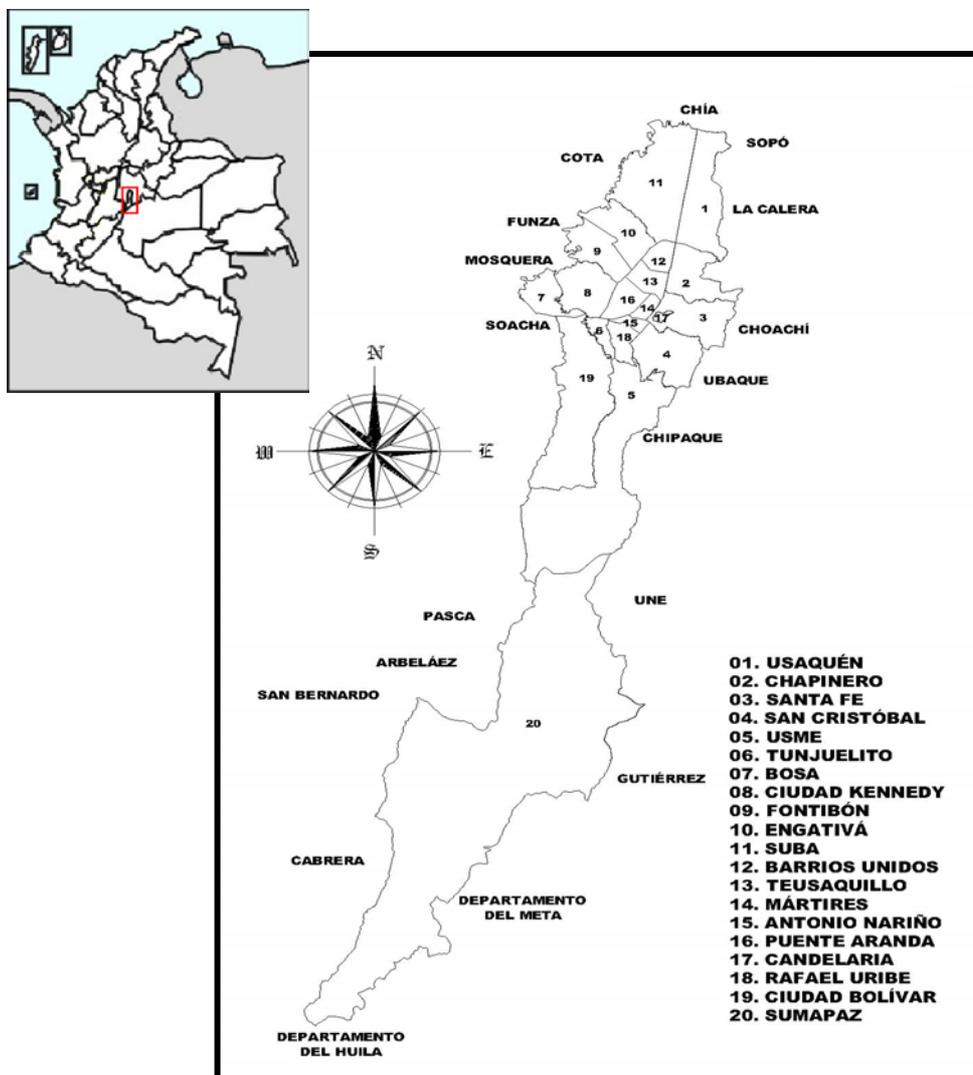


Figura 9. Mapa administrativo de Bogotá.

Fonte: Instituto Geográfico Agustín Codazzi – IGAC –, em www.dapd.gov.co, acesso realizado em 24/01/2006, em Chaparro, R (2006, p.59).

⁶⁹ O último prêmio recebido pela cidade foi o Leão de Ouro à melhor cidade, na X Exposição Internacional de Arquitetura da Bienal de Venécia-Itália (2006), “pelas transformações sociais, econômicas e culturais e pelos projetos urbanos e arquitetônicos que têm contribuído a construir um melhor ambiente para as pessoas que moram nela”. Antes disso, a cidade foi designada, em 2005, pela UNESCO, como capital mundial do livro (2007), pela rede de bibliotecas públicas e os múltiplos programas de fomento à leitura; o Banco Interamericano de Desenvolvimento e as Nações Unidas lhe outorgaram o prêmio “Cidade Coração”, no ano 2004, por seus programas e ganhos sociais. Também em relatório sobre saúde e violência da OMS (2002), recebeu destaque pela diminuição das taxas de mortes violentas; e, em 2000, recebeu o Stocholm Challenger Award, na categoria meio ambiente, pela experiência “um dia sem carro”.

A população começou a mudar junto com a cidade: o respeito às normas de trânsito, o uso massivo dos espaços culturais e de lazer e a fiscalização da população sobre a administração e o investimento público são algumas das novas atitudes dos bogotanos, agora otimistas e orgulhosos de sua cidade⁷⁰.

No entanto, apesar dos avanços e reconhecimentos obtidos, Bogotá ainda se caracteriza pela desigualdade social – produto da distância entre ricos e pobres⁷¹ –, a insuficiência de serviços sociais nos bairros periféricos da cidade e a violência urbana, que embora tenha diminuído, ainda é expressão de intolerância entre diversos setores sociais.

Com relação ao conflito interno, na visão de muitos, Bogotá está afastada de uma guerra que, acredita-se, acontece apenas nas áreas rurais do país. No entanto, como vimos no capítulo 2, tem-se comprovado a presença de diversos atores do conflito, tais como milícias urbanas da guerrilha das FARC e do ELN, blocos paramilitares e grupos de delinquentes. Todos eles concentram suas atividades nas subprefeituras de Ciudad Bolívar, Bosa, Kennedy, Usme, Mártires e Barrios Unidos, arrecadando taxas em troca de proteção a comerciantes e moradores de alguns bairros, planejando ações de desestabilização e controlando as áreas periféricas da cidade.

Nesta cidade cheia de contrastes, milhares de migrantes forçados tentam reorganizar suas vidas. Segundo a Conferencia Episcopal e Codhes (2006), entre 1999 e 2005 deslocaram-se, aproximadamente, 266 mil pessoas para Bogotá, uma média de 124 pessoas por dia – em sua maioria, migrantes que chegam a um dos bairros das subprefeituras de Ciudad Bolívar, Bosa, Kennedy e Usme – aquelas que também destacávamos como sede dos

⁷⁰ Ver matéria no jornal El tiempo, “Le va bien en imagen, pero regular en movilidad, al alcalde Luis Eduardo Garzón”, 4 de agosto de 2007, em http://www.eltiempo.com/bogota/2007-08-05/ARTICULO-WEB-NOTA_INTERIOR-3667613.html, acesso realizado em 05/08/2007.

⁷¹ Segundo estudo da Secretaria da Fazenda de Bogotá, realizado em 2006, as famílias mais pobres sobrevivem com a metade de um salário mínimo por mês (\$217.949 equivalente a R\$218); no entanto, as famílias mais ricas têm um ingresso mensal de 6.291.142 pesos (R\$6.300, aproximadamente). O mapa por localidades reflete esta situação: a renda *per capita* mensal mais alta se encontra na localidade de Chapinero, com uma média de \$1.570.671 (R\$1.500). Por outro lado, em localidades como Usme ou Ciudad Bolívar, essa média é de \$19.677 (R\$20). Assim, em média, a renda de 10% das famílias mais ricas é 28,8 vezes maior daquela obtida por 10% das famílias mais pobres (*La ciudad de las desigualdades*, El Tiempo, domingo 18 de junio de 2006, C2, Bogotá, pag.2.1 e 2.2).

grupos armados na cidade. Do total, aproximadamente a metade delas – 117 mil pessoas –, registrou-se no SUR⁷².

Caracterizada como área industrial e de moradia de trabalhadores, *Ciudad Bolívar* ocupa o 4º lugar em população entre as vinte subprefeituras da cidade, com aproximadamente 700 mil habitantes, distribuídos em 360 bairros. Dentro do imaginário urbano, esta área da cidade tem sido identificada com pobreza e com violência. *Ciudad Bolívar* é, para muitos, um local onde as pessoas moram em casas feitas de papelão e lâminas de alumínio, construídas nas ladeiras da montanha, que se desabam a cada inverno com a chegada da chuva. Também é identificada como o local onde operam grupos delinquentes e frações da guerrilha e dos paramilitares, que causam horror entre seus moradores e ameaçam a segurança de toda a cidade. É o local das mortes violentas, das ruas que não podem ser percorridas durante a noite, dos jovens sem educação e sem oportunidades, das pessoas que trabalham na informalidade ou que se encontram desempregadas.

No entanto, da mesma forma como acontece com a cidade em geral, *Ciudad Bolívar* é um espaço cheio de contrastes. Na subprefeitura também se encontram evidências da transformação geral ocorrida na cidade: vias de acesso e linhas de transporte vinculadas ao sistema Transmilenio; colégios públicos de excelente qualidade acadêmica e instalações renovadas, onde se articulam outros programas da prefeitura, como os refeitórios escolares; bibliotecas públicas, parques e calçadas com equipamento urbano moderno; serviços públicos domiciliares e programas de prevenção de desastres em áreas de risco; experiências de convivência através de centros de conciliação e delegacias de família, entre outras. As fotos das figuras 10 a 15 são exemplos dos contrastes encontrados nos bairros de *Ciudad Bolívar*.

Para as pessoas deslocadas, a entrada em Bogotá é a vivência de todas as contradições e os imaginários descritos até aqui. É o choque com um espaço alheio e agreste, do qual têm poucos referentes, além de escassas ferramentas para nele se desenvolver – o que os faz extremamente vulneráveis. Um espaço no qual esperam esquecer o ocorrido e iniciar uma nova vida. Dado o contexto no qual se situa nosso trabalho, passaremos a conhecer as

⁷² Dado SUR acumulado de população deslocada desde 1995 até outubro de 2006, em <http://www.accionsocial.gov.co/Estadisticas/Publicacion%20Abril%2021%20de%202007.htm>, acesso realizado em 5/07/2007.

primeiras experiências no processo de estabelecimento na cidade, relacionado com moradia e emprego, desde a narrativa das pessoas que fizeram parte deste estudo.



Figura 10. Bairro Casagrande – *Ciudad Bolívar*.

Foto: Olga Vásquez, 2006



Figura 11. Bairro Brisas del volador – *Ciudad Bolívar*.

Foto: Olga Vásquez, 2006



Figura 12. Calçada 1 bairro La Estrella – *Ciudad Bolívar*

Foto: Olga Vásquez, 2006



Figura 13. Calçada 2 bairro La Estrella – *Ciudad Bolívar*

Foto: Olga Vásquez, 2006



Figura 14. Refeitório comunitário bairro Bella flor – Ciudad Bolívar

Foto: Olga Vásquez, 2006



Figura 15. Transmilenio, portal El Tunal – Ciudad Bolívar

Foto Olga Vásquez, 2006

4.2. Um lugar para morar e um emprego para sobreviver.

À dor das perdas materiais, à morte de familiares e pessoas por eles respeitadas, e à ruptura de laços antigos e muito próximos acrescenta-se, na cidade, a preocupação pela sobrevivência diária. Moradia e emprego vêm a ser duas questões a serem prontamente resolvidas.

4.2.1. A moradia.

Segundo dados da *Corporación Nuevo Arco Iris* (2004), em estudo que caracteriza a população deslocada em 7 subprefeituras de Bogotá, 71% dessa população mora de aluguel, enquanto 24% divide a moradia com parentes ou conterrâneos, o que aponta um contraste com a situação anterior ao deslocamento, quando 87% possuía moradia própria (2004, p.35).

De modo geral, e como vimos no capítulo 3, é um familiar – outrora migrante – que recebe e aloja, por um tempo, as pessoas que migram de maneira forçada. Em poucos casos este tempo supera os 4 meses.

A maior parte dos nossos entrevistados sublinhou que, embora não houvesse reclamações diretas que lhes fizessem sair da casa dos parentes, percebiam algumas tensões, principalmente pelo incremento das despesas; devido a isso, foram procurar um lugar diferente para morar. Outros se sentiam incomodados, pois, no campo, contavam com espaços mais amplos para morar, apesar da simplicidade de sua forma de viver. Fato é que, não obstante morem na cidade por vários anos, os familiares que acolhem os que se deslocam pela violência vivem em situação de precariedade. Assim, o desconforto gerado por dividir os já reduzidos espaços acelera a saída da casa dos parentes. O caso de Dona Patrícia é uma mistura de ambas as situações.

“(…) pois eles (*a irmã e o cunhado*) moram em casa própria e não pagam aluguel, só que tinha momentos em que chegavam as contas da água e da energia e então ele dizia: “e agora, como vamos pagar?”. Então eu me sentia mal por não conseguir ajudar. Mas eles nunca ficavam mal humorados com a gente, não. Eu nunca vi que eles ficassem zangados. Nós que fomos embora porque a casa era muito pequena, muito estreita e eles também têm vários filhos, então estávamos muito apertados, só isso” (Entrevista concedida por Patrícia em 25 de novembro de 2006).

Um grupo menor afirmou que as brigas geradas pela convivência diária aceleraram a saída da casa dos parentes.

“(…) e assim que eu cheguei, foi a irmã do Jorge [*o esposo*] que me dizia: ‘vamos pra lá, vamos procurar emprego’. Ela, inclusive, foi a que viajou comigo desde Algeciras até Bogotá e me alojou na sua casa. Então, foi ela que me orientou. Mas como você sabe, ‘é com o passar do tempo que o morto começa a feder’. Então, a gente já não era bem-vinda. Eles diziam que meus filhos gritavam muito (...) é legal ter você, mas só de visita, porque as despesas da casa aumentam. Depois, começaram os problemas com ela e aí eu já decidi me mudar com meus filhos” (Entrevista concedida por Célia em 05 de dezembro de 2006).

No caso da Clara, o fato de contar as razões para migrar a fez sair, de maneira imediata, da casa dos familiares. Não é segredo que existe a tendência de culpar os deslocados; assim, mais do que vítimas da guerra, são julgados como vinculados a algum grupo ou culpados de fazer “alguma coisa” suficientemente grave para provocar a saída.

Clara, de 43 anos, chegou à casa das tias com os filhos, em Bogotá, vindo de XXXXX – Caquetá. Ali, permaneceram por dois meses, até quando as tias souberam as razões da saída. Nesse momento, fizeram-nos sair de sua casa. Elas tinham medo de “se envolver” e julgaram que Clara tinha feito “algo errado” para ser ameaçada assim (Caderno de campo, 12 de outubro de 2006).

Ainda que se possa deparar com situações de rejeição e brigas entre familiares – como as relatadas por Célia e Clara –, na maioria dos casos que fizeram parte deste estudo,

os familiares continuam a apoiar os recém chegados até que eles consigam encontrar um emprego ou outro lugar para morar. O apoio incondicional, que muitas pessoas relataram, parece se ativar como parte dos mecanismos de reciprocidade ligados aos laços de parentesco que já introduzíamos no capítulo 3. Assim, tanto a ajuda material em forma de moradia, comida e agasalho, quanto o suporte moral e a orientação para se desenvolver na cidade, materializam o compromisso de apoio em momentos difíceis – pacto implícito entre os membros de uma família.

Eva era a referência que sua família tinha em Bogotá. Foi por isso que, primeiro, a Dona Reinalda (mãe), depois o Senhor Ricardo (irmão) e, faz uma semana, a Líbia (sobrinha), chegaram à casa dela depois de serem despejados. Assim, o apartamento que era confortável o bastante para Alicia e seu único filho, transformou-se aos poucos em um alojamento improvisado, cheio de colchões, com uma cortina – no meio do único quarto – dividindo “o dormitório das mulheres e dos homens”. Quando eu pergunto como fazia para se acomodar e ajudar a todos os seus familiares, ela me respondeu “*família é família, assim me educaram e é assim que deve ser*” (Caderno de campo, 11 de outubro de 2006).

Dinorá é a mais nova entre seus irmãos. Ela mora em Bogotá desde os 16 anos quando decidiu procurar “novos horizontes” longe de sua terra. Ainda solteira, tem uma lanchonete perto de um hospital. Há 5 anos começaram a chegar seus 4 irmãos perseguidos por paramilitares e exército, devido a que alguns deles pertenceram a diferentes grupos da guerrilha que dominaram na região até 7 anos atrás. Ela tem lhes oferecido moradia, lhes ajuda a se empregarem no hospital como ajudantes de limpeza, cuida de uma sobrinha enquanto uma de suas cunhadas trabalha e ainda quer viajar para seu município de origem para ver sua mãe e trazer umas ferramentas que um de seus irmãos precisa para montar uma oficina mecânica em Bogotá. Isto embora a casa da mãe esteja vigiada constantemente e a ameaça sobre sua família e irmãos ainda permaneça (Caderno de campo, 07 de setembro de 2006).

O pacto se faz extensivo a parentes por afinidade como genros, noras, cunhados, esposos das sobrinhas, que acolhem pessoas que são referência de uma família “que morava no campo” com a qual se tinha pouco contato até então. Assim, laços distantes são ativados na emergência. Os ajustes que o esposo da Valquiria fez em apoio aos sogros e à cunhada foi um dos exemplos a respeito, encontrados no nosso trabalho de campo.

Valquiria veio morar em Bogotá há dez anos. Foi ali que ela casou e teve seus dois filhos. Há dois anos, toda a sua família chegou de Caldas: pai, mãe, uma irmã e três sobrinhos. Seu esposo é motorista de táxi e, para acolher melhor a família dela, decidiu procurar uma casa maior em um bairro mais simples da cidade, organizando seus gastos para assumir as despesas decorrentes da chegada dos novos membros da família (Caderno de campo, 13 de setembro de 2006).

Ainda que se torne incondicional, a assistência prestada gera, nos migrantes forçados, um compromisso que tenta se retribuir com pequenas ações. Quando no *survey*

perguntávamos se as pessoas sentiam equilíbrio nas relações com seus familiares em termos de dar e receber, muitos reconheciam o valor incalculável do apoio recebido, mas sublinhavam que, igualmente, ofereciam aquilo que estava dentro de suas possibilidades atuais, por exemplo, apoiar na hora de cuidar das crianças enquanto os pais trabalhavam; fazer a faxina ou cozinhar; levar as crianças para a escola; fazer algum conserto em casa dos familiares, entre outros.

A presença de um sistema de obrigações (Mauss, {1924}1974) baseado no parentesco estabelece trocas que comprometem, mutuamente, migrantes e seus parentes na cidade, em um sistema que, além de bens, inclui atitudes, favores, ou seja, diversas formas de suporte social. Apressa-se a dar, mas a obrigação de quem recebe é retribuir de alguma maneira o apoio ganho. Assim, a obrigação de retribuir dignamente se transforma em ações do tipo sublinhado no parágrafo precedente, por parte de quem oferece “o pouco que tem” na situação após o deslocamento.

Voltando ao tema da moradia, uma vez que se decide sair da casa dos parentes, a maioria das pessoas procura uma habitação no mesmo bairro. O tempo de moradia no bairro, quando comparado com o tempo de permanência em Bogotá, evidencia que a mobilidade é reduzida, se considerarmos que 62% das pessoas entrevistadas no Survey permanecem no mesmo bairro desde sua chegada à cidade – o que pode refletir a intenção de não se desligar dos seus mais importantes e, talvez, únicos laços na cidade. Alguns se referem também ao fato de gostarem do bairro, de começarem a construir laços de amizade com os novos vizinhos e de organizarem uma atividade produtiva, o que, em última instância, significa um avanço no processo de reconstrução da vida.

Percorrer as ruas do bairro com a Dona Dionise é encontrar em cada canto um rapaz ou uma menina que lhe chama de “tia”. É que dois de seus irmãos tinham migrado algum tempo atrás com suas famílias e hoje eles acolhem dona Dionise, seus filhos e sua irmã Márcia, que chegaram deslocadas – produto da violência no Tolima. Ela nos leva caminhando por dois quarteirões, até a casa que alugou para morar e ali mesmo colocar seu negócio – uma mercearia – sem se afastar de sua grande família (Caderno de campo, 9 de setembro de 2006).

Para Adelaide, o mais difícil de morar em Bogotá tem sido se acostumar ao frio. No entanto, lembra que uma das primeiras ajudas que recebeu foi de uns vizinhos que lhe ofereceram casacos e cobertores para ela e suas filhas quando perceberam que elas eram de “*tierra caliente*”⁷³ e haviam chegado recentemente. Ela diz que gosta do bairro e por isso não tem se mudado desde que chegou do Caquetá, há um ano e meio. Aqui ela tem sido bem recebida, tem feito amizade com os vizinhos e agora tem um restaurante no ponto final dos ônibus que lhe permite completar o salário do marido que trabalha como pedreiro (Caderno de campo, 5 de outubro de 2006).

Somente nos casos em que um parente facilita o aluguel de uma moradia, em um local mais afastado do bairro onde atualmente se mora, as famílias deslocadas aceitam se mudar.

“Mudamos-nos para outro bairro, para a casa de um sobrinho do meu marido que nos deixou mais barato o aluguel. Minha irmã não queria que saíssemos da casa dela até arranjar um emprego melhor porque dizia que íamos passar necessidade, mas nos mudamos; e eu, então, comecei a trabalhar. Ela, agora, não está tão perto de nós, mas, no começo, ela ia nos visitar quase todos os dias, e me perguntava: ‘você já fez o almoço?’ ou ‘você tem algo para cozinhar no almoço, não tem?’. Ela se preocupava porque não tínhamos nada para comer” (Entrevista concedida por Patrícia em 25 de novembro de 2006).

Os baixos índices de mobilidade característicos da maioria das famílias entrevistadas contrastam com o aumento dos casos de repentinas mudanças de bairro, inclusive de subprefeitura. Produto de ameaças ou agressão, as famílias voltam a ser vítimas da violência e devem se deslocar, desta vez, dentro da mesma cidade, em um fenômeno conhecido como deslocamento intra-urbano, do qual falamos no capítulo 2. Existem casos de moradores de zonas subnormais das cidades – não necessariamente deslocados –, que são vítimas da atuação dos atores do conflito e que, em consequência, abandonam suas casas rumo a outros bairros da cidade.

No trabalho de campo, encontramos os casos da Fátima de dona Benedita, que podem ser considerados deslocamentos intra-urbanos, pela ação da violência e as ameaças como detonantes da mudança.

A Fátima (24 anos) tem 3 filhas e teve que sair com seu pai de XXXXX – Meta. Atualmente, mora em Caracolí, bairro próximo aos altos de Cazucá, município de Soacha, onde operam blocos dos paramilitares. Nos últimos meses, aconteceu uma chacina entre paramilitares que terminou com o antigo grupo e colocou um novo no domínio. Os *novos* souberam que o pai da Fátima vinha deslocado do departamento de Meta e pediram para “falar com eles”, mas como todos sabem, “*estes caras não conversam, eles vão matando na hora*”. Agora, o pai de Fátima está escondido na casa de outro deslocado, em outro bairro de *Ciudad Bolívar* (Caderno de campo, 20/10/2006).

⁷³ Forma de falar das pessoas que não são da cidade e que vêm das áreas mais tropicais do país.

A dona Benedita (40 anos) mudou-se do Lucero Alto logo após o assassinato do esposo. Ele foi roubado e morto a facadas numa noite em que chegava com o salário do mês. Ela disse que não se sentia tranqüila, pois contaram para ela que os ladrões faziam parte de uma quadrilha que operava no Lucero, então ela decidiu se mudar com seus três filhos para uma casa do bairro XXXXX, na parte alta de *Ciudad Bolívar* (Caderno de campo, 20/10/2006).

Assim, a moradia faz parte importante do apoio inicial oferecido pelos familiares dos migrantes forçados, dentro do que se poderia conceber como um sistema de prestações e obrigações baseadas no parentesco. Na hora de procurar um lugar para morar, o bairro no qual habitam os parentes é preferido como forma de conservar a proximidade com aqueles e por terem se estabelecido, em poucos meses, algumas afinidades com o setor, seus moradores e as atividades econômicas que ali podem se desenvolver. Isto não apaga a existência, cada vez maior, de casos em que as relações entre familiares se deterioram com o convívio ou em que a violência urbana – em alguma de suas formas – afeta de novo as famílias, gerando novos deslocamentos – desta vez, entre bairros da subprefeitura ou da cidade.

4.2.2. O emprego.

A obrigação constante de dispor de dinheiro para cobrir as necessidades dos membros da família é a principal queixa das pessoas que chegam deslocadas à grande cidade. Enquanto que, no campo, comida, teto, água e divertimento “estavam ali”, “a dispor”, na cidade deve-se pagar por tudo. Aluguel, mercado, serviços públicos, transporte, vestido, educação, saúde e até lazer formam o grupo de despesas que devem ser cobertas pelas famílias quando chegam à cidade.

Embora nessas expressões exista uma espécie de “idealização” da vida no campo, segundo Bello:

“(…) é uma realidade que a mudança do campo para a cidade altera dramaticamente as condições de vida das pessoas, porque, apesar de procederem de áreas caracterizadas pela pobreza e a carência de bens e serviços públicos e sociais, em suas vilas contavam com duas coisas importantes: alimento e espaço para morar e produzir, questões que se perdem na cidade ao ponto de ver em risco a própria sobrevivência física” (Bello, 2001, p. 16-17).

Em estudo recente, Ibañez e Moya (2006) postulam que a situação socioeconômica⁷⁴ das famílias deslocadas nos municípios receptores é mais precária que a vivenciada antes do deslocamento – e é assim mesmo, quando comparada com as camadas mais pobres nos locais de chegada. Mesmo que, com o passar do tempo, algumas melhoras se apresentem, dificilmente eles conseguem recuperar o nível de bem-estar anterior ao deslocamento.

Assim, a independência relativa do dinheiro, própria da vida no campo, transforma-se, na cidade, em uma dependência total do dinheiro como única forma de cobrir as necessidades familiares. Adicionalmente, as formas como os migrantes se inserem no mercado formal de trabalho, geralmente em empregos marginais, os impossibilita de ganhar o suficiente para cobrir as crescentes despesas (Durhan, 1978), o que deteriora sua qualidade de vida. Conseguir um emprego, dessa forma, se faz vital para os recém chegados.

O caminho à procura de um emprego começa com a orientação dos familiares que lhes acolhem. Da mesma maneira com que é assinalado por Durhan, perante o desconhecimento das normas que organizam o mercado de trabalho na cidade, é com relação às atividades e empregos dos parentes que os migrantes começam sua luta. Assim, “como são os parentes os que orientam as colocações iniciais, base das ulteriores, a carreira do migrante é muito condicionada pela história ocupacional do grupo de parentesco” (Durhan, 1978, p.159).

João Davi segue o conselho de sua irmã de abrir uma mercearia como a que ela tem. Nos meses em que ele ainda morava com ela, João aprendeu os “segredos” do negócio. Agora que ele tem o seu próprio, ambos compram dos mesmos atacadistas, obtendo melhores preços nas mercadorias (Caderno de campo 20 de setembro de 2006).

As relações de trabalho já estabelecidas pelos parentes que moram em Bogotá é decisiva na hora de se aventurar no mercado de trabalho. O reconhecimento ao trabalho responsável e eficiente ou, simplesmente, a afinidade com colegas e patrões facilita a contratação dos familiares que recém chegam. O caso da filha de dona Nilsa, que destacávamos no capítulo 3, é exemplo de como ela consegue encontrar, para aquele irmão

⁷⁴ No mencionado estudo foram avaliadas as variáveis salário, nível de analfabetismo, acesso a educação e serviços de saúde, moradia entre as mais importantes.

que saiu evitando ser recrutado pela guerrilha, um emprego como jardineiro na creche onde trabalhava.

Para outros, é a proximidade gerada na hora de compartilhar espaços comuns e quotidianos que facilita a consecução de um emprego para os familiares recém chegados.

Dinorá administra uma lanchonete perto de um dos hospitais de *Ciudad Bolívar*. Foi através de um dos seus clientes habituais que conseguiu emprego para dois de seus irmãos – deslocados do departamento de Meta – como ajudantes de limpeza no hospital (Caderno de campo, 07 de setembro de 2006).

Em outros casos, é o parente quem sugere algum tipo de atividade informal como alternativa de trabalho.

“Naquela época, eu cheguei à casa da minha filha. Meu genro, que naquela época trabalhava, me disse: “minha sogra, vou lhe dar este dinheiro para que faça *tamales*⁷⁵”. Ele, então, me emprestou o dinheiro e até me ajudava a vender. A mãe dele, os vizinhos, todos compravam. Logo foi meu filho que fez uma sociedade com dois amigos para vender *plátanos*⁷⁶ e, na hora em que eles foram embora e ele arranhou um emprego melhor, eu deixei de fazer *tamales* e fiquei com o negócio” (Entrevista concedida por Nilsa em 04 de dezembro de 2006).

“Eu cheguei à casa do meu primo-irmão. Eu cheguei lá porque, quando ele soube o que estava acontecendo aqui, me disse para vir, ficar na casa dele e trabalhar vendendo *arepas*⁷⁷. Quando eu cheguei, ele me disse: “aqui está a máquina”, me deu 6 quilos de farinha de milho e me emprestou um fogão” (Entrevista concedida por Marcos em 05 de dezembro de 2006).

No primeiro trabalho e na mudança de casa vão criando-se novos laços com colegas de trabalho e vizinhos que podem oferecer novas alternativas de emprego. A história do Danilo é exemplo disso

Danilo quer apoio do programa de *Juan Bosco Obrero* para comprar duas ferramentas simples e matéria-prima para elaborar uma peça que se usa na instalação domiciliar de gás natural. Ele nos mostra a peça, ensina como funciona e, em uns papezinhos, nos apresenta as cotizações que ele já fez das ferramentas de que precisa. Ele quer fabricar aquela peça e vender para as empresas instaladoras. Quando perguntamos como aprendeu tanto sobre o tema, conta que foi um vizinho dele que, ao saber que estava procurando emprego, convidou-o primeiro a trabalhar como pedreiro e, agora, lhe propôs trabalhar em uma empresa que faz as instalações (Caderno de campo, 21 de agosto de 2006).

⁷⁵ Pamonha salgada, com pedaços de frango, bacon e ovo que se envolve em folha de bananeira.

⁷⁶ Espécie de “banana da terra” que se come cozida ou frita.

⁷⁷ Espécie de tortilha feita com farinha de milho branco. Pode-se comer com sal e manteiga ou com recheios diversos, como frango desfiado, queijo ralado, carne seca, etc.

A capacidade de transformar conhecimentos e, algumas vezes, só a vontade de trabalhar são questões que, no âmbito urbano, podem marcar a diferença entre obter ou não um emprego. O fato de ter algum grau de estudo, assim como a tenacidade para assumir qualquer desafio, facilita a procura de emprego na cidade. Mas nem sempre a procura de emprego tem sido bem sucedida. O Senhor Mario narra sua experiência a respeito.

“(…) apesar de conhecer tantas pessoas aqui no bairro, ninguém até agora me ofereceu emprego, e eu já falei para todos, né? Na minha terra era diferente: o tempo todo me convidavam para trabalhar; eu sabia quando alguém estava procurando um “bóia fria”; que o café está caindo no chão e não chegaram suficientes trabalhadores na fazenda de um vizinho, então eu ia. Aqui, as pessoas são diferentes. No começo me ajudaram [silêncio]. Eu, no começo, catava comida do lixo do mercado porque jogavam tomates que ainda serviam e outras coisas. Então, alguns viram e se lhes sobrava uma sopa eles me davam. Aí eu lhes dizia que eu precisava de um emprego, mas ninguém me chamou pra trabalhar (...) o Zé [*um morador da mesma casa*] foi um dos que me disse para vender brincos e colares com ele. E ele me dava R\$ 5 ou 6, ou me dava brincos para que eu vendesse lá embaixo, na avenida; mas era muito pouco para viver” (Entrevista concedida por Mario em 05 de dezembro de 2006).

A falta de opções, em especial para os homens maiores de 50 anos, faz com que sua adaptação seja mais difícil e, portanto, apareça em maior medida o desejo de voltar para o campo – o que não necessariamente significa voltar para o local de origem. Os casos do pai da Yadira e do Senhor Moisés ilustram esta situação.

“(…) Nem todos os familiares da Yadira têm gostado da cidade: os avós voltaram assim que puderam, e o pai não consegue se sentir útil, pois os empregos que arruma como pedreiro duram, no máximo, 3 meses, além de ficar preocupado pelo destino dos pais – os avós da Yadira. No momento da nossa visita, o pai dela levava uma semana no Tolima – em um município próximo àquele onde eles foram expulsos – trabalhando na safra de café e perguntando aos habitantes da região se o comandante da guerrilha que os tinha ameaçado continuava lá, avaliando assim a possibilidade de voltar” (Caderno de campo, 28 de setembro de 2006).

Depois de preencher os nossos 3 formulários e de falar um pouco da experiência na cidade, o Senhor Moisés nos pergunta se há outro tipo de ajuda para os deslocados além do dinheiro de *Juan Bosco Obrero*. Nós falamos da obrigatoriedade do governo de garantir o apoio até conseguir o restabelecimento das condições anteriores ao deslocamento, ou seja, moradia, saúde, educação e estabilidade econômica. Ele nos comentou de seu desejo de voltar ao campo porque embora ajude à esposa no restaurante não consegue se sentir “útil” como era no campo, com o trabalho na lavoura. A dona Elvia confirma isto e adiciona que ele constantemente se deprime e chora. Ela nos pergunta como é isso do programa de “reassentamento rural”, pois estão pensando seriamente em voltar para o campo (Caderno de campo, 20 de setembro 2006).

Estudos como os desenvolvidos por Codhes (1995), Meertens (1999), Bello (2001) e, mais recentemente, o relatório sobre a situação das famílias em condição de deslocamento do RUT (2005), sublinham uma maior proporção de homens desempregados que de mulheres. No entanto, a vinculação dos homens antes do deslocamento, relacionada com o trabalho agrícola, tem pouca utilidade no espaço urbano. No nosso estudo, encontramos esta dificuldade especialmente nos homens de idades avançadas, enquanto que nas mulheres, mesmo idosas, os conhecimentos culinários, as habilidades para costurar ou fazer artesanato, assim como as tradicionais tarefas de cuidado do lar e das crianças se traduzem em opções de trabalho na cidade, embora mal remuneradas.

Visitamos a Ana; nos contou que ela e a irmã tiveram que mudar o projeto inicial da padaria, dividir o dinheiro e fazer um projeto de venda ambulante de *Buñuelos*⁷⁸ (para a irmã) e um outro de confecção. Com a compra de uma máquina industrial, ela teria a chance de ficar em casa cuidando de seu bebê – enquanto o esposo sai para trabalhar numa fábrica – e começar a trabalhar com a dona da casa onde mora, que tem uma oficina com varias máquinas industriais onde se costuram roupas para criança e calças para homem *{maquila}*. Ela tem-na apoiado muito e ofereceu contatá-la diretamente com o fabricante para que ganhe mais por seu trabalho. Quando perguntamos quanto ela ganhava disse que eram R\$12 por cada 100 vestidos de criança (Caderno de campo, 13 de setembro de 2006).

É fato que, ante a crítica situação destas famílias e as dificuldades para conseguir emprego que enfrentam – especialmente – os homens mais velhos, os esforços de todos os integrantes da família se encaminham à procura de atividades que gerem lucro. Assim, homens, mulheres, jovens e crianças que, no campo, orientavam sua força de trabalho ao espaço comum da lavoura têm, na cidade, que se movimentar em espaços e tarefas diferentes como maneira de sobreviver (Bello, 2001, p.18). Dentre as pessoas que fizeram parte desta pesquisa, a maioria dos homens e jovens se ocupa na construção civil ou como seguranças por temporadas curtas – 3 a 6 meses, no máximo –; as mulheres ocupam-se como diaristas ou preparando e vendendo salgados como *tamales*, *arepas*, *empanadas*, *pasteles* ou sobremesas, em geral, doces típicos das regiões de origem. Jovens e crianças, depois da escola, andam pelas ruas da cidade oferecendo os salgados preparados pelas mulheres ou vendendo mercadorias de baixo custo como CDs, pequenos brinquedos, balas ou sacolas plásticas para o lixo.

As alternativas testadas pelas famílias do Senhor Airton e de Dona Débora para conseguir aumentar seus rendimentos aparecem nos seguintes relatos.

⁷⁸ Salgado à base de amido de milho e queijo.

A idéia da mercearia para o Airton foi uma forma de que a mulher deixasse de trabalhar como faxineira e se ocupasse mais das filhas. Como faxineira, ela ganhava só R\$10 por dia, dos quais gastava R\$2 em transporte. Além disso, saía de casa às 6h e voltava às 20h, exausta e ainda com coisas para fazer (...). Antes da mercearia, o Airton comprou um carrinho, um mini fogão a gás e uma frigideira, com o apoio econômico oferecido por Opción Vida – R\$280. Com ele, percorre, todas as tardes, a avenida que fica perto de sua casa, vendendo torresmos com *patacón* [*plátano verde frito*]. A esposa também faz *pasteles* [coxinhas] que vende no comércio do bairro. As filhas, assim que voltam da escola, lhe ajudam na mercearia (Caderno de campo, 4 de outubro de 2006).

Os 6 filhos de dona Débora têm entre 6 e 21 anos. Os três mais novos se dedicam a estudar; os dois mais velhos a trabalhar. Eles terminaram o colegial e têm “libreta militar de primera”⁷⁹, por isso têm encontrado emprego como porteiros e na construção, e agora animam à mãe para administrar a mercearia que colocou com o dinheiro do programa de *Juan Bosco Obrero*. O esposo da filha mais velha tem a mesma atitude que os cunhados: trabalhando como porteiro, ajuda no sustento da família e há pouco dedicou suas férias para voltar a sua região de origem e trabalhar na safra de milho. Ele juntou o dinheiro que ganhou na safra e o do programa de *Juan Bosco Obrero* e montou uma pequena padaria. Todos moram na mesma casa e os dois negócios – mercearia e padaria – ocupam um dos cômodos da casa. Ambos os negócios são atendido pela dona Débora, que, permanecendo em casa, consegue cuidar dos três “filhos caçula” (Caderno de campo, 20 de setembro de 2006).

Os depoimentos anteriores evidenciam duas situações: a primeira, que as mulheres, quando os maridos ou os filhos mais velhos trabalham, procuram alternativas econômicas que permitam ficar em casa cuidando dos filhos e do lar. Segundo, que as estratégias das famílias consistem em alternar a procura de um emprego estável com atividades informais. A respeito destas últimas, as dificuldades e os perigos de trabalhar na rua desestimulam muitas pessoas.

No final de um dia de visitas, passamos perto da casa de dona Cecília. Batemos na sua porta para cumprimentá-la e pegar nosso ônibus no ponto que fica no mesmo quarteirão. Ela nos cumprimentou com o mesmo sorriso de sempre. Meu colega lhe perguntou se a polícia voltou a lhe pedir que deixasse de trabalhar na rua, então ela nos contou que no sábado passado ela estava perto das boates, no bairro San Francisco, e um policial se aproximou dela e lhe disse que não podia ficar senão até meia noite. Depois voltou e, como se procurasse encrenca com ela, falou do espaço público; só que ela achou que ele queria dinheiro, e como ela não ia lhe dar nada, preferiu ir para casa (Caderno de campo, outubro 11 de 2006).

O espaço público em Bogotá está proibido de ser ocupado por vendedores ambulantes e feirantes, assim como por estabelecimentos – lanchonetes, bancas, concessionárias de carros – que se fixam nas calçadas da cidade. Mas além da formalidade da norma, existem, na prática, “donos” do espaço público que vendem o direito de ficar em um

⁷⁹ É uma carterinha que indica que o jovem esteve no serviço militar, percebida por muitos empregadores como um indicador positivo na hora de selecionar seus funcionários.

canto da rua, no semáforo ou no separador⁸⁰. O Senhor Marcos e a Daniela contaram assim sua experiência.

“O Zé me disse para que lhe ajudasse a vender brincos, e vendíamos brincos e colares. Ele me dava R\$5 ou R\$6 reais e me dava brincos para vender lá embaixo, na avenida. Mas aí foi que veio a discórdia, porque eu colocava uma tabelinha no chão com os brincos e foi quando uns senhores me fizeram sair porque eles tinham esse lugar e eu tinha que sair. Então aí eu vi que corria risco na rua. Aqui é muito perigoso e não deixam ninguém tranqüilo na rua, por isso eu quero um local” (Entrevista concedida por Marcos em 05 de dezembro de 2006).

“Eu quero procurar um local para vender minhas mercadorias, pois o dia que eu fui à rua, foi um senhor que me deixou colocar um enxoval perto do posto dele, por R\$5. Ali se chega a pagar até R\$20 por dia. Eu fiquei três dias só, pois eu vi como espancavam um menino de 12 anos que não pediu permissão, eles o golpearam e não pararam até quando a policia chegou. Fiquei com tanto medo que não voltei a sair” (Entrevista concedida por Daniela em 05 de dezembro de 2006).

A respeito da oferta institucional, discorriamos, no capítulo 2, do programa PAE – que, através de ONGs operadoras, entrega capital de trabalho e oferece assessoramento para o estabelecimento de pequenos negócios. Os negócios em andamento podem entrar nos programas de micro-crédito, com as menores taxas existentes no mercado.

Nos negócios promovidos pela ONG Juan Bosco Obrero – operadora para *Ciudad Bolívar* do programa PAE – há um intento em trazer as habilidades do campo para atividades produtivas na cidade. O sacolão, o açougue, a venda de peixe ou a comercialização de produtos diretamente em *Corabastos*⁸¹, aproveitam os conhecimentos sobre comercialização de produtos agrícolas que as pessoas deslocadas têm. A venda informal de mercadorias e os pequenos negócios – remates (loja R\$1.99), papelarias, mercearias, comidas rápidas – comuns entre a população que mora em *Ciudad Bolívar* – também estão dentre as opções de negócio do PAE.

O impacto destes programas ainda não tem sido avaliado, mas pode-se dizer que atingem um número bastante reduzido da população – 40 mil famílias em âmbito

⁸⁰ Para mais informação, ver matéria em jornal *El tiempo*, “*Máfias bogotanas están alquilando los andenes y las esquinas de la ciudad*” acesso em 30/05/2007 http://www.eltiempo.com/bogota/2007-05-30/ARTICULO-WEB-NOTA_INTERIOR-3575375.html

⁸¹ A *Corporación de Abastos de Bogotá S.A.*, melhor conhecida como *Corabastos*, é o ponto em que chegam os alimentos para a cidade – alguns deles também são distribuídos para outros municípios e cidades do país.

nacional⁸² (das aproximadamente 360 mil registradas no SUR) – e seus benefícios se dão em médio e longo prazo – o que faz com que as necessidades atuais continuem a ser resolvidas pelas próprias famílias deslocadas e seus parentes através dos mecanismos já descritos.

Desse modo, as evidências encontradas neste estudo demonstram que, com a chegada abrupta à cidade, se reduz a capacidade de se auto-sustentar – tudo isto resultado da perda dos meios de produção (terra, animais, capital de trabalho) e da ausência de habilidades e conhecimentos acordes às necessidades dos mercados de trabalho no meio urbano, unido ao incremento das necessidades dos membros da família que devem ser resolvidas no mercado de bens e serviços. Os esforços de todos os membros da família se orientam a aumentar os rendimentos, apesar de que os homens, especialmente de idades avançadas, encontram sérias dificuldades para encontrar empregos – o que, no caso das mulheres, não acontece, em parte, pela transformação, na cidade, de afazeres domésticos em fontes de renda.

Parentes que foram migrantes de outrora, agem como facilitadores ajudando os deslocados a se vincularem em empregos formais ou atividades comerciais informais. Para isso, mobilizam relações pessoais, recursos econômicos próprios ou simplesmente a intuição e aprendizados adquiridos na luta própria para garantir a sobrevivência na cidade. Novamente observamos a maneira como as condições estruturais configuram e particularizam a experiência dos migrantes forçados nas cidades – no caso, os mercados urbanos de trabalho formal e informal, em suas características e deficiências.

A respeito da moradia, são também os parentes que os apóiam, albergando-os no momento da chegada e na posterior procura de um lugar para morar.

Desta maneira, moradia e emprego se convertem em dois eixos vitais para a sobrevivência das pessoas no âmbito urbano, razão pela qual constitui-se primordial o apoio inicial oferecido por parentes que moram na cidade.

⁸² Dado obtido em http://www.chfhq.org/files/4455_file_CHF_colombia_Brochure_en_espanol_.pdf, acesso realizado em 10/07/2007.

5. CONSTRUINDO E CONSERVANDO RELAÇÕES.

5.1. As novas relações na cidade.

Como assinalado por Eunice Durhan, “a obtenção de um emprego, assim como o de um lugar para morar, imediatamente, alarga o horizonte (*de relações*) do imigrante” (1978, p.159). Assim, além dos parentes, vizinhos, pessoas conhecidas nos espaços de trabalho, outros deslocados e funcionários de ONG e do governo começam a ser parte do leque de possibilidades de relação dos migrantes forçados.

No caso dos nossos entrevistados, no novo local de moradia, a interação com os vizinhos se realiza quando estes percebem as dificuldades pelas quais passam as famílias “recém-chegadas” e, devido a isso, muitas vezes, são os primeiros a oferecerem ajuda.

“Dona Bárbara e Diana. Elas moram na mesma casa. Diana mora no terceiro andar e tem nos oferecido até cesta básica, e dona Bárbara nos deu pratos, cobertores e um colchão velho. Então, são pessoas que eu digo: ‘elas têm nos ajudado’. A tia de Celso também. Ele mora na avenida e me apresentou à tia, que tem um negócio de venda de ervas medicinais e também nos ajudou. Ela tem nos emprestado dinheiro e nos dá comida. Todos têm nos oferecido apoio na hora que chegamos... já faz um tempo eles estão passando por dificuldades; então, não nos ajudam como antes, mas no começo sim, e muito” (Entrevista concedida por Marcos em 05 de dezembro de 2006).

A situação apontada por Marcos e outros entrevistados poderia corresponder a uma lógica de solidariedade entre os pobres, que se expressa através de atitudes como oferecer abrigo, comida e, também, dinheiro – em forma de empréstimos ou mediante um convite para trabalhar –, como assinalávamos anteriormente. Sofrer as mesmas necessidades materiais, conviver com problemas similares, dividir o mesmo ambiente e lutar continuamente pela sobrevivência geram atitudes solidárias, de apoio e identificação entre moradores novos e antigos.

No entanto, nem todos os moradores difundem atitudes solidárias. Algumas pessoas entrevistadas se referem a atitudes hostis, que não permitem maiores aproximações com seus vizinhos. É fato que os padrões de relacionamento próprios das áreas rurais e

aqueles característicos das áreas urbanas são diferentes e, às vezes, são causa de desencontros entre recém-chegados e moradores habituais da cidade.

O Senhor Antonio está em Bogotá há seis meses. Ele vem de Bellavista – Chocó e está esperando dois de seus netos, que chegarão na semana próxima. Quando pergunto pelas pessoas que têm lhe apoiado desde que chegou a Bogotá, ele fala de Alberto, do Jardim Botânico, Inês, de *Opción Vida*, e eu, de *Juan Bosco Obrero*. Quando pergunto sobre outros familiares, ele me diz que não os tem aqui; e sobre seus vizinhos, ele me diz: *‘aqui não é como no Chocó. Aqui todos ficam com as portas fechadas. Lá, as portas sempre estão abertas e a gente entra e fala com todos. Aqui cada um entra, fecha a porta de seu cômodo e pronto’* (Caderno de campo, 18 de outubro de 2006).

“Aqui não é como lá. Em uma vila ou num povoado pequeno, todos se conhecem, entendeu? Nós, por exemplo, saíamos para jogar bingo ou ludo e à meia-noite ainda estávamos jogando. Aqui não, fico com medo de ir por aí (...). Aqui as pessoas se recolhem mais cedo, mantêm fechadas as portas, tem menos ambiente, ninguém convida a gente para jogar. Aqui, eu tenho um bingo, um baralho e faço trapaceada [*conhece tanto das regras dos jogos, que faz jogadas que ninguém mais faz e às vezes, tira vantagens daquilo*], e gosto de fazer, mas tenho que fazê-las com a minha mulher, porque não tem mais ninguém.. A dona Ariane nos diz: ‘trouxe uma sopinha para vocês’, mas não passa disso, né? Nada de convidar a gente para algum lugar: ‘vai comigo no centro, me acompanhe’; nada. Então, estamos sós; se queremos sair, temos a nós três, porque ninguém nos convida” (Entrevista concedida por Marcos em 05 de dezembro de 2006).

Costumes como manter as portas das casas abertas em sinal de boas vindas para o viajante ou o vizinho que se aproxima; compartilhar a comida perto do fogão; confraternizar com vizinhos e amigos após a lavoura, são atividades lembradas com saudade – e existe certo sentimento de estranheza pelo fato de não existirem espaços de confraternização similares na cidade.

De outro lado, na experiência narrada pelos nossos entrevistados, além dos familiares que os acolheram e alguns vizinhos, outros deslocados e os funcionários das ONGs e das entidades do governo fazem parte dos vínculos que se estabelecem na cidade. Eles estão nas intermináveis filas para receber ajuda humanitária, para obter vaga nos colégios, no agendamento de consulta médica ou quando são os profissionais que se deslocam até a residência das pessoas. Ambos – deslocados e profissionais – proporcionam basicamente informação, oportunidade de escuta e de intercâmbio de vivências, oferta que é muito valorizada por aqueles.

“Foi quando trabalhamos no Jardim Botânico por dois meses que nos conhecemos. Foi um trabalho através de *Opción Vida*; havia pessoas de todas as regiões da Colômbia, mas nós não gostamos das pessoas do litoral, porque eram muito grossas. Então nos aproximamos eu, minha mãe, a Célia e o Negão. Eles sempre foram muito respeitosos, então compartilhávamos o almoço; na hora do lanche ou do café sempre estávamos juntos. Eles moram aqui perto e cada vez que nos encontramos perguntamos pelo negócio de cada um, se alguém tem informação da UAO. Até agora é assim” (...).

“As outras pessoas foram as primeiras doutoras que vieram do hospital, as duas psicólogas, elas foram muito legais, nos ajudaram muito. Elas ainda ligam para saber como estamos (...) depois está a doutora de *Opción vida*, a doutora Irene – ela nos chamava quando tinha qualquer coisa lá. Ela nos disse se queríamos trabalhar por dois meses e aí foi a chance no jardim Botânico (...) também os doutores do Jardim Botânico, eles são muito amáveis, Jairo é um deles” (Entrevista concedida por Daniela em 05 de dezembro de 2006).

A capacidade para “distinguir” foi relatada por alguns entrevistados como uma questão importante no momento de se estabelecer novos relacionamentos. Distinguir é diferenciar alguém entre a massa; é discriminar uma pessoa por atributos considerados essenciais quando se trata de estabelecer um vínculo de proximidade. Na transcrição da entrevista, a Dona Patrícia esclarece a maneira como este processo opera.

“Há pessoas, no bairro, que você conheceu desde que está em Bogotá, por exemplo: seu Antenor, seu Feitoza e seu Olavo. O que fez com que você se aproximasse deles, por exemplo, no caso de seu Antenor?”

Chegamos a morar nessa casa e aí eu o distingui e me pareceu muito amável. Eu posso lhe dizer: “você faz para mim, por favor, este conserto” e ele colabora, ou eu digo que tenho que ir e posso deixar com ele as chaves da casa, sem problema. Ele é gente fina!!! (...) Além disso ele é do Tolima, mas de outro município diferente do meu, que eu não conheço porque fica muito longe do meu.

No caso de seu Feitoza e seu Olavo, como foi que se aproximou deles?

Com Olavo ele é de um município mais perto do meu, não mais que três horas de distância. Ele é do mesmo município onde nasceu meu cunhado, aquele aonde nós chegamos quando viemos aqui para Bogotá. Então meu cunhado me disse: “Seu Olavo pode lhe ajudar nisto e aquilo. Quando você precisar de algum assessoramento, porque ele é de lá [do Tolima], então primeiro fale com ele, que ele pode lhe ajudar”.

Seu Feitoza também foi por meio de meu cunhado que o conheci. Ele me disse: “ele também é do Tolima e está estudando, ele é quase como um advogado”. Então quando eu declarei, os funcionários de Acción Social me enviaram uma carta onde falavam que não estava incluída [no SUR], então meu cunhado me disse para procurar Seu Feitoza para que ele me ajudasse a redigir um direito de reposição, porque ele é quase um advogado, ele está estudando isso quase desde que chegou e então pode lhe ajudar. Meu cunhado me disse: “não confie nos advogados da UAO. Melhor vá até seu Feitoza que ele está estudando advocacia e ele é bom para isso”.

Mas o que faz com que a dona Patrícia não tenha tido a mesma confiança com outras pessoas, outros vizinhos do bairro e que tem se aproximado de você? O que limita ou condiciona que você sinta o mesmo grau de confiança que tem com seu Adolfo, por exemplo?

Quando a gente não distingue muito bem, assim tenham oferecido sua confiança, mas não sei o que esperar, não conheço o suficiente aquela pessoa, ou penso que podem me fazer alguma coisa. Por exemplo, posso pedir-lhes o favor de guardar as chaves da casa e entregá-las para minha filha assim que ela chegue do colégio, mas eu não confio porque pode ser que eles abram a casa, entrem e... várias pessoas têm me dito que aqui mora muita gente que é... que têm nexos com os paramilitares, e que também tem chegado muita guerrilha por estes bairros. A gente escuta muito isso. Então, sim, fico com medo, sim". (Entrevista concedida por Patrícia em 25 de novembro de 2006).

Os referentes sociais e culturais que ordenam os relacionamentos entre pessoas, na cidade, são diferentes daqueles que operam no local de origem, talvez por este motivo, ser do município "X", ou do mesmo departamento, aproxime e permita retomar aqueles parâmetros para diferenciar e estabelecer relacionamentos entre pessoas, agora na cidade.

Quando isso não é possível, os parentes da cidade agem como tradutores culturais para o novo contexto, da forma em que o faz o cunhado de Dona Patrícia. No relacionamento entre a dona Patrícia e seu Feitoza, os argumentos do cunhado misturam tanto o valor dado ao "local comum de origem" quanto o fato de estudar advocacia e conhecer a linguagem das instituições na cidade; juntos, os critérios dão confiabilidade e abrem espaço a uma relação mais próxima entre as pessoas.

Em outras situações, a prevenção e a desconfiança condicionam o estabelecimento de novos relacionamentos. Isto se justifica pela condição que originou o deslocamento – perseguição, ameaça – e pelas poucas garantias que oferece o contexto de *Ciudad Bolívar*, marcado também pela presença de grupos armados que procuram o controle sobre atividades comerciais e habitantes dos bairros.

Em consonância com a última parte da entrevista com a dona Patrícia, o Senhor Marcos também sublinha a prevenção com que se aproxima dos outros moradores de *Ciudad Bolívar*, devido às informações sobre a presença de atores armados na subprefeitura.

“Fico com medo, sim, porque a Dona Bárbara está administrando um boteco e diz que entram muitos paramilitares e falam muito de que nós – os deslocados – temos que ver com eles porque agora o governo está mexendo com eles por nossa culpa. Ela diz para nós sermos reservados: “não fiquem por aí dizendo que vocês são deslocados porque podem se encontrar com algum desses caras”. Nunca tem acontecido nada, mas ela diz que aqueles caras falam de “limpar” o bairro porque “tem muito viciado e muito deslocado metido”. Então, melhor não se expor” (Entrevista concedida por Marcos em 05 de Dezembro de 2006).

No caso de dona Nilsa, mais complexo do que as dificuldades para diferenciar ou distinguir é o estigma de que podem ser vítimas os migrantes, pelo fato de contar as circunstâncias da chegada a Bogotá – o que limita a possibilidade de “se abrir” com alguém.

“Não, ninguém sabe. Acontece que eu escutei um caso em *Opción Vida* [ONG que oferece ajuda humanitária]: quando eu estava recebendo a primeira ajuda, em março, chegou uma senhora chorando e a funcionária que estava atendendo perguntou por que ela chorava. Aí ela perguntou se hoje lhe davam o cheque para o aluguel. A moça falou que não, que provavelmente no próximo mês. Aí a senhora disse que por contar para a dona da casa onde ela morava, que era deslocada e que ia receber uma ajuda para pagar o aluguel, foi então despejada pela dona, dizendo que sua casa não era um abrigo para deslocados e que, assim que ela chegasse, teria suas coisas na rua. Então, esse foi o motivo para pensar que era melhor não falar. Talvez com vocês de *Juan Bosco Obrero*, porque já sabem; com mais ninguém” (Entrevista concedida por Nilsa em 04 de dezembro de 2006).

Sobre esse aspecto, dona Célia disse o seguinte:

“Não é medo, não. Nem sinto vergonha; simplesmente não falo disso. Para quê eu vou dizer para as pessoas: ‘sou deslocada, sou deslocada’? (...) Quando o pessoal sabe, tudo bem. Quando eu vou aonde encontro aquele povo, por exemplo, em *Opción Vida* ou *Juan Bosco Obrero*, onde todos sabemos que só tem deslocados; mas em outras situações, não. A gente só fala disso com seu rebanho, seu grêmio” (Entrevista concedida por Célia em 05 de dezembro de 2006).

Neste ponto, é importante abrir um parêntese para articular o conceito de estigma (Goffman, {1963}1982) para entender melhor os depoimentos de Nilsa e Célia. Um estigma é utilizado em referência a “um atributo profundamente depreciativo” construído em um determinado marco de relações entre indivíduos. Portanto, é na relação social cotidiana que o traço particular de um sujeito impõe atenção, afastando aqueles com que ele se encontra, e destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus (Goffman, 1982, p. 13 -14).

No caso das pessoas deslocadas, o atributo decorrente da vivência de violência – que os fez fugir de seu local de origem –, não é visível senão dentro da esfera das relações íntimas e nos espaços institucionais nos quais eles apelam em busca de ajuda. Considerada a

área de manipulação do estigma pertencente, fundamentalmente, à esfera pública, a “perceptibilidade” do atributo diferencial – que supostamente possuem os deslocados – só é possível se transmitida a outros pelo próprio indivíduo, por aqueles que conhecem sua história, ou por evidências como o fato de frequentar lugares específicos, como a UAO e algumas ONGs, ou receber cestas básicas identificadas com o carimbo de *Acción Social*.

Assim, no marco de *Ciudad Bolívar*, se não for visível sua situação, os deslocados aparecem como mais habitantes do setor que, como foi salientado no capítulo 4, compartilham as carências e lutas de todos os moradores da subprefeitura. No entanto, quando se desfaz o manto de “invisibilidade”, observam-se reações por parte dos moradores habituais da subprefeitura – os normais⁸³ – que vão desde o apoio e a solidariedade; a desconfiança ao julgar sua ligação com algum dos atores do conflito armado; ou mesmo a rejeição por achar que eles assumem atitudes mendicantes⁸⁴.

Porém, não somente se cria um estigma em torno do fato do deslocamento e suas ligações com o conflito armado, como também verifica-se, o termo *desplazado*⁸⁵ se converte em identidade. A cidade cria uma nova forma de nomear – um apelido para as pessoas – que deriva da experiência da migração forçada.

Entende-se que

“(…) os nomes são reflexo de aspirações, vínculos, mudanças e experiências de quem nomeia e quer definir e destacar qualidades ou estabelecer classificações. Em outras palavras, nomear ou designar é sempre um ato de colocação que se faz a partir de algum ponto de vista” (Strauss, [1959] 1999, p.37).

O termo *desplazado* surge, como sublinhávamos no capítulo introdutório, da categorização estabelecida internacionalmente para os casos em que se mover obrigadamente – sem atravessar as fronteiras do próprio território – precisava ser diferenciado daquela saída

⁸³ Para Goffman, os normais são basicamente aqueles que não possuem o atributo dos estigmatizados.

⁸⁴ A cena mais comum, gravada na mente das pessoas da cidade, é a de uma família inteira – casal e filhos pequenos – sentados numa esquina próxima a um semáforo, com um cartaz a partir do qual se identificavam como uma família deslocada pela violência, e que solicitava ajuda. Os mesmos deslocados rejeitam esta atitude e duvidam da veracidade da condição destas pessoas, pois eles se definem como “pessoas trabalhadoras” e não como mendicantes.

⁸⁵ Até aqui temos tratado de deslocados; no entanto, a partir deste momento, usaremos o termo original, em espanhol, para desenvolver a nossa argumentação.

que gerava a proteção de governos estrangeiros em pessoas conhecidas como “refugiados”. Na Colômbia, o termo é adotado e se incorpora nas normas, nas ações e na linguagem de funcionários públicos, da imprensa, dos acadêmicos, da população em geral e também, é claro, na dos próprios migrantes forçados.

“Eu não sabia o que era isso de *desplazado*. Só quando eu fui chegar aqui que soube o que era” (Entrevista concedida por Lucia, 05 de dezembro de 2006).

No entanto, quem é nomeado é também ativo dentro do processo de nomeação, expressando

“(…) todo um espectro de sentimentos que vai de relativa indiferença a violenta rejeição ou a orgulhosa aceitação. (...) A questão não é saber se uma pessoa é ou não totalmente indiferente a seu nome, mas, sim, que pode ser evocada uma extensa gama de reações somente quando ela pensa na sua situação diante de determinadas platéias se falar o nome que tem” (Strauss, [1959] 1999, p. 36).

No caso das pessoas internamente deslocadas, embora o termo *desplazado* não seja produto de uma autodenominação, aprende-se a usar e, de acordo com as circunstâncias, se leva em “si próprio”: às vezes a pessoa o oculta porque em alguns contextos se identificar como *desplazado* ou *desplazada* pode trazer risco de vida ou de estigmatização – como vimos nos depoimentos acima –; outras vezes, o indivíduo faz uso do termo para abrir as portas da atenção humanitária, dos programas do Estado, ou simplesmente, da solidariedade dos demais. De qualquer forma, as vantagens e desvantagens disto são analisadas em termos de ganhos e riscos, como explica o Senhor Marcos.

“Antes, eu pedia comida, roupa, trabalho e dizia às pessoas que me ajudaram por quê eu era *desplazado*. Mas agora não. Agora fico com medo de me meter em encrenca ou em um problema. E se, por isso, me fazem sair daqui? Não, melhor não. Melhor eu ficar calado!” (Entrevista concedida por Marcos em 05 de Dezembro de 2006).

Assim, o *desplazado* muitas vezes apaga a Marta, o Pedro, a Maria, o José que há por trás do termo, abrindo espaço a uma espécie de “nova identidade” criada em e para um contexto, e sobre expectativas específicas construídas tanto por quem nomeia – os funcionários e profissionais que trabalham em programas do Estado, acadêmicos e pesquisadores, cooperação internacional – como para quem é nomeado. Segundo Strauss, é desta forma que uns e outros, nomeados e nomeadores, caracterizam o nomear como um ato ([1959] 1999, p.38).

Sendo assim, o estigma sobre o *desplazado* aparece como uma construção que interfere nas relações entre eles e os “não *desplazados*” em um *continuum* (Goffman, 1982) que vai desde a solidariedade até a rejeição, ou seja, um processo de mútua influência entre a identidade social – construída em torno dos fatos marcantes da violência que geraram a migração, e que, agora, sustentam o estigma – e a identidade pessoal, que estabelece a forma como o indivíduo adota, utiliza ou desiste de usar este apelido como parte de seu ser individual.

Para concluir, não obstante o estabelecimento de novos laços – a maioria deles baseados na experiência comum que a pobreza cria –, o processo de incorporá-los como parte da rede pessoal é muito lento e está condicionado pelas seqüelas deixadas pela violência e pelas limitações que o novo contexto oferece – em especial, as diferenças culturais entre moradores e migrantes, a aparição de relações *estigmatizantes* entre eles e a presença ativa de atores armados nos bairros, que fazem do medo uma constante.

5.2. Conservando antigos laços.

Até aqui, ficou clara a importância de conhecidos e familiares já estabelecidos em Bogotá, no momento da chegada e adaptação à cidade. Também ficou evidente o modo como vizinhos, outros deslocados, profissionais e funcionários se somam aos laços familiares no lento processo de reconstrução de redes de apoio, embora existam situações que condicionam e até limitam a aproximação entre eles.

Em nosso estudo, observamos também que os migrantes forçados, mesmo com dificuldade, tentam manter algum tipo de contato com as pessoas da sua região de origem. 48 pessoas (76%) afirmam ter contato com familiares, vizinhos e amigos através de ligações esporádicas e mensagens enviadas através de pessoas que viajam constantemente. Entre aqueles que, em maior medida, procuram manter o contato estão as mulheres (69%) e os jovens entre 21 e 30 anos (35%), seguidos de perto por aqueles entre 31 e 40 anos (33%) (tabelas 1 e 2).

A Gilda (27 anos) liga para sua mãe que está em Cartagena uma vez por semana para saber como ela está e contar-lhe de seus planos. Agora que a irmã vem do departamento de Meta para ficar em Bogotá com ela e abrir um restaurante, foi a mãe a primeira a saber da notícia (Caderno de campo, 04 de outubro de 2006)

Tabela 1. Percentagem – por idade – das pessoas que mantêm contato com familiares ou amigos nas regiões de origem.

Idade	Mantém contato	Total de pessoas entrevistadas
21- 30 anos		
Número de pessoas	17	20
%	85%	100%
31- 40 anos		
Número de pessoas	16	23
%	70%	100%
41- 50 anos		
Número de pessoas	9	11
%	82%	100%
51- 60 anos ou mais		
Número de pessoas	6	9
%	67%	100%
Total		
Número de pessoas	48	63
%	100%	100%

Fonte: dados coletados entre Agosto e Outubro de 2006.

Tabela 2. Percentagem – por sexo – das pessoas que mantêm contato com familiares ou amigos nas regiões de origem.

Sexo	Mantém contato	Total de pessoas entrevistadas
Homem		
Número de homens	15	21
%	72%	100%
Mulher		
Número de mulheres	33	42
%	79%	100%
Total		
Número de pessoas	48	63
%	100%	100%

Fonte: dados coletados em Outubro de 2006.

Além de manter os laços de proximidade, o contato se conserva com a idéia de monitorar a situação na região, avaliar as possibilidades de retorno, recomendar o cuidado com os bens materiais deixados (cultivos, animais, casa) com familiares – geralmente idosos – que não conseguiram ou não quiseram sair da região. O seguinte registro ressalta tanto a

importância de ter familiares ou conhecidos em Bogotá quanto a de conservar um mínimo de contato com a região de origem.

Quando aqueles homens chegaram ao distrito onde morava o Senhor Tadeu, ele decidiu mandar suas filhas de 8 e 11 anos para Bogotá, para a casa de uma sobrinha dele que as acolheu, colocou-as para estudar e cuidou delas. Até o momento em que teve que se deslocar, ele trabalhou com gado e na lavoura, onde ganhava o suficiente para viver e mandar dinheiro para suas filhas. Na hora em que foi despejado, teve que deixar tudo: animais, casa, trator, plantios. O Senhor Tadeu não perde a esperança de voltar para sua terra. Por isso, tem conseguido ligar para um vizinho, a quem pediu para passar por sua casa e vistoriá-la. O vizinho contou a ele que no dia seguinte à sua saída, uns homens chegaram, levaram tudo o que puderam e advertiram para que ninguém entrasse na casa. Seu Tadeu ainda fala com seu vizinho, que o mantém informado sobre tudo o que acontece na região. Para ele, isto é muito importante, porque ele ainda conserva a esperança de retornar. (Caderno de campo, 07 de julho de 2006).

As notícias também são trazidas nos contatos comerciais que existem entre as regiões e Bogotá, através da central de abastecimento de alimentos – *Corabastos*. Assim, a Central não só apresenta uma alternativa econômica importante para muitas famílias deslocadas, como também é um mecanismo corriqueiro de comunicação com familiares e amigos e de transmissão de notícias sobre a situação de violência nas regiões.

Na visita à Ana, ela nos conta que o negócio dela e do esposo é chegar de madrugada (1h) a *Corabastos*. Esperam chegar os caminhões e compram *plátano*. Perto das 3h, chegam os comerciantes varejistas, que lhes compram a mercadoria. Ela disse que, além de ser bom negócio, permite-lhes não se desligar de Meta – o departamento de onde saíram –, pois é através dos caminhoneiros que eles sabem de suas famílias. Com eles, mandam e recebem cartas, roupa ou comida (Caderno de campo, 11 de outubro de 2006).

“(…) Tempos atrás estávamos precisando de um atestado de estudo para o Rodrigo, porque ele tinha a chance de arrumar um emprego e precisava do atestado. Aí, nós pedimos para meu irmão Jorge mandar, e então ele ligou segunda passada para que fôssemos a *Corabastos* para pegar o papel e uns *plátanos* que mandou de presente, porque ele nos manda coisas sempre com os caminhões que chegam lá” (Entrevista concedida por Célia em 05 de dezembro de 2006).

Embora tentem manter a regularidade nos contatos com familiares e antigos amigos, as relações não se expressam de igual maneira; em primeiro lugar, pela distância nos encontros, se comparado com o que, antes, era uma vida diariamente compartilhada; segundo, pelo efeito mesmo da guerra sobre as relações sociais. Como balizam Bello, Martín, Millán, Hernández, e Rojas:

“A violência política altera drasticamente as relações historicamente construídas entre as pessoas, as famílias e as comunidades, porque obriga a modificar papéis, status, linguagens, formas de transação, solidariedade e reciprocidade e a construir relações a partir do cálculo racional da proteção e da sobrevivência (Bello, et al, 2005, p. 27)”.

Tal como descrito no capítulo 2, os atores do conflito disseminam a desconfiança e o medo, condicionam os comportamentos das pessoas, ameaçam as iniciativas coletivas – que são enfraquecidas e substituídas pelas estruturas que se criam nos marcos da violência. Assim, as relações deixadas na origem vão se transformando como consequência da guerra.

A Nilsa conta como a tentativa em manter a relação de ajuda com o filho, antes de ela se deslocar, foi afetada como consequência do controle exercido pela guerrilha.

“Ele [*o filho que mandaram para Bogotá para evitar seu recrutamento para a guerrilha*] nos dizia: “eu lhes ajudo para que criem galinhas, lhes mando dinheiro para comida e o que precisarem”. Então nós deixávamos as crianças sozinhas e íamos à chácara. Então, eles [*os guerrilheiros*] começaram nos perguntar: “de onde saíram essas galinhas?”. E nós dizíamos que tínhamos produzido uma boa safra de milho e que parte do dinheiro o tínhamos investido nas galinhas, mas era o filho que nos mandava dinheiro. Depois foi melhor acabar com as galinhas para não ter mais problemas, ou pôr em risco o filho que já estava longe” (Entrevista concedida por Nilsa em 04 de dezembro de 2006).

As notícias também são trazidas pelos novos deslocados que vão chegando, aos poucos, à cidade. Assim, antes mesmo de se estabilizarem econômica e emocionalmente, os deslocados de ontem recebem os deslocados de “hoje”. Em um ciclo que se repete várias vezes, recebem parentes, amigos ou vizinhos – alguns deles, inclusive, chegam a morar provisoriamente com aqueles que um dia foram acolhidos por familiares e amigos migrantes de outrora. Assim, como produto da mesma violência que os afastou, antigos vizinhos e amigos voltam a se encontrar.

Retomemos a história de dona Nilsa. Dizíamos que, quando ela e os filhos finalmente ficaram juntos em Bogotá, o esposo voltou para se empregar em uma fazenda da região. A história continua assim:

“(…) Quando nós fizemos a visita de acompanhamento, numa terça-feira, o marido dela tinha chegado no domingo retrasado, acompanhado de uma antiga vizinha, com seus três filhos. Uns homens chegaram às duas da madrugada, seqüestraram o patrão e ordenaram para os empregados que saíssem. A vizinha conta dos horrores que acontecem na região e de como quase todas as pessoas conhecidas pelas duas famílias têm saído aos poucos. Dona Nilsa recebe a vizinha e seus três filhos em sua casa e começa a orientá-la para conseguir emprego e se registrar na *Acción Social*. Um mês depois, voltei ao local para fazer uma entrevista em profundidade para minha pesquisa e perguntei o que havia acontecido com aquela senhora que tinha chegado junto com o esposo de dona Nilsa. ‘Ela teve sorte’ – disse dona Nilsa: ‘ela conseguiu ser aceita no SUR e já lhe deram a primeira cesta básica das três que correspondem à ajuda humanitária, além de ter conseguido um emprego onde lhe oferecem também moradia’. Mas a história não acabou por aí: agora, na casa de dona Nilsa, está uma antiga colega de estudo de um dos seus filhos, que trabalhava na prefeitura do município e que precisou sair na hora em que a guerrilha ameaçou o Prefeito e todos os seus funcionários. A história de saídas e chegadas e de solidariedade em meio à tragédia parece não ter fim” (Caderno de campo, 26 de julho de 2006 e 04 de dezembro de 2006).

A história da Nely delinea a forma como, intempestivamente, chegam novos parentes a Bogotá.

O dia em que nós fomos visitar a Nely, ela estava muito nervosa. Depois de olhar na porta da casa e mandar os filhos para casa da vizinha, nos contou o que havia acontecido: dois sobrinhos e um irmão do esposo chegaram ontem à noite depois do assassinato de um dos rapazes – ao que parece, por guerrilheiros. Além de ter muito medo do envolvimento no assassinato, ela está pensando em como se incrementaram as despesas da família que até agora ela e o esposo apenas conseguem cobrir, com a fabricação e venda de iogurte. O esposo, aquele dia, estava lhes acompanhando para fazer a denúncia na *Fiscalía* sobre os fatos que resultaram na morte de um deles e a declaração para entrar no SUR. Duas semanas depois, fomos ao escritório falar com Laura – gerente do programa JBO – sobre o caso. Ela já conhecia os detalhes porque o mesmo Gustavo – esposo da Nely – tinha ido procurar ajuda. Naquela época, os rapazes já estavam trabalhando como pedreiros e estavam à espera da resposta sobre inclusão no SUR, questão indispensável para entrar no programa de *Juan Bosco Obrero* (Caderno de campo, 20 de setembro de 2006).

A história do Senhor Airton mostra como alguns rituais familiares – como batizados, matrimônios e funerais – unem, de maneira temporária, parentes que, produto do deslocamento, encontram-se espalhados por diferentes cantos do país.

Airton conta que, depois dele, seus irmãos têm tido que sair de XXXX – Meta. Agora, eles estão em diferentes cidades do país. Depois de dois anos sem se verem, ele se encontrou com irmãos, cunhadas e sobrinhos no funeral de um irmão. Também se encontra com uma irmã que vem todo mês para fazer tratamento contra o câncer. Com ela, o contato é mais constante do que com os outros irmãos (Caderno de campo, 07 de outubro de 2006).

Quem se arrisca mais, viaja para ver suas coisas, trabalhar na safra da região ou testar as chances de voltar. No curto tempo de permanência, as pessoas procuram também contatar antigos vizinhos ou familiares, geralmente idosos que lá permaneceram – como foi o caso do pai da Yujana, que volta perto do município de expulsão para trabalhar na safra do café e para visitar seus pais, um casal de idosos que, não se acostumando com a cidade, voltou para o campo. A dona Violeta foi também avaliando as possibilidades de voltar.

Quando estava testando meus instrumentos em Soacha, fui duas vezes procurar a dona Violeta. A primeira vez, umas crianças que nem abriram a porta me disseram que ela não estava. A segunda vez, uma menina das que estava no outro dia me reconheceu e me disse que ela tinha voltado para XXXX para ver se conseguia ficar ou, caso contrário, iria vender uma casa que tinha lá e voltaria para a cidade (caderno de campo 10/05/2006).

Enfim, conservar a comunicação com as pessoas que ainda permanecem nas regiões de origem apresenta inúmeras dificuldades. Os esporádicos encontros, a ingerência dos grupos armados na cotidianidade das pessoas e a saída forçada e contínua de familiares e amigos das áreas rurais, dificultam o manter vivas antigas relações.

A vinculação de novos integrantes à rede social também não é fácil. Ainda que exista solidariedade, o medo de vivenciar novas situações de violência, o estigma do qual podem ser vítimas – se a condição de deslocado é evidente – e as dificuldades para *distinguir*, diferenciando as pessoas em quem se pode confiar, limitam a incorporação de novos laços à rede pessoal.

Assim, consoante com Sluzky (1996),

“(..) embora toda a rede se construa a partir de um processo dinâmico e constante que inclui a saída e a entrada de novos membros, como resultado da migração acontecem perdas e ajustes que geram uma grande comoção, terminando por transfigurar a rede além do normal. Alguns membros da rede são deixados para trás; outros são retidos e mantidos através de cartas, ligações ou simplesmente lembranças; outros consideram-se perdidos do mapa emocional e funcional. Em teoria, isto deveria corresponder a um período de luto pessoal. No entanto, na prática, este processo é minimizado ou reduzido à necessidade prioritária de adaptação ao novo ambiente” (Sluzki, 1996, p. 94 -95).

Desta maneira, é possível entender as razões por trás da configuração das redes pessoais de suporte que serão descritas no capítulo a seguir.

6. AS REDES DE SUPORTE SOCIAL.

No capítulo anterior, observamos as estratégias usadas para manter os vínculos com familiares e amigos que ficaram nas regiões de origem, assim como os espaços na cidade, em que vão se abrindo passagem para novos relacionamentos. Ao longo dos depoimentos, ficaram também evidentes as dificuldades para manter vivas as relações nos locais de origem, assim como para incorporar novos conhecidos à rede familiar. Estes processos mostraram uma face da dinâmica das redes sociais dos migrantes forçados, que se configura entre a ruptura e a reconstrução de relações, tal como aparece no título desta tese.

Um passo adicional para aprofundar-se no conhecimento das redes destes migrantes consistiu em caracterizá-las de maneira a obter uma imagem mais nítida da forma que a rede toma, de sua densidade e do lugar que ocupam os relacionamentos mais significativos para uma pessoa, assim como das características de cada um dos laços ou vínculos. O conjunto destes atributos confirma vários dos achados na primeira parte deste estudo, além de nos indicar as fortalezas e as fraquezas do suporte social com o qual contam as pessoas deslocadas, em momentos em que, produto da saída forçada, apresentam uma grande vulnerabilidade e uma alta dependência da ajuda externa.

É importante esclarecer que esta caracterização constitui o retrato de uma realidade dinâmica, na qual tanto as condições do contexto – anteriores e posteriores ao deslocamento – quanto as escolhas pessoais interagem, particularizando a experiência destas famílias com o passar do tempo. Assim, provavelmente, o que hoje consideramos a forma que tomam as redes sociais das pessoas e famílias pesquisadas, amanhã constituirá só um estágio de um processo em constante evolução.

Antes de apresentar os resultados conseguidos nesta parte da pesquisa, é importante aclarar alguns conceitos que orientaram o desenho do instrumento, sua aplicação e as análises dos dados obtidos.

6.1. Uma aproximação ao conceito de rede.

A metáfora das redes tem sido utilizada em diferentes momentos do desenvolvimento das ciências sociais, com o intuito de outorgar um pano de fundo específico ao assunto da interação entre indivíduos. Neste percurso, é inegável o aporte da sociologia (especialmente de George Simmel), a antropologia (Barnes, Bott, Barnes e Mitchell), a psicologia e a psiquiatria (Moreno, Cartwright, Newcomb, Bavelas, Sluzki) e, em um período recente, a matemática, a estatística e as ciências da computação.

Como têm sido múltiplas as abordagens ao tema de redes, são variadas, portanto, as definições que podemos trazer à tona. Há um ponto em comum sobre o qual parece existir algum consenso na literatura: a idéia de que a rede está constituída por indivíduos em interação. Devido a que nosso estudo se centra na experiência de indivíduos que, com suas famílias, migram de maneira forçada, a ênfase na definição de rede se constrói no âmbito pessoal.

Desta maneira, a rede social pessoal foi concebida de acordo com Sluzki (1996) como

“(…) esse conjunto de seres com que interagimos de maneira regular, com que conversamos, com que intercambiamos sinais que nos *corporizam*, que nos fazem reais. De fato, essa experiência coerente em tempo e espaço que constitui nossa identidade se constrói e reconstrói constantemente no percurso de nossas vidas sobre a base da nossa interação com outros – familiares, amigos e inimigos, conhecidos, colegas, irmãos de fé, todos aqueles com quem interagimos (...)” (Sluzki, 1996, p.13).

Considerar a rede pessoal desta maneira leva nos entendê-la como uma experiência dinâmica que conjuga “(...) a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como *significativas* ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade” (Sluzki, 1996, p. 42, grifo nosso). Neste sentido, o número de relações não se limita externamente, e é o próprio indivíduo que define a extensão da rede, seus limites e a intensidade dos relacionamentos.

Porém, se esta aproximação parece fechar a rede aos espaços privados de interação, não estamos nos referindo de maneira alguma a uma rede fechada que não admite fluxos com o exterior. Ao contrário, a mobilidade do indivíduo, suas escolhas, assim como as

mudanças, restrições e as características do contexto se refletem na forma e no dinamismo que a rede toma.

Assim, aquela interação que foi ponto de partida para derivar uma definição de rede, não só acontece entre indivíduos. Os indivíduos e a rede, em seu conjunto, constantemente interagem com o contexto no qual se instalam, estabelecendo uma dinâmica acorde com as possibilidades e restrições que aquele estabelece. Desta forma, como é apresentado por Sluzki (1996), é claro que a organização e funcionamento de uma rede são diferentes de acordo com o contexto – seja o de marginalidade e crises, seja o de prosperidade e estabilidade; em períodos de crises de identidades ou de reafirmação cultural; em conjunturas de guerra ou em tempos de paz, e assim por diante.

Se a rede remete a uma forma específica de interação entre indivíduos, a Análise de Redes Sociais – ARS – como proposta analítica, constitui “uma particular forma de análise baseada na importância do relacionamento entre unidades que interagem” (Wasserman & Faust, 1994, p.4). Para os autores, esta perspectiva une teoria, modelos e aplicações que são expressas em termos de conceitos relacionais e processos.

Em conclusão, este estudo retoma as qualidades de dinamismo e abertura da rede e a considera como um produto social, pois, por um lado, é resultado dos intercâmbios significativos entre indivíduos – refletindo as formas de pensar e agir de seus membros – e, por outro, interage e responde às possibilidades e limitações do contexto social, econômico e político que a acolhe.

6.2. O processo de mapeamento das redes de suporte social dos migrantes forçados que chegam a *Ciudad Bolívar*.

Quando a Lúcia e a Daniela vinham para fazer tratamento médico em Bogotá, freqüentavam uma igreja evangélica e intercambiavam algumas conversas com o Pastor. Na hora delas chegarem à cidade, deslocadas, com o cadáver do filho – e irmão – recentemente assassinado, se aproximaram da igreja e foi o Pastor quem fez uma coleta entre os fiéis para ajudar com as despesas do funeral. Ele nunca lhes perguntou o que tinha acontecido, coisa que elas ainda hoje valorizam, pois foi amostra do desinteresse com que se ofereceu aquela ajuda. Lembram também que ele, depois, passava em casa para saber como elas estavam e lhes dava ânimo para continuar lutando (Caderno de campo, 10 de outubro de 2006).

Inicialmente, é importante dizer que, nos trabalhos sobre suporte social, se enfatiza seu caráter funcional e, por consequência, é usual que se defina como uma forma de acordo entre pessoas (House (1981), Dunkel-Schetter, Falman, & Lazarus (1987)). Em nossa pesquisa, verificamos que este acordo faz parte de um sistema de reciprocidade, baseado em laços de parentesco, que se ativa em momentos de necessidade, tal como acontece com a chegada súbita e sobre ameaça de familiares à cidade. Advém, de outro lado, da solidariedade que surge ao dividir e compartilhar as carências, necessidades e luta pela sobrevivência, decorrentes das vivências de pobreza dos moradores das favelas das grandes cidades.

Assim, tanto o suporte recebido quanto o disponível – considerados por Dunkel-Schetter e Bennett (1990) a distinção mais trabalhada pelos pesquisadores a respeito do suporte social – podem ser evidenciados não só nas atitudes e ações concretas, como também nas atitudes e ações esperadas entre parentes, vizinhos, amigos, colegas de trabalhos, e irmãos de fé, entre outros.

O suporte recebido se expressa na “sensação de concretizado” através de diversas manifestações que vão desde um abraço, uma atitude deferente, uma escuta atenta, até a ajuda econômica ou prática – como pode-se observar no caso da Lúcia e da Daniela no depoimento que dá início a esta seção. A avaliação depende da situação particular e do marco cultural que oferece um referente para catalogar certo comportamento como de suporte.

No suporte disponível, a percepção futura de que é possível dispor de um apoio específico quando necessário, dá uma sensação de segurança. Para alguns autores, as pessoas que têm uma rede social forte têm razões para acreditar que o suporte virá quando precisarem dele – o que, em várias situações, pode ser correta. Esta percepção pode estar influenciada também por experiências do passado ou, simplesmente, estar fundada na proximidade dos vínculos e na confiança que eles geram. Nos depoimentos e nos dados coletados para este estudo por meio do *survey*, comprovamos que esta certeza foi o que promoveu o deslocamento da maioria de nossos entrevistados até Bogotá.

De tal modo, esta parte trata da configuração das redes sociais dos migrantes forçados, com ênfase no suporte social recebido por eles. Assim, o *survey* elaborado

combinou tanto um múltiplo gerador de nomes (*name generator*)⁸⁶ – que permitiu identificar os *alteres* (vínculos) do entrevistado – quanto um intérprete de nome (*name interpreters*), que forneceu informação sobre os *alteres* e seus relacionamentos. Contou também com uma parte de dados gerais da pessoa entrevistada (*ego*).

O gerador de nomes incluiu perguntas abertas como ¿Quem o/a acalma quando está triste ou com raiva? ¿Com quem você gosta de sair, dar uma volta pelo parque ou pelo comércio do bairro, ou assistir televisão? ¿quem lhe empresta dinheiro para pagar a passagem do ônibus? ¿Quem toma conta dos filhos enquanto você tem que sair? ¿Quem o/a orienta quando tem que procurar um endereço na cidade?. Estas e outras perguntas permitiram delinear 5 tipos de suporte da rede:

1. **Suporte emocional:** baseado em Sluzki, Madarriaga (2003), este tipo de suporte faz referência aos intercâmbios que levam a uma vida emocional positiva e a um clima caracterizado pela compreensão, a simpatia, a empatia, o estímulo e o apoio. Em termos concretos, o apoio emocional se traduz em “poder contar com” a repercussão emocional e a boa vontade do outro. Esta é a função própria das amizades íntimas e das relações familiares próximas com um nível baixo de ambivalência (Madarriaga, 2003, p.31).

2. **Socialização:** consiste na realização de atividades conjuntas ou, simplesmente, o fato de estarem juntos fornecendo companhia (Sluzki, 1996). Para facilitar o entendimento tanto do aplicador como do entrevistado, este tipo de suporte foi nomeado, no instrumento final, “*compartilhar com...*”.

3. **Ajuda Prática:** aborda a colaboração em diferentes atividades da vida diária, como reparar um móvel, cuidar das crianças por um período curto, emprestar uma ferramenta, etc. (Vaux, {1982}1988).

⁸⁶ Os geradores de nome podem ser tanto simples quanto múltiplos. Alguns geradores simples focalizam os *alteres* com os quais o entrevistado (ou *ego*) “discute assuntos importantes”. Estes são conhecidos como Geradores de Nomes de Suporte Social – GNSS –, aparecem pela primeira vez em 1985 e, posteriormente, foram utilizados em diversos estudos. A Respeito dos geradores múltiplos, Marsden (2005) destaca vários exemplos, como o desenho de medição de suporte social recebido – ISSB (Inventory of Socially Supportive Behaviors) – de Barrera (1981), que consiste de 40 exemplos de comportamentos que representam quatro tipos específicos de suporte recebido por um indivíduo: emocional (emotional), material (tangible), cognitivo-informacional (cognitive-informational), e orientação diretiva (directive guidance).

4. **Ajuda financeira:** trata do apoio concreto em dinheiro ou em outros bens materiais (comida, roupa, móveis) quando se precisa.

5. **Informação:** configurada por interações destinadas a compartilhar informação pessoal ou social (Sluzki, 1996), oferecer dados sobre encaminhamentos, formas de se movimentar na cidade, vagas para emprego, etc.

O estudo limitou o número de *alteres* a não mais de cinco pessoas por tipo de suporte, para um total de 25 pessoas para toda a rede⁸⁷.

Os intérpretes de nomes permitiram indagar sobre os *alteres* – ou vínculos – e as relações entre o *ego* e estes, a respeito da forma de se relacionar com o *ego*; procedência do *alter*; tempo de conhecidos; frequência dos encontros; percepção de proximidade e reciprocidade, entendida como equilíbrio entre dar e receber na relação estabelecida.

O resultado final foi um *survey* com um total de 49 perguntas: 13 relacionadas com características da pessoa (*ego*); outras 13 com as características da relação com os outros (*alteres*) que conformam a rede pessoal de suporte, além das 23 perguntas do gerador de nome para os cinco tipos de suporte⁸⁸ (ver apêndice B).

Com a estrutura do *survey*, continuei seu ajuste e teste em duas fases: a primeira, com uma pequena amostra da população deslocada; e a segunda, com os funcionários da ONG *Juan Bosco Obrero*. A primeira fase aconteceu entre maio e junho de 2006. Neste período, conjuntamente com os estagiários da Universidade Nacional que apóiam o trabalho da UAO, no município de Soacha – área metropolitana de Bogotá –, foram realizadas visitas às moradias das pessoas que solicitam ampliação da ajuda humanitária (alimentos e dinheiro para aluguel) oferecida pelo governo nacional. As visitas tinham como objetivo avaliar a necessidade da ajuda através de um formulário que media variáveis como

⁸⁷ Vaux ({1982}1988) utiliza 10 *alteres* por cada tipo de suporte, o que abre a possibilidade de 50 pessoas por rede.

⁸⁸ A elaboração do *survey* foi orientada pela consulta de alguns instrumentos e escalas de medição de suporte social, sendo os principais o Social Support Resources – SSR –, de Alan Vaux ({1982}1988), Faculty of Psychology of Southern Illinois University, Carbondale; o Norbeck Social Support Questionnaire – NSSQ –, de Jane Norbeck (versão em espanhol com revisões de 1982 e 1995), School of Nursing at University of California, San Francisco; e o General Social Survey – GSS –, aplicado periodicamente pelo National Opinion Research Center, da Universidade de Chicago.

composição familiar, fontes de rendimentos da família, estado da moradia, entre outras. No momento da visita, o instrumento da pesquisa foi testado e, a partir das respostas das pessoas e dos comentários que surgiam da conversa com eles, a formulação de algumas perguntas se modificou, outras foram retiradas ou adicionadas. O teste também incluiu a busca por um formato de *survey* fácil de ministrar – decidiu-se adotar uma ferramenta que se dividia em caderno de perguntas e folha de respostas.

A segunda fase de testes realizou-se no mês de agosto de 2006, com os funcionários da ONG *Juan Bosco Obrero*. Naquele momento, foi feita uma apresentação da pesquisa e do plano de trabalho para os 3 meses de voluntariado da pesquisadora dentro da ONG. Durante a apresentação, testou-se o instrumento e, a partir disso, derivaram-se sugestões de mudança na formulação das perguntas.

Depois de testado, o *survey* foi respondido por 63 pessoas selecionadas, uma em cada dez, da lista de 670 pessoas atendidas no PAE, entre Fevereiro e Setembro de 2006, pela ONG *Juan Bosco Obrero*. Estas responderam ao *survey* aplicado diretamente pela investigadora e por dois funcionários da ONG treinados para operar o instrumento.

Foram realizadas 56 aplicações, através de visitas ao lugar de moradia; as 7 restantes foram feitas logo após as reuniões informativas para novos(as) beneficiários(as) do programa. Este trabalho foi feito entre Agosto e Outubro de 2006. Os dados obtidos a partir dos 63 formulários preenchidos foram consignados num arquivo de Excell e processados em SPSS 9.0.

Os resultados que apresentamos a seguir são produto da análise estatística do *survey* aplicado. Divide-se em duas grandes partes: as características gerais das pessoas entrevistadas (*egos*) e os traços ou características das redes de suporte social.

6.3. Características gerais das pessoas entrevistadas.

Como eixos da rede, os dados sobre o entrevistado e sua procedência são partes importantes da aproximação à população. Assim, características como sexo, idade, etnia,

número de pessoas com quem chegou a Bogotá, local de expulsão e tempo de moradia em Bogotá, permitiram obter um panorama da população objetivo deste estudo⁸⁹.

É importante aclarar que, para os fins do programa de *Juan Bosco Obrero*, o interlocutor do grupo familiar é a pessoa que aparece como “declarante” ou “chefe de família” no SUR, que administra *Acción Social*, portanto, os nossos entrevistados e os dados que aqui se apresentam correspondem a estes interlocutores.

Dentre as 63 pessoas entrevistadas, 42 eram mulheres (67%) e 21 homens (33%), que se constituíam, na mesma proporção, chefes de família. Quando comparado com os dados do RUT para Bogotá, da Conferência Episcopal da Colômbia (2005b), a tendência é inversa à encontrada em nosso estudo, com uma proporção próxima a 59% de homens chefes de família e 41% de mulheres nesta posição – tendência semelhante ao percentual nacional (tabela 3).

Tabela 3. Distribuição percentual – por sexo – dos chefes de família da população deslocada em Bogotá.

Sexo	Estudo redes*	RUT** Bogotá	RUT** Nacional
Homem	33%	59%	60%
Mulher	67%	41%	40%
Total	100%	100%	100%

* Estudo redes refere-se aos dados coletados pela autora

** Nome bíblico dado ao Sistema de Informação sobre deslocamento, da Conferência Episcopal Colombiana.

Fonte:

Dados RUT: Conferencia Episcopal, 2005, *La familia en situación de desplazamiento*, RUT informa, Boletín especial estudio de caso 10, Bogotá, p.13 e 18.

Dados Estudio Redes: pesquisa realizada pela autora entre Agosto e Outubro de 2006.

É fato que muitas mulheres saem de seus locais de origem devido à morte ou desaparecimento seus esposos ou companheiros, assim, a vulnerabilidade das famílias chefiadas por uma mulher é maior. O relatório da Conferência Episcopal (2005b), baseado no RUT, salienta a realização da chefia feminina em ausência do cônjuge, enquanto 86% dos chefes homens contam com a presença de suas esposas ou companheiras.

⁸⁹ Os dados relacionados com questões como número de lugares pelos que passou antes de chegar a Bogotá, existência de familiares ou conhecidos em Bogotá, contato com eles, contato com as pessoas que moram no local de origem, embora sejam parte das questões do *survey*, foram tratadas nos capítulos 3, 4 e 5.

Por outro lado, em nosso estudo, encontramos que, por trás do fato de o homem não aparecer como chefe, está o medo de ser novamente perseguido e, para isso, a estratégia é aparecer o mínimo possível nos espaços públicos, deixando para a mulher a representação nas entidades governamentais e nas ONGs. Em outros casos, as famílias decidem que a mulher seja declarante no SUR e, portanto, identificada como chefe da família, em razão da política de prioridade às famílias chefiadas por uma mulher – o que facilita o acesso às ajudas. Esta situação foi percebida em algumas das conversas com os entrevistados.

“Eu declarei separado porque minha mãe fez primeiro o encaminhamento para o auxílio pela morte do meu irmão. Eu declarei na UAO de San Francisco porque eu fui primeiro e me perguntaram qual era meu núcleo familiar e eu disse, depois foi a minha mãe e declarou por ela, mas nós não sabíamos nada disso [*prioridade no atendimento para mulheres cabeça de família*], há outras pessoas que, sim, sabem, e se aproveitam disso” (Entrevista concedida por Daniela em 05 de dezembro de 2006).

Com relação à idade dos entrevistados, como representado na figura 16, a maior parte da amostra deste estudo se encontra na faixa que vai entre 31 e 40 anos (37%), seguida de perto pelo grupo entre 21 e 30 anos (32%). Ao juntar ambas as porcentagens, podemos concluir que 69% dos entrevistados estão em idade produtiva, e que seu ciclo vital corresponde a famílias com filhos em idade escolar, o que foi corroborado nas visitas e nas caracterizações familiares feitas durante o trabalho de campo desta pesquisa. Existe também um número representativo de famílias (14%) cujo responsável está acima dos 50 anos, o que configura, como vimos no capítulo 4, muito mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho urbano e de se adaptar ao ritmo de vida da cidade.

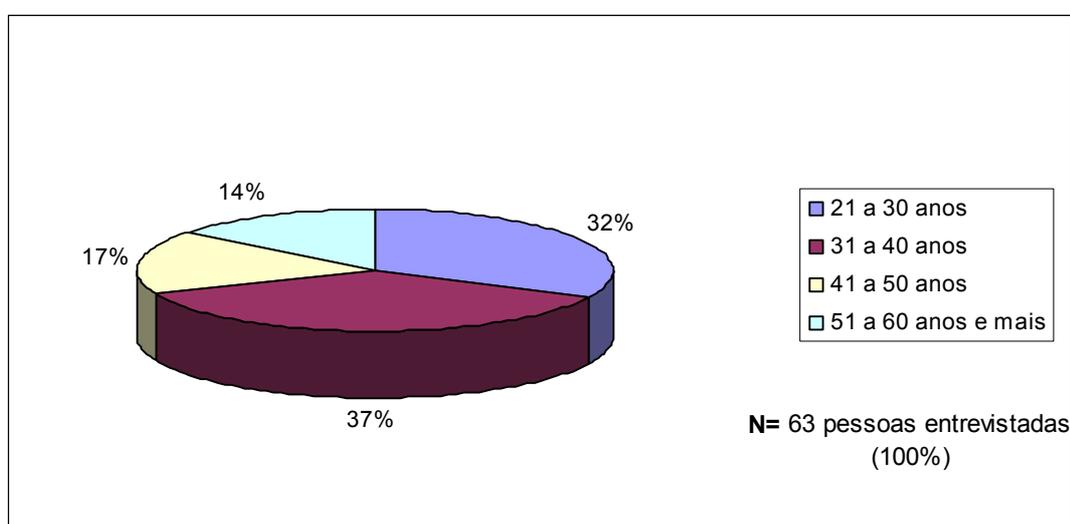


Figura 16. Distribuição por faixa etária

Fonte: pesquisa realizada pela autora entre Agosto e Outubro de 2006.

Do ponto de vista da etnia, tomou-se como parâmetro a definição utilizada nos censos nacionais pelo *Departamento Nacional de Estadística – DANE* –, que corresponde ao auto-reconhecimento baseado em práticas culturais, pertencimento a um grupo ou comunidade tradicional ou traços físicos. Assim, dos 63 entrevistados, 49 responderam a respeito da etnia, e a maioria deles (45%) se reconhece como mestiço⁹⁰, seguido de branco (31%), indígena (16%) e negro ou afro-colombiano (8%) (figura 17). Dentro dos grupos que se consideram indígenas e mestiços há uma alta proporção de mulheres, 75% e 73%, respectivamente.

Nos dados nacionais de Codhes apresentados no capítulo 2, de cada 10 deslocados, 4 pertencem a uma minoria étnica; no nosso estudo esta proporção foi de 2 para cada 10.

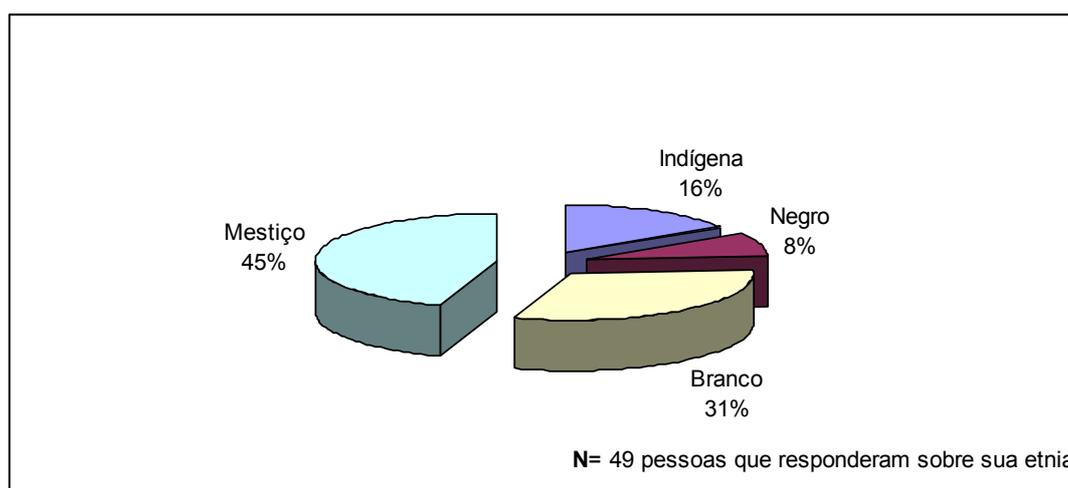


Figura 17. Distribuição por etnia

Fonte: pesquisa realizada pela autora entre Agosto e Outubro de 2006.

Com relação ao departamento de origem, aquele do qual foram expulsos, é importante lembrar que Bogotá, por sua tradição de cidade de migrantes, acolhe pessoas das mais variadas regiões do país, mesmo no caso dos deslocados internos. O SUR ratifica esta tendência ao estabelecer o deslocamento a Bogotá como interdepartamental, em 98% dos casos⁹¹.

⁹⁰ Filho de espanhol e indígena.

⁹¹ As outras categorias migratórias por tipo de mobilidade são: intermunicipal dentro de mesmo departamento; intramunicipal rural-rural; intramunicipal rural-urbano; intramunicipal urbano-rural e intra-urbano (entre bairros de uma mesma cidade). O dado sobre incidência de deslocamento interdepartamental em Bogotá corresponde ao período 1995-julho de 2007.

Segundo dados coletados para este estudo, as pessoas provêm de 18 dos 32 departamentos em que se divide administrativamente a Colômbia. Coincidindo com os dados nacionais do SUR analisados por Chaparro (2006), a maior tendência de chegada corresponde aos departamentos de Tolima, Cundinamarca e Meta, seguidos de Huila, Caldas e Valle. No nosso estudo, o departamento de Meta possui maior representatividade numérica, ocupando o segundo lugar, enquanto que, em nosso estudo, departamentos como Choco e Putumayo – que, no agregado do SUR analisado por Chaparro, aparecem como fazendo parte do “resto do país” – têm alguma representação. Esse aspecto pode estar relacionado com o aumento do conflito naquelas duas regiões ou com a ação das redes de parentes que podem facilitar a vinda de pessoas procedentes destes departamentos (figura 18).

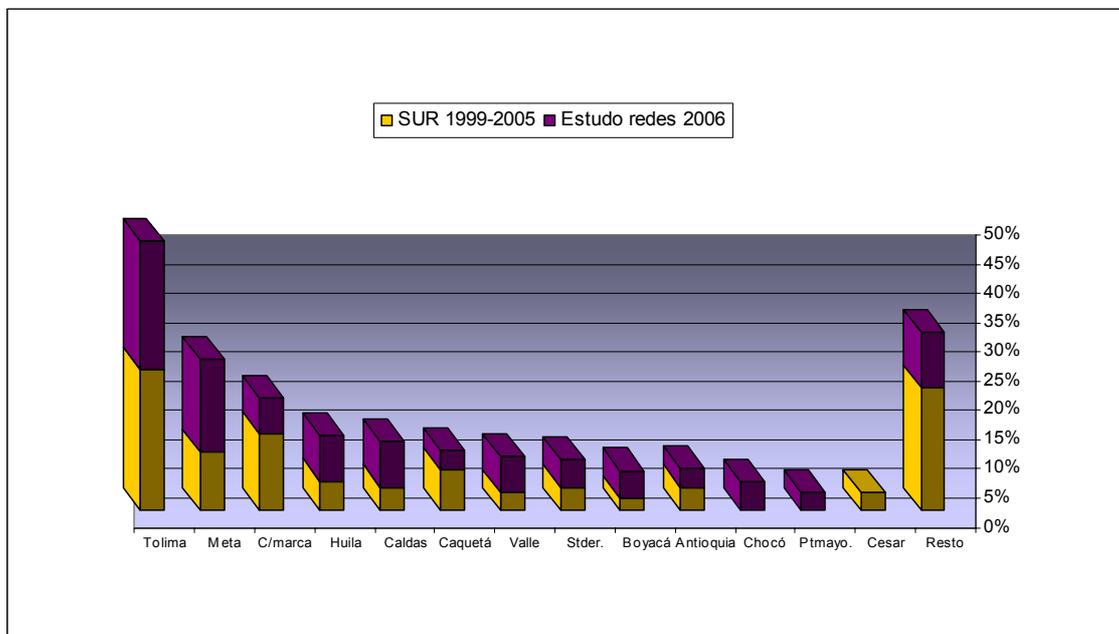


Figura 18. Distribuição por departamento de origem. Comparativo Estudo Redes e SUR Bogotá.

Fonte:

Dados SUR (Sistema Único de Registro de Población Desplazada): Chaparro, 2006, p.67, elaboração a partir de dados SUR Bogotá, 1999-2005.

Dados Estudo Redes: Pesquisa realizada pela autora entre Agosto e Outubro de 2006.

Flor Edilma Osório, em análise da dinâmica do deslocamento para a região central da Colômbia – Bogotá e os departamentos de Cundinamarca, Boyacá, Meta, Casanare, Arauca, Huila e Tolima –, conclui que existe uma alta correlação entre os circuitos tradicionais da migração econômica e os fluxos de migração forçada, o que permite observar

uma alta retenção da migração forçada dentro da mesma região (Osório, 2005, p.114). Neste sentido, se está expressando uma conexão entre antigos migrantes econômicos e “novos” migrantes que se originam do conflito que, no nosso estudo, se concretiza na alta proporção de deslocados que afirmam ter um conhecido na cidade (parente ou amigo) a quem contatou na chegada a Bogotá.

Quanto à eleição do local de chegada, no capítulo 3, afirmamos que 68% das pessoas saíram de seus locais de origem diretamente para Bogotá. Se comparado com os dados da pesquisa feita pela *Corporación Nuevo Arco Iris*, em 2004, ambos os estudos coincidem ao estabelecerem uma porcentagem maior para as pessoas que migram diretamente para Bogotá; no entanto, nosso estudo apresentou uma proporção menor (68%) do que a encontrada por esta ONG (92%).

Na cidade, a proporção das pessoas que tinham parentes ou conhecidos (70%) é muito próxima à de pessoas que migraram diretamente para Bogotá, o que nos leva a concluir que as razões para escolher a cidade como destino estão relacionadas com a existência de redes sociais e, em especial, com a percepção de que é possível dispor de apoio quando necessário, tal como foi exemplificado na descrição da trajetória da migração no capítulo 3. A maioria deles (82%) teve sucesso ao tentar encontrar parentes e conhecidos.

O restante (30%) corresponde a pessoas que, embora não tivessem nenhum tipo de vínculo ou conhecimento da cidade, acreditam que esta oferece maiores oportunidades para conseguir um emprego, que estão suficientemente longes da ação dos grupos armados e da violência que opera na região de origem ou, simplesmente, chegam à capital a partir das informações fragmentadas que obtém de conterrâneos que foram deslocados antes deles.

“Eu tinha escutado que estar aqui era difícil, mas nunca pensei que fosse assim. É pior do que tinham me contado” (Caderno de campo, 31 de agosto de 2006).

Nosso estudo indagou também sobre o número de pessoas com quem o entrevistado chegou a Bogotá – a maioria deles com entre duas e quatro pessoas (65%), geralmente a família mais próxima (esposo(a) e filhos(as)). Em seguida, estão aqueles que chegaram com entre cinco e oito pessoas (14%); as pessoas isoladas representaram apenas 9% dos casos (tabela 4).

Tabela 4. Tamanho do grupo com que chegou a Bogotá.

Número de pessoas com quem chegou	Número de entrevistados	%
Nenhuma (chegou sozinho)	6	9%
Com uma	1	1%
Entre 2 e 4	41	65%
Entre 5 e 8	9	14%
Entre 9 e 12	3	5%
Mais de 12	1	1%
Deslocamento massivo (50 ou mais pessoas ou 10 ou mais famílias)	2	3%
Não sabe/não respondeu	2	3%
Total	63	100%

Fonte: pesquisa realizada pela autora entre Agosto e Outubro de 2006.

O tempo, tanto de moradia em Bogotá quanto no bairro atual, foi também matéria de pesquisa, já que nosso intuito era perceber o grau de mobilidade das pessoas dentro da cidade. Assim, a partir dos critérios de seleção dos beneficiários do programa de *Juan Bosco Obrero*, a maior parte deles chegou a Bogotá há um ano (65%), seguida daqueles que chegaram há um ano e meio (14%) (tabela 5). Como já se assinalava, quando comparados o tempo de moradia no bairro e o tempo de permanência em Bogotá, verificamos que 62% das pessoas continuam no mesmo bairro desde sua chegada à cidade. A existência de parentes, a intenção de permanecer perto deles, os laços feitos com outros moradores do bairro e as possibilidades de trabalho são alguns dos argumentos para permanecer ali. No entanto, 38% das pessoas buscaram outro local para morar – procurando aluguéis mais baratos, novas chances de trabalho ou fugindo das ameaças ou da violência urbana.

Tabela 5. Distribuição percentual do tempo de moradia em Bogotá e no bairro.

Tempo	Em Bogotá (% de entrevistados)	No bairro (% de entrevistados)
Menos de um mês a um mês	9%	24%
2 meses-6 meses	2%	29%
7 meses-12 meses	65%	18%
13 meses-18 meses	14%	10%
19 meses-24 meses	5%	18%
25 meses-30 meses	2%	-
31 meses-36 meses	3%	-
37 meses ou mais	-	-
Total	100%	100%

Fonte: pesquisa realizada pela autora entre Agosto e Outubro de 2006.

Concluimos que as pessoas que chegaram à cidade com sua família mais próxima são, em sua maioria, pessoas jovens –muitas delas, mulheres que são chefe de família-, em plena idade produtiva, que têm tido algum tipo de contato com a cidade por experiência própria ou por terem parentes ou amigos – antigos migrantes –, o que dá relevância à existência de redes na eleição do local de chegada. Eles chegam isoladamente, vindos de diferentes cantos do país, outorgando a Bogotá o caráter de cidade receptora de deslocamentos individuais (ou “gota a gota”⁹²) e interdepartamentais.

6.4. As redes de suporte dos migrantes forçados: configuração.

A configuração das redes pessoais de suporte das pessoas que fizeram parte deste estudo são pequenas em tamanho (em média seis integrantes), centradas na família mais próxima (em média quatro pessoas da rede são parentes), e os novos laços estabelecidos se caracterizam pela grande proximidade geográfica, isto é, vizinhos ou amigos, moradores da mesma casa ou quarteirão, com quem se dividem as dificuldades pela sobrevivência cotidiana.

82% dos casos representam, na sua rede, a mistura entre familiares e novos conhecidos na cidade; só em 4 casos não se incluiu nenhum integrante da família como parte da rede, o que corresponde a pessoas que chegaram sós, que não têm nenhum parente ou conhecido na cidade.

No outro extremo, estão 7 casos em que os entrevistados mencionaram unicamente familiares dentro de sua rede de suporte. O caso da Yadira, que narrávamos em capítulos anteriores, é um exemplo deste tipo: no total, são 22 pessoas de uma mesma família que saem ameaçadas e, antes de se deslocar para Bogotá, esperam um mês na capital do departamento de origem. Nesse mês as dificuldades para sobreviver fazem com que decidam sair para a capital do país esperando encontrar um familiar da mãe da Yadira que morava havia mais tempo na cidade. Hoje eles moram em 3 bairros próximos, se encontram para resolver as emergências familiares – como a saída do país de um dos tios, como refugiado, ou

⁹² Em oposição aos individuais consideram-se deslocamentos massivos a saída forçada, de uma vez só, de 50 pessoas ou mais, ou 10 ou mais famílias (artigo 12, decreto 2569, de 2000, em http://www.accionsocial.gov.co/documentos/Decreto_2569_2000.pdf, acesso realizado em 06/08/2007).

o assalto à casa do avô que terminou com ferimento a ele – e, é claro, para comemorar datas como Natal, Ano Novo ou as festas de *San Pedro* e *San Juan* em junho, que são típicas da região de onde eles vêm.

No caso da Yadira poderíamos falar de um alto nível de coesão entre os membros da rede, provavelmente gerado antes ou reforçado pela experiência migratória. O alto número de integrantes da rede faz com que cada um cumpra diferentes funções que ajudam na adaptação e na sobrevivência; poderíamos pensar, então, que isto dispensa a necessidade de recorrer a pessoas externa à família. No entanto, não podemos esquecer que, muitas vezes, a razão para se recluir dentro da família e não falar com os outros está relacionada com as diferenças culturais que não permitem a aproximação com os moradores da cidade; o medo de ser novamente perseguidos; e às dificuldades para distinguir, entre os habitantes da cidade, aqueles que fazem parte dos grupos armados presentes em *Ciudad Bolívar* e que, como assinalamos no capítulo 5, vêm nos deslocados uma ameaça aos seus interesses.

Tanto o número de pessoas com quem eles migraram – entre 2 a 4 – quanto a média de pessoas que fazem parte da rede (seis integrantes) à qual, na maioria das vezes, incluem os familiares com quem chegaram, nos mostram que a integração de novos laços é bastante precária. Sendo assim, é ainda mais preocupante o fato de que eles, no pouco tempo de moradia na cidade, já registrem perdas de relacionamentos, ou seja, pessoas com quem existia um mútuo apreço, porém, devido a circunstâncias como mudanças, perda de endereço ou telefone e, em ocasiões, morte, já não fazem parte do grupo de proximidade. 27 pessoas (43%) viveram esta situação, por causa da perda do contato de um amigo ou vizinho (37%), um parente (19%), um filho (15%), o esposo ou os pais (11% cada), ou um irmão (7%). O apoio recebido de tais entes era concebido como alto em 81,5% dos casos.

Com relação às formas de suporte avaliado, o de socialização (*compartilhar com...*), o emocional e o de informação são os tipos, em média, com mais e menos pessoas, 2.7, 2.6 e 1.2 pessoas, respectivamente. Lembremos que o *survey* dava a possibilidade de listar até 5 pessoas por tipo de suporte – o que se deu em poucos casos (tabela 6).

Tabela 6. Média por tipo de suporte.

	Informação	Emocional	Socialização	Ajuda prática	Ajuda Financeira
Número de pessoas	1,2	2,6	2,7	1,7	1,7

Fonte: pesquisa realizada pela autora entre Agosto e Outubro de 2006.

No que concerne à questão do suporte em socialização⁹³, nos momentos para compartilhar é comum verificar, entre os deslocados, que se prefere um familiar em especial – os filhos –, e a partir dessa escolha se deriva a maior parte dos outros parâmetros testados no *survey*, ou seja, o fato de ser também “deslocado” (procedência do *alter*); de se conhecer a vida toda (tempo de conhecidos); de se ver diariamente (frequência dos contatos); de sentir que se dá quanto se recebe nas trocas que acontecem entre eles (equilíbrio no relacionamento). A preferência em compartilhar com os filhos é um dado mais comumente encontrado em mulheres do que em homens que dividem, também, o tempo livre com amigos ou vizinhos, tal como aparece nas figuras 19 e 20.

As cores nas figuras representam os cinco tipos de suporte: verde – socializar, amarelo – suporte emocional, vermelho – ajuda prática, roxo – ajuda financeira, azul – informação. A distância entre o *ego* e os *alteres* está dada pela resposta referente à proximidade no relacionamento (pergunta 20 do *survey*). Desta maneira, o primeiro anel se refere às pessoas consideradas muito próximas; o segundo, àquelas consideradas medianamente próximas e o terceiro, às pouco próximas.

A figura 19 apresenta a rede tipo para a socialização descrita na análise estatística. Neste caso, aparece uma mulher cujos laços principais são os filhos – as pessoas com quem gosta de se descontraír. Além deles, aparece o esposo, que também lhe oferece apoio emocional, e uma prima, que lhe apóia quando tem que deixar os filhos para ir trabalhar. Na figura 20, o número de *alteres* relacionados com socialização é alto quando comparado com os outros tipos de suporte. O fato relevante deste exemplo é a presença majoritária de vizinhos e amigos na hora de compartilhar.

⁹³ Para indicar as pessoas com quem compartilham o tempo livre perguntamos: sublinhe as pessoas com que você gosta de sair e se descontraír; dar uma volta pelo parque ou pelo comércio do bairro; assistir televisão; tomar uma cerveja ou um refrigerante; jogar futebol, baralho, dominó, ludo; falar na porta da casa ou na rua.

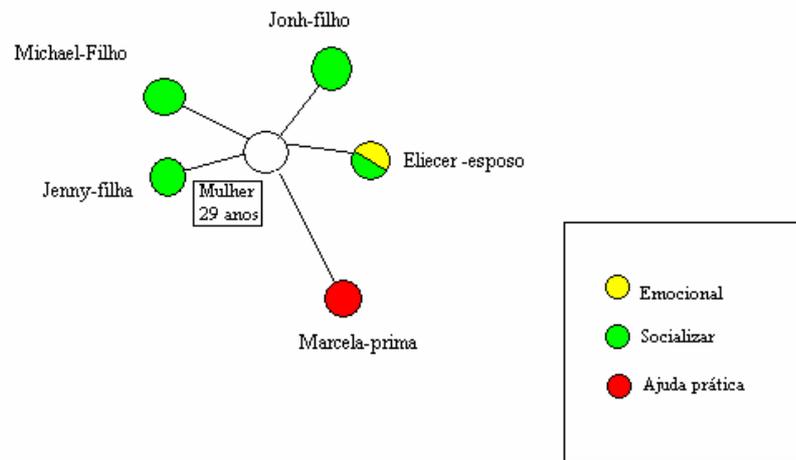


Figura 19. Rede com ênfase em socialização. Mulher – 29 anos.

Fonte: diagramado com base em dados coletados pela autora entre Agosto e Outubro de 2006

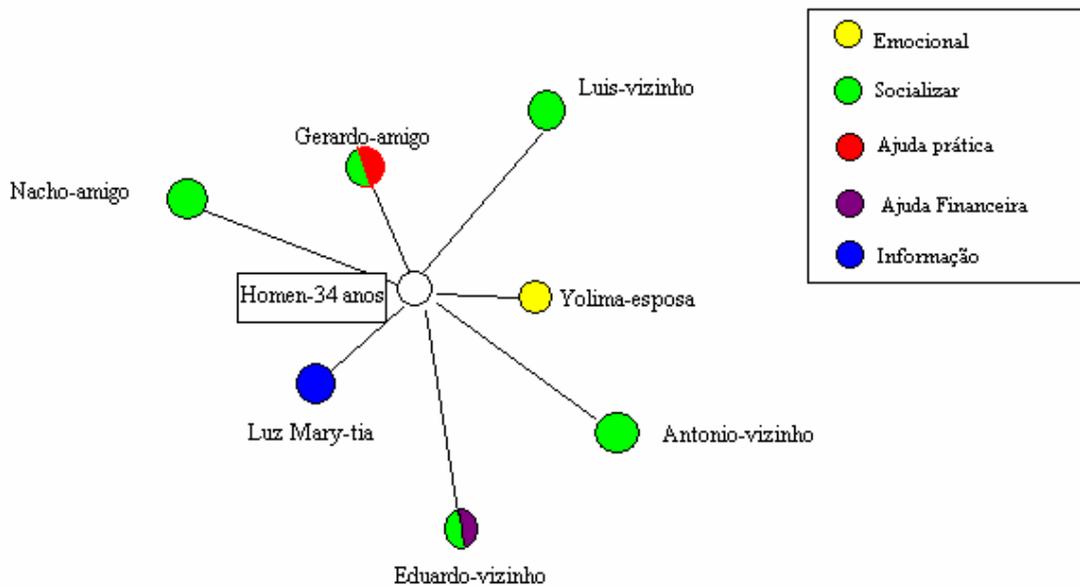


Figura 20. Rede com ênfase em socialização. Homem – 34 anos.

Fonte: diagramado com base em dados coletados pela autora entre Agosto e Outubro de 2006

Para estabelecer os apoios emocionais das pessoas desde sua chegada a Bogotá, fizemos 6 perguntas: Com quem você se sente próximo? Quem o acalma quando está triste ou com raiva? Com quem você discute assuntos importantes? Com quem fala sobre suas preocupações? Com quem fala quando você está confuso ou não tem certeza do que fazer?. Como já foi assinalado, o primeiro lugar de provisão de apoio emocional está num filho (22%), depois num irmã/o (15%), e num amigo (15%); que em 60% dos casos corresponde a uma mulher. A rede da figura 21 apresenta um exemplo de uma rede com ênfase no suporte emocional.

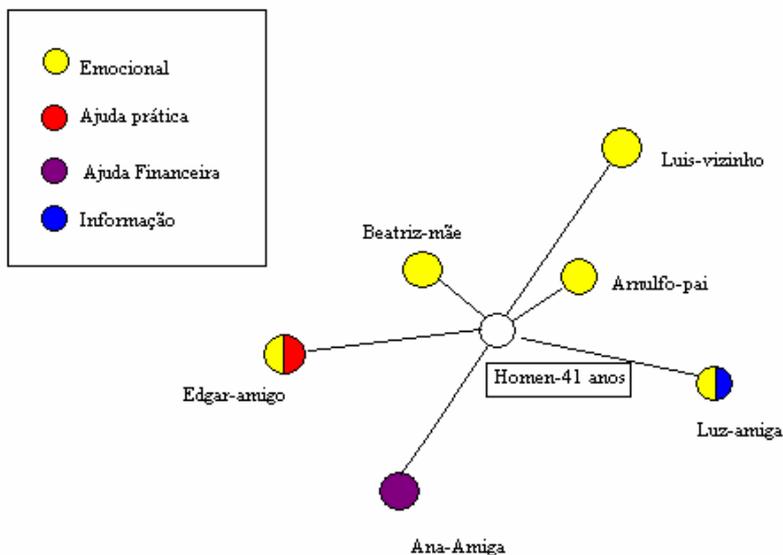


Figura 21. Rede com ênfase em suporte emocional. Homem – 41 anos.

Fonte: diagramado com base em dados coletados pela autora entre Agosto e Outubro de 2006

O papel do suporte em informação⁹⁴, em geral, é assumido por um amigo (35% dos casos), um vizinho (25%) ou um parente que mora na cidade há algum tempo (10%). Isto é coerente se pensarmos que esta função precisa de alguém que se desenvolva na cidade e que possa oferecer uma ajuda efetiva na hora de perguntar-lhe como utilizar o sistema de

⁹⁴ Perguntamos por 5 pessoas que oferecem informação útil, por exemplo, sobre como arranjar um emprego; movimentar-se pela cidade orientando-os/as na utilização do serviço público; que os/as encaminha para os serviços públicos de saúde e educação ou informa quando precisa encontrar um endereço em Bogotá.

transporte urbano, encontrar um endereço ou localizar um hospital. Os amigos e vizinhos se conhecem em Bogotá, mas uma proporção importante – perto de 35% – corresponde a outros deslocados que chegaram antes. No que concerne à questão do equilíbrio no relacionamento, só no caso dos parentes, os entrevistados consideram que recebem “muito mais do que eles podem lhes retribuir” (37%). Nos outros dois casos – amigos e vizinhos – se considera “que se dá e recebe por igual”.

A informação sobre o processo para o registro no SUR, chave para aceder aos programas do governo para população deslocada, chega através de outros deslocados ou de pessoas informadas, e pouquíssimas vezes através dos mecanismos de informação governamentais, como esperado. A narração da Lúcia é exemplo do percurso de muitas das famílias até conseguirem a inscrição no SUR.

“Aquele senhor nos levou para declarar. Ele era amigo do meu patrão, trabalhava no negócio de gado lá em Cali. Tinha esse contato com o nosso patrão e como ele chegava lá e nós cozinhávamos para os convidados, então aí a gente conhece as pessoas (...) então ele tinha nos visto lá e soube o que tínhamos passado (...) e foi por intermédio de outro senhor que nos mandou o número do celular e disse que ligássemos para ele. Mas eu me fechei, era uma dor tão grande, nunca tinha prestado atenção nisso, (...) então ele me disse que era melhor marcar um encontro e que ia comigo; e chegamos lá [*no escritório de Acción Social*], e ele entrou e falou da minha situação a uma funcionária, e ela autorizou que eu subisse, e então ela me disse: “querida, me conta o que aconteceu”. E eu não conseguia parar de chorar, e era aquele senhor que falava por mim, e ela me disse: “calma, calma, você já declarou?”. E eu perguntei que era isso? E então fui à Defensoria declarar o acontecido. Tempo depois, uma senhora, que já era beneficiária, a Luz Mary, me disse: “vocês já saíram no sistema?”. Então, a senhora disse que se saíssemos no sistema, tínhamos direito à ajuda para aluguel, mercado e aí ela começou a nos explicar, porque ela era mais conhecedora, e então aí foi que fomos perguntar e fomos à doutora – a funcionária que me atendeu a primeira vez – e chegamos com uma sacola grande para o mercado, e ela nos procurou no computador e nos colocou “*incluidas*”, e ela procurou de novo e falou: ‘também tem cheque para o aluguel’ e assim foi que aparecemos no SUR” (Entrevista concedida por Lúcia em 05 de dezembro de 2006).

A figura 22 apresenta a rede, de uma mulher, na qual 4 pessoas, que além de outros tipos de apoios, oferecem informação e orientação quando é necessário. Este é um dos poucos casos em que isto acontece, pois como já assinalamos, o suporte em informação é aquele em que menos pessoas estão à disposição dos migrantes forçados. Outro aspecto importante deste exemplo é a proximidade dos filhos em comparação com os outros integrantes da rede e a concentração de três funções de apoio em um deles – Hernan, o mais velho, que substitui a figura do marido ausente.

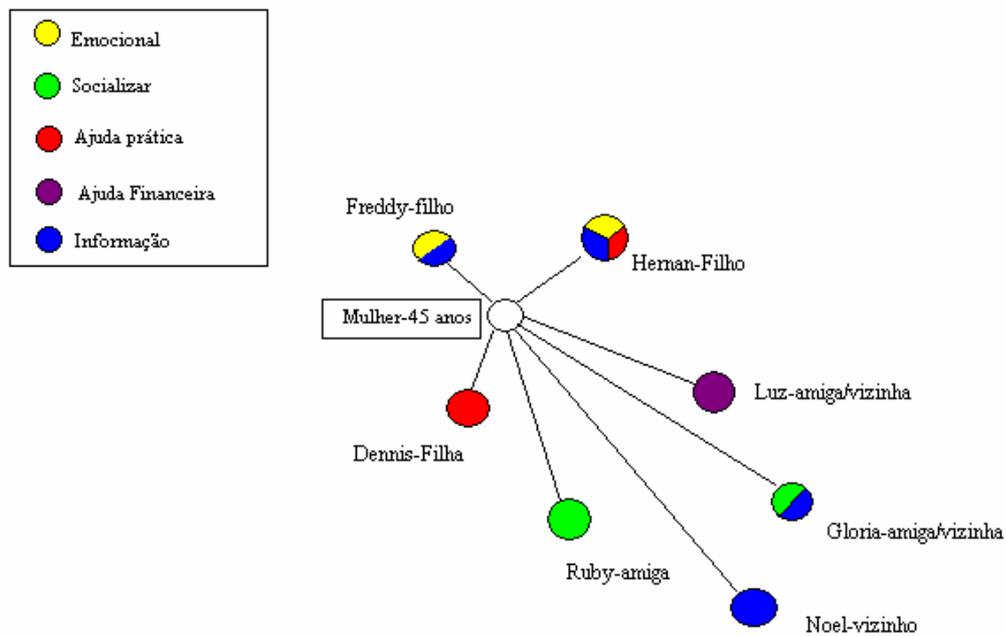


Figura 22. Rede com ênfase em informação. Mulher – 45 anos.

Fonte: diagramado com base em dados coletados pela autora entre Agosto e Outubro de 2006

Para estabelecer quem oferece ajuda prática no cotidiano, perguntamos, com relação às pessoas que apóiam, se estas têm que mover um móvel pesado; cuidar dos filhos enquanto saem; ou fazer um conserto em casa; ou lhes emprestam ferramentas, equipamentos ou outros instrumentos quando precisam. Depois dos filhos (24%), é um vizinho (19,4%) ou um parente (13%) que oferece este tipo de apoio. Geralmente, esse outro familiar é aquele que migrou tempo atrás, foi contatado assim que se chegou à cidade e agora constitui apoio importante. No entanto, na hora de avaliar a proximidade entre eles, a maior parte da amostra considera mais próximo o vizinho do que aquele familiar. A explicação para esta situação pode estar no fato de que, em alguns casos, a saída da casa dos parentes se dá por brigas relacionadas com a perda de privacidade ou o incremento das despesas da casa, como vimos nos relatos apresentados no capítulo anterior. A pressão sobre pouquíssimas pessoas para atender diversas demandas de apoio pode sobrecarregar os familiares, o que gera, também, ressentimento entre eles.

Eduardo disse que a relação com a irmã se deteriorou depois de eles terem ficado na casa dela assim que chegaram a Bogotá. As discórdias aconteceram quando ela deu sua opinião sobre como educar os filhos dele, já adolescentes. Ademais, as contínuas reclamações sobre o incremento nas contas de água e energia terminaram por fazê-los sair, e agora o contato é esporádico e a relação, tensa. Ainda assim, ele agradece a ajuda que ela lhes deu naquele momento, que ele descreve como “crítico” (Caderno de campo, 11 de outubro de 2006).

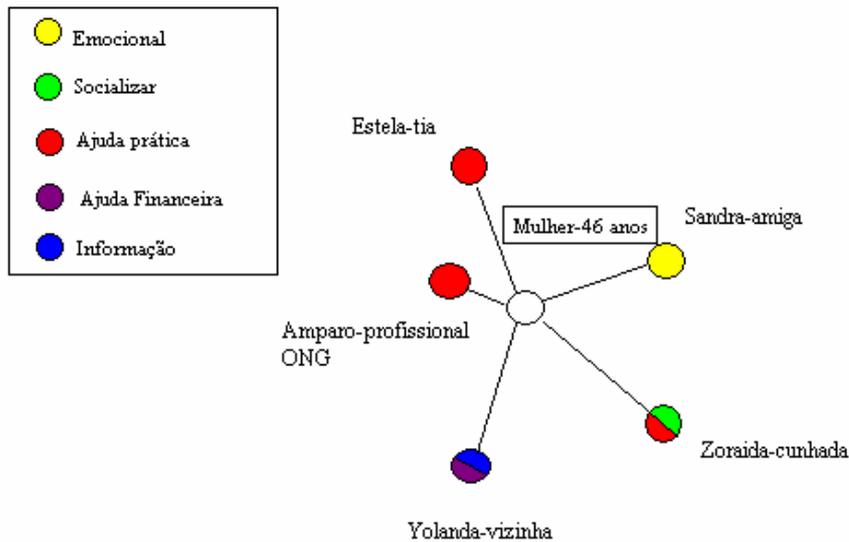


Figura 23. Rede com ênfase em ajuda prática. Mulher – 46 anos.

Fonte: diagramado com base em dados coletados pela autora entre Agosto e Outubro de 2006

Os dados sobre os laços em ajuda financeira foram obtidos a partir da pergunta que se referia às pessoas que ajudam com dinheiro quando o indivíduo tem problemas econômicos; que lhe emprestam para pagar a passagem do ônibus quando não tem dinheiro ou para comprar o pão e o leite para o café da manhã, ou que lhe compram comida ou roupas quando precisa. Com relação à questão do dinheiro, um vizinho (23,1%), um irmão (19,4%) ou outro familiar (16,7%) são as pessoas que mais lhes apóiam. O irmão também deslocado, em 57% dos casos, é exemplo daquela cadeia de recepção de que falávamos no capítulo 5. O outro familiar corresponde, na maioria dos casos, a alguém que migrou anos atrás para Bogotá (39%).

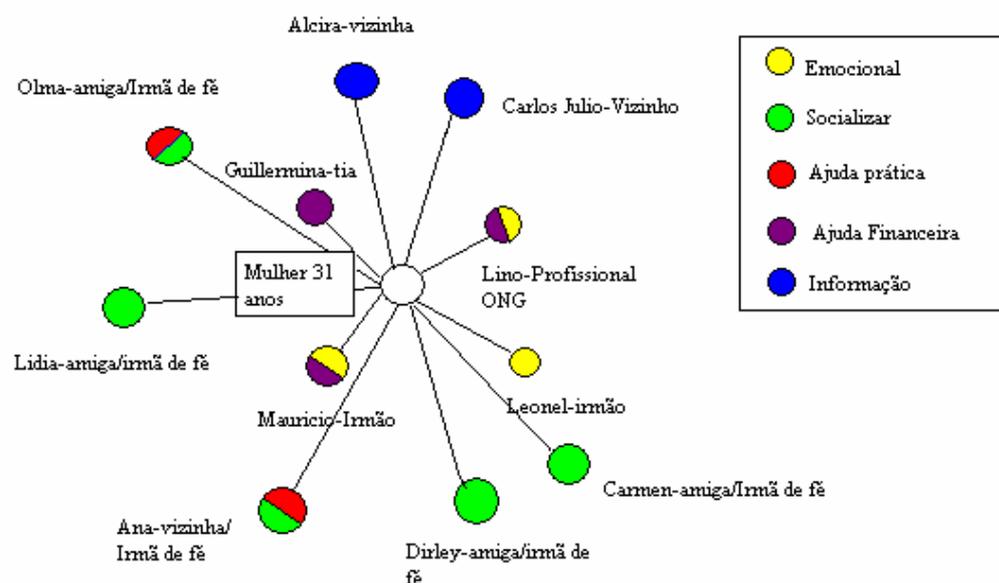


Figura 24. Rede com exemplos de ajuda financeira. Mulher – 31 anos.

Fonte: diagramado com base em dados coletados pela autora entre Agosto e Outubro de 2006

Além de apresentar mais *alteres* na ajuda financeira do que a média, a rede da figura 24 mostra uma variedade maior de pessoas se considerada a origem da relação, ou seja, a rede está composta tanto por familiares, quanto por amigos, vizinhos, profissionais de ONGs e frequentadores da mesma igreja. Esta situação foi favorecida pelo fato de a entrevistada ter morado em Bogotá na infância e ter recuperado parte dos laços de outrora no momento do deslocamento.

A proximidade relacional e geográfica com os *alteres* faz com que a frequência dos contatos seja maior, falando-se, na maioria das vezes, diariamente. A respeito da sensação de proximidade, só no caso do suporte em informação as pessoas entrevistadas se sentem “medianamente próximas” àqueles que lhes oferecem este tipo de apoio; nos restantes, seja pelo fato de serem familiares ou pela valorização do apoio emprestado, os *alteres* são considerados “muito próximos”.

Os filhos são os principais provedores de apoio emocional (22,1%), ajuda prática (24,1%) e na hora de se descontraír (42,9%). Só nos casos de informação e de ajuda financeira – como já se assinalou – alguém diferente da família é reconhecido como apoio importante. Assim, aparece um amigo (35,1%), para informação, ou um vizinho (23,1%), na hora de fazer um pequeno empréstimo. Ambos se conhecem em Bogotá no tempo em que os deslocados estão morando na cidade. A tabela 7 apresenta os dados sobre esta tendência, e a figura 25 mostra as três formas de relação predominante por tipo de suporte que, em conjunto, oferecem mais de 50% do apoio fornecido para cada tipo.

Tabela 7. Distribuição percentual das formas de relação com os *alteres*, por tipo de suporte.

Forma de relação	Informação	Emocional	Socialização	Ajuda prática	Ajuda Financeira
Esposo(a)	3,9%	9,8%	9,5%	8,3%	2,8%
Filho(a)	3,9%	22,1%	42,9%	24,1%	10,2%
Irmã(o)	1,3%	15,3%	4,8%	10,2%	19,4%
Pai-mãe	1,3%	7,4%	1,8%	6,5%	2,8%
Outro parente	10,4%	9,2%	10,7%	13%	16,7%
Amigo(a)	35,1%	15,3%	11,9%	9,3%	12,0%
Colega de trabalho	1,3%	0,6%			0,9%
Membro de um grupo ou associação	5,2%	3,1%	5,4%	5,6%	4,6%
Vizinho	24,7%	8,0%	12,5%	19,4%	23,1%
Dona da casa onde mora		1,8%	0,6%	2,8%	1,9%
Conselheiro espiritual (pastor, padre, etc.)	1,3%	1,2%	-		1,9%
Profissional de alguma instituição (hospital, ONG, <i>Acción Social</i>)	11,7%	3,7%	-	0,9%	2,8%
Outro		2,5%			0,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: pesquisa realizada pela autora entre Agosto e Outubro de 2006.

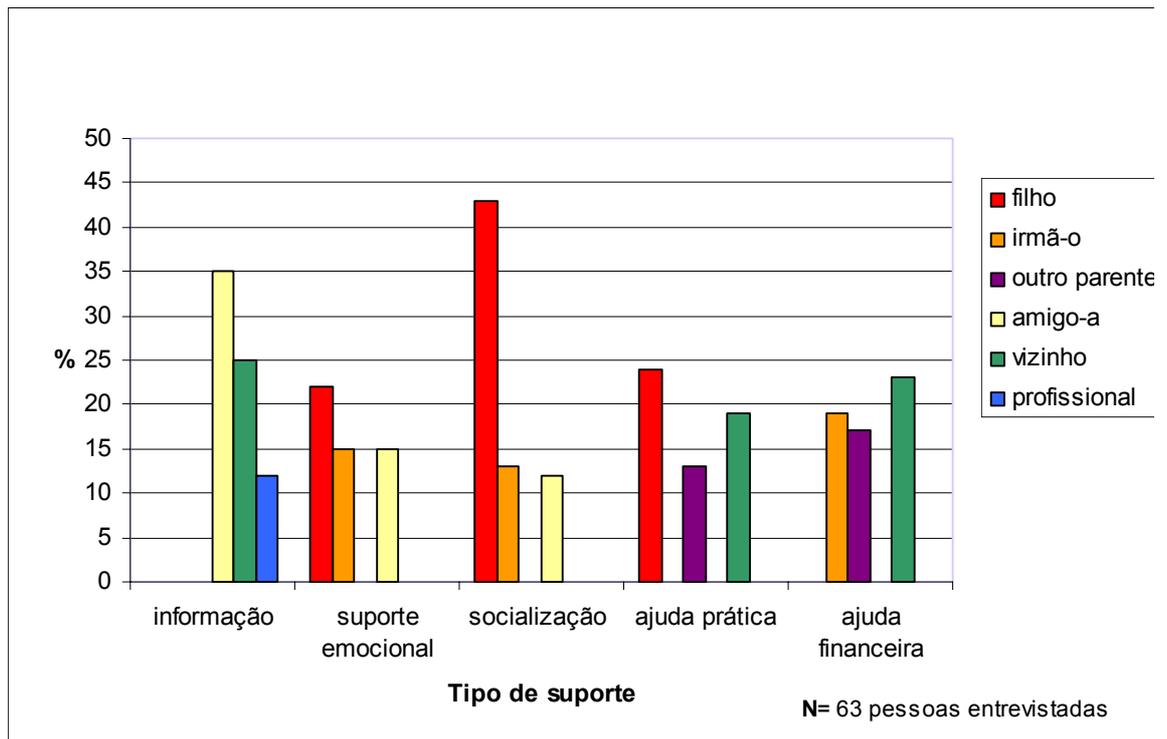


Figura 25. Formas de relação predominante por tipo de suporte

Fonte: pesquisa realizada pela autora entre Agosto e Outubro de 2006.

No caso dos irmãos e dos amigos, embora a maioria de pessoas sente que “dá e recebe por igual” (perto de 55%), 25% acha que “recebe mais do que pode oferecer” pelo apoio conseguido. Já afirmamos que os amigos se conhecem em Bogotá (68%) e que uma parte deles também se deslocou (12%) (tabela 8).

A pergunta final do *survey* era uma espécie de balanço sobre o apoio mais importante de todos os citados durante a entrevista. A maioria das respostas centrou-se no apoio inicial, recebido dos parentes, assim que as pessoas chegaram deslocadas a Bogotá. Como assinalamos parágrafos acima, a situação inicial se descreve como crítica, e a ajuda em forma de teto, comida e orientação se valorizam muito. Algumas das respostas neste sentido foram:

Minha irmã e meu cunhado que nos alojaram por 4 meses com comida e tudo o que precisávamos

A irmã do meu marido que nos recebeu assim que chegamos

A família em Bogotá, porque nos deram a base para desenvolver o negócio que hoje temos

O apoio econômico e emocional foi salientado paralelamente em vários casos.

Meu filho que nos ofereceu seu apoio desde o momento em que saímos, e ainda hoje continua apoiando-nos econômica e emocionalmente

Um vizinho que nos apóia econômica e moralmente

Minha vizinha que me empresta dinheiro e me escuta quando tenho problemas

Também existe uma referência constante aos familiares com que chegaram à cidade e, especialmente, no caso das mulheres, se fala do esposo e dos filhos. O primeiro significa garantia de sustento econômico, companhia e apoio moral e os segundos dão “sentido à vida” e oferecem apoio emocional.

Meu esposo, porque me ajuda financeiramente e sempre está comigo

Meu esposo, porque ele é o suporte da família

Meu esposo e meus filhos, porque moramos juntos e sempre temos lutado juntos

Meus filhos, porque eles são minha motivação e a razão de minha existência

A pertinência do apoio, por ter chegado no momento indicado ou pelo fato de estar à disposição, de maneira incondicional, é altamente valorizado.

Alberto, porque sempre que tenho precisado algo ele tem me oferecido sua ajuda

A família, porque nunca tem se distanciado de mim, sempre temos estado juntos

A vizinha, porque se preocupa constantemente e quer o nosso bem-estar

Minha irmã, porque sempre que tenho alguma necessidade ela está aí por perto para me ajudar.

Como conclusão, o suporte recebido pelos migrantes forçados veio tanto de familiares, de pessoas que se conhecem desde a chegada à cidade – como vizinhos, amigos, irmãos de fé e profissionais de ONGs –, quanto de pessoas que foram deslocadas de outras épocas e que lhes oferecem orientação baseados em sua vivência comum. As atitudes de apoio são descritas, por quem as recebe, como desinteressadas e oportunas.

A configuração das redes, resultado da análise estatística, pode ser susceptível de duas interpretações que, embora opostas, são parte de uma mesma realidade, como os dois lados de uma mesma moeda.

Por um lado, podemos acreditar que a forma que tomam as redes é bastante precária em termos do número e origem dos laços, e apresenta uma alta dependência da relação com parentes, o que se torna ainda mais crítico se se considera a alta percentagem de pessoas que já registram perdas de laços e as tensões apresentadas entre familiares – questão característica de situações em que poucos laços se saturam de muitas funções (Sluzky, 1996). Por outro, podemos considerar que o fato de conservar um número predominante de antigos laços – especialmente parentes – e de constituir novas relações no contexto de chegada, demonstra a capacidade de as pessoas expressarem sua condição de seres sociais, sob condições realmente adversas.

Desta maneira, a tensão entre ruptura e reconstrução é expressão da dinâmica que tomam as redes sociais destes migrantes, na qual novas recomposições, perdas de laços e novos vínculos se vão incorporando constantemente no espaço relacional das pessoas.

Tabela 8. Respostas mais freqüentes relacionadas com os alter, para cada tipo de suporte.

VARIÁVEL	TIPO DE SUPORTE	INFORMAÇÃO		SUPORTE EMOCIONAL		SOCIALIZAÇÃO		AJUDA PRÁTICA		AJUDA FINANCEIRA	
		Cód./ Resposta	%	Cód./ Resposta	%	Cód./ Resposta	%	Cód./ Resposta	%	Cód./ Resposta	%
Sexo alter		1 / masculino	57,1%	2 / feminino	60%	1 / masculino	52,4%	1 / masculino	55,6%	1 / masculino	50,9%
Etnia alter		6 / mestiço	32,5%	6 / mestiço	31%	5 / Branco	33,9%	6 / mestiço	36,1%	6 / mestiço	38%
Forma de se relacionar com o alter		6 / amigo	35,1%	2 / filho	22%	2 / filho	42,9%	2 / filho	24,1%	9 / vizinho	23%
Procedência /onde conheceu o alter?		1 / Bogotá	48,1%	4 / lugar de origem, ele também é deslocado.	41%	4 / lugar de origem, ele também é deslocado.	54,2%	4 / lugar de origem, ele também é deslocado.	44,4%	1 / Bogotá	40,7%
Tempo de conhecidos		2 / 6 meses a 1 ano	36,4%	6 / a vida toda	56%	6 / a vida toda	56%	6 / a vida toda		2 / 6 meses a 1 ano	64%
Freqüência dos encontros		5 / diariamente	40,3%	5 / diariamente	66%	5 / diariamente	82,1%	5 / diariamente	81,5%	5 / diariamente	55,6%
Percepção de proximidade		2 / medianamente próximo	33,8%	3 / muito próximo	82%	3 / muito próximo	78%	3 / muito próximo	69,4%	3 / muito próximo	65,7%
Reciprocidade (equilíbrio entre dar e receber)		3 / dão e recebem por igual	51,9%	3 / dão e recebem por igual	68%	3 / dão e recebem por igual	79,2%	3 / dão e recebem por igual	67,6%	3 / dão e recebem por igual	53,7%

Fonte: dados pesquisa realizada pela autora entre Agosto e Outubro de 2006.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este capítulo, como parte final do trabalho, procura expor algumas idéias e análises apresentadas ao longo da pesquisa, compilando os achados mais importantes de um estudo que ainda apresenta amplas possibilidades de aprofundamento e complementação. Seguindo este objetivo, as conclusões a seguir se dividem em três partes: a primeira resumirá os principais resultados do estudo em relação ao objetivo proposto; a segunda tratará do processo de definição metodológico e teórico do trabalho; e, por último, a terceira parte considerará as possíveis formas como os resultados desta pesquisa podem ser usados, assim como as perspectivas para a realização de estudos similares, no futuro.

A respeito dos resultados, é importante lembrar que o objeto deste trabalho foi descrever e analisar a forma como agem, se afetam e se reconstróem as redes sociais no percurso migratório de um grupo de pessoas deslocadas pela violência, que, no momento da pesquisa, vieram morar em *Ciudad Bolívar*, subprefeitura localizada ao sul de Bogotá.

Os relatos que descrevem o percurso entre a saída, a eleição do local de destino, até as primeiras experiências na cidade serviram-nos para ilustrar a maneira como é afetada, nestes processos, uma parte importante da rede pessoal – aquela construída através da convivência cotidiana –, pelo próprio fato da saída abrupta; no entanto, outra parte – aquela formada por parentes, antigos migrantes – é ativada no momento da chegada à cidade. Conseqüentemente, a reconstrução da rede pessoal, uma vez na cidade, atinge várias frentes: o relacionamento com os moradores da cidade, que, aos poucos, se irão converter em novos laços; as tentativas em contatar antigos conhecidos nos locais de origem; e, é claro, a família formada por aqueles com quem a pessoa entrevistada se deslocou – geralmente esposo(a) e filhos(as) – e os parentes que são apoio na cidade.

Assim, no capítulo 3, vimos como são deixados para trás, no momento da saída, vínculos forjados por anos, como é o caso de amigos e colegas de estudos, trabalho ou vizinhança; e parentes que se negam a – ou não podem – sair do local de origem. No melhor dos casos, as pessoas conseguem sair com sua família mais próxima – esposo(a) e filhos – de uma vez só ou de maneira fracionada, ou seja, enviando primeiro filhos e esposa(o) para, pouco tempo depois, se reencontrar com eles na cidade.

No tempo que as pessoas têm para decidirem sobre o local aonde ir, a existência de um parente – antigo migrante –, de um amigo da mesma região ou de contatos feitos durante alguma etapa de moradia na cidade são as principais razões para se dirigirem até Bogotá. A maioria consegue contatar essa pessoa e sua experiência inicial de adaptação à cidade, embora cheia de dificuldades e medos, é substancialmente diferente daquela vivenciada pelos que não contam com laços na cidade. Teto, comida e orientação são as principais ajudas recebidas por parentes ou amigos na cidade.

No processo de saída, as experiências narradas permitem observar problemas estruturais de origem diversa: interesses econômicos sobre uma região, conflitos sociais de longa data, problemas relacionados com a propriedade da terra, inserção do narcotráfico na economia e na sociedade locais e planos de controle estratégico por parte de um ou vários dos grupos armados que operam em uma região.

Ademais, as circunstâncias que atingem os sujeitos e promovem a decisão de migrarem – algumas delas tratadas na literatura sobre migração forçada – aparecem na vivência de deslocamento: os fatos violentos e as ameaças sobre a vida e a integridade física e moral como principais constrangimentos para a saída; as restrições à livre movimentação por inexistir opção de ficar ou possibilidade de voltar. Por fim, nas redes sociais ocorre, uma separação abrupta de laços – às vezes total – nas regiões de origem; nos locais de destino, as conexões são mínimas e, na maioria das ocasiões, centradas em um parente ou conhecido.

A diferença entre quem se desloca e quem fica – quando pensamos nas famílias que, vivenciando as mesmas circunstâncias, permanecem nos locais de origem – pode estar justamente nos complexos processos de tomada de decisões dos sujeitos, baseados na análise de múltiplos fatores e situações em momentos de alta pressão, quando a própria vida e a da família mais próxima estão em risco. O sujeito, então, condensa, em sua ação – neste caso, na decisão de migrar (ou não) e no percurso de sua movimentação – tanto fatores estruturais do contexto, quanto fatores de tipo psicológico e social – relacionados estes últimos com a intenção de preservar parte da rede pessoal (a família mais próxima) e com a existência de redes de apoio, nos contextos de chegada, que podem ser ativadas ante uma situação de emergência.

No Capítulo 4, vimos como as pessoas deslocadas têm que ir atrás de um emprego e de um lugar para morar, antes mesmo de se recuperarem do impacto da saída.

Novamente, os parentes que os acolheram são peças chave para conseguir os primeiros empregos, na sugestão sobre atividades informais para completar os rendimentos familiares, ou no impulso direto a pequenas iniciativas (como venda de alimentos, comércio de mercadorias de baixo custo), provendo dinheiro ou facilitando insumos ou equipamentos (fogão, carrinho para venda de *arepas*, máquina de costurar).

Na hora de eleger onde morar, as pessoas preferem ficar no mesmo bairro dos familiares que os acolheram, sempre com o interesse de não se afastarem de seus principais apoios na cidade. Além disso, muitos mencionam as opções de trabalho, o conhecimento do bairro (ruas, transporte, comércio) e o começo de novas amizades como outras justificativas para preferir permanecer ali. Só mudam de bairro em situações em que conseguem alugar uma casa a baixo custo ou quando as ameaças ou a violência urbana continuam a atingi-los.

É, justamente, na vivência cotidiana do bairro que os deslocados começam a conhecer novas pessoas que, aos poucos, vão se incorporando à rede social de apoio. No capítulo 5, observamos que as atitudes solidárias de alguns vizinhos consistem em indicações para conseguir um emprego, uma blusa de lã para o frio, uma refeição ou uma cesta básica, além de informação sobre como se registrar no SUR. O fato de também compartilhar a luta diária pela sobrevivência parece ser a principal motivação para este tipo de atitudes.

Mas isto não aconteceu em todos os casos. Costumes próprios da vida na cidade, como manter as portas fechadas, se guardar nas casas ao cair a noite, não falar com pessoas desconhecidas, assim como reações de rejeição e julgamento quando alguns conheciam as razões que motivaram a migração a Bogotá, são sinais da hostilidade e estigmatização que alguns dos entrevistados vivenciaram.

De outro lado, em alguns depoimentos, foi evidente que desconhecer os referentes sociais e culturais que ordenam os relacionamentos entre pessoas na cidade limita o estabelecimento de novos laços. O citado por alguns entrevistados como capacidade de *distinguir*, dentre a massa de pessoas que moram na cidade, aquelas confiáveis, é, às vezes, parte de um processo de aprendizado guiado pelos parentes, moradores antigos da cidade. Em

outros casos, as famílias sozinhas tentam procurar algum traço que permita “confiar em alguém”, e o fato de ser do mesmo município ou departamento constitui um dos sinais que mais se levam em consideração. Outros encontram, nos conselhos de vizinhos ou moradores da mesma casa, os elementos para agir cautelosamente na hora de falar com um desconhecido – aspecto recorrente nas situações relacionadas aos atores armados que operam em *Ciudad Bolívar*.

Profissionais de ONGs e funcionários das entidades de governo, assim como religiosos e religiosas das diferentes igrejas da subprefeitura, convertem-se também em novos conhecidos que oferecem ajuda material, uma escuta atenta quando se procura desabafo, consolo, informação e orientação sobre programas ou oportunidades de emprego, etc..

Neste mesmo capítulo, observamos como as pessoas tentam restabelecer contato com antigos vizinhos, amigos ou familiares nas regiões. No entanto, as circunstâncias da guerra – os limites que impõem os atores armados às comunicações, a fim de manter o controle sobre a população e o deslocamento daqueles que tinham ficado – e as dificuldades para se comunicar em regiões afastadas demais estabelecem limites ao contato, fazendo com que o contato, outrora, cotidiano seja, hoje, algo esporádico. Muitas vezes, a mesma violência traz para as ruas de *Ciudad Bolívar* aqueles amigos, familiares e colegas que tinham ficado, fazendo com que os deslocados “antigos”, recebam e apoiem os “novos” deslocados.

Assim, o deslocamento como fato abrupto e a violência como detonante da migração forçada, produzem a ruptura de laços significativos para as pessoas; restringem e, às vezes, impossibilitam manter vivos os vínculos deixados nos locais de origem; e limitam o estabelecimento de novos relacionamentos nos lugares de chegada, devido à desconfiança e ao temor.

Nos complexos processos gerados pela migração forçada e a violência, podemos concluir que a constituição e a dinâmica das redes estão diretamente influenciadas pelo contexto, e este, no caso das pessoas deslocadas, não tem sido favorecedor: nem nos locais de origem, marcado por violência, morte e desterro, nem aquele que caracteriza *Ciudad Bolívar*, onde são comuns a violência urbana e os episódios de estigmatização sobre os deslocados.

Fazendo uso da definição do capital social de Alejandro Portes como “a habilidade dos atores (individuais ou institucionais) para garantir benefícios [*materiais ou não*] em virtude de seu pertencimento a uma rede ou outra estrutura social” (Portes, 1998, p. 6), podemos afirmar que, no caso do deslocamento forçado, estamos ante a evidência de profundas rupturas no capital social de centenas de famílias e comunidades. Isto pode ter um significado importante, se se considera que, atualmente, no cenário político colombiano, se fala de processos de reparação dos danos – materiais ou não – gerados pelo conflito e de reconstrução social.

Não obstante a situação dramática em termos de perdas de capital social, seria um erro desconhecer que, paralelamente ao movimento que gera rupturas, existe um movimento dirigido à reconstrução e à conservação. Assim, o fato de migrar com os laços mais próximos, aqueles parentes que se deseja proteger das ameaças e efeitos do conflito armado; a reativação das relações com parentes na cidade, alguns deles antigos migrantes econômicos ou deslocados pela violência de outros tempos; e a procura de mecanismos para manter o contato com antigos vizinhos, colegas de trabalho e amigos nos locais de origem, são expressões do movimento contra corrente – que indica que, embora existam forças que tentam anular, nos indivíduos, sua capacidade de decidir, agir e se relacionar, eles continuam a expressar seu caráter relacional, aquilo que faz do ser humano um ser eminentemente social.

Desta maneira, as rupturas e reconstruções estão em constante presença e movimento. Como as tramas de uma teia de aranha, em que os fios representam os laços – para nosso caso, aqueles que se conservam, se reativam e os novos que se constroem – e os orifícios, as rupturas. Assim, a figura da teia de aranha como uma rede só é possível, quando ambos – fios e orifícios – coexistem.

Concernente ao segundo aspecto, postulamos que, como em qualquer outro trabalho de pesquisa, as escolhas teóricas e metodológicas foram mudando no decorrer do estudo até chegar ao resultado aqui apresentado.

Assim, a procura de literatura sobre dois assuntos considerados eixo marcaram a primeira fase de busca da orientação teórica da pesquisa: a migração forçada e o deslocamento – como um tipo de migração dentro desta categoria – e o tema das redes sociais.

A respeito da migração forçada encontramos discussões bastante interessantes que questionavam os limites entre diferentes tipos de migração a fim de caracterizar até onde uma migração pode se considerar um fato obrigado. Assim, vimos que uma parte da literatura discute as aproximações ao fenômeno desde a legislação enquanto outra discute os resultados de pesquisas antropológicas e sociológicas sobre o tema. O aproveitamento desta exploração deu forma ao capítulo 1 desta tese e nos indicou a importância de resgatar a trajetória da migração – desde os constrangimentos da saída; o leque de opções que têm os migrantes na hora de decidir como, aonde e quando sair; e os processos de adaptação na cidade como formas de precisar o caráter forçado do deslocamento interno colombiano. Também foi necessário aprofundar nosso entendimento sobre o contexto do conflito armado colombiano, em razão dos fortes vínculos entre este e o fenômeno de deslocamento.

Outro tema que deu identidade ao trabalho de pesquisa foi o eixo das redes sociais. Depois de fazer um amplo exame da bibliografia sobre o assunto, encontramos um acervo metodológico bastante amplo que, em seu conjunto, configura a Análise de Redes Sociais – ARS. Por essa via, encontramos referências a trabalhos relacionados com suporte social, desenvolvidos especialmente desde a psicologia – o que, levado a nosso tema de estudo, fazia sentido se considerássemos o grau de vulnerabilidade das pessoas que chegam deslocadas às grandes cidades e a procura de apoio na hora de se estabelecer na urbe. Por outro lado, encontramos trabalhos relacionados com os efeitos e recomposições causados nas redes pessoais, resultado de processos migratórios, o que nos fazia encontrar um ponto de articulação entre os dois temas de interesse deste estudo – migração forçada e redes.

A partir daqueles insumos, saímos ao campo. Várias foram as propostas que queríamos desenvolver no estudo: comparar o período anterior ao deslocamento, o decurso da trajetória até a cidade e o contexto atual das primeiras experiências; também queríamos dar ênfase às colônias de pessoas com origem similar que se juntavam na cidade, como um excelente exemplo de redes sociocêntricas⁹⁵; pensamos em fazer o mapeamento de redes

⁹⁵ Autores como Molina (2001), Mc Carty (2003) e Marsden (2005), entre outros, concordam em identificar duas tendências principais nos desenhos metodológicos dos estudos de redes: a sociocêntrica e a egocêntrica. A sociocêntrica, ou aproximação de redes inteira, é fruto da sociologia de George Simmel, e envolve a quantificação de relações entre pessoas dentro de um grupo definido: uma turma numa sala de aula, os habitantes de uma vila, os países dentro de um bloco ou convênio comercial, etc. A principal premissa da análise de redes sociocêntricas é que os membros de um grupo interagem mais do que faria um grupo de tamanho similar cujos membros fossem escolhidos aleatoriamente.

A aproximação egocêntrica ou pessoal surge da antropologia e traça seu roteiro a partir de Radcliffe Brown e os desenvolvimentos dos grupos de Harvard e Manchester. Esta forma de análise se refere mais a pessoas do que a

personais a partir de indivíduos com diferentes tempos de permanência na cidade, com o objetivo de estabelecer comparações entre processos e entre as formas que as redes tomam para cada um dos grupos abordados.

Ao final, a procura por fechar o objeto de estudo, os diálogos com as pessoas deslocadas na fase exploratória em Soacha, as sugestões dos profissionais que trabalham quotidianamente com esta população e dos pesquisadores no tema, assim como as restrições para aceder à população foram perfilando a forma definitiva da pesquisa. Assim, o trabalho correspondeu a um estudo de tipo exploratório, centrado nas vivências de um grupo de pessoas deslocadas pela violência, que procurou reconstruir a trajetória da migração e os processos de afetação e reconstrução de suas redes pessoais de suporte, uma vez que chegam à cidade.

O trabalho de campo deixou muitas reflexões que não foram incorporadas no texto. Fazer pesquisa em cenários de conflito suscita várias questões a considerar, como, por exemplo, a forma como as micro realidades – reconstruídas em estudos de caso sobre Tolima, Huila, Meta e Putumayo – traduzem as dinâmicas de fenômenos macro. Assim, as histórias sobre expulsão em uma região vão indicando a relação entre o deslocamento e as dinâmicas do conflito, seja pelo fato de se constituírem produto das mudanças nos objetivos e mecanismos de guerra usados pelos atores armados dominantes, seja pelo aprofundamento de conflitos históricos sobre a posse e uso da terra em uma região, ou pela relação entre demanda social, Estado e atores envolvidos em atividade ilegais – contrabandistas, narcotraficantes – que agem na ausência do Estado.

De outro lado, o desenvolvimento do trabalho de campo com populações afetadas por e em contextos de violência requer, do pesquisador, redobrado preparo para enfrentar as tarefas próprias da pesquisa: acompanhar-se de um respaldo institucional que garanta o acesso à população, além da segurança própria e dos entrevistados; saber agir com tranquilidade frente a situações de risco – como encontrar algum dos atores armados; desenvolver uma escuta atenta e solidária quando as pessoas narram seus sofrimentos e dificuldades; saber levar, em diferentes cenários – acadêmicos, políticos, técnicos –, as

grupos. Os desenhos de redes egocêntricas reúnem dados sobre relações que envolvem um ator focal (*ego*) e as pessoas (*alteres*) com os que estabelecem vínculos, sejam estes parentes, amigos, colegas de trabalho ou estudo, membros da mesma igreja o clube. Este foi o enfoque adotado nesta pesquisa.

inquietações e dificuldades das pessoas em seu processo de adaptação e sobrevivência na cidade; manter o anonimato das pessoas contatadas – o que nestes casos, além de uma atitude de ética científica, constitui-se também em uma questão que mexe com a segurança dos depoentes.

A análise dos dados obtidos foi outro desafio dentro da pesquisa. Os depoimentos, as pequenas histórias contadas em cada visita e as entrevistas foram transcritos, lidos e organizados em grandes blocos temáticos, conforme as diferentes ênfases que os entrevistados davam à trajetória migratória e ao papel das redes na migração. Os grandes itens foram aparecendo – a saída, o emprego, a moradia, a família, os novos vizinhos, a identidade de *desplazado*, a violência em *Ciudad Bolívar* – e as experiências comuns e diferentes foram dando corpo e sentido à análise. Posteriormente seguiu-se o processo de escrever e pensar, analisar, avançar e voltar sobre o escrito, até conseguir o resultado que apresentamos hoje.

A parte quantitativa do estudo procurava adicionar elementos sobre a configuração das redes – o que permitiria complementar o achado na parte qualitativa da pesquisa, centrando-se em aspectos importantes das redes, como: grau de proximidade, equilíbrio do relacionamento, antigüidade dos vínculos, intensidade dos contatos e distribuição dos laços de acordo com os tipos de suporte avaliados. O anterior, em conjunto, deu a possibilidade de caracterizar as redes pessoais e traduzir, de maneira gráfica, diferentes tipos de rede.

Com relação ao alcance do trabalho, podemos dizer, em seu conjunto, a pesquisa abrangeu elementos importantes no caminho de evidenciar os efeitos sociais da guerra e do deslocamento, tanto no âmbito individual e familiar quanto no da sociedade colombiana como um todo. Famílias e redes cerceadas; processos de luto adiados pela angústia que traz a sobrevivência diária; dificuldades para recuperar a capacidade de auto-sustentação e autonomia das pessoas; desconfiança e medo permanentes são alguns dos principais efeitos do deslocamento no tecido social de um amplo grupo de colombianos. Para a sociedade, registram-se rupturas de processos organizativos e produtivos que outorgavam equilíbrio nas relações sociais e econômicas locais; perda de comunidades tradicionais que se desmembram e desaparecem com saberes que faziam parte da riqueza cultural do país; além do aprofundamento do descrédito no Estado e nas instituições de justiça do país.

Os resultados desta pesquisa também podem ser levados adiante em relação aos programas com população deslocada que pretendem apoiar os processos de estabelecimento na cidade. Deve-se levar em consideração o papel crucial dos parentes na recepção e adaptação das famílias deslocadas, e, especialmente, complementar as funções de apoio com programas eficientes e oportunos nas áreas de moradia, emprego, assistências psicológica e legal, que evitem o colapso da rede pela sobrecarga de funções de apoio que deve assumir.

Para finalizar, propomos vários temas que podem ser objeto de pesquisas futuras sobre este tema, e que foram aparecendo no percurso da análise. Aprofundar a investigação sobre as trajetórias da migração, comparando a percepção e vivência dos diferentes membros da família; indagar sobre o ponto de vista dos parentes que acolhem as pessoas deslocadas, em um estudo centrado nos *alteres*; identificar os circuitos e conexões – ou desconexões – entre as redes; tratar da dinâmica de alguns grupos de famílias com procedência comum – pessoas do Tolima no bairro San Francisco ou do Chocó no bairro Caracolí – a partir de um estudo sociocêntrico destas redes, ou seja, um estudo que se aproxime de toda a rede.

Desta maneira, as possibilidades de aplicação dos resultados e os novos horizontes de pesquisa propostos fazem da análise de redes em processos de deslocamento forçado um campo com múltiplas opções ainda por explorar.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALCALDIA MAYOR DE BOGOTÁ (2005), Desarrollo Social de Bogotá. Informe Especial: espacio público, No. 1, Bogotá: Secretaria de Hacienda, Dirección de Estudios Económicos.

ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS (2002), Balance de la política de atención al desplazamiento interno forzado en Colombia, 1999-2002, Bogotá.

_____ (2004), Balance de la política pública de prevención, protección y atención al desplazamiento interno forzado en Colombia, agosto 2002-agosto 2004, Bogotá.

_____ (2006), Introducción, conclusiones y recomendación del balance de la política pública de atención integral a la población desplazada por la violencia, 2004-2006, Bogotá.

_____ (s.f.) Dato acumulado de población desplazada desde 1995 até 30 de abril de 2006, del site <http://www.acnur.org/crisis/colombia/desplazamiento.htm>, acceso realizado en 18/07/2007.

AROCHA, J. (2005), Desterrar Afrocolombianos para patentar chontaduros”, em UN periódico, No. 71, Bogotá, del site <http://unperiodico.unal.edu.co/ediciones/71/02.htm>., acceso realizado en 19/09/2007.

BARRERA, M. Jr., (1981), Social support in the adjustment of pregnant adolescents: assessment issue, in B.H, Gottlieb (ed.) Social networks and social support, Beverly Hills: Sage.

BEJARANO, A.M. & PIZARRO, E. (2001), De la democracia restringida a la democracia asediada, ponencia presentada en el seminario Advances and Setbacks in the Third Wave of Democratization in Latin America, Helen Kellogg Institute for International Studies, Universidad de Notre Dame, abril 23-24.

BELLO, M., & MOSQUERA, C., (1999), Desplazados, migrantes y excluidos: actores de las dinámicas urbanas en F. Cubides, & C. Domínguez, Desplazados, migraciones internas y reestructuraciones territoriales, Bogotá: Centro de Estudios Sociales, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional.

_____, (2001), Desplazamiento forzado y reconstrucción de identidades, Premio Nacional de ensayo académico “Alberto Lleras Camargo” IV convocatoria, Bogotá: Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior-ICFES, Ministerio de Educación Nacional.

_____ & PEÑA N., (2001), Migración y desplazamiento forzado de la exclusión a la desintegración de las comunidades indígenas, afrocolombianas y campesinas.

Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, División de extensión, Programa de iniciativas universitarias para la paz y la convivencia.

_____, MARTIN, E., MILLAN, C., HERNANDEZ, B. & ROJAS, R. (2005), *Bojayá memoria y río. Violencia política, daño y reparación*, Bogotá: Universidad Nacional, Facultad de Ciencias Humanas, Programa de Iniciativas para la Paz y la Convivencia-PIUPC.

BLACK, R., (2001), Fifty years of refugee studies: from theory to policy, *International Migration Review*, 35 (1): 57-78.

BODNAR, J., (1985), *The transplanted: a history of immigrants in urban America*, Bloomington: Indiana University Press.

CERNEA, M., (1996), Bridging the Research Divide: Studying Refugees and Development Oustees, in T. Allen (ed.) *In Search of Cool Ground: War, Flight and Homecoming in Northeast Africa*, London/Trenton: James Currey, Africa World Press.

_____, (1997), The Risks and Reconstruction Model for Resettling Displaced Populations, *World Development*, 25(10): 1569-1587.

_____, (2000) Risks, safeguards and reconstruction: a model for population displacement and resettlement, in M. Cernea and C. McDowell (eds.), *Risks and Reconstruction: Experiences of Resettlers and Refugees*, Washington, D.C: The World Bank.

_____ & MCDOWELL, C. (eds.), (2000), *Risks and Reconstruction: Experiences of Resettlers and Refugees*, Washington, D.C: The World Bank.

CENTRO DE INVESTIGACION Y EDUCACION POPULAR (s.f), Sistema de Información Georeferenciada, Mapa: Geografía de la guerra en Colombia 2000-2004, del site <http://www.cinep.org.co/mapageoguerra.htm>, acceso realizado en 03/09/2007.

CHAPARRO, R., (2006), *Desplazamiento Forzado e Intervención Psicosocial. Una evaluación cualitativa de los proyectos de atención psicosocial financiados por el Ministerio de la Protección Social en Bogotá de 2000 a 2005, informe final de pasantía*, Bogotá: Universidad Nacional, Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Trabajo Social.

CHF en Colombia, del site http://www.chfhq.org/files/4455_file_CHF_colombia_Brochure_en_espanol_.pdf, acceso realizado en 10/07/2007.

COLSON, E.,(2003), Forced migration and the anthropological response, *Journal of Refugee Studies*, 16(1): 1-18.

CONFERENCIA EPISCOPAL DE COLOMBIA, (2005a), Población en situación de desplazamiento en Colombia: un análisis por regiones, RUT informa, Boletín especial estudio de caso 9, Bogotá.

_____, (2005b), La familia en situación de desplazamiento, RUT informa, Boletín especial estudio de caso 10, Bogotá.

_____, & CONSEJERÍA PARA LOS DERECHOS HUMANOS Y EL DESPLAZAMIENTO, (2006), Desafíos para construir nación, El país ante el desplazamiento, el conflicto armado y la crisis humanitaria, 1995-2005, Bogotá.

CONSEJERIA EN PROYECTOS, (2004), Comunidades confinadas en Colombia, del site <http://www.acnur.org/pais/docs/870.pdf> , acceso realizado en 26/09/2007

CONSEJERÍA PARA LOS DERECHOS HUMANOS Y EL DESPLAZAMIENTO, Comportamiento del desplazamiento en Colombia 1995-2005, del site www.codhes.org/infor/grafico-tendencias.htm, acceso realizado en 18/09/2007.

_____,(2004) El problema de tierras en Colombia: un asunto por resolver, Documento Indepaz, del site <http://www.codhes.org.co/Documentos/492/EL%20PROBLEMA%20DE%20TIERRAS%20EN%20COLOMBIA.pdf> (sin fecha de acceso).

_____,(2003), La otra guerra: destierro y repoblamiento, Boletín 44, del site <http://www.codhes.org/Info/Boletines/Boletin%2044%20Destierro%20y%20%20repoblamiento.pdf>, acceso realizado en 19/09/200.

CORPORACION NUEVA ARCO IRIS, (2004), El desplazamiento en Bogotá. Una realidad que clama atención, Bogotá: Departamento Administrativo de Planeación Distrital.

CONVENÇÃO DE 1951, Relativa ao estatuto dos refugiados, do site <http://www.onu-brasil.org.br/doc/Convencao%20de%201951%20Relativa%20ao%20Estatuto%20dos%20Refugiados.doc>, acesso realizado em 22/10/2007.

DAVENPORT, C., MOORE, W. & POE, S., (2003), Sometimes you just have to leave: domestic threats and forced migration, 1964-1989, *International Interactions*, 29(1):27-55.

DECLARAÇÃO DE CARTAGENA, (1984), do site <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/0008.pdf>, acesso realizado em 18/06/2007.

DECRETO 2569 DE 2000, Por el cual se reglamenta parcialmente la ley 387 de 1997 y se dictan otras disposiciones, del site http://www.accionsocial.gov.co/documentos/Decreto_2569_2000.pdf, acceso realizado en 06/08/2007.

DECRETO 2002 DE 2002, Por el cual se adoptan medidas para el control del orden publico y se definen las zonas de rehabilitación y consolidación, do site <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/1629.pdf>, acceso realizado en 05/09/2007

DEFENSORIA DEL PUEBLO, ACNUR & EUROPEAID, (2004) Desplazamiento intraurbano como consecuencia del conflicto armado en las ciudades, del site <http://www.acnur.org/pais/docs/785.pdf>, acceso realizado en 12/07/2007.

DE LA PEÑA, G., (1997), Las movilizaciones rurales en América Latina desde c.1920, en L. BETHELL (ed.) *Historia de América Latina*, vol.12, Política y sociedad desde 1930, Barcelona: Crítica, (Grijalbo Mondadori, S.A).

DUNKEL-SCHETTER, C., FALMAN, S., & LAZARUS, R.S., (1987), Correlates of social support receipt, *Journal of personality and social psychology*, 53: 71-80.

_____, & BENNET, T, (1990), Differentiating the cognitive and behavioral aspects of social support, in B. Sarason, I, Sarason and G, Pierce (eds.) *Social Support: an interactional view*, New York:Wiley series on personality processes.

DURHAN, E. (1978) *A caminho da cidade. A vida rural e a emigração para São Paulo*, São Paulo: Ed Perspectiva.

- ERAZO, J.A, IBAÑEZ, A.M., KIRCHHOFF, S. & GALÁN, A., (1999), Diversas causas y costos del desplazamiento: ¿quien los compensa?, informe final de investigación, Bogotá: Red de Solidaridad Social.
- FANDINO-MARINO, J.M., (2004), Ciclos históricos da violência na América latina, São Paulo em Perspectiva, 18(1): 31-38.
- FUNDACIÓN SOCIAL, (1998), Municipios y regiones de Colombia. Una mirada desde la sociedad civil, Bogotá.
- GOFFMAN, E., ([1963] 1982), Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, Rio de Janeiro: Zahar editores.
- GONZÁLEZ, F, BOLÍVAR, I. & VÁZQUEZ, T., (2003), Violencia política en Colombia. De la nación fragmentada a la construcción del Estado, Bogotá: Cinep.
- HATHAWAY, J. (1991), The Law of Refugee Status, Toronto: Butterworth.
- HENAO, D., (2004), Extraños, nómadas y confinados, Boletín No.46, Bogotá:Codhes.
- HISTORIA DEL MOVIMIENTO INSURGENTE EN COLOMBIA (s.f), del site <http://www.nodo50.org/llar/cosal/colomba/col16.htm>, acceso realizado en 29/08/2007.
- HITCHCOX L., (1990), Vietnamese refugees in Southeast Asian camps, London: Mcmillan.
- HOUSE, J.S., (1981), Work, stress and social support, Reading, MA: Addison-Wesley.
- IBAÑEZ, A.M. & MOYA, A., (2006), ¿Cómo el desplazamiento forzado deteriora el bienestar de los hogares desplazados? Análisis y determinantes del bienestar en los municipios de recepción, Documento CEDE 2006-26, Bogotá: Universidad de Los Andes.
- INDICADORES GENERALES BOGOTÁ, (s.f) del site www.bogotá.gov.co, acceso realizado en 23/06/2007.
- INSTITUTO GEOGRAFICO AGUSTIN CODAZZI, Mapa de Colombia. División político administrativa, del site www.igac.gov.co, acceso realizado en 28/06/2007

- LEAL, F. (2006), *La inseguridad de la seguridad. Colombia 1958-2005*, Bogotá: Planeta.
- LEY 387 DE 1997, Por la cual se adoptan medidas para la prevención del desplazamiento forzado; la atención protección, consolidación y estabilización socioeconómica de los desplazados internos por la violencia en la República de Colombia, del site http://www.secretariasenado.gov.co/leyes/L0387_97.HTM, acceso realizado en 30/10/2007.
- LLORENTE, M.V., & OSPINA, J.S., (2007), Dos años de la ley de justicia y paz: llegó la hora de reparar a las víctimas, del site www.ideaspaz.org, acceso realizado en 23/08/2007.
- MACHADO, A., (2004), Tenencia de la tierra, problema agrario y conflicto, En ACNUR, Universidad Nacional de Colombia, *Desplazamiento forzado: Dinámicas de guerra, exclusión y desarraigo*, Bogotá.
- MADARIAGA, C., & ABELLO, R., et al., (2003), *Redes Sociales. Infancia, Familia y Comunidad*, Barranquilla: Universidad del Norte.
- MARSDEN, P., (2005), Recent developments in networks measurement, in P. Carrington, J. Scott & S. Wasserman, (eds.) *Models and methods in social networks analysis*, New York: Cambridge University Press.
- MASSEY, D. (1990) *Return to Aztlan, the social process of international migration from western Mexico*, Berkeley: University of California.
- MAUSS, M. ([1924]1974), Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas em M. Mauss, *Sociologia e Antropologia* (Vol. I). São Paulo: EDUSP/EPU.
- MCCARTY, C. (2003), Egonet. Personal network software. Instruction manual, University of Florida, Gainesville-Fl. In <http://www.survey.bebr.ufl.edu/EgoNet>, access in 8/11/2007
- MEDELLÍN, F., (2003), Desplazamiento y transformación del Estado: la tarea aun por hacer, en Defensoría del Pueblo, *El desplazamiento forzado en Colombia*, Bogotá.
- MEERTENS, D., (1999), Desplazamiento forzado y género: trayectorias y estrategias de reconstrucción vital, en F. Cubides, & C. Domínguez, *Desplazados, migraciones*

internas y reestructuraciones territoriales, Bogotá: Centro de Estudios Sociales, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional.

MOLINA, J.L., (2001), *El análisis de redes sociales. Una introducción*. Barcelona, Ediciones Bellatera.

MONSMA, K., & TRUZZI, O., (2003), *Imigração, conflito cotidiano e violência interétnica em São Carlos, 1882-1914: os papéis de centro-europeus e espanhóis*, São Carlos: Projeto de pesquisa.

MOORE, W.& SHELLMAN, S, (2004), *Fear of persecution forced migration, 1952-1995*, *Journal of Conflict Resolution*, 40(5): 723-745.

MUGGAH, R., (2003), *A tale of two solitudes: comparing conflict and development and involuntary resettlement*, *Internacional Migration*, 41 (5): 5-31.

OBREGÓN, L, & STAVROPOULOU, M., (1998), "Search of hope". The plight of displaced Colombians, en R. Cohen, e F. Deng, (eds.), *The forsaken people: case studies of the internally displaced*, Washington: Brookings Institution Press.

OBSERVATORIO DEL PROGRAMA PRESIDENCIAL DE DERECHOS HUMANOS Y DERECHO INTERNACIONAL HUMANITARIO, (s.f), *Mapas: Focos y continuidad geográfica de la confrontación armada en Colombia, 1998, 2002, 2004*, del site http://www.derechoshumanos.gov.co/observatorio/imagenes/confrontacion98_06.pdf, acceso realizado en 20/09/2007.

_____, (2000), *Panorama del Putumayo, separata-boletín*, septiembre, Bogotá: Vicepresidencia de la República, del site <http://www.derechoshumanos.gov.co/modules.php?name=informacion&file=articulo&sid=256>, acceso realizado en 21/08/2007

_____, (2002), *Panorama Actual del Tolima, serie geografía*, No.9, febrero, Bogotá: Vicepresidencia de la República, del site <http://www.derechoshumanos.gov.co/modules.php?name=informacion&file=articulo&sid=256>, acceso realizado en 21/08/2007

_____, (2003), *Panorama Actual del Huila, serie geografía*, No.18, marzo, Bogotá: Vicepresidencia de la República, del site

<http://www.derechoshumanos.gov.co/modules.php?name=informacion&file=article&sid=256>, acceso realizado en 21/08/2007

OQUIST, P., (1976), *Violencia, conflicto y política en Colombia*, Bogotá: Banco Popular.

OSORIO, F.E., (2005), Notas para un balance de las dinámicas de guerra y desplazamiento forzado en la región central, en, M. Bello, & M.I. Villa, *El desplazamiento en Colombia. Regiones, ciudades y políticas públicas*, Medellín: Red Nacional de Investigadores sobre Desplazamiento Forzado en Colombia-Redif, Corporación Región, Universidad Nacional de Colombia.

PARK, R., ([1916]1973), *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*, em O. Velho (org.), *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro: Zahar.

PÉCAUT, D., (2001), *Orden y violencia. Evolución socio-política de Colombia entre 1930 y 1953*, Bogotá: Editorial Norma.

_____, (2004), *Hacia la desterritorialización de la guerra y de la resistencia a la guerra*, en Red de Estudios de Espacio y Territorio-RET (org.) *Dimensiones territoriales de la guerra y la paz*, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

PENZ, P., (2003), *Development, displacement, coercion and harm: a theoretical treatment*, paper for the Association for the study of forced migration-IASFM Conference, Thailand, 5-9 January.

PEÑA, N., (2001), *Conflicto armado, descampenización, soberanía en disputa y desplazamiento forzado*, Documento de revisión bibliográfica insumo parcial para el proyecto "Impactos del desplazamiento y la migración sobre los sectores urbanos de pequeñas y grandes ciudades". Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, División de extensión, Programa de iniciativas universitarias para la paz y la convivencia.

PÉREZ, L. E., (2000), *Desplazamiento forzado en Colombia 1995-1999: una aproximación empírica a las relaciones entre desplazamiento, conflicto armado y desarrollo*, Cuadernos de Economía N° 35, Bogotá: Universidad Nacional.

PIZARRO, E., (2003), *Colombia: una guerra de perdedores?*, Revista de Estudios Sociales, No.16, Bogotá: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Los Andes.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES SOBRE A DESLOCAÇÃO FORÇOSA, do site <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/0022.pdf>, acesso realizado em 18/06/2007.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO, (2003), Informe de Desarrollo Humano: Colombia callejón con salida, Bogotá.

PROGRAMA DE INICIATIVAS UNIVERSITARIAS PARA LA PAZ Y LA CONVIVENCIA - UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA, Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados, (2006a), Cátedra virtual sobre desplazamiento, Módulo 2: factores explicativos del desplazamiento, septiembre, Bogotá.

_____ (2006b), Cátedra virtual sobre desplazamiento, Módulo 4: Relación desplazamiento forzado y guerra en Colombia, septiembre, Bogotá.

PORTES, A. (1998) "Social capital: its origins and applications in modern sociology". *Annual Review of sociology*, 24: 1-24.

SÁNCHEZ, G., (1990), Guerra y política en la sociedad colombiana, Revista Análisis político, No.11, Bogotá: Instituto de Estudios Políticos-IEPRI.

_____, G., (2006), " Jorge Eliécer Gaitán y el 9 de abril", Notas conferencia de apertura cátedra Jorge Eliécer Gaitán, II semestre de 2006, Universidad Nacional, Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales, 10 de agosto.

SILVA M.A., (2005), Contribuições metodológicas para a análise das migrações, em Z. de Brito Fabri Demartini & O. Truzzi (orgs.), *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*, São Carlos: EdUFSCar.

_____, (2007), Argüições durante a sessão pública de Defesa da Tese "Rupturas e reconstruções. Migração forçada e redes sociais em meio à guerra na Colômbia", apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais, por Olga del Pilar Vásquez Cruz, em 6 de dezembro, São Carlos-SP.

SISTEMA ÚNICO DE REGISTRO, Dato acumulado de población desplazada desde 1995 hasta octubre de 2006, del site <http://www.accionsocial.gov.co/Estadisticas/Publicacion%20Abril%2021%20de%202007.htm>, acceso realizado en 5/07/2007.

_____, Dato acumulado de población desplazada desde 1995 hasta julio de 2007, del site <http://www.accionsocial.gov.co/Estadisticas/Publicacion%20Abril%2021%20de%202007.htm>, acceso realizado en 5/07/2007.

SLUZKI, C., (1996), *La red social: la frontera de la práctica sistémica*, Madrid: Gedisa.

STRAUSS, A., ([1959]1999), *Espelhos e Máscaras*, São Paulo: Edusp.

TILLY, C., (1990), *Transplanted networks*, In: Virginina, Yans-McLaughlin (Org.) *Immigration reconsidered: history, sociology and politics*, New York: Oxford University Press.

TRANSPORTE MASIVO Y CICLO VÍAS EN BOGOTA, del site www.trasmilenio.gov.co e www.idu.gov.co, acceso realizado en 04/07/2007.

TURTON, D., (1996), *Migrants and refugees: a Mursi case study*, in T. Allen (ed.) *In Search of Cool Ground: War, Flight and Homecoming in Northeast Africa*. London/Trenton: James Currey, Africa World Press.

_____, (2003a), *Conceptualizing forced migration*, working Paper No.12, Oxford: Refugees Studies Center, Oxford University.

_____, (2003b), *Refugees and other forced migrants*, working Paper No.13, Oxford: Refugees Studies Center, Oxford University.

VAINER, C., (1996), *A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas*, em *Revista Travessia*, maio-agosto.

VAUX, A., ({1982}1988), *Social support: Theory, research, and intervention*, New York: Praeger.

WASSERMAN S., FAUST, K., (1994), *Social networks analysis: methods and applications*, Cambridge: Cambridge University Press.

ARTIGOS DE JOURNAIS E REVISTAS NÃO CIENTIFICOS

Colombia es el país con el mayor número de desplazados en el mundo, materia jornal El Tiempo 19/06/2007, del site http://www.acnur.org/paginas/?id_pag=6508, acceso realizado en 01/08/2007.

Entrevista com Walter Kälin, Representante do Secretário Geral de Nações Unidas para os Direitos Humanos das Pessoas Deslocadas Internas, Revista Migraciones Forzadas, No. 23, octubre de 2005, pág. 4.

Ex-guerrillero, ex-paramilitar y desplazada se unen en una obra de teatro en Bogotá, periódico El tiempo, 29/06/2007, del site http://www.eltiempo.com/bogota/2007-06-30/ARTICULO-WEB-NOTA_INTERIOR-3617523.html, acceso realizado en 30/06/2007.

La ciudad de las desigualdades, El Tiempo, domingo 18 de junio de 2006, C2 Bogotá, pag.2.1 e 2.2.

La guerra perdida contra la droga, reportaje especial revista Semana, del site http://www.semana.com/wf_InfoSeccion.aspx?IdSec=25, acceso realizado en 19/12/2007.

La negociación del ELN, reportaje especial Revista Semana,, del site http://www.semana.com/wf_InfoSeccion.aspx?IdSec=25, acceso realizado en 31/08/2007.

La presencia paramilitar, reportaje especial Revista Semana, del site http://www.semana.com/wf_InfoSeccion.aspx?IdSec=25, acceso realizado en 01/09/2007

Le va bien en imagen, pero regular en movilidad, al alcalde Luis Eduardo Garzón, El tiempo, 04/08/2007, del site http://www.eltiempo.com/bogota/2007-08-05/ARTICULO-WEB-NOTA_INTERIOR-3667613.html, acceso realizado en 05/08/2007.

Los eslabones de la parapolítica en Sucre, reportaje especial Revista Semana, del site http://www.semana.com/wf_InfoSeccion.aspx?IdSec=25, acceso realizado en 01/09/2007

Mafias bogotanas están alquilando los andenes y las esquinas de la ciudad, El Tiempo 30/05/2007, del site http://www.eltiempo.com/bogota/2007-05-30/ARTICULO-WEB-NOTA_INTERIOR-3575375.html, acceso en 30/05/2007.

Mapa de la parapolítica en la costa, reportaje especial Revista Semana, del site http://www.semana.com/wf_InfoSeccion.aspx?IdSec=25, acceso realizado en 01/09/2007

Retorno campesino al Alto Ariari, El Espectador, semana de 25 de junho-1 de julio de 2006, pág.7A.

Retrato de los congresistas salpicados por la parapolítica, reportaje especial Revista Semana, del site http://www.semana.com/wf_InfoSeccion.aspx?IdSec=25, acceso realizado en 01/09/2007

APÊNDICE A

Informativo Programa de Assistência Econômica-PAE (*Juan Bosco Obrero*)

Ciudad Bolívar, una Ciudad de Oportunidades!

Programa de Apoyo a la Población Desplazada

El Centro de Capacitación y de Promoción Popular Juan Bosco Obrero, CHF y Acción Social están desarrollando el Programa de Apoyo a Población Desplazada, cuyo objetivo es la Generación de Ingresos y Mejoramiento de la Calidad de Vida de los habitantes en desplazamiento de la localidad.

Pregunte por Nuestros Tres Ejes de Apoyo...

1 Desarrollo Humano 2 Empleabilidad 3 Ideas de Negocio

REQUISITOS

- 1 Vivir en Ciudad Bolívar
- 2 Cédula de Ciudadanía
- 3 Estar inscrito en el sistema único de registro
- 4 Haber declarado a partir de enero de 2005 hasta la fecha

  **Juan Bosco Obrero**
Centro de Capacitación y de Promoción Popular

Diseño: aronpop25@hotmail.com

POR FAVOR DILIGENCIE ESTE FORMATO

NOMBRE	CEDULA	DIRECCION	TELEFONO
--------	--------	-----------	----------

APÉNDICE B

Survey

CARACTERIZACIÓN DE LAS REDES. (CUADERNILLO DE PREGUNTAS)	
<ul style="list-style-type: none">• El presente es un estudio sobre los APOYOS que las personas desplazadas por la violencia que están en Bogotá han tenido desde su llegada. Es decir, la COLABORACION que reciben de las personas cercanas como familiares, vecinos, amigos, otros desplazados.• La respuesta a esta encuesta NO ES OBLIGATORIA y no esta condicionada a ayudas de ningún tipo.• El instrumento se creó pensando en ofrecer total reserva y confidencialidad en los datos de tal manera que no arriesgue la seguridad de las personas encuestadas.• El cuestionario se divide en dos partes: una de datos generales de usted y una sobre las personas que le brindan apoyo.	
EGO	
1. Es usted hombre o mujer? 1. Hombre 2. Mujer	ES
2. Cuál es su edad? (años cumplidos)	EE
3. De acuerdo a su cultura, pueblo o rasgos físicos usted es... o se reconoce como? 1. Indígena. 2. Mulato, afrocolombiano o afrodescendiente, negro. 3. Rom (Li) 4. Raizal del archipiélago de San Andrés y providencia 5. Blanco 6. Mestizo 7. Ninguno 8. No sabe/ no responde	EET
4. De que municipio o Departamento fue desplazado?	EMEX
5. Luego de salir de su lugar de origen, muchas familias tienen que desplazarse varias veces antes de llegar a Bogotá. En su caso ocurrió lo mismo? 1. Si (pase a la pregunta 6) 2. No (pase a la pregunta 7) 3. No sabe/ no responde	EMER1
6. En cuantos lugares estuvo antes de llegar a Bogotá? (ciudades o municipios)	EMER2
7. Cuanto tiempo lleva viviendo en Bogotá? (especificar si es semanas, meses o años)	ETB
8. Con cuántas personas llegó usted a Bogotá? (NO se incluye el entrevistado en la respuesta) 1. Ninguna (llegó sólo) 2. Con una 3. Entre 2 y 4 4. Entre 5 y 8 5. Entre 9 y 12 6. Mas de 12 personas 7. Desplazamiento masivo (50 o más personas ó 10 o más hogares) 8. no sabe / no responde	EPRB

<p>9. Mantiene contacto con las personas con quien llegó a Bogotá?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Si 2. No 3. No sabe/ no responde 	EPD
<p>10. Algún(os) miembro(s) de su familia habían llegado a Bogotá ANTES que usted, sea por causa de la violencia o por otras razones?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.Si (pase a pregunta 11) 2.No (pase a pregunta 12) 3.No sabe/ no responde 	EFAD
<p>11. Una vez llegó a Bogotá pudo establecer contacto con ese familiar?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.Si 2.No 3.No sabe/ no responde 	ECFB
<p>12. Mantiene contacto con familiares o amigos de la región de donde salió desplazado?</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Si. Con quien (es)? _____ 2. No 3. No sabe/ no responde 	ECFO
<p>13. Hace cuanto usted vive en el barrio en el que hoy habita (especificar si es semanas, meses o años)?</p>	ETBB
<p>ALTERES (nombre generador)</p> <p>Primero nos gustaría preguntar a cerca de amigos, conocidos o familiares y sus relaciones en general. Nos gustaría saber acerca de las personas que son importantes para usted de cinco formas específicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gente que le ofrece soporte emocional • Gente con quien comparte • Gente que le ayuda a resolver problemas de la vida diaria • Gente que le ayuda financieramente • Gente que le brinda apoyo o guía <p>No necesitamos saber quienes son esas personas exactamente. Sin embargo quisiéramos hacer una lista con el <u>primer nombre</u> de la persona.</p> <p>En general, preguntaremos sobre 5 personas importantes para usted en cada una de las áreas anteriores (no importa donde ellos estén, aquí, en el lugar de origen, en algunos de los sitios donde se desplazó antes de llegar a Bogotá).</p> <p>Algunas de las mismas personas pueden, por supuesto, ser importantes de diferentes maneras (p.e. cuando usted necesita pedir consejo o si le gusta compartir una salida a un parque). Puede colocarlos en una o varias grupos de los cinco que presentamos. Después de que usted haya nombrado a la gente relevante en su red social, nos gustaría preguntarle algunas cuestiones acerca de ellos.</p> <p>Nota encuestador: Cuando la persona es nombrada bajo diferentes categorías, responder el resto de preguntas sólo <u>una vez</u>.</p>	
<p>SOPORTE EMOCIONAL</p> <p>Por favor nombre 5 personas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Con quién usted se siente próximo? • Quienes lo confortan o calman cuando está triste o con rabia? • En quién usted confía y por eso le expresa sus sentimientos? • Con quién usted discute cosas importantes? • Con quién habla sobre sus preocupaciones? • Con quién habla cuando usted está confundido o no está seguro de qué hacer? 	

COMPARTIR CON...

La siguiente lista es de las 5 personas con quien a usted le gusta compartir cosas como por ejemplo,

- Salir a distraerse, dar una vuelta por el parque o por el comercio del barrio
- Ver televisión.
- Tomar una cerveza o una gaseosa.
- Jugar fútbol, tejo, cartas, dominó.
- Hablar un rato con usted en la tienda o en la puerta de la casa.

AYUDA PRACTICA

En ayuda práctica están las personas que

- Le ayudan a mover un mueble pesado o hacer un arreglo en el hogar
- Le cuidan su casa o sus hijos por un rato
- Le prestan cosas como herramientas, equipos u otros instrumentos

AYUDA FINANCIERA

La siguiente lista es de las personas que le ayudan con dinero cuando usted tiene problemas económicos.

- Quién le compraría cosas como comida o ropa cuando usted no tiene dinero?
- Quién le prestaría dinero para coger un bus o comprar lo del desayuno?

GUIA O INFORMACION

La siguiente es la lista de 5 personas que le ofrecen información útil, por ejemplo

- Quién le ofrece información sobre cómo realizar un tramite, dónde buscar trabajo, o cómo encontrar una dirección en Bogotá?

CARACTERISTICAS DE LOS ALTERES**SEXO**

14. Es _____ hombre o mujer?

1. Hombre
2. Mujer

AS

ETNIA

15. Alguna de las personas que usted nombró es.... ?

1. Indígena.
2. Mulato, afrocolombiano o afrodescendiente, negro.
3. Rom (Li)
4. Raizal del archipiélago de San Andrés y providencia
5. Blanco
6. Mestizo
7. Ninguno
8. No sabe/ no responde

AE

FORMA DE RELACIONARSE

16. _____(N1) es su _____ (si se relaciona en más de una forma señale máximo DOS opciones por alter)

1. esposo-a
2. hijo-a
3. hermano-a
4. padre-madre
5. otros familiares
6. amigo-a

7. compañero de trabajo
8. miembro de un grupo o asociación
9. vecino
10. dueño-a de la casa donde vive o vivió
11. consejero-a espiritual (sacerdote, pastor de la iglesia)
12. profesional de alguna institución (del hospital, de una ONG, de Acción Social)
13. otro _____

AFR

PROCEDENCIA DEL ALTER

17. Donde conoció a _____ ?
1. En Bogotá
 2. En Bogotá (él también es desplazado)
 3. En su lugar de origen (él está allá)
 4. En su lugar de origen (él también es desplazado)
 5. En su lugar de origen (él llegó a Bogotá antes)
 6. En otro lugar a donde se desplazó antes de llegar a Bogotá
 7. Otro lugar _____
 8. No se acuerda/ No sabe/No responde

AP

TIEMPO DE CONOCIDOS

18. Hace cuánto tiempo que usted conoce a _____ ?
1. menos de 6 meses
 2. 6 meses a un año
 3. 2 a 4 años
 4. 5 a 7 años
 5. más de 7 años
 6. toda la vida (es mi hijo, padre u otro familiar cercano)
 7. No sabe/ No se acuerda/No responde

ATC

FRECUENCIA

19. Pensemos ahora que tan a menudo usted habla con _____. En promedio ud. habla con él/ella casi todos los días, por lo menos una vez a la semana, por lo menos una vez al mes, una vez al año...
1. Una vez al año o menos
 2. unas cuantas veces al año
 3. mensual
 4. semanal
 5. a diario
 6. No sabe/ No se acuerda/No responde

AF

PROXIMIDAD

20. Que tan cercano (íntimo) se siente de _____ ?
1. No mucho o poco
 2. Medianamente próximo
 3. Muy próximo
 4. No sabe/ No se acuerda/No responde

AP

EQUILIBRIO

21. Ud. se siente que en la relación con _____ es equitativo el asunto de **dar y recibir**, o una persona **da más que otra**?
1. Yo doy MUCHO MAS de lo que recibo
 2. Yo doy MAS de lo que recibo
 3. Nosotros damos y recibimos equitativamente/por igual.
 4. Yo recibo MAS de lo que doy
 5. Yo recibo MUCHO MAS de lo que doy
 6. No sabe/ No se acuerda/No responde

AE

NOMBRE INTERPRETE	
<p>22. Nos gustaría saber que persona de la lista conoce a las otras. Nota para el entrevistador: escriba al frente de cada alter el numero correspondiente a las personas que conoce, Por ejemplo, 1 (Pedro) conoce a 2 (Ana), 8 (Enrique), 13 (Rogelio) y 21 (María).</p>	
PERDIDAS DE LAZOS	
<p>23. Durante el tiempo que ha estado en Bogotá ha perdido usted alguna relación importante debido a mudanza, cambios de ocupación, divorcio o separación, muerte o alguna otra razón?</p> <p>1. Si (pase a pregunta 24) 2. No (pase a pregunta 26) 3. No sabe/no responde</p>	
EPL1	
<p>24. Por favor indique qué personas ya NO tienen relación con usted (marque con una X)</p> <p>1. esposo-a 2. hijo-a 3. hermano-a 4. padre-madre 5. otros familiares 6. amigo-a 7. compañero de trabajo 8. miembro de un grupo o asociación 9. vecino 10. dueño-a de la casa donde vive o vivió 11. consejero-a espiritual (sacerdote, pastor de la iglesia) 12. profesional de alguna institución (del hospital, de una ONG, de Acción Social) 13. otro _____</p>	
EPL2	
<p>25. En general, qué cantidad de apoyo le brindaban estas personas?</p> <p>1-Un poco 2-Más o menos 3-Mucho 4-No sabe/no responde</p>	
EPL3	
<p>26. Hasta aquí hemos hecho un balance de las personas que han sido importante para usted por el apoyo que le han brindado desde que llegó a Bogotá. Para usted, cuál de estos apoyos ha sido el más importante y por qué? (respuesta abierta)</p>	
AGRADECEMOS SU COLABORACION!!!!	
<p>NOTA METODOLOGICA: Como instrumentos nombre geradores -para reconstruir la red social- e intérpretes de nombres -para identificar las relaciones entre alteres- esta investigación toma el <i>Social Support Resources-SSR</i> de Alan Vaux (1982); el <i>Norbeck Social Support Questionnaire-NSSQ</i> de Jane Norbeck (1980) (versión en español con revisiones en 1982 y 1995) y el <i>General Social Survey-GSS</i> aplicado periódicamente por el <i>National Opinion Research Center</i> de la Universidad de Chicago.</p>	
<p>Universidade Federal de Sao Carlos Programa de Pós-graduação em ciências sociais-PPGCSO</p>	<p>Universidad Nacional de Colombia Programa de Iniciativas Universitarias para la paz y la convivencia-PIUPC</p>
<p>Centro de Capacitación y de promoción popular Juan Bosco Obrero, Proyecto PAE Convenio CHF-Acción Social (Entidad apoyo)</p>	

ALTERES (nombre generador y características)									
SOPORTE EMOCIONAL									
Alter / pregunta	14	15	16	17	18	19	20	21	22
1.									
2.									
3.									
4.									
5.									
COMPARTIR CON...									
Alter / pregunta	14	15	16	17	18	19	20	21	22
6.									
7.									
8.									
9.									
10.									
AYUDA PRACTICA									
Alter / pregunta	14	15	16	17	18	19	20	21	22
11.									
12.									
13.									
14.									
15.									
AYUDA FINANCIERA									
Alter / pregunta	14	15	16	17	18	19	20	21	22
16.									
17.									
18.									
19.									
20.									
GUIA / CONSEJO/ INFORMACION									
Alter / pregunta	14	15	16	17	18	19	20	21	22
21.									
22.									
23.									
24.									
25.									

APÉNDICE C

GUIA DE ENTREVISTA

La entrevista tiene dos partes: la primera trata sobre la trayectoria de la migración y la segunda sobre la red de apoyo. En la trayectoria de la migración se buscará reconstruir el camino hasta llegar a Bogotá, así como algunas situaciones que permitan aproximarnos a las primeras experiencias de las personas en la ciudad.

La parte sobre la red de apoyo va a girar en torno de las personas que fueron nombradas durante la aplicación del *survey*. La idea es indagar a cerca del origen de la relación, la forma en que esta se expresaba antes del desplazamiento y hoy en día, las características del apoyo ofrecido, así como los conflictos y tensiones.

Antes de comenzar, el entrevistado debe saber que esta entrevista hace parte de un estudio académico y que no está condicionado a ningún tipo de ayuda o programa. La colaboración es por tanto opcional. La entrevistadora solicitará autorización para grabar la entrevista explicando el uso que se dará a la información, así como el anonimato sobre la identidad del entrevistado y las referencias a lugares y personas que estos hagan durante su narración.

CARACTERISTICAS DE LA SALIDA

1. RELATO HISTÓRICO: bajo que circunstancias se dio la salida de su región de origen? como fue su llegada a Bogotá? con quien llegó? como fueron los primeros meses en la ciudad? como accede al Registro (SUR) y a las ayudas gubernamentales?

LAS REDES DE SOPORTE

2. PARIENTE: De las personas de su familia que hoy hacen parte de su red de apoyo, quienes habían migrado antes para Bogotá? Alguno de ellos migra por causa de la violencia? cómo era su relación con ellos ante de usted llegar a Bogotá? Esa relación mudó (positiva o negativamente) desde que usted está aquí? Antes estos familiares le apoyaban de la misma manera que lo hacen hoy? Por ejemplo, ese hijo que hoy le ofrece apoyo emocional, lo hacia antes? Algo varió con el hecho del desplazamiento? De que manera se expresa el apoyo de los familiares con quien usted llegó a Bogotá?
3. NO PARIENTES: Qué favorece o por el contrario limita qué usted establezca relación con alguna persona del barrio? En qué se fija usted cuando establece una nueva amistad? Relacionado con cada persona nombrada en el *survey*: dónde y cómo lo conoció? Qué tipo de apoyo le ha brindado esta persona? ha habido situaciones de tensión o distanciamientos?
4. Me contaría alguna anécdota acerca de la ayuda recibida- por un familiar, una persona externa a la familia o una institución- desde su llegada a Bogotá.

Gracias por su colaboración!!!